

A Produção do Conhecimento Geográfico

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-79-6

DOI 10.22533/at.ed.796181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*A Produção Do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 22 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase nos movimentos sociais.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a migração, imigração, movimentos sociais. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP	
<i>Gustavo da Silva Diniz</i> <i>Auro Aparecido Mendes</i>	
CAPÍTULO 2	11
ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO	
<i>Rafael Sá Rego de Azevedo</i>	
CAPÍTULO 3	43
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?	
<i>Mariano de Matos Macedo</i> <i>Wilhelm Milward Meiners</i>	
CAPÍTULO 4	53
GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS	
<i>Antônio Hot Pereira de Faria</i> <i>Diego Filipe Cordeiro Alves</i> <i>Alexandre Magno Alves Diniz</i> <i>Tomás Hilário Cardoso Ferreira</i>	
CAPÍTULO 5	68
O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO	
<i>Nacelice Barbosa Freitas</i>	
CAPÍTULO 6	79
TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA	
<i>Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes</i> <i>Edna Ferreira Coelho Galvão</i>	
CAPÍTULO 7	89
A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO	
<i>Romerito Valeriano da Silva</i> <i>Daniela Martins Cunha</i>	
CAPÍTULO 8	101
MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	
<i>Jania Maria de Paula</i>	

CAPÍTULO 9	110
REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL	
<i>Alex Dias de Jesus</i>	
CAPÍTULO 10	120
TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG	
<i>Luís Henrique Silva Ferreira</i>	
<i>Andressa Virgínia de Faria</i>	
<i>André Francisco de Brito Leite</i>	
CAPÍTULO 11	136
A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL	
<i>Eduardo Fernandes Marcusso</i>	
CAPÍTULO 12	147
EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL	
<i>Everlane Suane de Araújo da Silva</i>	
<i>Neir Antunes Paes</i>	
CAPÍTULO 13	157
GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS	
<i>José Elías Pinheiro Neto</i>	
<i>Lara Ferraz Rocha Pacheco</i>	
CAPÍTULO 14	167
GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES	
<i>Sergio Flores de Campos</i>	
CAPÍTULO 15	179
MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA	
<i>Adriano Severo Figueiró</i>	
CAPÍTULO 16	195
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS	
<i>Vanda de Claudino-Sales</i>	
CAPÍTULO 17	206
UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO	
<i>Rita de Cássia Evangelista dos Santos</i>	

CAPÍTULO 18	216
PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014	
<i>Rafael Andrés Urrego Posada</i>	
<i>Maria Carolina Tomás</i>	
<i>Dimitri Fazito de Almeida Rezende</i>	
CAPÍTULO 19	230
ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA	
<i>Daniel de Albuquerque Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 20	240
NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA	
<i>José Sobreiro Filho</i>	
CAPÍTULO 21	251
O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA	
<i>Natália Carolina de Oliveira Vaz</i>	
<i>Sylvio Fausto Gil Filho</i>	
CAPÍTULO 22	262
O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA	
<i>Denis Rilk Malaquias</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	273

ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP

Gustavo da Silva Diniz

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro
Rio Claro –SP

Auro Aparecido Mendes

Professor Adjunto do Departamento de Geografia – IGCE – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro
Rio Claro –SP

RESUMO: As atividades criativas ocupam um lugar cada vez mais relevante nas teorias e dinâmicas do desenvolvimento territorial. As vinculações entre território e criatividade são múltiplas, e as cidades, elas próprias construções sociais oriundas da inventividade humana, são os territórios mais visíveis e concentrados para a criatividade. Uma destacada dimensão da criatividade humana refere-se à criatividade artística, na qual se incluem as atividades musicais, possuidoras de relações diversas com os estudos geográficos. O presente trabalho objetiva demonstrar a importância das atividades criativas para o desenvolvimento territorial e do território para o desenvolvimento de atividades criativas. Com esse propósito, é realizada uma análise das atividades musicais no município de Tatuí-SP-Brasil, Capital da Música do Estado de São Paulo, avaliando

seus vínculos com o desenvolvimento territorial e estruturas políticas, econômicas e culturais do município em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Criativas; Música; Cultura; Território

ABSTRACT: Creative activities have an increasingly relevant role in the theories and dynamics of territorial development. The connections between territory and creativity are multiple. The cities are social inventions from the human mind, and the territories more visible and concentrated for creativity. A highlighted dimension of human creativity refers to artistic creativity, which include musical activities, having many relations with the geographical studies. This article aims to demonstrate the relevant role of creative activities to the territorial development and the importance of the territory to the development of creative activities. To this, analyses the musical activities in the city of Tatuí-SP-Brazil, the Music Capital of the State of São Paulo, evaluating their connections with the territorial development and political, economic and cultural structures of the city.

KEY-WORDS: Creative Cities; Music; Culture; Territory

1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo baseia-se na dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro, vinculada ao Laboratório de Estudos Territoriais – LAET com apoio do CNPq, sob a orientação do Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes, e denominada: “Atividades Criativas e Desenvolvimento Territorial: Música, Território e Criatividade em Tatuí-SP” (DINIZ, 2015).

O objetivo geral da referida dissertação foi o de demonstrar a importância das atividades criativas para o desenvolvimento territorial e do território para o desenvolvimento de atividades criativas. Para a realização deste objetivo, foram analisadas as atividades musicais no município de Tatuí-SP-Brasil, Capital da Música do Estado de São Paulo, avaliando seus vínculos com o desenvolvimento territorial e estruturas políticas, econômicas e culturais do município em estudo.

A territorialização da criatividade possibilita uma importante abordagem para a compreensão das condições particulares que favorecem ou obstaculizam a atividade criativa e de suas distintas formas de estímulo, cultivo, canalização e organização espacial.

As cidades, elas próprias construções sociais originadas da inventividade humana, são os espaços mais visíveis e concentrados para a criatividade e uma contínua fonte de inovação. De acordo com Furtado (1978), mesmo quando eram responsáveis por apenas uma pequena parcela da população e economia mundial, já abrigavam as maiores transformações e criações em termos de estruturas sociais, ideias, artefatos e instituições.

Propõe-se aqui que a cidade deva ser entendida, primeiramente, como um local de criação de arte e cultura, ciência e conhecimento, política e relações sociais e, apenas, secundariamente, como um local de mercado, dotado de certo nível de centralidade econômica, estruturando-se economicamente e culturalmente para a liberação do potencial criativo humano e para a busca de formas superiores de bem estar social.

Nesta perspectiva, destaca-se a necessidade de estudos que analisem as cidades com relevantes centralidades artísticas e culturais, investiguem as cadeias produtivas que formam a economia da cultura, modelos territoriais de inovação, bem como a identificação de vocações, atores, atividades e espaços ligados às atividades criativas, tal como propõe o estudo das atividades musicas no município de Tatuí-SP e de suas relações com o desenvolvimento territorial.

A metodologia empregada tem como base principal os trabalhos de Furtado (1978; 1984; 2012), Pacheco (2010) e Reis (2011), as contribuições da Geografia para o tema, notadamente dos campos da Geografia Cultural, tais como os trabalhos de Correa e Rosendhal (2000, 2011) e da Geografia Econômica Cultural e da Geografia da Inovação, com os trabalhos de Storper (1997), Scott (2002); Gibson e Kong (2005), Vale (2009), Gertler (2010) e Mendes (2014) e, também, da Geografia Urbana. Autores

de outras áreas do conhecimento, predominantemente das ciências humanas, tais como historiadores, economistas, sociólogos, psicólogos, antropólogos, músicos, entre outros, também foram relevantes para as análises das relações entre território, criatividade, cultura, economia e atividades musicais.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em delimitar as atividades criativas e território de estudo, selecionando-se as atividades musicais no município de Tatuí. Posteriormente, realizou-se o levantamento e identificação de fontes de informação secundárias e bases cartográficas em fontes como IBGE, IPEA, Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura, Secretarias e órgãos Estaduais, bem como os municipais.

Juntamente ao tratamento estatísticos, cartográficos e analíticos dos dados e fontes documentais levantadas, foram de fundamental importância os trabalhos de campo e entrevistas realizadas no município, visando responder o objetivo geral da pesquisa, por meio de análises da cena artística e política de Tatuí-SP, seus espaços e dinâmicas culturais e criativas, bem como seus aspectos históricos e de memória coletiva. Combinado aos trabalhos de campo, utilizou-se, também, do expediente da cartografia colaborativa para a coleta de informações junto aos habitantes da cidade, possibilitando, dessa forma, à análise das atividades musicais e suas correlações com o desenvolvimento territorial do município e suas estruturas políticas, econômicas e culturais.

Os trabalhos de campo envolveram entrevistas com representantes do poder público e de instituições locais, participação em reuniões de conselhos municipais ligados a área da cultura e de organizações da sociedade civil, artistas, profissionais da cultura, habitantes e visitas aos espaços criativos, equipamentos, instituições, associações e grupos musicais.

2 | DESENVOLVIMENTO

O presente texto aborda sinteticamente os três primeiros capítulos da referida Dissertação.

Primeiramente, são analisadas as relações entre criatividade, economia, cultura e território. Inicia-se com conceituações da criatividade, encaminhando-se o raciocínio para as relações entre criatividade e economia e análise dos conceitos de ‘economia do conhecimento’, ‘economia da cultura’ e ‘economia criativa’.

Em um segundo momento são abordados os vínculos entre território e criatividade, investigando-se as contribuições geográficas para o estudo desta relação. Analisa-se, também, o conceito de cidades criativas, e são estudadas experiências no uso do conceito nas Cidades Criativas da Música da UNESCO.

Por fim, analisa-se a história do município de Tatuí-SP, Capital da Música do Estado de São Paulo – Brasil, entrelaçando sua dinâmica histórica da relação da

cidade com as atividades criativas e musicais.

2.1 Criatividade

Ao ser capaz de estabelecer novas combinações, coerências e compreensões, por meio de seu trabalho, ao agir e sonhar, o homem consegue dar forma a algo novo, criar. Para Ostrower (2011), a criatividade transforma o mundo físico, os contextos culturais e econômicos, assim como a própria condição humana.

A criatividade é multidimensional e suas variadas formas de expressão, se potencializam por meio de estímulos mútuos (FLORIDA, 2011). Criações humanas como a arte, a ciência ou a política são exemplos destas variadas dimensões e remetem a processos que se alimentam da constante quebra de paradigmas e inovações.

De acordo com Furtado (1978) o estudo dos processos criativos se apresenta como uma das chaves para captarmos as tendências mais profundas de nossa civilização.

2.2 Economia e Criatividade

A relação entre criatividade e economia não é nova. De acordo com Romer (1990) e Mokyr (1990), a história econômica está inteiramente ligada à criatividade, sendo que podemos analisá-la como uma sucessão de novos meios de utilização da criatividade humana para fins de produção, consumo, distribuição e trocas.

Entretanto, com o advento de uma economia na qual o conhecimento desponta como o principal fator de produção, e as artes e a ciência possuem crescente centralidade, estruturam-se novos campos de estudos e conceitos, tais como: os da economia do conhecimento, economia da cultura e economia criativa.

De acordo com Powell e Snellman (2004), o termo “economia do conhecimento” possui origens na década 1960, com as análises das novas indústrias e processos econômicos grandemente baseados na ciência e em suas implicações econômicas e sociais.

Também o conceito de “economia da cultura” surge na década de 1960, com base em estudos que visavam compreender a relação entre as artes e a economia, tendo como referência seminal o trabalho de Baumol e Bowen (1966). Entretanto, existem reflexões eventuais e não sistematizadas sobre o tema de notórios autores como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Alfred Marshall.

No tocante a “economia criativa”, a origem do conceito é mais recente, e relacionada à criação da expressão “Creative Nation”, em 1994, de um plano elaborado pelo governo australiano para que o país se desenvolvesse com foco em aspectos culturais e criativos, com respeito as suas raízes e identidades locais. Outra importante iniciativa se dá no Reino Unido, em 1997, que elegeu as ‘indústrias criativas’ como um dos 13 setores com maior potencial para sua economia (REIS, 2011). Também a publicação “The Creative Economy” de Howkins (2001) é considerada de precípua

importância para a difusão do conceito.

2.3 Território, Cultura e Criatividade

As vinculações entre território e criatividade são múltiplas. O próprio território, suas fronteiras, materialidades, simbolismos e relações de poder, configuram uma criação, historicamente contextualizada, conforme apontam Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p.13-14):

Fomos habituados a pensar e sentir o mundo como se fosse natural a existência de uma determinada geografia com países, fronteiras e relações. Entretanto, essa forma de organização do espaço geográfico em Estados, com suas fronteiras nítidas e reconhecidas, está longe de ser um produto natural. (...) Todo território é uma criação e, em especial no caso de nossa espécie, uma criação histórica que, como tal, traz dentro de si os processos e sujeitos que protagonizaram sua instituição.

De acordo com Urrutia (2009), os territórios são a primeira base de qualquer identidade cultural e para Pires do Rio (2010), em qualquer definição adotada, a cultura é um fenômeno espacial.

Autores como Furtado (1978), Scott (2002) e Ivcevic (2009) ressaltam a interação entre território e criatividade, afirmando que a criatividade não se dá no vazio, mas em contextos territoriais e estruturas de espaço e tempo específicas.

2.4 Cidades Criativas da Música

A alta concentração das atividades criativas em espaços urbanos e a existência de espaços nos quais a capacidade criativa se dá de forma coletiva, através de sinergias sociais, econômicas e institucionais, justificam a necessidade de estudos destas estruturas de espaço e tempo nas quais se desenvolvem, bem como o desenvolvimento de conceitos para o estudo destas relações, tais como o de Cidades Criativas e Milieu Inovativos (SCOTT, 2002; MOULAERT e SEKIA, 2003; MENDES, 2016).

Com o objetivo de comparar espacialidades, elementos territoriais, econômicos e culturais que estão impulsionando a criatividade e as atividades musicais em diferentes espaços urbanos, optou-se por analisar, com base nos documentos de suas candidaturas aprovadas pela UNESCO, as primeiras cinco cidades da música da Rede de Cidades Criativas da UNESCO - Bogotá, Bologna, Ghent, Glasgow e Sevilla.

Um primeiro elemento a ser verificado nas cidades da música é a forte presença de associações culturais e musicais que formam um ambiente cultural favorável à liberação da criatividade de seus habitantes ao relacionar-se com as relações cotidianas dos habitantes.

A presença de uma política pública, com diretrizes que apontem investimentos, projetos e ações e que valorizem as atividades culturais e criativas também se mostrou essencial para impulsionar das atividades musicais nas cidades estudadas.

A participação social nas referidas políticas, com a existência de conselhos se mostra essencial para a apropriação dos planos desenvolvidos pelos habitantes da

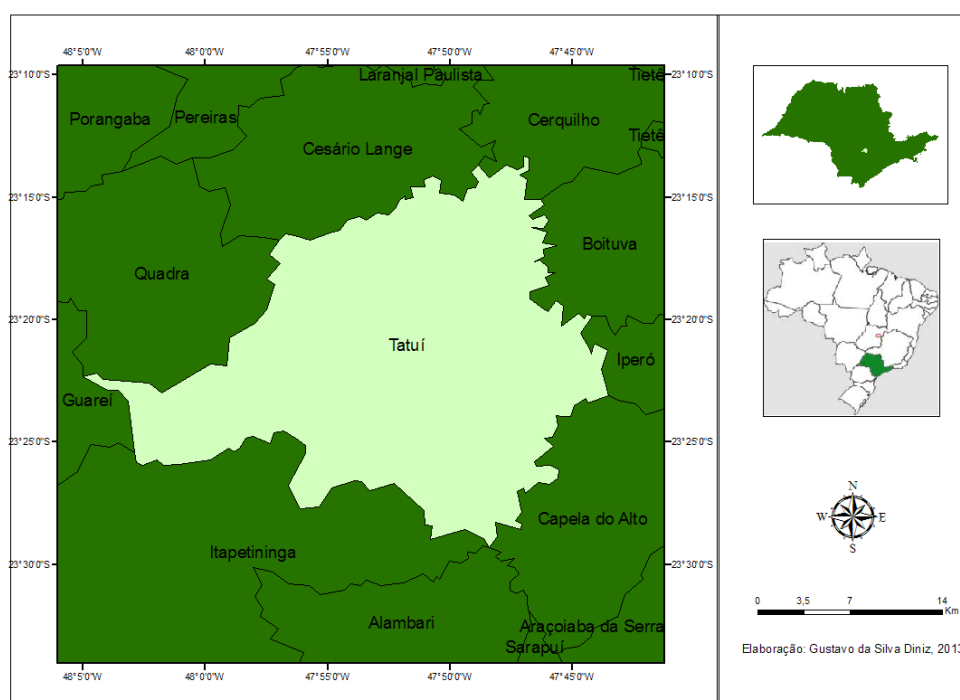
cidade. As cidades apresentaram, também, forte vinculação entre as associações culturais e os conselhos de política cultural, sendo que, em Ghent, por exemplo, existiam pelo menos dez conselhos nessa área.

No tocante à economia criativa e da cultura, as cidades demonstram que compreendem as atividades musicais dentro do novo paradigma da economia do conhecimento, A realização de estudos e pesquisas, como no Observatório de Culturas de Bogotá e no estudo do setor cultural e criativo em Glasgow evidenciam importantes instrumentos para uma compreensão atualizada das dinâmicas de uso e das demandas apresentadas pela população.

Acrescenta-se, ainda, a importância dos fatores históricos e de formação territorial para a avaliação das vinculações entre atividades criativas e o território urbano ao se constatar que todas as cidades analisadas, em algum momento de sua história, apresentaram centralidades econômicas ou demográficas ou eram pontos de rotas comerciais, caracterizando-se pelo encontro de culturas diversas em seus territórios.

3 | ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DE TATUÍ-SP E AS ATIVIDADES MUSICAIS

O município de Tatuí-SP (MAPA 01) está localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, possui área territorial de 523,475 km², está distante 137 km da capital, e possui uma população de 118.939 habitantes estimada para o ano de 2017 (IBGE, 2018).



MAPA 01. Município de Tatuí-SP-Brasil.

Fonte: DINIZ, 2015.

É nesta região que se inicia a siderurgia brasileira. Em 1589 foi levantada a primeira forja de ferro do país, em 1682 é autorizada a construção da “Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema” e em 1818 foi instalada a primeira siderúrgica nacional. A referida atividade econômica impulsionou o povoamento da região, trazendo colônias de mineiros e fundidores europeus para a região, que se juntaram a sertanistas, índios e escravos, influenciando nas fundações de futuros povoados. (DELAROLE, 2010)

Já neste momento, pode-se ver a relação entre economia e cultura no município, uma vez que a principal atividade econômica atraiu uma grande diversidade cultural para o referido território, propiciando o encontro do europeu com o negro (Tatuí libertou seus escravos em 1871) e o mestiço indígena, possibilitando, no campo musical, o cruzamento de vários valores e por conseguinte, a difusão de técnicas e instrumentos europeus entre os tatuienses pelos imigrantes alemães e suecos:

A história das bandas de Tatuí parece começar com a antiga banda da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Relatos de historiadores falam da existência de uma banda de música de ‘homens de cor, na maioria escravos’ em Ipanema desde antes de 1842. (MUSEU PAULO SETÚBAL, 2013)

Nos séculos XVIII e XIX, também é possível verificar a relação entre as atividades criativas musicais e o desenvolvimento territorial através da análise da atividade tropeira na região. De acordo com Monteiro (2013), o tropeirismo teve uma grande relevância econômica e cultural na região, influenciando em usos, costumes e manifestações artísticas. No campo musical, as principais contribuições dizem respeito ao cururu e ao fandango.

A partir de 1855, com o advento da cultura algodoeira e, posteriormente, com a expansão da indústria têxtil da região, verifica-se, novamente, uma relação entre as atividades econômicas, culturais, criativas e musicais, uma vez que as fábricas têxteis também criavam corporações musicais para os operários e para o ensino musical de seus filhos. (CAMARGO e CAMARGO, 2006).

O próprio processo de urbanização em Tatuí, intensificado na virada dos séculos XIX e XX com a industrialização e a chegada da ferrovia, constitui um componente explicativo para o desenvolvimento das atividades criativas e musicais na cidade. A criação de equipamentos comunitários e espaços de encontro tais como: escolas, clubes, bares, igrejas e praças favorecem o encontro da diversidade e o florescimento de bandas e corporações musicais.

A banda musical mais antiga que se possuem registros documentados no município de Tatuí-SP foi a Banda Santa Cruz, cuja formação data de 1880 (FIGURA 01). A existência da referida banda está ligada aos festejos religiosos da Festa de Santa Cruz e ao próprio processo de urbanização do município (DELAROLE, 2010).



Figura 01. Fotografia da Banda Santa Cruz. 1906.

Fonte: DELAROLE, 2010

Até a década de 1930 os cinemas mudos também contribuíam para o florescimento de grupos musicais, realçando nomes como os de Octavio ‘Bimbo’ Azevedo, João Del Fiol e Juca Fonseca. De acordo com os registros históricos do museu da cidade:

As bandas estão na origem da veia musical de Tatuí. Por serem um fenômeno urbano, as bandas estão ligadas ao próprio crescimento da cidade. Suas apresentações acontecem nas ruas e praças recém-abertas e nos vários clubes inaugurados em Tatuí no começo do século XX. (MUSEU PAULO SETÚBAL, 2013)

Desta forma, o fortalecimento das manifestações criativas e associações musicais no município, com o surgimento de bandas, orquestras e corais amadores, artistas e professores de música, somado ao uso da criatividade na esfera política, culmina em 1954, com a aprovação do Governo do Estado de São Paulo, a construção do Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” que durante seus 64 anos de funcionamento, tornou-se o maior da América Latina, com influência regional, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

BAUMOL, W.; BOWEN, W. **Performing arts - the economic dilemma**: a study of problems common to theater, opera, music and dance. New York: Twentieth Century Fund, 1966.

CAMARGO, R. ; CAMARGO, C. **Tatuí: Capital da Música**. São Paulo, Editora Noovha America, 2006.

CORRÊA, R.; ROSENDHAL, Z. (orgs.) **Geografia Cultural: um século (1)**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2000

CORRÊA, R.; ROSENDHAL, Z. (orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

DELAROLE, P. **O Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí como Difusor Cultural**. Dissertação (Mestrado em Música). São Paulo, Escola de Comunicação e Artes,

USP, 2010.

DINIZ, G. S. **Atividades Criativas e Desenvolvimento Territorial**: Música, Território e Criatividade em Tatuí-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, Rio Claro, 2015.

FLORIDA, R. **A Ascensão da Classe Criativa**. Porto Alegre, L&PM, 2011.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em Época de crise**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. In: FURTADO, R. (org.) **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro, Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GIBSON, C.; KONG, L. Cultural Economy: a critical review. **Progress in Human Geography**, 29, 5 (2005) pp. 541-561.

GERTLER, M. Uma Geografia Econômica Cultural da Produção. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Economia, Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

HOWKINS, J. **The creative economy**: how people make money from ideas. London, Penguin Press, 2001.

IVCEVIC, Z. Creativity Map: Toward the Next Generation of Theories of Creativity. **Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts**, v.3, n. 1, p.17-21, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades@**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br> >. Acesso em: fev., 2018.

MENDES, A. Condomínios industriais e empresariais no Brasil. A indústria automobilística e os novos espaços produtivos em Campinas (SP). **Finisterra**, XLIX, 97, 2014, pp. 119-134.

MENDES, A. O Distrito Audiovisual em Buenos Aires (Argentina): Criatividade e Desenvolvimento Territorial. **Espaço e Economia**, v. IV, 2016, pp.1-10.

MOKYR, J. **The lever of Riches**: Technological Creativity and Economic Progress. Nova York: Oxford University Press, 1990.

MOULAERT, F.; SEKIA, F. Territorial Innovation Models: A Critical Survey, **Regional Studies**, 37, 2003, pp. 289–302.

MUSEU PAULO SETÚBAL. **Acervo**. Tatuí, 2013.

OSTROWER, F. **Criatividade e Processos de Criação**. Petrópolis, Vozes, 2011.

PACHECO, F. J. K. **Documento técnico contendo metodologia padrão para estudos de Zoneamento Econômico Cultural**. Projeto 914BRZ4011. Ministério da Cultura/IPHAN/UNESCO, 2010.

PIRES DO RIO, G. Jogo de espelhos: A dimensão cultural do econômico. In: CORRÊA, R.;

ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Economia, Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010.

POWELL, W. ; SNELLMAN, K. The Knowledge Economy. **Annual Review of Sociology**, 30, 2004, pp.199-220.

REIS, A. **Cidades criativas**: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 2011.

ROMER, P. Endogenous Technical Change. **Journal of Political Economy**, 98(5), 1990, p.71-102.

STORPER, M. **The regional world. Territorial development in a global economy**. New York, Guilford Press, 1997

SCOTT, A. A New Map of Hollywood: The Production and Distribution of American Motion Pictures. **Regional Studies**, v.36, n.9, dec., 2002.

URRUTIA, J. Território, Identidade e Mercado. In: RANABOLDO, C. e SCHEJTMAN, A. **El valor del patrimonio cultural**: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas. Lima: IEP, RIMISP, 2009.

VALE, M. Conhecimento, Inovação e Território. **Finisterra**, XLIV, 88, 2009, pp. 9-22.

ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO

Rafael Sá Rego de Azevedo



Foto: Desfile Cívico do aniversário de fundação do Município de Nova Friburgo – 16\05\2016

Fonte: Página da Ocupação do CE Jamil El-Jaick no Facebook



Foto: Assembleia que aprovou a ocupação do Ciep Glauber Rocha - 22\11\2016

Fonte: Página da Ocupação Ciep 123 Glauber Rocha no Facebook

RESUMO: O movimento estudantil protagonizou uma onda de mobilizações, desde o final de 2015 e ao longo de todo o ano de 2016. As

Escolas Ocupadas foram o principal símbolo dessa onda de mobilizações. As escolas ocupadas são fenômenos políticos com caráter espacial evidente. A base dessa ação coletiva é a ocupação do espaço escolar. O espaço possui um papel essencial nesse tipo de ação. Por isso, propõe-se aqui um estudo das escolas ocupadas a partir de sua espacialidade. Será abordada a experiência de duas escolas ocupadas: CE Prof. Jamil El-Jaick e o CIEP Glauber Rocha, para, então, levantar uma discussão sobre o poder, e debater as relações espaciais do fenômeno das escolas ocupadas, a partir da ideia de território.

INTRODUÇÃO

Nós não podemos com suas armas.

Vocês não podem com nossas ideias.

Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca

O movimento estudantil, especialmente secundarista, protagonizou uma onda de mobilizações, a partir do final de 2015 e durante todo o ano de 2016. As Escolas Ocupadas foram o ponto culminante e o principal símbolo dessa onda de mobilizações.

A ocupação de escola(s) é uma ação

coletiva em que os estudantes de determinada unidade escolar tomam o prédio, montam acampamento e ficam ali até terem suas reivindicações atendidas. Essa tática foi utilizada no Chile, onde os estudantes protagonizaram uma grande onda de mobilizações, baseada na ocupação das escolas, em 2006 e 2011 – que ficou conhecida como “Revolta dos Pinguins”.

Em 2015, os secundaristas de São Paulo se inspiraram no movimento estudantil chileno e também adotaram a tática da ocupação de escolas na luta contra o projeto de “reorganização escolar” proposto pelo governo estadual (PSDB), que pretendia fechar 94 escolas e inúmeras turmas e turnos em todo estado de São Paulo. Os estudantes organizados derrotaram o projeto e o governo, demonstrando a capacidade de inovação do movimento estudantil.

Estudantes de outros estados se inspiraram no movimento de São Paulo e escolas foram ocupadas por todo o Brasil, em 2016. No estado de Goiás, os estudantes se mobilizaram contra o projeto do governo estadual (PSDB) de passar a gestão de algumas unidades escolares para as Organizações Sociais (OS)¹. Foram ocupadas cerca de 30 escolas da rede estadual e o processo foi revertido, pelo menos temporariamente. Os estudantes secundaristas da rede federal se mobilizaram contra o Golpe Institucional no Governo Federal (impeachment de Dilma Rousseff) e a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 (ou PEC 55) que limita os gastos públicos com direitos e serviços como saúde e educação. Pelos mesmos motivos, estudantes universitários ocuparam as universidades. A tática da ocupação das escolas foi adaptada às formas e demandas específicas de cada grupo de estudantes em luta.

No estado do Rio de Janeiro, as ocupações de escolas começaram, em Março de 2016, após uma intensa mobilização nas redes sociais, nas unidades escolares e nas ruas. A mobilização estudantil veio justamente no momento da maior crise financeira que o governo do Estado do Rio de Janeiro já enfrentou. A crise se deve em grande parte à má administração e à corrupção no Poder Executivo Estadual (há 16 anos com o mesmo partido - PMDB).

Somado a essa crise está sendo implantado na educação estadual um projeto baseado na ideia de meritocracia. Esse projeto é profundamente centralizador, burocrático e autoritário e sua implantação se dá sem diálogo com as comunidades escolares.

No início do ano letivo os estudantes de escolas estaduais em todo Estado utilizaram as redes sociais virtuais para denunciar as condições das escolas e expressar sua indignação com os resultados das políticas do governo estadual para educação.

Ao mesmo tempo em que a mobilização estudantil crescia a mobilização dos profissionais que trabalham nas escolas também foi crescendo, especialmente a partir da decisão de iniciar uma greve em março. É importante ressaltar que as pautas dos estudantes são próprias e o movimento é desvinculado da greve docente; mas, são movimentos solidários (NUNES, 2015).

1. O que na prática significa a privatização da escola pública.

O movimento estudantil buscou uma atuação autônoma ao longo de toda a luta, mas pode-se considerar que, além de contar com a experiência das ocupações em São Paulo, os estudantes acompanharam o momento de maior mobilização dos docentes da rede pública estadual dos últimos 20 anos. A greve de 2016 foi a mais longa da rede estadual do Rio de Janeiro, com quase cinco meses de duração e cerca de 70% de adesão.

As primeiras escolas ocupadas foram o CE Mendes de Moraes, na Ilha do Governador, no dia 21\03\2016 e o CE Gomes Freire de Andrade, na Penha, no dia 28\03\2016. Num cenário em que as unidades escolares estavam funcionando sem porteiros e funcionários de limpeza (terceirizados, que o governo dispensou para conter gastos), e muitas unidades estavam sem merenda ou apenas com biscoito e refresco. A situação das escolas já estava fora da normalidade, quando os estudantes decidiram ocupá-las. As ocupações se disseminaram, entre os meses de março e abril, e chegaram a 75 escolas ocupadas, de forma mais permanente, em todas as regiões do estado. Houve uma série de casos em que as ocupações não conseguiram se estabelecer.

Tenho grande interesse pela experiência das Escolas Ocupadas, e, em especial as da rede pública estadual do Rio de Janeiro, pois sou professor da rede, membro do SEPE-RJ e militante na luta em defesa da educação pública. A experiência das escolas ocupadas aponta outros caminhos tanto políticos (militância) quanto pedagógicos (atuação docente).

As escolas ocupadas são fenômenos político sociais com um caráter espacial (geográfico) evidente. A base da ação coletiva é a ocupação do espaço escolar. O espaço possui um papel essencial nesse tipo de ação. Considera-se que a análise desses fenômenos a partir da perspectiva da Geografia será enriquecedora para sua compreensão pelas Ciências Sociais de forma geral, possibilitando maior aprofundamento das reflexões.

Além disso, busca-se contribuir também com a luta dos estudantes, fazendo um registro das experiências e das lutas estudantis. O movimento estudantil tem sérias dificuldades em relação ao registro e transmissão das memórias das lutas devido ao tempo curto de duração do Ensino Médio ou da graduação. Procura-se compreender as experiências dos estudantes não para orientar o movimento estudantil no que ele deve ou não fazer (velha mania de intelectuais de esquerda), mas para apoiá-lo de maneira mais qualificada (orientando minhas próprias ações em relação aos estudantes em movimento).

METODOLOGIA

E é Di Cavalcanti, Oiticica e Frida Kahlo

Têm o mesmo valor que a benzedeira do bairro

O presente trabalho se insere no projeto de pesquisa de mestrado *“A escola é nossa”*: uma abordagem territorial da experiência das escolas ocupadas; seu objetivo principal é debater as ideias de poder e território a partir da experiência das escolas ocupadas.

Diversidade é uma das características chave das escolas ocupadas. Não existe um modelo único a ser reproduzido; em cada unidade escolar o processo se deu de uma forma, com organização e reivindicações próprias. Propõe-se, então, o estudo comparado da experiência de duas escolas ocupadas para, a partir da comparação entre experiências diferentes, elaborar uma compreensão mais abrangente sobre esse tipo de ação coletiva.

A Geografia Comparada é uma metodologia consagrada pelo geógrafo alemão Karl Ritter (1779-1859) e pelo geógrafo francês Élisée Reclus (1830-1905). De acordo com Reclus, na Geografia, “o elemento de comparação que sempre teremos diante dos olhos será a sociedade humana” (RECLUS, 2010, p.78). O ser humano em sociedade, suas formas de agir, se organizar e se relacionar (entre si e com a natureza) são os elementos centrais da comparação. Para Reclus, a Geografia Comparada se aplica ao espaço e ao tempo: espaços diferentes podem ser comparados, mas também um mesmo espaço pode ser estudado nas suas sucessivas formas ao longo do tempo. As particularidades e semelhanças entre experiências podem ser captadas através da comparação entre elas. Sendo que essas experiências sempre acontecem no espaço.

O foco deste trabalho está em duas experiências específicas de ocupação de escola: (1) a do Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick e (2) a do CIEP 123 Glauber Rocha. Ambas localizadas no município de Nova Friburgo. Além dessas duas ocupações, o trabalho também irá abordar, de forma breve, a ocupação da Coordenadoria Regional Serrana II (também localizada em Nova Friburgo), que foi um desdobramento da ocupação das escolas estudadas.

O município de Nova Friburgo situa-se no centro-norte fluminense, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 130 km da capital; apresenta uma população de 182.082 habitantes (de acordo com o censo de 2010). Nova Friburgo é um centro regional importante (especialmente nos setores de comércio e serviços, mas também conta com atividades industriais expressivas), polarizando os municípios do entorno.

Entende-se que duas escolas de um mesmo município formam um universo pequeno para a compreensão do fenômeno das escolas ocupadas como um todo. Mas considera-se que existem linhas de continuidade claras entre as ocupações no Chile, em São Paulo, no estado do Rio de Janeiro e em Nova Friburgo, que permitem traçar algumas considerações válidas.

Buscou-se neste artigo realizar um registro das experiências das ocupações

a partir de fontes secundárias, principalmente reportagens de jornal, mas buscando acompanhar e valorizar as falas dos estudantes em luta. Realizou-se um levantamento de reportagens na mídia impressa e televisiva sobre as ocupações estudadas. Nesse levantamento destacaram-se os veículos da imprensa local, principalmente o Jornal *A Voz da Serra* e as TVs *Zoom* e *Luau*, mas também houve cobertura nas afiliadas locais do SBT e da Rede Globo (InterTV Serramar). Montou-se um banco de dados com essas reportagens e elas foram analisadas. Também foram analisados dois pequenos documentários sobre a ocupação do CE Prof. Jamil El-Jaick: (1) *Ocupação Jamil El Jaick - Nova Friburgo* (Produção: João Victor Gaspar e João Ferreira), publicado em 28\04\2016; e (2) #OCUPAJAMIL (no perfil de Marcelo Asth, no Youtube), publicado em 11\05\2016. Todos os vídeos e textos jornalísticos citados estão disponíveis na Internet. Também foi muito importante o artigo *“Reintegração de posse”: a ocupação das escolas estaduais no estado do Rio de Janeiro como processo de reavivamento da escola pública*, publicado pelo professor de história da rede estadual Luiz Fernando Nunes (2016), que participou da ocupação do CE Jamil El-Jaick em atividades de apoio aos estudantes e analisou essa experiência.

No caso do CE Jamil El-Jaick, tive contato direto com a ocupação, com uma vivência muito curta no local, durante o primeiro dia e a primeira noite, com o objetivo de apoiar os estudantes para que a ocupação se estabelecesse. Após o primeiro dia realizei visitas esporádicas à ocupação, em momentos em que o apoio era convocado ou para algumas assembleias no núcleo local do SEPE-RJ (que pediu o espaço e os estudantes cederam), realizadas no CE Jamil El-Jaick (em Nova Friburgo não existem muitos locais disponíveis e gratuitos para a realização de reuniões e assembleias). Entretanto, não pude visitar a ocupação do CIEP 123 - Glauber Rocha; essa ocupação teve uma duração menor e foi produzido menos material sobre ela. Outra fonte importante de pesquisa foram às páginas das ocupações na rede social *Facebook*, onde é possível encontrar uma série de fotos, notas públicas e relatos dos ocupantes.

Inicialmente, será abordada a experiência das escolas ocupadas buscando valorizar e compreender as considerações e afirmações das pessoas que participaram das ocupações, principalmente os estudantes, mas também professores e pais apoiadores (principalmente os mais atuantes). A partir da experiência de tomada e gestão do espaço escolar pelos estudantes, levanta-se um debate sobre o poder, abordado numa perspectiva libertária/anarquista; para em seguida debater as relações espaciais do fenômeno das escolas ocupadas, relacionando com o debate sobre o poder através da ideia de território. A ideia de cidadania não será abordada diretamente, mas aparece ao longo de todo o trabalho como um tema transversal.

A EXPERIÊNCIA DAS ESCOLAS OCUPADAS: CE JAMIL EL-JAICK E CIEP GLAUBER ROCHA

A mobilização dos estudantes em Nova Friburgo (bem como em todo estado) começou em meados de fevereiro com a publicação de denúncias nas redes sociais sobre a precariedade da infraestrutura das escolas e a falta de funcionários (porteiros e limpeza). Os estudantes começaram a se organizar realizando algumas reuniões nas escolas e entre estudantes de escolas diferentes. No primeiro dia da greve dos profissionais de educação da rede estadual (02\03\2016), cerca de 80 estudantes e professores de vários colégios da rede estadual situados no município fizeram um ato na Praça Demerval Barbosa Moreira². A Praça Demerval Barbosa Moreira é a praça central do município e fica em frente ao Instituto de Educação de Nova Friburgo (IENF). O IENF é uma escola estadual com curso de formação de professores e foi o polo da mobilização estudantil nesse primeiro momento. O IENF fica ao lado da sede da Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II, que coordena e fiscaliza a atuação das escolas estaduais de treze municípios. A Coordenadoria é um alvo claro para protestos contra as condições precárias das escolas estaduais e o autoritarismo da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ). Ao longo de todo o ano de 2016 a porta da Coordenadoria foi palco de diversos atos de protesto culminando na sua ocupação, em dezembro. Durante o período das ocupações, o Diretor Regional de Educação, responsável pela gestão da Regional - Serrana II era o professor Cleber Luciano Silva Nascimento. Ele foi criticado por estudantes, professores e diretores de escolas, devido ao seu autoritarismo e as táticas utilizadas para deslegitimar e desmobilizar os estudantes.

Na terça-feira, dia 08\03\2016, os estudantes organizaram outro ato, em frente à Regional - Serrana II, para denunciar as condições precárias das escolas e manifestar apoio à greve dos profissionais de educação³. Foi um dos maiores atos de rua de todo o período de mobilização, com cerca de 600 pessoas⁴; contou com o apoio de alguns pais e do núcleo local do SEPE-RJ, além da presença de muitos professores. O ato se concentrou na Praça Demerval Barbosa Moreira; depois, seguiu pela Avenida Alberto Braune (principal via do centro do município); fez uma pausa em frente à sede da Prefeitura (questionando também as condições da educação municipal); retornou pela Avenida Comte Bitencourt (via que margeia o Rio Bengalas, trecho da rodovia RJ-116 no centro da cidade) e terminou em frente à Coordenadoria Regional - Serrana II. O ato teve cerca de 3 horas de duração. No dia seguinte (09\03\2016) foi realizado um ato na sede distrital da comunidade rural de São Pedro da Serra (7º distrito de Nova

2. Escolas estaduais de Nova Friburgo apoiam a greve e paralisam atividades: Profissionais da educação, funcionários e estudantes reivindicam pagamento dos salários e qualidade de ensino nas escolas. *Jornal A Voz da Serra* 02\03\2016 (quarta-feira).

3. Estudantes fazem nova manifestação em apoio à greve dos professores: ato foi em frente à Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II; alunos também relataram condições precárias das unidades. *Jornal A Voz da Serra* 08\03\2016 (terça-feira)

4. Estimativa do autor.

Friburgo), organizado por pais, estudantes e professores do Colégio Estadual José Martins da Costa.

Concordo com Nunes (2015) quando afirma que Nova Friburgo é um município com uma população hegemonicamente conservadora e avessa a protestos e mobilizações. Dessa maneira, pode-se considerar essa mobilização estudantil como intensa e significativa no contexto do município. Portanto, já havia uma mobilização forte dos estudantes quando a ocupação do Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick teve início, no dia 18\04\2016⁵. O Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick (CEJE) fica na Rua Doutor Euclides Sólon de Pontes, nº 33, Centro, e, em 2016, contava com cerca de 1000 estudantes em três turnos. O CEJE é considerado um dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais do município.

Segundo relatos de professores e estudantes do CEJE, a comunidade escolar convocou uma reunião, na escola, para debater seu funcionamento e seus problemas. Não houve oposição da direção em relação à reunião, que foi amplamente divulgada em cartazes, nas redes sociais e na Coluna Observatório, de Wanderson Nogueira, no jornal local *A Voz da Serra* (01\04\2016):

Jamil El-Jaick (1)

Alunos e professores do Jamil El-Jaick estão convidando a comunidade para uma reunião que irá discutir a situação de uma das maiores escolas estaduais de Nova Friburgo. Em estado de greve desde dezembro de 2015, os funcionários da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho, além de serem contra o novo projeto de reforma previdencial e o novo calendário de pagamento do estado.

Jamil El-Jaick (2)

Com a greve o funcionamento da escola foi prejudicado, além de problemas estruturais. O encontro está marcado para o próximo dia 14, às 18h30, no auditório do próprio Colégio Estadual Jamil El-Jaick.

Mas, quando pais, estudantes e professores chegaram para a reunião, encontraram a escola trancada, pois

a Diretora da unidade, num intransigente ato, trocou as fechaduras dos portões para que uma reunião entre professores em greve e pais de alunos não ocorresse nas instalações do colégio. A reunião aconteceu na rua, com grande apoio de populares vizinhos que cederam cadeiras e bancos. (NUNES, 2016, p.4)

Vale ressaltar, ainda, que nem os estudantes do turno da noite foram avisados que a escola estaria fechada e tiveram que retornar para suas casas sem ter tido aula nesse dia letivo.

No dia seguinte ao da reunião, um grupo de estudantes se reuniu e decidiu ocupar o Colégio na segunda-feira seguinte. Portanto, pode-se afirmar que o estopim da ocupação foi a atitude autoritária da direção da escola.

5. Alunos ocupam Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick, em Friburgo: Estudantes iniciaram ocupação nesta segunda-feira (18). Eles reclamam de falta de infraestrutura e cobram melhorias no ensino. Portal G1 18\04\2016 (segunda-feira)

A ocupação se deu assim que o CE Jamil El-Jaick abriu na manhã de segunda-feira⁶. Cerca de 70 estudantes do Ensino Médio entraram na escola normalmente, mas não subiram para as salas de aula e convocaram uma assembleia com todos os estudantes na quadra de esportes do Colégio. A assembleia aprovou a ocupação por unanimidade. A diretora estava presente e só assistiu, sem se manifestar muito; depois, trancou o acesso ao prédio, ao banheiro do térreo e à cozinha e foi embora. O núcleo local do SEPE-RJ convocou a militância para apoiar a ocupação. Professores estiveram presentes ao longo do dia no portão e nas dependências da unidade. Um chaveiro foi chamado para abrir as dependências do Colégio. Uma viatura da Polícia Militar esteve presente na porta, durante o dia todo, mas não houve nenhum incidente.

O núcleo de Nova Friburgo do SEPE-RJ tinha uma assembleia, referente à greve, marcada para esse dia e como uma forma de apoiar a ocupação, pediu o espaço para os estudantes e transferiu a assembleia para o pátio do Colégio Jamil El-Jaick. Os professores levaram doações que foram importantes para que a ocupação pudesse se estabelecer e a assembleia aconteceu no final da tarde. Em entrevista para InterTV, a professora Keli Moraes⁷ fez uma avaliação precisa da situação⁸:

Nós chegamos num nível de descaso com a educação pública que está insustentável. Tá faltando dignidade: dignidade pro professor tá realizando o seu trabalho, dignidade pro aluno tá estudando. A gente tem um equívoco na sociedade de que o que é público não é de ninguém. Na verdade, o que é público é de todo mundo. Essa consciência que eles ganharam e a gente tá muito feliz com isso. (G1, 18 Abr. 2016)

A fala da professora ressalta, em primeiro lugar, a precariedade das escolas e a indignação que isso gera, como resultado da negação da dignidade de estudantes, professores e funcionários que convivem nas unidades escolares. Em seguida, ela aponta como a ocupação é fruto de um processo de tomada de consciência dos estudantes em relação ao patrimônio público como um bem comum, de todos, e que por isso deve ser protegido. Uma compreensão da cidadania como apropriação e cuidado com o patrimônio público.

A primeira providência dos estudantes foi criar uma comissão de segurança para proteger a ocupação, controlando a entrada na unidade escolar e no prédio com as salas de aula, colocando suas próprias correntes e cadeados nos portões. No primeiro dia, essa foi a única comissão que funcionou formalmente. Os estudantes foram se organizando na hora para atender às demandas que apareciam, principalmente: limpeza, alimentação e receber jornalistas; nesse dia, muitas equipes de reportagem visitaram a escola. Com o tempo, os estudantes foram organizando as comissões para alimentação, limpeza, comunicação, organização, atividades, etc.

6. Alunos ocupam o Colégio Estadual Jamil El-Jaick: Cerca de 70 alunos do Ensino Médio tomaram conta das instalações da unidade na manhã de segunda-feira. Movimento reivindica melhorias para educação pública. *Jornal A Voz da Serra* 18\04\2016 (segunda-feira)

7. Membro da direção do núcleo de Nova Friburgo do SEPE, na época.

8. Alunos ocupam Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick, em Friburgo: Estudantes iniciaram ocupação nesta segunda-feira (18). Eles reclamam de falta de infraestrutura e cobram melhorias no ensino. Portal G1 18\04\2016 (segunda-feira).

Houve uma evolução na capacidade de organização dos estudantes ao longo da ocupação. Essa evolução pode ser acompanhada no processo de desenvolvimento da pauta de reivindicações e nas falas dos estudantes em entrevistas para a mídia. A pauta inicial tinha poucos pontos e muitos se aproximavam das reivindicações da greve dos professores. Com o tempo, os estudantes reelaboraram suas reivindicações em 30 pontos agrupados em três eixos: administrativo, estrutural e pedagógico.

É possível observar a evolução dos estudantes também na organização e no comportamento durante as assembleias da ocupação. As assembleias eram o espaço de tomada de decisão na ocupação, onde todos os estudantes tinham direito a voz e voto. Muitos deles nunca haviam participado de uma assembleia antes da ocupação. Para a grande maioria daqueles jovens a ocupação foi sua iniciação na política.

Ao final da primeira semana de ocupação, os estudantes convocaram a comunidade escolar (principalmente pais e responsáveis) para uma assembleia, com o objetivo de mostrar as mudanças feitas na escola e fazer um balanço da ocupação. A avaliação da assembleia foi positiva e deu-se continuidade a ocupação. Além disso, na assembleia, uma questão importante foi colocada em pauta: os estudantes não estavam podendo ir para a escola, porque a diretora não compareceu mais à unidade escolar e por isso, os cartões do Riocard, dos estudantes não estavam sendo validados. Riocard é o vale transporte utilizado pelos estudantes da rede pública estadual no Rio de Janeiro para ter gratuidade no transporte público.

Uma das características da ocupação que mais chamava atenção era a quantidade de atividades culturais⁹, como filmes, oficinas de artesanato, grafite, artes marciais, música, reorganização da banda escolar (que estava desativada, apesar de todos os instrumentos estarem guardados na escola). Como quase todas as atividades eram abertas à comunidade, a escola se tornou um centro cultural temporário. Além das atividades culturais e de lazer foram realizados inúmeros debates e rodas de conversa sobre os mais variados temas. Procurando não perder de vista à realização do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), da “coletividade surgiu o curso pré-vestibular da ocupação, o ‘Pré-Ocupa’, que objetivava disponibilizar aulas todos os dias à noite também abertas a estudantes de outras escolas” (NUNES, 2016, p.10).

Assim como em quase todas as escolas ocupadas, os estudantes encontraram materiais novos ou em bom estado sem uso¹⁰. No CEJE foram encontrados carteiras, livros, quadros, instrumentos musicais, utensílios e estandartes da banda da escola (o que permitiu a revitalização da banda) e um vestiário, que estava sem uso, com pilhas de materiais velhos misturados com materiais novos; ele foi desocupado e limpo para poder ser utilizado.

A Coordenadoria Regional - Serrana II, com objetivo de acabar com a ocupação, iniciou uma espécie de campanha de transferência de alunos para outras

9. Ocupação do Jamil El-Jaick prossegue pela segunda semana: Atividades artísticas, de lazer e educação são promovidas na unidade. *Jornal A Voz da Serra* 25\04\2016 (segunda-feira)

10. Alunos que ocupam Colégio Estadual Jamil El-Jaick descobrem material abandonado. Portal G1 12\05\2016

unidades. Segundo relatos de estudantes, os pais que procuravam a Coordenadoria eram orientados a transferir seus filhos. As transferências eram feitas na própria Coordenadoria – mesmo sem acesso aos documentos funcionais dos estudantes, que estavam na escola.

Uma das táticas utilizadas pela Secretaria de Educação para desmobilizar os estudantes no Rio de Janeiro foi a antecipação do recesso escolar no meio do ano¹¹. O recesso escolar foi antecipado para o dia 02\05\2016 nas escolas da rede ocupadas pelos estudantes. O recesso reforçou o problema da falta do Riocard; como não é período letivo, o estudante não tem direito à gratuidade na passagem.

Um dos pontos altos da ocupação do CE Jamil El-Jaick foi o desfile cívico organizado pelos estudantes, no dia do aniversário da cidade, 16 de maio. Em Nova Friburgo, todo ano no dia do aniversário da cidade, ocorre um desfile cívico oficial com a presença das autoridades municipais. “Os alunos da ocupação organizaram, à revelia da Prefeitura, um desfile surpresa. Exibindo faixas pedindo por uma educação pública de qualidade, exaltaram o nome do colégio e sua história” (NUNES, 2016, p.10). O CEJE sempre teve uma tradição de participar oficialmente dos desfiles no aniversário do município, mas com a desativação da banda, há alguns anos, isso parou de acontecer. Os estudantes transformaram o desfile em um protesto por melhores condições na educação, graças a sua disposição de reativar a banda: “Depois de muita batalha, a gente conseguiu reativar a banda. Coisa que não era feita há muito tempo. Ninguém desfilava” (Gabriela D’imperio – estudante)¹².

Em meados do mês de maio surgiu um grupo de opositores da ocupação em uma página do *facebook* chamada “Desocupa Jamil”. Os professores, que apoiavam a ocupação, entraram na página e rapidamente identificaram que os membros eram quase todos funcionários da Coordenadoria Regional de Educação. Infelizmente, a página foi apagada e não é mais possível compilar e analisar suas publicações. Mas esse é um dado interessante sobre o “Desocupa Jamil”: antes mesmo do fim da ocupação, a página já havia sido apagada, enquanto a página da ocupação continua ativa até hoje. Houve uma manhã em que os membros do “Desocupa Jamil” organizaram uma ida ao Colégio para tentar convencer os estudantes a acabar com a ocupação, mas só compareceram dois estudantes e um pai contrários à ocupação, junto com eles um grupo de funcionários da Coordenadoria.

Os alunos do “Desocupa Jamil” alegavam prejuízo ao ano escolar, o que de fato ocorrerá, mas foram confrontados pela ideia de que o Estado há muito tempo não consegue suprir, por exemplo, a carência de professores de matérias como Física e Química. Confundiu-se, portanto, culpa com a ação de reivindicação. (NUNES, 2016, p.9-10)

Sabendo-se que a maioria dos membros da página no *facebook* do Desocupa Jamil eram funcionários da Coordenadoria e que alguns desses funcionários foram

11. Mesmo ocupado, Jamil El-Jaick entra em recesso: Secretaria de Educação antecipa férias na unidade e em outras escolas do estado ocupadas. *Jornal A Voz da Serra* 04\05\2016 (quarta-feira)

12. Escola estadual de Nova Friburgo continua ocupada por alunos – SBT Cidade 24\05\2016.

visitar a escola junto com apenas três membros da comunidade escolar para tentar acabar com a ocupação, pode-se considerar que o “Desocupa Jamil” foi uma tática acionada pelos responsáveis pela Serrana II para deslegitimar a ocupação e tentar desmobilizar os estudantes.

No início de junho, os estudantes avaliaram em assembleia que uma parte importante das suas reivindicações foi atendida e que havia uma negociação em aberto sobre as outras, por isso, eles decidiram desocupar a escola. A ocupação acabou no dia 13\06\2016 (segunda-feira), após 56 dias¹³. Os estudantes encerraram a ocupação com clareza de que o fim da ocupação não era o fim da luta, mas um novo passo nesse caminho. Isso fica evidente na fala de um dos porta-vozes da ocupação em entrevista para a TV ZOOM (emissora local)¹⁴:

A ocupação acabou fisicamente, mas ideologicamente ela continua, através da voz dos alunos agora, né. Só se ocupa o que está vazio. E no caso do Jamil El-Jaick o que estava vazio era o diálogo, a direção, que não era uma boa direção. Então nós já ocupamos esses espaços e não pretendemos desocupar, pretendemos somente parar de dormir no colégio e voltar a ter aula, mas a escola ainda é nossa, ainda é do aluno. Manteremos a ocupação. (Nathan – estudante) (TV ZOOM, 13 jun. 2016)

Com o fim da ocupação, o CE Jamil El-Jaick voltou a ter aulas, mas não a funcionar normalmente, pois havia uma série de questões que precisavam ser resolvidas e a Coordenadoria Serrana II havia se comprometido a resolver, quando a ocupação acabasse. Além disso, a greve dos professores continuava, de modo que as aulas não voltaram ao normal. A greve acabou no mês seguinte e, em setembro, o Colégio retomou as aulas e organizou a reposição das aulas que não ocorreram, devido à greve e à ocupação. A reposição da forma como foi imposta pela SEEDUC-RJ foi bastante penosa para professores e estudantes. Uma conquista importante dos estudantes foi o afastamento da antiga diretora, substituída por uma direção interina, enquanto não eram realizadas as eleições para a direção do CEJE. Isso conteve, em parte, o assédio e a perseguição dos estudantes e professores que participaram da ocupação. Mas, como uma forma de desforra, a Secretaria de Educação e a Coordenadoria Regional – Serrana II tentaram acabar com o turno noturno do Colégio. Isso levou os estudantes a organizarem uma nova ocupação, dessa vez, na Coordenadoria. A ocupação foi realizada por estudantes de algumas escolas, que também estavam sendo ameaçadas de fechar turmas e turnos. Entre essas escolas, a principal era o Ciep Glauber Rocha, que estava sendo municipalizado. Com a municipalização, o Ensino Médio deixava de existir na escola. Por isso, os estudantes organizaram uma ocupação no Ciep, que foi o polo da mobilização estudantil no final do ano, com a ocupação da escola e, logo depois, da Coordenadoria.

O Ciep (Centro integrado de educação pública) 123- Glauber Rocha fica na Avenida Governador Roberto Silveira, nº 1800, bairro Jardim Ouro Preto, a cerca de

13. Alunos desocupam o Colégio Jamil El-Jaick: Movimento em apoio à greve dos professores durou 56 dias; Sepe diz que paralização continua. *Jornal A Voz da Serra* 15\06\2016 (quarta-feira)

14. Desocupação do Jamil El-Jaick. ZOOM TV JORNAL 13\06\2016 (segunda-feira)

30 minutos de ônibus do centro (ou 1 hora a pé). Em 2016, a escola tinha cerca de 100 estudantes matriculados no Ensino Médio (manhã) e no Ensino Fundamental (horário integral).

A ocupação do Ciep Glauber Rocha se deu em um contexto diferente da ocupação do CEJE. A ocupação do Ciep começou no dia 22\11\2016, quatro meses depois da greve e cinco meses depois do fim da ocupação do Jamil El-Jaick. A motivação da ocupação foi o anúncio de que a escola seria municipalizada, o que acarretaria no fim do Ensino Médio naquela unidade e do Ensino Fundamental em horário integral.

Trata-se de uma escola menor e menos central que o CE Jamil El-Jaick e a ocupação durou menos tempo. Dessa forma, a ocupação do CIEP Glauber Rocha recebeu menos apoio externo e atenção da mídia; por isso, existe menos material disponível sobre ela. A ocupação do CIEP foi precedida por toda a mobilização do período da greve e da ocupação do CEJE, mas também pelas mobilizações contra a PEC 241 (ou 55) e contra o pacote de medidas de ajuste fiscal do estado do Rio de Janeiro, com a realização de atividades sobre esses temas dentro da escola¹⁵.

Em meados de novembro foi comunicado aos estudantes, professores e funcionários que a escola seria municipalizada no ano seguinte (2017) e que os estudantes do Ensino Médio seriam transferidos para o Colégio Estadual Vicente de Moraes. Os estudantes se indignaram com o autoritarismo e a falta de diálogo da SEEDUC-RJ: “Em nenhum momento os representantes da Regional Serrana II da Seeduc vieram discutir o assunto com a gente” (Maria Eduarda - Estudante)¹⁶.

A notícia da municipalização chegou na sexta-feira, dia 18\11\2016, e a ação da ocupação foi na manhã da terça-feira, dia 22\11\2016. Os estudantes do Ensino Médio entraram na escola e realizaram uma assembleia, aprovando a ocupação. Claramente a ocupação foi a única forma que os estudantes encontraram para expressar sua indignação e tentar reverter a situação:

Eles tomaram uma atitude muito radical, conosco, e, municipalizar, dar o Ciep, né, pro município sem nos comunicar. Aí nós também tivemos que tomar essa atitude, né, radical também pra dar um impasse nisso tudo. (Denilson Diniz - estudante)¹⁷

Os estudantes reconhecem que sua atitude foi radical, mas também percebem que só com atitudes radicais eles serão ouvidos¹⁸:

A gente necessita ser ouvido, o que a gente quer é participar das discussões que são feitas nas nossas escolas. Afinal quem vai comer desse bolo num sou eu, então, eu quero sim, participar dos ingredientes que eles colocam. (Elaine de Oliveira - estudante)

A ocupação é um apelo ao diálogo. A ocupação foi a única forma que a comunidade

15. Educação faz paralização em Friburgo contra pacote do governo estadual e a PEC 241. *Jornal A Voz da Serra* 11\11\2016 (quarta-feira)

16. Estudantes ocupam o Ciep Glauber Rocha em protesto contra o governo: unidade será municipalizada no próximo ano, mas alunos não querem o fim do ensino médio. *Jornal A Voz da Serra* 23\11\2016 (terça-feira)

17. Alunos ocupam CIEP Glauber Rocha - TVC Canal 06 23\11\2016 (terça-feira)

18. Ciep: alunos ocupam. *Jornal da Luau* 24/11/2016 (quarta-feira)

escolar encontrou para obrigar alguma abertura para o diálogo por parte da SEEDUC-RJ e da Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II.

O núcleo de Nova Friburgo do SEPE-RJ também vinha desenvolvendo diversas ações na luta contra a municipalização do CIEP Glauber Rocha e o fechamento de turmas e turnos em outras escolas. Quando os estudantes ocuparam o CIEP, o Sindicato rapidamente se posicionou a favor e buscou apoiar a ocupação.

Nessa ocupação, os estudantes junto com os professores decidiram que, ao invés de interromper as atividades da escola, as aulas iriam continuar. O raciocínio foi de que continuar com as aulas na escola seria um ato de resistência diante da ameaça do fim do Ensino Médio. Os professores continuaram cumprindo seus horários, dando apoio aos estudantes. Mas a dinâmica das aulas era diferente da dinâmica tradicional. A organização das atividades da escola como um todo estava a cargo dos estudantes.

Com a municipalização de escolas, fechamento de turmas e turnos, em todo estado, o governo do Rio de Janeiro buscou enxugar (diminuir) a estrutura da educação pública, no final do ano de 2016. Isso gerou reação em todas as escolas afetadas. A pressão da população, principalmente estudantes e professores, fez com que a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) convocasse uma audiência pública sobre o assunto. A audiência aconteceu, no dia 30\11\2016, na ALERJ, e foi um dos momentos mais marcantes da ocupação do CIEP Glauber Rocha com uma fala da estudante Elaine de Oliveira, porta-voz da ocupação, que viralizou nas redes sociais virtuais.

Quando eles foram levar essa notícia até nós, algo que foi assim, que machucou a gente mesmo, pelo menos me machucou como estudante e como pessoa foi que eles nos trataram apenas como números (Elaine de Oliveira - estudante)¹⁹

A estudante opôs a burocracia da SEEDUC-RJ, que vê estudantes, professores e escolas apenas como números, à relação dos estudantes e professores entre si e com as escolas, que é plena de conteúdo emocional (CAMPOS et. al, 2016). Por isso, ela se sentiu agredida, machucada, ao ser tratada como um objeto, algo que não tem vontade própria.

Para divulgar sua luta e ganhar mais apoio da comunidade os estudantes organizaram o evento “Ocupação Cidadã”, aberto à comunidade, no domingo, dia 04\12\2016, entre 10h e 16h, com diversas atividades, como oficina de grafite, corte de cabelo, futebol, música, teatro, dança etc.

No dia 07\12\2016, chega a notícia de que o Ensino Médio iria permanecer na escola. Os estudantes se reúnem e decidem encerrar a ocupação do Ciep Glauber Rocha:

Nós, alunos da OCUPAÇÃO Ciep 123 Glauber Rocha queremos abraçar a cada um e a cada uma que sonharam juntos com a gente esse sonho: manter o ensino médio em nossa escola. Desde novembro choramos com a notícia de que não

19. Na Alerj, estudante critica o fim do ensino médio no Ciep Glauber Rocha: governo vai municipalizar unidade e estuda acabar com turnos em outras escolas estaduais de Nova Friburgo. *Jornal A Voz da Serra* 02\12\2016

pertenceríamos mais a essa escola querida. Choramos de raiva pela arbitrariedade, mas resolvemos lutar! E foram tantos que nos ajudaram a perseguir esse sonho. E valeu a pena!!! Hoje, dia 7 de dezembro encerramos nossa ocupação chorando também... Chorando de saudade dos amigos que fizemos, dos momentos que passamos, mas principalmente, chorando de alegria pela notícia: o ensino médio ficará na escola!!! A notícia veio direto da SEEDUC e, com certeza, é fruto da nossa luta e da luta de nossas famílias, amigos, funcionários e professores!!! Obrigado!! E tenham certeza que a luta não acaba aqui!! Somos irmãos na luta pelos outros colégios que passam por dificuldades também!!! Tenham certeza que lutar vale a pena e que as lágrimas são de imensa alegria!!! (Página no facebook da Ocupação do Ciep 123 Glauber Rocha. Publicado em 07\12\2016)

Após 15 dias a ocupação do Ciep Glauber Rocha acaba. Mas no mesmo dia, mais tarde, chega uma nova notícia que contradiz a notícia anterior:

Infelizmente a notícia sobre a manutenção do ensino médio na escola ainda não é verdade. Após um telefonema da SEEDUC, hoje, e uma confusão, ficamos sabendo, agora, que seremos já transferidos. Estamos nos recuperando da notícia para pensarmos nas próximas ações. Desculpem-nos. As lágrimas voltam a ser de tristeza. (Página no facebook da Ocupação do Ciep 123 Glauber Rocha. Publicado em 07\12\2016)

Parece razoável afirmar que a SEEDUC utilizou uma tática de desinformação para desmobilizar os estudantes: enviaram uma notícia falsa para que os estudantes desocupassem a escola.

O impacto de se sentir vitorioso e, algumas horas, depois enganado (e derrotado) foi grande; mas os estudantes não se desmobilizaram. Os estudantes do Glauber Rocha se reuniram com estudantes de outras escolas, que estavam sendo afetadas pelo fechamento de turmas e turnos, e juntos realizaram uma nova ação: a ocupação da Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II. As táticas da SEEDUC e da Coordenadoria levaram os estudantes a realizar uma ação ainda mais contundente e interromper os trabalhos da Coordenadoria, no final do ano letivo.

A ocupação da Coordenadoria Regional - Serrana II aconteceu no fim da tarde de segunda-feira, dia 12\12\2016²⁰. Cerca de 20 estudantes entraram no prédio e disseram que só sairiam com sua reivindicação fosse atendida. Eles se colocaram contra o fechamento de todas as escolas, turmas e turnos da rede estadual no município de Nova Friburgo.

A ocupação da Regional Serrana II acabou no dia 16\12\2016, depois de uma audiência pública com a Comissão da Educação da ALERJ, organizada pelo deputado Comte Bittencourt (PPS), em Nova Friburgo, com a presença de estudantes e professores de todas as escolas envolvidas no fechamento de turmas e turnos. Os responsáveis pela gestão da Coordenadoria Regional Serrana II foram bastante criticados pela intransigência, autoritarismo e desconhecimento da realidade das escolas. Depois da audiência pública, os estudantes voltaram para a ocupação da Serrana II, fizeram uma assembleia e decidiram encerrar a ocupação:

20. Estudantes ocupam coordenadoria regional da Secretaria de Educação: grupo protesta contra o fechamento de turmas, turnos e do ensino médio em escolas estaduais em Nova Friburgo. *Jornal A Voz da Serra*, 13\12\2016.

Na sexta-feira, dia 16 de dezembro, após uma audiência sobre a educação estadual na UFF com mais de 8 horas de duração e uma reunião com o deputado Comte Bittencourt, representantes do SEPE, SEEDUC e coordenadoria regional Serrana II, nós, os alunos que ocupavam a regional, decidimos acabar com a ocupação física naquele prédio. Esta atitude foi tomada diante da promessa que o Ciep Glauber Rocha não seja municipalizado, da garantia da abertura de turmas do Colégio Estadual Prof Jamil El Jaick, do respeito a garantia de matrículas de outros colégios e diante, também, do pedido de desculpas dos membros da regional. Porém, estamos mobilizados e prontos para lutar pelo que acreditamos!! Junte-se a nós!! (Página no facebook da Ocupação do Ciep 123 Glauber Rocha. Publicado em 16/12/2016)

A ocupação teve uma duração curta, quatro dias, mas foi uma ação efetiva. O Ensino Médio no Ciep Glauber Rocha foi mantido e evitou-se o fechamento de muitas turmas e turnos em outras escolas.

Os estudantes protagonizaram um grande ciclo de mobilizações no município de Nova Friburgo, ao longo de todo o ano de 2016²¹. Assim, os jovens estudantes aparecem como sujeitos em luta, protagonistas das lutas sociais de seu tempo. Chama a atenção o papel exercido pelas mulheres como lideranças e porta-vozes do movimento. O foco de mobilização dos estudantes são as unidades escolares em que eles convivem cotidianamente. Portanto, eles se associam nas suas próprias escolas e se articulam com outros estudantes através das redes sociais virtuais. Tem as assembleias como forma principal de organização, tomada de decisão e gestão de conflitos; nelas todos os estudantes têm voz e voto. Têm como antagonista o governo do estado do Rio de Janeiro (especialmente a SEEDUC-RJ e a Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II) e como opositor o grupo organizado em torno da página Desocupa. Lutam em defesa de uma educação pública democrática, baseada no diálogo.

Essa luta envolve um questionamento das formas de tomada de decisão do governo estadual sobre a educação pública, abrindo um debate sobre o poder.

POR UMA EDUCAÇÃO QUE NOS AJUDE A PENSAR E NÃO QUE NOS ENSINE A OBEDECER

Nós não somos apenas números,

nós somos pessoas, nós somos ideias.

Elaine de Oliveira – Ciep Glauber Rocha

As escolas ocupadas aparecem como uma forma de contestar os processos centralizados de tomada de decisão usados pelo governo do estado do Rio de Janeiro, de outros estados e do governo federal. O questionamento sobre os processos de tomada de decisão em sociedade levanta diretamente o debate sobre o poder e seu exercício – dentro e fora da escola. Foucault (2010) sugere estudar experiências de

21. Houve também a participação importante de uma entidade estudantil recém fundada, a Associação dos Estudantes Secundaristas de Nova Friburgo (AENF), o papel da AENF precisa ser estudado com mais cuidado.

resistência ao poder dominante como ponto de partida para entender o poder. As experiências de resistência ao exercício do poder dominante colocam em evidência os mecanismos\tecnologias pelos quais o poder é exercido. Dessa forma, “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações” (FOUCAULT, 2010, p.276). Esse é o caminho que está sendo trilhado neste trabalho: observar as ocupações de escolas para debater as relações de poder, colocando em evidência o exercício do poder pelos estudantes dentro das escolas ocupadas.

As escolas da rede estadual do Rio de Janeiro passam por um processo crescente de centralização dos processos de tomada de decisão. A centralização se dá pelo projeto de Gestão Integrada da Escola (GIDE)²², implantado pelo governo estadual, a partir de 2011. Trata-se de um modelo padronizado de gestão e avaliação das escolas baseado na ideia de meritocracia. Dessa forma, escolas, professores e estudantes que obtêm melhores resultados nas avaliações padronizadas são premiados em detrimento dos outros. O maior símbolo das avaliações padronizadas no estado é o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). Todos os modelos e padrões foram elaborados pela SEEDUC-RJ e implantados nas escolas sem consulta às comunidades escolares (estudantes, pais, funcionários e professores). Assim, as “tomadas de decisões dentro das escolas pelo Brasil afora passam por instâncias estranhas aos discentes, ou seja, aqueles que, em maioria, habitam os espaços e deles dependem, são os últimos a opinar (quando opinam)” (NUNES, 2016, p.5).

A capacidade de realização de determinado indivíduo ou grupo é uma forma de entender a ideia de poder. O poder compreendido como capacidade de realização “remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais” (FOUCAULT, 2010, p.285). Essa ideia do poder como capacidade de realização é trabalhada pelo sociólogo estadunidense John Holloway (2013) como poder-fazer. Um aspecto interessante da ideia de poder-fazer é que ela traz consigo o poder-de-não-fazer; o poder de se recusar a fazer aquilo que é determinado pelo poder dominante. A ruptura com as relações de dominação começa com a recusa, com o não (HOLLOWAY, 2013). O poder-de-não-fazer é o poder de desobedecer.

O movimento das escolas ocupadas parte justamente dessa recusa inicial, de um ato de desobediência. A ocupação busca romper com a normalidade para contestar as regras e planos impostos por governos, direções, e professores sobre os estudantes. Os estudantes são vistos como objetos, como números, nos projetos governamentais de educação e no cotidiano da grande maioria das escolas. A frase “Por uma educação que nos ajude a pensar e não que nos ensine a obedecer”, presente em cartazes nas ocupações, representa bem essa situação. Na frase, os estudantes opõem o ato de

22. Segundo material de divulgação da SEEDUC (2011), distribuído a todos os servidores nas escolas do estado, GIDE é um “sistema de gestão que contempla os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional com foco em resultados. Tem como objetivo melhorar significativamente os indicadores da educação, tendo como referência as metas do IDEB estabelecidas pelo Ministério da Educação”.

pensar ao de obedecer, e, indiretamente, a frase relaciona o ato de pensar por si próprio à desobediência. Se pensar é o oposto de obedecer, então, pensar é um ato de desobediência.

Ocupação é uma ideia teórica e prática construída pelos próprios movimentos sociais no caminhar de suas lutas. Ocupar implica criar uma fratura\fissura radical frente às lógicas institucionais (ZIBECHI, 2015; HOLLOWAY, 2013). Essa ruptura abre a possibilidade de um outro-fazer. Em alguns casos esse outro-fazer ganha destaque “como em escolas alternativas, onde os rebeldes dizem muito claramente que estão criando um outro tipo de educação para substituir a educação autoritária ou alienada fornecida pelo Estado” (HOLLOWAY, 2013, p.31). No caso das escolas ocupadas não se trata de substituir a educação estatal, mas obrigar o Estado a incluir a comunidade escolar, de fato, nos processos de tomada de decisão sobre a escola. Nesse sentido, o movimento das escolas ocupadas foi bem sucedido, pois além da recusa inicial os estudantes foram capazes de estabelecer esse outro-fazer dentro das escolas: aulas com formatos alternativos, projetos pedagógico e atividades culturais. Nesse movimento de recusa-e-criação, os oprimidos emergem como rebeldes e não como vítimas; como sujeitos e não objetos (HOLLOWAY, 2013); como pessoas e não números. Considera-se, então, que a ocupação de escolas é um ato de desobediência civil. A recusa consciente de seguir as regras e planos impostos pelo poder dominante²³.

Um aspecto importante da ocupação das escolas é que os estudantes não se deixaram representar por partidos políticos. Eles dispensaram e desprezaram a mediação de suas demandas pelos partidos (ORTELLADO, 2016). Os próprios estudantes se representaram: “Se os meus representantes não estão me representando direito, eu vou lá e faço, eu vou lá e falo: está errado” (Elaine de Oliveira - estudante)²⁴. Com a ação de ocupação das escolas, os estudantes se fizeram ver e ouvir. Trata-se, portanto, de uma ação direta, que é o oposto da ação indireta, quando os grupos e movimentos buscam operar as mudanças pela representação de seus interesses por um partido junto ao Estado. Com a ação direta “um coletivo invisibilizado se converte em um sujeito político-social” (ZIBECHI, 2015, p.42).

A ação direta é uma prática\tática baseada na ideia de que são os próprios oprimidos que devem construir e gerir o processo de luta contra a opressão. O movimento anarquista foi um dos que mais desenvolveu a práxis da ação direta, principalmente nas atividades de propaganda (jornais, revistas) e educação (formal e informal) (GALLO, 2007). Um dos aspectos da ação direta é a propaganda pelo fato: a realização de ações contundentes que demonstram para os próprios oprimidos sua capacidade de luta\resistência. As escolas ocupadas têm esse caráter de propaganda pelo fato, um tipo de “efeito demonstração em cadeia, facilitado pela rede de comunicação entre os

23. A desobediência civil pode ser violenta como no caso dos Black Bloc's, ou não, como no movimento pela independência da Índia ou as escolas ocupadas.

24. Na Alerj, estudante critica o fim do ensino médio no Ciep Glauber Rocha: governo vai municipalizar unidade e estuda acabar com turnos em outras escolas estaduais de Nova Friburgo. *Jornal A Voz da Serra* 02\12\2016

secundaristas” (CAMPOS et. al, 2016, p.112).

Dessa forma, pensar, desobedecer e agir indicam a prática de uma “cidadania insurgente”. Assim, estas manifestações (junho de 2013, escolas ocupadas)

são exercícios de cidadania insurgente, uma busca de redefinição da cidadania pseudodemocrática que se instalou nos últimos anos, por exemplo no Brasil, onde o exercício das práticas deliberativas\participativas são pautadas pelos que estão no poder. (GOHN, 2014b, p.143)

A questão dos processos de tomada de decisão é central nesse novo repertório de ações coletivas. Por um lado, o questionamento da centralização, da verticalização e da falta de transparência nos processos de tomada de decisão do Estado; por outro lado a busca por formas organizativas baseadas na horizontalidade, na pluralidade e na autonomia. Mas é importante ressaltar que não se tratam de movimentos contra o Estado, mas de movimentos que reivindicam um Estado mais eficiente (GOHN, 2014a, 2014b), capaz de garantir com qualidade direitos\serviços como saúde, educação, transporte, etc. São, portanto, movimentos diametralmente opostos ao ideário neoliberal – que prega o Estado mínimo.

As ocupações de escolas retomam a forma e a estética dos atos de protesto, ocorridos em junho de 2013, contra o aumento do preço das passagens de transportes públicos e podem ser entendidas como um segundo momento de amadurecimento de uma nova geração de militantes (NAVARRO e BRASILINO, 2016). A estética das escolas ocupadas, com os cartazes feitos a mão, com mensagens diversificadas, sem símbolos de partidos, sindicatos e entidades estudantis, lembra muito as manifestações de 2013. O Professor Pablo Ortellado considera que “o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013” (ORTELLADO, 2016, p.15).

A prática da desobediência civil e da ação direta foi retomada com mais força, no Brasil, a partir das manifestações de 2013, em torno do aumento da tarifa dos transportes públicos. Observa-se que “há um novo momento e um novo modelo de associativismo entre os jovens no mundo contemporâneo” (GOHN, 2014a, p.12). Pode-se afirmar que as escolas ocupadas se inserem em um novo ciclo de lutas desencadeado a partir da crise econômica de 2008. Esse novo ciclo de lutas sociais apareceu com mais intensidade, a partir de 2011, com os confrontos nas periferias de Londres, o Occupy (Wall Street, Frankfurt, Londres, Roma, etc), os Indignados na Espanha, A(s) Primavera(s) Árabe(s) em vários países. No Brasil, esse novo ciclo se iniciou em 2013 (GOHN, 2014b).

Outro fator que conecta as escolas ocupadas aos protestos de junho de 2013 e aos movimentos internacionais, especialmente o Occupy, são os princípios organizativos em que se destacam a horizontalidade, a pluralidade e a autonomia. Fora isso, é fundamental considerar as especificidades da crise e da situação das classes e das lutas sociais nos países da América Latina, como o Brasil, que são muito diferentes da crise ocorrida nos países centrais, a partir de 2008 (GOHN, 2014a, 2014b).

Justamente devido a esse novo repertório, muitos analistas tiveram dificuldades em compreender essas novas lutas e movimentos, mas

muitos dos que não encontram programa ou estratégias claras nas manifestações o fazem sob a ótica teórica da esquerda, da luta de classes, etc. Entretanto, vários desses movimentos se inspiram mais nos ideais dos anarquistas, libertários, socialistas utópicos, etc. do que os da esquerda tradicional. (GOHN, 2014b, p.67)

Compreende-se esquerda tradicional como aquela que historicamente se organiza em partidos e sindicatos, com certa hegemonia do pensamento marxista.

A partir dessas considerações as escolas ocupadas serão abordadas como fenômenos libertários. Os fenômenos libertários “estão ligados às lutas antiautoritárias que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história” (CORRÊA, 2015, p.91).²⁵

De forma geral, o pensamento libertário costuma associar a questão do poder às práticas de tomada de decisão em sociedade ou em coletivos, como sindicatos, entidades estudantis etc. Uma das preocupações centrais é nível de participação de cada indivíduo nos processos de tomada de decisão. Justamente uma das questões centrais levantada pelas escolas ocupadas é a participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão sobre a escola: utilização do espaço físico, limpeza, cardápio da merenda, currículo, o objetivo e o formato das atividades pedagógicas e das avaliações. A ocupação possibilitou aos estudantes gerir diretamente todos esses aspectos do cotidiano de suas escolas.

Quando os estudantes tomam a escola e passam a gerir esse espaço diretamente, eles estão exercendo poder. Dessa maneira, o exercício do poder não está ligado somente à dominação, mas também “associado à horizontalidade a qual pode ser exercida no espaço público, implicando um reforço da esfera pública em sentido forte” (SOUZA, 2010, p.19). A tomada do espaço da escola pública e sua gestão com base na horizontalidade implicam um reforço da esfera pública a partir do exercício de uma cidadania insurgente.

“A ideia da horizontalidade é que todos devem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão em uma base de igualdade, e que não pode haver líderes” (HOLLOWAY, 2013, p.46). O princípio da Horizontalidade impede a aparição de líderes, mas não de lideranças. As lideranças surgem normalmente no processo da luta e isso não é um problema. O problema acontece quando as lideranças se cristalizam em posições de destaque\comando e se tornam líderes, centralizando as tomadas de decisão. Dessa maneira, a horizontalidade como princípio organizativo impede a

25. Os fenômenos libertários são distintos dos fenômenos anarquistas, que “estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, pode ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios mais restritos” (CORRÊA, 2015, p.91). Os fenômenos anarquistas se enquadram nos fenômenos libertários, que abrangem um espectro mais amplo de lutas e acontecimentos. Considerar as escolas ocupadas um fenômeno anarquista seria um erro grave, já que não há nenhum indício de um corte ideológico bem definido pelos estudantes em seu movimento.

formação de um aparato centralizado(r) que se coloque sobre a organização coletiva. Trata-se de uma forma de afirmação da capacidade política dos sujeitos em luta – bem como a ação direta. A horizontalidade aparece, na prática, tanto nas assembleias dos estudantes, quanto nas atividades e tarefas cotidianas da ocupação.

Nas Ocupações, os Estudantes construíram um processo prático de formação política centrado nas assembleias como forma de tomada de decisão. Nas assembleias, as diversas posições políticas estavam presentes, mas sem que nenhuma delas pudesse controlar o movimento. Dessa forma, a pluralidade foi uma das marcas fortes do movimento dos estudantes. A partir do princípio da pluralidade, as “diferenças que existem entre os indivíduos serão respeitadas como elementos que enriquecem a unidade da experiência e do fenômeno” (BOOKCHIN, 2010, p.46).

Cada escola ocupada tinha sua própria organização, sem a necessidade de um modelo rígido a ser copiado. A pluralidade foi um dos elementos que conferiu força ao movimento estudantil. Os estudantes tiveram capacidade de manter coesão e coerência na diversidade. Pluralidade com coesão, ao invés da unidade (como prega a esquerda tradicional\institucionalizada). A coesão na pluralidade foi alcançada através da organização em assembleias, tanto dentro das escolas ocupadas quanto na articulação entre elas. A pluralidade organizada em assembleia cria um ambiente em que todos se sentem confortáveis para participar e com isso aprender. “Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas” (GOHN, 2013, p.16). Assim, a vivência dos estudantes nas escolas ocupadas, participando diretamente dos processos de tomada de decisão, teve um caráter educativo muito intenso.

A pluralidade organizada em assembleia com base na horizontalidade, um processo em que todos participam ativamente dos processos de tomada de decisão, aponta para o princípio da autonomia. Nas Escolas Ocupadas, a Autonomia aparece como uma conquista, resultado de uma construção social\coletiva e não individual. A palavra Autonomia “significa, singelamente, o poder de uma coletividade de se reger por si própria, por leis próprias” (SOUZA, 1995, p.105). A ideia de Autonomia surgiu na antiga Grécia e foi realizada na organização da pólis; desde então ela está relacionada com “a ideia de governo social, a capacidade que o indivíduo tinha de participar diretamente no governo da sociedade em que vivia” (BOOKCHIN, 2010, p.84). Portanto, a conquista e o exercício da Autonomia são processos necessariamente sociais\coletivos. Quando os estudantes passam a gerir diretamente o espaço escolar, sem seguir imposições de uma entidade externa, eles estão exercendo autonomia.

É essencial perceber, então, que o poder está ligado às práticas dos indivíduos em coletividade. Ele é “sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir” (FOUCAULT, 2010, p.289). O poder serve para restringir ou possibilitar a ação dos indivíduos em relação uns aos outros. O poder regula ação dos indivíduos em sociedade, assim, “só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato” (FOUCAULT, 2010, p.287). Nessa

concepção do poder exercido por uns sobre outros o poder está ligado às relações de mando e obediência, coerção, dominação.

Essa concepção de poder como coerção, dominação, corresponde à heteronomia (oposto da autonomia), quando uma coletividade é regida\dominada por uma entidade\ instituição externa ou superior a ela. Assim,

As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (ou seja, do *nómos*, ou dos *nomói*) – em uma palavra, à heteronomia –, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente – em uma palavra, à autonomia. (SOUZA, 2010, p.23) [grifos do autor]

Aqui temos a oposição entre autonomia e heteronomia colocada de forma bem clara: são dois modelos de exercício do poder, duas formas de reger\regular as relações em sociedade. Os estudantes se rebelaram contra o poder heterônimo do Estado e instituíram um poder autônomo com base em um processo de reapropriação material e simbólica do espaço escolar: a ocupação.

A organização autônoma e horizontal dos estudantes em assembleias, atividades pedagógicas e de manutenção levou a construção de uma democracia direta\radical nas escolas ocupadas:

E a gente também tem aula de democracia aqui todos os dias. Ao longo do tempo, já são três semanas que vão entrar aí, de ocupação, né. Então, ao longo do tempo, o tempo que você fica aqui, que você assiste as palestras, as rodas culturais e tudo mais. Você tem uma aula de democracia. Agora, a gente, a escola que a gente vivenciava aqui não formava mais cidadãos. As aulas só se resumiam a um quadro branco e um *pillot*. (Gabriela D'imperio – estudante)²⁶

Os estudantes compreenderam na prática que democracia e cidadania são duas faces de um mesmo processo, uma não existe sem a outra. Nesse sentido, cidadania significa cogestão dos indivíduos sobre as regras de convivência da sociedade. Os estudantes perceberam que não estavam sendo formados para o exercício da cidadania, mas da obediência.

A disputa entre os estudantes e o Estado evidencia a ideia de poder como assimetria nas relações de força “como uma relação que se estabelece nas lutas e disputas entre diversas forças sociais em conflito, quando uma(s) força se impõe à(s) outra(s)” (CORRÊA, 2015, p.135). Essa concepção de poder é diretamente voltada para a compreensão das lutas que buscam transformações na sociedade. Ela também permite entender a ação de ocupação das escolas como uma ação de resistência à força social hegemônica. Uma ação que busca construir um poder alternativo ao poder dominador hegemônico. Nesse sentido, os estudantes construíram um contrapoder, ou seja, “um poder que é exercido em oposição a outro poder” (SOUZA, 2010, p.18). O fato de não haver relações de dominação no interior do movimento das escolas ocupadas não quer dizer que não existem relações de poder, apenas que essas relações não

26. Documentário: #OCUPAJAMIL. Prod. ASTH, M. Nova Friburgo, publicado em 11 mai. 2016.

são de dominação. Isso não significa também que não haviam contradições dentro das escolas ocupadas.

As relações de dominação produzem um poder dominador ligado à “dominação, hierarquia, alienação, monopólio das decisões por uma minoria, estrutura de classes e exploração” (CORRÊA, 2015, p.138). Os estudantes se opuseram a esse tipo de poder a partir da prática da gestão autônoma e direta do espaço escolar, ou seja, da autogestão. Dessa forma, eles opuseram um poder auto-gestionário a um poder dominador. O poder autogestionário está ligado à “autogestão, participação ampla nas decisões, agentes não alienados, relações não hierárquicas, sem relações de dominação, sem estrutura de classes e exploração” (IDEM).

“Muito embora a palavra autogestão seja fruto da segunda metade do século XX, a ideia e as práticas que o termo recobre fazem parte da herança deixada pelo anarquismo clássico” (SOUZA, 2012, p.63). Para os anarquistas, a Autogestão é um meio de colocar em prática a emancipação dos trabalhadores como uma obra dos próprios trabalhadores, por isso, os “libertários foram os primeiros, e, durante muito tempo, os únicos a desenvolver a teoria da autogestão e dela fazer um princípio de ação” (BERTHIER, 2002, p.61). Assim a Autogestão é um princípio de organização e as estruturas autogestionárias são “essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia” (IDEM). A questão da participação dos indivíduos nos processos de tomada de decisão é essencial para compreender a autogestão. As estruturas autogestionárias devem permitir e incentivar a expressão de todos os envolvidos nos processos de tomada de decisão e execução. O fato de permitir a expressão de todos não significa que na autogestão todos têm o mesmo peso nas decisões o tempo todo. Considera-se que “cada agente deve participar do processo de tomada de decisões, na mesma proporção que ele é afetado pelas consequências” (ALBERT, 2004, p.17) dessa decisão.

O poder, portanto, não tem somente uma face negativa de dominação\sujeição\exploração\heteronomia; o poder também pode ter uma face positiva de autogestão\horizontalidade\pluralidade\autonomia. As práticas de determinada sociedade, coletividade, grupo, podem se aproximar mais ou menos de um desses dois polos ideais de tipos de poder: obediência\heteronomia\dominação ou pensar\autonomia\autogestão. Esses polos são ideias que ajudam a compreender a realidade e podem ser representados esquematicamente:

Pensar	X	Obedecer
Autonomia	X	Heteronomia
Autogestão	X	Dominação

Quadro 1: Polos de tipos ideais de poder.

Fonte: Elaborado pelo autor.²⁷

27. Inspirado em CORRÊA, 2015.

A experiência das escolas ocupadas teve um caráter pedagógico importante para a formação de toda uma nova geração de militantes, com um novo repertório de ações coletivas. A “descoberta de sua própria força e capacidade enquanto sujeitos criou, nos estudantes, o desejo e a disposição de se engajar na luta pelo direito a uma educação pública de qualidade de forma mais ampla e contínua” (CAMPOS et. al., 2016, p.305). Acredita-se que por “menor que seja, há um efeito duradouro nos corações e mentes daqueles que viram uma escola cidadã e autônoma, sem hierarquia de saberes” (NUNES, 2016, p.11).

O caráter espacial da experiência das escolas ocupadas é um dos aspectos mais importantes para a compreensão desse fenômeno, já que o espaço escolar é o referencial material e simbólico que dá sustentação às ações dos estudantes.

A ESCOLA É NOSSA

Há escolas que são gaiolas

e há escolas que são asas.

Rubem Alves

A frase “A escola é nossa” pintada à mão em cartazes e faixas esteve presente em praticamente todas as escolas ocupadas, no Brasil. É uma das frases mais emblemáticas desse movimento. A palavra “nossa\ nosso”²⁸, é um pronome possessivo, indica posse ou propriedade, tanto física como intelectual. Portanto, a frase pretende indicar de quem é a posse, o domínio, do espaço escolar (pelo menos naquele momento). O cartaz com a frase “A escola é nossa” na fachada, no portão ou no pátio principal das escolas ocupadas é uma marca visível na paisagem do exercício de poder\ domínio dos estudantes sobre o espaço escolar. O que levou o professor Fernando Nunes a considerar as ocupações de escolas como um movimento de “reintegração de posse” (2015).

A ocupação de determinados espaços é uma tática muito utilizada pelos movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam por moradia, terra e território. Quando os estudantes ocupam as escolas eles se co-locam (PORTO-GONÇANVES, 2004), tornam sua presença visível no local\ locus. Mas mais do que isso sua presença é notada por que eles passam a exercer controle (domínio\ poder) sobre determinado lugar. Dessa forma, o espaço joga um papel central nesse tipo de ação coletiva, pois

o poder não é exercido apenas no espaço (o que é irritantemente óbvio), mas também através do espaço e por meio do espaço – isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de “lugar” (SOUZA, 2010, p.30)

O ordenamento espacial pode facilitar ou dificultar o exercício de determinado tipo

28. De acordo com o dicionário virtual Michaelis <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&pala-vra=nosso>

de poder: dominador ou autogestionário. Assim toda arquitetura das escolas é pensada para facilitar o exercício do poder dominador como a separação e a classificação dos estudantes em salas/séries, por exemplo. Dessa maneira, as formas materiais do espaço e sua configuração territorial apontam no sentido de determinada organização das relações sociais.

Mas as práticas espaciais dos sujeitos de carne e osso são tão importantes quanto à estrutura espacial e a configuração territorial. As práticas espaciais podem ser coercitivas ou insurgentes (SOUZA, 2010, p.24). Elas podem subverter a estrutura espacial a partir de uma reconfiguração territorial. Nas escolas ocupadas às salas de aula se transformaram em quartos coletivos, as atividades pedagógicas e de organização da ocupação eram realizadas preferencialmente nas áreas externas (de uso comum) como o pátio ou a quadra, a cozinha se tornou um ponto de encontro e troca de ideias especialmente à noite (quando diminuía o número de estudantes na ocupação), não havia separação por série ou nível de ensino entre os estudantes, que se distribuíam nas tarefas e atividades de acordo com seus interesses. Dessa maneira, pode-se considerar que nas escolas ocupadas o exercício de uma cidadania insurgente está diretamente ligado a uma prática espacial insurgente. Em oposição a uma cidadania obediente ligada às práticas espaciais coercitivas praticadas pela administração escolar.

O espaço (escolar) foi fundamental como base material e simbólica para o movimento (estudantil) se organizar, resistir e construir sua autonomia. Mas, mais do que isso, o espaço coage, age com, é co-agente, ele participa da ação, por isso, todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem socioespacial (PORTO-GONÇANVES, 2004). O espaço escolar, além de ser o foco da mobilização estudantil, participa, também, como referencia central da ação de ocupação e na construção das identidades coletivas criadas pelos estudantes em luta: Ocupa Cairu, Ocupa Mendes, Ocupação do CE Prof Jamil El-Jaick, Ocupação CIEP 123 Glauber Rocha, etc. Cada ocupação tinha uma identidade própria e também estava inserida em uma identidade coletiva mais ampla e difusa das escolas ocupadas (e do movimento estudantil).

Destaca-se, assim, capacidade dos movimentos sociais de criar seus próprios recortes de espaço para se organizar e resistir coletivamente. As escolas ocupadas são um exemplo de como “os de baixo são capazes de criar seus próprios espaços e convertê-los em territórios” (ZIBECCHI, 2015, p.29). Os estudantes convertem as escolas ocupadas em territórios exercendo poder sobre esses espaços, pois, “território é um conceito cujo foco central está colocado nas relações de poder” (HAESBAERT, 2009, p.12). A questão que se coloca é quais relações de poder serão observadas, estudadas e valorizadas a partir da aplicação do conceito de território.

Existe uma longa tradição na Geografia e nas Ciências Sociais em geral de se considerar o território como substrato material ou área de domínio do Estado, “compreendendo qualquer outra manifestação no território, que não a estatal, como

uma excepcionalidade” (PAULA, 2015, p.31-32). Contudo, mais recentemente os próprios movimentos sociais se apropriaram do conceito de território, que passou “a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia” (GOHN, 2013, p.28 11). O controle do território está ligado às possibilidades de reprodução física e cultural de determinado(s) grupo(s). Dessa maneira, o território aparece como um conceito “que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p.245).

Considera-se, portanto, que o “território não pode ser apreendido como área de atuação de um único agente (o Estado), pois outros organismos, como os sindicatos [e o movimento estudantil], também atuam e imprimem nele sua marca” (PAULA, 2015, p.38). Os movimentos sociais são agentes que atuam no território, mas também são capazes de criar seus próprios territórios. Dessa maneira, a conversão do espaço escolar em um território de resistência estudantil pode ser observada nas alterações na paisagem da escola, principalmente os cartazes e faixas fixados na entrada das escolas ocupadas e a corrente com cadeado nos portões. “Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade” (PORTO-GONÇANVES, 2004, p.9). Nesse caso reinventando a escola.

“O processo de organização de protestos, mas sobretudo as ocupações, geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais” (ORTELLADO, 2016, p.13). Dessa forma, a conversão das escolas ocupadas em territórios de resistência e autonomia estudantil se deu com a instalação de outro leque de relações sociais nesses espaços. Já que territórios “são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p.87). As relações sociais que se instalaram nas escolas ocupadas implicaram toda uma reorganização espacial da escola e suas atividades, com uma utilização maciça das áreas externas.

Parte-se de uma concepção relacional em que o território é definido “antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2007, p.54). As relações sociais são sempre relações de poder, o que difere são o caráter e a forma de exercício do poder. Nesse sentido, as escolas ocupadas são experiências privilegiadas para a observação de relações de poder que se aproximam mais da autonomia e da autogestão. E do tipo de território forjado por essas relações.

O “território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇANVES, 2004, p.5). Nas escolas ocupadas a tessitura do conjunto das relações sociais que instituíram esses territórios se deu em oposição ao conjunto de relações sociais hegemônicas na sociedade capitalista.

A instituição de um território é resultado de um processo (permanente) de territorialização; pois, “não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos - territorialidades - para estar com a terra” (PORTO-GONÇANVES, 2015, p.245). Na sociedade existem diversos grupos com territorialidades distintas e até opostas. Esses grupos disputam o sentido da territorialização buscando tornar sua territorialidade hegemônica. Assim, a tensão e o conflito estão presentes em todo processo de territorialização. Dessa maneira, a territorialização dos estudantes por meio da ocupação implicou necessariamente um conflito de territorialidades com os agentes da administração escolar.

Pode-se compreender territorialidade(s) como diferentes sentidos para estar com a terra ou como uma “estratégia territorial, uma ação no território buscando um objetivo político\social ou econômico sem necessariamente que se consuma uma posse efetiva do território” (PAULA, 2015, p.38). Essas duas compreensões não estão dissociadas. Nas escolas existe uma tensão constante entre o sentido de estar na escola para os estudantes e para a administração escolar. Essa tensão se transformou em conflito quando os estudantes acionaram a territorialidade como estratégia buscando um objetivo político\social via ocupação do espaço escolar. Evidencia-se, então, que no processo da luta os estudantes construíram uma territorialidade insurgente, rebelde, autônoma que se opôs a territorialidade coercitiva, heterônoma, imposta pelo Estado via Secretaria de Educação e Direções das escolas.

Nas escolas ocupadas, a resistência, contrapoder, insurgência, foi exercida pelos estudantes mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação do espaço (SOUZA, 2010). A territorialização dos estudantes como gestores das escolas se dá a partir do momento em que eles acionam a territorialidade como uma estratégia a fim de conquistar objetivos político-pedagógicos e materiais.

Como dito anteriormente, as práticas espaciais podem ser insurgentes ou coercitivas (obedientes). Práticas espaciais insurgentes estão ligadas a construção de territorialidades insurgentes. Práticas espaciais coercitivas estão ligadas a construção de territorialidades coercitivas. Dessa forma, a territorialização da territorialidade insurgente (autônoma) dos estudantes pela ocupação implicou a desterritorialização da territorialidade coercitiva (heterônoma) da administração escolar.

Os princípios que orientam os estudantes são a autonomia, a pluralidade e a diversidade. Por sua vez o princípio que orienta a administração escolar (Coordenadorias, Secretaria de Educação) é a meritocracia. Dessa forma, as ações coletivas dos estudantes se opõem (na prática) ao princípio que orienta as ações da administração escolar. A partir dessa oposição inicial se desdobram uma série de oposições: na forma de entender\exercer a cidadania; nas práticas espaciais; e no tipo de territorialidade que eles constroem a partir das práticas espaciais de cada ator em cena. Essas oposições podem ser representadas esquematicamente:

Cidadania Insurgente X Cidadania Obediente
Práticas Espaciais Insurgentes X Práticas Espaciais Coercitivas
Territorialidade Insurgente X Territorialidade Coercitiva

Quadro 2: Cidadania, Práticas Espaciais, Territorialidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os estudantes desenvolveram uma política de segurança própria nas escolas ocupadas. Essa política de segurança tinha uma relação muito forte com o controle do acesso ao espaço escolar. O controle do acesso era fundamental para evitar sabotagens e vandalismo nas ocupações. Mesmo assim algumas escolas sofreram sabotagens. As sabotagens poderiam ser realizadas por membros da administração escolar quando pediam pra acessar documentos nas secretarias, por professores e funcionários contrários a ocupação e até mesmo pela Polícia Militar, como foi relatado por diversas ocupações em áreas periféricas. Por isso, as correntes e cadeados nos portões, tanto das áreas externas quanto nos prédios, e a presença constante dos estudantes registrando quem entrava e saía da escola eram necessários. No CEJE e no CIEP 123 não foram registradas ocorrências graves nesse sentido. O controle da sua própria segurança leva os estudantes a outro nível de apropriação do espaço escolar:

A gente fazendo, os próprios alunos fazendo a segurança da escola é uma coisa muito legal. A limpeza inclusive das salas de aula, dos banheiros, do pátio, das arquibancadas, da cozinha. Os alunos fazendo a nossa comida. (Gabriela D'imperio – estudante)²⁹

Os próprios estudantes fazendo a segurança da escola e controlando o acesso a ela remetem diretamente a instituição da escola (ocupada) como um território de resistência estudantil. Uma área com acesso controlado é uma das compreensões mais disseminadas sobre a ideia de território. Além disso, o controle do acesso a determinada área é uma das relações sociais mais fáceis de observar em sua concretude.

A questão do controle do acesso aponta uma reflexão importante sobre as fronteiras. As fronteiras são um aspecto central nessa definição de território. Afinal as fronteiras delimitam a área de acesso controlado. No caso das escolas ocupadas, houve uma redefinição das fronteiras do espaço escolar. A escola é uma instituição que possui relações tão íntimas com a comunidade do entorno que o espaço escolar não se confunde com o espaço definido pelos muros. A forma como se dão as relações entre escola e comunidade é que definem as fronteiras do espaço escolar. Considera-se que no período das ocupações as fronteiras do espaço escolar se expandiram consideravelmente, com uma participação muito mais ativa de pais e vizinhos nas atividades da escola.

No caso do CE Jamil El-Jaick essa redefinição das fronteiras do espaço escolar durante a ocupação foi bastante evidente. Devido à centralidade da escola pessoas

29. Documentário: Ocupação Jamil El Jaick - Nova Friburgo (https://www.youtube.com/watch?v=c-NH73N_QKR0)

de diversas regiões do município estão matriculadas nela e a ocupação contou com forte apoio de ex-alunos, acabou se conformando como uma espécie de polo político-cultural de mobilização da luta em defesa da educação pública.

No caso do CIEP 123 essa expansão das fronteiras foi especialmente evidente durante o evento “Ocupação Cidadã”. Mas o caráter dessa ocupação foi o de manter a escola funcionando “normalmente” durante a semana, já que os estudantes avaliaram que a manutenção das aulas seria um ato de resistência a imposição do fim do Ensino Médio.

Apesar da distancia física de outras escolas ocupadas pelo Estado os estudantes do CE Jamil El-Jaick e do CIEP 123 Glauber Rocha estavam inseridos em um movimento maior em escala estadual e nacional. Eles transformaram temporariamente suas escolas em territórios de resistência estudantil a partir do desenvolvimento de relações de poder autogestionárias, autônomas. Com isso, instituíram territórios com um caráter totalmente diferente dos territórios do Estado e do Capital e por isso representam um verdadeiro desafio a eles.

APONTAMENTOS FINAIS

O Estado veio quente

Nóis já tá fervendo

Quer desafiar

Não tô entendendo

Mexeu com estudante

Vocês vão sair perdendo

(MC Foice e Martelo)

As ocupações de escolas no Estado do Rio de Janeiro foram diretamente influenciadas pelas notícias sobre as ocupações em São Paulo e outros Estados. Dessa maneira, os estudantes encontraram um canal para expressar sua indignação em relação aos resultados das políticas educacionais na rede pública estadual e da administração do governo estadual de forma geral.

A partir da ação direta de ocupar as escolas os estudantes encontraram uma forma de serem vistos e ouvidos, contestando os processos centralizados de tomada de decisão pelo Estado e pelas administrações escolares. Dessa maneira, as relações entre estudantes e Estado se modificaram, mesmo que momentaneamente.

As ocupações evidenciaram uma tensão de territorialidades presente nas escolas constantemente, entre o sentido de estar na escola para os estudantes e para o Estado e as administrações escolares. Essa tensão explode como conflito quando as escolas são ocupadas e todo seu funcionamento é subvertido pelos estudantes. Nesse sentido,

a ocupação representou a substituição de uma territorialidade heterônoma (ligada ao Estado) por uma territorialidade autônoma (dos estudantes). Assim a ocupação implicou necessariamente a desterritorialização de pessoas\entidades que exercem\impõem a territorialidade heterônoma sobre o espaço escolar.

O espaço escolar funcionou como catalizador da mobilização dos estudantes, como referência central da ação coletiva de ocupação e como referência para a construção das identidades coletivas criadas pelos estudantes em luta. Dessa forma, o controle do espaço escolar possibilitou que os estudantes resistissem aos ataques do Estado e de grupos opositores.

As reivindicações dos estudantes se dirigiam diretamente ao Estado, exigindo uma educação pública de qualidade. Nesse sentido, os estudantes exigiam um Estado mais eficiente e se contrapunham a privatização da escola pública. Dessa forma, o caráter emancipatório das escolas ocupadas aparece muito mais nas experiências de gestão autônoma da escola pelos estudantes do que nas reivindicações.

Os estudantes tomaram a frente trilhando e apontando os caminhos da luta em defesa da educação pública na América Latina. Apesar das especificidades locais e do caráter temporário das experiências, é possível traçar linhas de continuidade e influência mútua entre as ações dos estudantes. Eles se mobilizam com base nas escolas ocupadas que funcionam como base material e simbólica para sua luta\resistência.

Os Estudantes desafiaram o Estado e o Capital com a construção de um projeto prático de renovação da Educação Pública baseado no diálogo e na diversidade; transformando as escolas ocupadas em territórios de resistência e autonomia.

REFERÊNCIAS

ALBERT, M. Buscando a autogestão. In: CORREA, F., AMARAL, R. (org.). **Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo:Faisca Publicações Libertárias, 2004, p.17-41.

BEY, H. Zonas Autônomas Temporárias. In: **Zonas Autônomas**. Org: Coletivo Protópia. Porto Alegre: Ed. Deriva, 2010, p.25-112.

BERTHIER, R. Autogestão. In: COELHO, P.(org.) **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

BOOKCHIN, M. Municipalismo libertário. In: CAVALCANTI, MJ (org.). **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010, p.43-74.

_____. Autogestão e tecnologias alternativas. In: CAVALCANTI, MJ (org.). **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010, p.79-100.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J. e RIBEIRO, M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016, 352 p.

CORRÊA, F. **Bandeira negra: discutindo o anarquismo**. Curitiba: Prisma, 2015.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault Uma Trajetória Filosófica: para além do**

estruturalismo e da hermenêutica. DREYFUS, H.L. e RABNOW, P. 2ªed. SP: Forence Universitária, 2010, p.273-295.

GALLO, S. O Paradigma Anarquista em Educação. In: GALLO, S.(org.) **Pedagogia Libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p.19-32.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.43-71.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo** . São Paulo: Publisher Brasil, 2013, 270p.

NAVARRO, C; BRASILINO, L. Escolas de luta: educação, autonomia e liberdade. Publicado em: 04\01\2016 Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2019>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ORTELLADO, P. Prefácio: Primeira flor de junho. In: CAMPOS, A.; MEDEIROS, J. e RIBEIRO, M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016, 352 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola », Polis [En línea], 41 | 2015, Publicado el 20 septiembre 2015, consultado el 26 marzo 2016. URL : <http://polis.revues.org/11027> ; DOI : 10.4000/polis.11027.

SOUZA, M. L. Autogestão, autoplanejamento, autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. **Revista Cidades**. (Presidente Prudente), v. 9, 2012.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**. (Presidente Prudente) v. 7, 2010

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Org: CASTRO, IE; GOMES, PCC; CORRÊA, RL. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.

TIBURI, MARCIA. Ocupar como conceito político. 06\2016. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/06/ocupar-como-conceito-politico/>

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, 173p.

ALUNOS ocupam CIEP Glauber Rocha. Produção TVC Canal 06. Nova Friburgo, 23 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hVEm8ayzZHw>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, ALEXANDRE. Estudantes ocupam o Ciep Glauber Rocha em protesto contra o governo: unidade será municipalizada no próximo ano, mas alunos não querem o fim do ensino médio. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 23 nov. 2016. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-ocupam-o-ciep-glauber-rocha-em-protesto-contra-o-governo>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, ALEXANDRE. Na Alerj, estudante critica o fim do ensino médio no Ciep Glauber Rocha: governo vai municipalizar unidade e estuda acabar com turnos em outras escolas estaduais de Nova Friburgo. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 02 dez. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/na-alerj-estudante-critica-fim-do-ensino-medio-no-ciep-glauber-rocha>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, ALEXANDRE. - - Estudantes ocupam coordenadoria regional da Secretaria de Educação: grupo protesta contra o fechamento de turmas, turnos e do ensino médio em escolas estaduais em

Nova Friburgo. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 13 dez. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-ocupam-coordenadoria-regional-da-secretaria-de-educacao>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BELÉM, AMANDA. Escolas estaduais de Nova Friburgo apoiam a greve e paralisam atividades: Profissionais da educação, funcionários e estudantes reivindicam pagamento dos salários e qualidade de ensino nas escolas. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 02 Mar. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/escolas-estaduais-de-nova-friburgo>

apoiam-greve-e-paralisam-atividades> Acesso em: 10 jan. 2017

CIEP: alunos ocupam. Produção Luau TV, Jornal da Luau. Nova Friburgo, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wxWSTurqoE4>> Acesso em: 10 jan. 2017.

DESOCUPAÇÃO DO JAMIL EL JAICK. Produção TV ZOOM. Nova Friburgo, 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5YPX4nMwkM0>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ESCOLA estadual de Nova Friburgo continua ocupada por alunos. Produção SBT Rio. Nova Friburgo, 24 mai. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5vINI_r1AFA> Acesso em: 10 jan. 2017.

G1, PORTAL. Alunos ocupam Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick, em Friburgo: Estudantes iniciaram ocupação nesta segunda-feira (18). Eles reclamam de falta de infraestrutura e cobram melhorias no ensino. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 18 Abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2016/04/alunos-ocupam-colegio-estadual-professor-jamil-el-jaick-em-friburgo.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

G1, PORTAL. Alunos que ocupam Colégio Estadual Jamil El-Jaick descobrem material abandonado. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 12 Mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/rjintertv-2edicao/videos/v/alunos-que-ocupam-colegio-estadual-jamil-el-jaick-descobrem-material-abandonado/5020351/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

KNUST, KARINE. Estudantes fazem nova manifestação em apoio à greve dos professores: ato foi em frente à Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II; alunos também relataram condições precárias das unidades. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 08 Mar. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-fazem-nova-manifestacao-em-apoio-greve-dos-professores>> Acesso em: 10 jan. 2017.

KNUST, KARINE. Alunos desocupam o Colégio Jamil El-Jaick: Movimento em apoio à greve dos professores durou 56 dias; Sepe diz que paralização continua. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/alunos-desocupam-o-colegio-jamil-el-jaick>> Acesso em: 10 jan. 2017.

KNUST, KARINE. Educação faz paralização em Friburgo contra pacote do governo estadual e a PEC 241. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 11 nov. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/educacao-faz-paralisacao-em-friburgo-contra-pacote-do-governo-estadual-e-pec-241>> Acesso em: 10 jan. 2017.

NAMEM, FLÁVIA. Mesmo ocupado, Jamil El-Jaick entra em recesso: Secretaria de Educação antecipa férias na unidade e em outras escolas do estado ocupadas. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 04 Mai. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/mesmo-ocupado-jamil-el-jaick-entra-em-recesso>> Acesso em: 10 jan. 2017.

NOGUEIRA, WANDERSON. Coluna Observatório: Força friburguense. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 01 Abr. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/colunas/observatorio/forca-friburguense>> Acesso em: 10 jan. 2017.

OCUPAÇÃO Jamil El Jaick. (Documentário) Produção João Victor Gaspar e João Ferreira. Nova

Friburgo, 28 Abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNH73N_QKR0> Acesso em: 10 jan. 2017.

SERRA, A VOZ DA. Ocupação do Jamil El-Jaick prossegue pela segunda semana: Atividades artísticas, de lazer e educação são promovidas na unidade. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 25 Abr. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/ocupacao-do-jamil-el-jaick-prossegue-pela-segunda-semana>> Acesso em: 10 jan. 2017.

SERRA, A VOZ DA. Alunos ocupam o Colégio Estadual Jamil El-Jaick: Cerca de 70 alunos do Ensino Médio tomaram conta das instalações da unidade na manhã de segunda-feira. Movimento reivindica melhorias para educação pública. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 18 Abr. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/alunos-ocupam-o-colegio-estadual-jamil-el-jaick>> Acesso em: 10 jan. 2017.

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. **Gestão Integrada da Escola**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/553225/DLFE-37306.pdf/InformativoGIDE.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

#OCUPAJAMIL. (Documentário) Produção Marcelo Asth. Nova Friburgo, 11 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=11PtEpY1eHY>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?

Mariano de Matos Macedo

UFPR, Professor do Programa de Pós-Graduação
em Planejamento Urbano - PPU
Curitiba - Paraná

Wilhelm Milward Meiners

UFPR, Doutorando do Programa de Pós-
Graduação em Geografia da UFPR, Professor do
Núcleo de Economia da PUCPR
Curitiba - Paraná

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre as estratégias de desenvolvimento regional no Brasil associadas ao apoio a Arranjos Produtivos Locais. Referenciadas por uma dimensão territorial e pelo conceito de Sistemas Territoriais de Produção, essas estratégias devem se tornar menos localistas e administrativistas e mais articuladas aos aspectos estruturais que condicionam a dinâmica, a dispersão e a concentração espacial das atividades econômicas no Território Nacional. Nessas condições, essas estratégias devem se voltar para o desenho de políticas que, convergindo no território, promovam a geração de externalidades associadas às diferentes escalas de planejamento que caracterizam a dimensão territorial: perrouxianas, marshallianas, schumpeterianas, jacobianas e institucionais. Esse foco requer diagnósticos abrangentes sobre a dinâmica econômica e

social, voltados para a análise da interação dos movimentos do sistema de logística; da estrutura das atividades econômicas; do sistema de C&T; da rede de cidades; da qualidade do urbano; e das instituições locais, além do rebatimento desses movimentos nas e entre as diversas escalas espaciais.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento regional. Arranjos Produtivos Locais. Sistemas Territoriais de Produção.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the change in focus of regional development strategies in Brazil, which are generally associated with support for Local Productive Arrangements. Referred by a territorial dimension and the concept of Territorial Production Systems, these strategies must become less local and administrativist and more articulated to the structural aspects that condition the dynamics, dispersion and spatial concentration of economic activities nationwide. Under these conditions, these strategies should focus on designing policies that, converging in the territory, promote the generation of externalities associated with the different planning scales that characterize the territorial dimension: Perrouxian, Marshallian, Schumpeterian, Jacobian and institutional. This focus requires comprehensive diagnoses of economic and social dynamics, specifically

regarding the analysis of the interaction of movements in the logistics system, structure of economic activities, S&T system, city networks, urban quality and local institutions, as well as the bending of these movements in and between the various spatial scales. **KEYWORDS:** Regional development. Local Productive Arrangements. Territorial Production Systems.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2014, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) publicou o Relatório Executivo dos 10 anos do GTP ALP. Esse Grupo foi instituído em 2004 com a “atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional”, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004.

O GTP APL vem realizando um trabalho árduo, pois fazer gestão do desenvolvimento local ou regional, em um país continental, tão desigual como o Brasil, não é fácil, seja do ponto de vista técnico, operacional, institucional ou político.

Atualmente, o GTP-APL conta com 33 instituições, governamentais e não-governamentais - a exemplo da CNI, IEL, SENAI, SEBRAE, BRADESCO e Movimento Brasil Competitivo - e foca sua atuação em 324 APLs Prioritários, indicados pelos 27 Núcleos Estaduais de Apoio. Esses Núcleos possuem “o papel de organizar as demandas dos APLs locais, analisar suas propostas e promover as articulações institucionais com vistas ao apoio demandado” (MDIC, 2014). Em 2014, levantamento realizado pelo Grupo identificou a existência de 667 APLs no Território Nacional.

A principal referência e motivação desse artigo é a análise realizada por Lastres et al. (2010) sobre a temática das políticas de apoio aos arranjos produtivos locais, publicada pelo BNDES em 2010. Segundo essa autora, dentre os resultados alcançados por esse tipo política, merece destaque o foco no território como *locus* efetivo das políticas de apoio, além de uma maior coordenação das interações entre os diferentes atores, tanto executores de políticas quanto seus beneficiários, sejam nas escalas nacional, estaduais ou municipais.

No entanto, dentre as críticas que vêm sendo realizadas às políticas de apoio a APLs no Brasil, as mais persistentes se referem a uma alegada visão “administrativa” e/ou “localista” dessa política.

Esse artigo tem por objetivo contraditar essas críticas, analisando algumas questões que as políticas de apoio aos APLs deveriam levar em consideração, visando fortalecer, nessa política, uma dimensão territorial, de forma que passem a ter como objetivo a configuração de Sistemas Territoriais de Produção. Foi também elaborado visando complementar e atualizar a análise realizada por Macedo (2011), em particular no que se refere às externalidades relativas às estratégias de desenvolvimento regional.

É importante destacar que este artigo é fruto de convivência e aprendizado do autor com os colegas Antônio Carlos Galvão, Carmem Bueno, Carlos Brandão, Berta

Becker e Ivo Theis em um grupo de estudos organizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Este Grupo elaborou, em 2011, o estudo “Dimensão territorial no planejamento de CT&I”, publicado pelo CGEE em 2014.

2 | ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: APLS TRADICIONAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?

Pode-se partir da premissa de que a visão “administrativa” e “localista” das políticas de apoio conforma APLs “tradicionais”. Administrativa, porque reduz a política a uma questão principalmente relacionada à administração, gestão ou governança do APL. Localista, porque permeia a política a concepção de que a escala local tem poder ilimitado de criar as suas próprias condições de dinamismo. Segundo Brandão (2007, p. 38-39), políticas dessa natureza apresentam uma crença exagerada nas condições endógenas de desenvolvimento:

Essa endogenia exagerada das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre o seu destino e procura promover uma governança virtuosa e lugareira. [...] Nesse contexto, ‘o local pode tudo’ e, diante da crescente ‘sensibilidade do capital às variações do lugar’, bastaria mostrar-se diferente e ‘especial’, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidades, etc. para ter garantida a sua inserção na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a melhor ‘venda da região ou da cidade’, [...] tem [...] embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento.

As visões “administrativa” e “localista” das políticas de apoio a APLs costumam ser parceiras. Uma coisa leva à outra: se localista, tende-se a privilegiar a gestão; e se administrativa, tende-se a ser localista. Em oposição a essa visão, Lastres et al. (2010, p. 478) afirma a necessidade de ampliar o escopo das políticas de apoio ao desenvolvimento regional de forma a atribuir maior importância ao enfoque territorial e incorporar uma visão transetorial, sistêmica e multiescalar:

O retorno da preocupação com o desenvolvimento traz consigo uma nova percepção sobre a importância de abranger e articular escalas, para compatibilizar recortes territoriais, fortalecer as esferas federativas e suas interações e coordenar ações. [...]. Nesta perspectiva, os **modelos de política do terceiro milênio** objetivam acolher e mobilizar diversidades e potencialidades, priorizando oportunidades relacionadas à implementação de estratégias de desenvolvimento trans e multiescalares [...].

Nesse contexto e no marco da expressiva desigualdade econômica e social que ainda permeia as regiões brasileiras – mesmo com os avanços recentes –, os **modelos de política do terceiro milênio** devem ir além de seus recortes setoriais e enfatizar a noção de território, como algo não natural ou imutável, mas como insumo e produto do processo de geração de riquezas ou como um ambiente socialmente construído. O conceito de território como “insumo e produto do processo produtivo” encontra-se em Furtado (2010, p. 9). Quando a referência é uma concepção mais ampla de “processo produtivo”, de forma a considerar as suas diferentes dimensões

(físicas, tecnológicas, organizacionais, sociais, institucionais, etc.), esse conceito é convergente com o apresentado por Becker (2007, p. 271):

Território é hoje o espaço da prática. Por um lado, é o produto da prática espacial; inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço, [...]. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio de sua prática.

Com essa perspectiva, é necessário estabelecer estratégias de desenvolvimento regional assumindo integralmente a sua dimensão territorial e a sua natureza e dinâmica como um processo de transformações multidimensionais, reconhecendo que esse deve ser impelido simultaneamente em várias de suas escalas de planejamento (sistema de logística; estrutura e adensamento das atividades econômicas, inclusive serviços públicos; sistema de C&T; rede de cidades; qualidade e escala do urbano; capital social e instituições locais) nas e entre as diversas escalas espaciais do Território Nacional (local/lugar, regional, nacional, continental e global), articulando níveis de governo (União, estados e municípios) e tendo por base múltiplas formas de relações setoriais e institucionais (BRANDÃO, 2011).

Nesse sentido, conforme Lastres et al. (2010, p. 449), esse tipo de estratégia implica também na necessidade de superar a dicotomia entre políticas *bottom-up* e *top-down*, ainda muito presente como um referencial analítico de orientação das estratégias de desenvolvimento regional. No contexto de suas diferentes escalas, essas estratégias, segundo Bacelar (2008), devem combinar dois movimentos: o de fora para dentro com o de dentro para fora.

É essa perspectiva analítica que imprime uma dimensão territorial às estratégias de desenvolvimento regional, de forma que nenhuma das escalas de planejamento e espaciais sejam vistas de forma isolada. Assim, o Território, nas suas múltiplas e interativas escalas, passa a ser o *locus* efetivo dessas estratégias, ao fazer convergir e interagir a diversidade das políticas setoriais, com as diferentes espacialidades – implícitas ou explícitas – em suas escalas de planejamento.

Nessas condições, conforme pode ser observado no Quadro 1, as estratégias de desenvolvimento regional devem se voltar para o desenho de políticas que, convergindo no território, promovam a geração de externalidades positivas de diferentes tipos ou natureza, associadas à diferentes escalas de planejamento que caracterizam a dimensão territorial: perrouxianas, marshallianas, schumpeterianas, jacobianas e institucionais (LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2005). A sustentabilidade ambiental permeia, potencializa e imprime condições de futuro a essas externalidades.

	Tipos de Externalidades	Natureza das Externalidades
Sustentabilidade Ambiental	Perrouxianas (<i>Peroux</i>)	Organização e integração da infraestrutura de transporte e mobilidade, ou seja, da “infraestrutura da economia de mercado”
	Marshallianas (Marshall)	Adensamento de atividades econômicas locais
	Schumpeterianas (<i>Schumpeter</i>)	Criação de um ambiente inovador
	Castellianas (<i>Castells</i>)	A relevância das redes
	Jacobianas (<i>Jane Jacobs</i>)	Qualidade e escala do urbano
	Institucionais (<i>Richard Nelson</i>)	“Como as coisas são feitas” (Nelson, 2006) ou “governança”

Quadro 1 - Externalidades associadas às escalas de planejamento

Fonte: Lemos, Santos, Crocco (2005). Elaboração própria.

O primeiro tipo de externalidades tem por referência a análise dos polos de crescimento realizada por Perroux, em 1955. Segundo Perroux (1995, p. 147), as ligações dos polos “por vias e meios de transporte [...] compõem [...] a infraestrutura de mercado. O isolamento geográfico e econômico [...] revela obstáculos à propagação das expansões e das contrações cíclicas que atingem as indústrias capitalistas [...]”. Uma adequada infraestrutura de transporte e de mobilidade favorece a circulação de pessoas, mercadorias e o acesso aos serviços.

As externalidades marshallianas estão relacionadas ao adensamento das atividades produtivas e decorrem do conceito de “distritos industriais”, conforme estabelecido, em 1890, por Marshall (1996, p. 321-322). Segundo o Sebrae (2003):

Tal conceito deriva de um padrão de organização comum à Inglaterra do período, onde pequenas firmas concentradas na manufatura de produtos específicos, em atividades econômicas como têxtil, gráfica e cutelaria, aglomeravam-se em geral na periferia dos centros produtores. As características básicas dos modelos clássicos de distritos industriais, caracterizados a partir da análise original de Marshall, indicam em vários casos: alto grau de especialização e forte divisão de trabalho; acesso à mão-de-obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes. Argumenta-se, nesse sentido, que a organização do distrito industrial permite às empresas obterem ganhos de escala, reduzindo custos, bem como gerando economias externas significativas (como por exemplo acesso a mão de obra qualificada), [...]

Como pode ser observado, o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL), recorrente nas políticas de desenvolvimento regional no Brasil, é muito semelhante ao de Distrito Industrial, formulado por Marshall em 1890, quando da publicação original dos Princípios de Economia Política.

As externalidades schumpeterianas decorrem das contribuições de Schumpeter para a “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, publicadas em 1911. Conforme Possas (1997, p. 11-12),

Schumpeter relaciona os períodos de prosperidade ao fato de que o empreendedor inovador, ao criar novos produtos, é imitado por um verdadeiro ‘enxame’ de empreendedores não inovadores que investem recursos para produzir e imitar

os bens criados pelo empresário inovador. Conseqüentemente, uma onda de investimentos de capital ativa a economia, gerando a prosperidade e o aumento do nível de emprego.

Assim, a criação de uma ambiente que favoreça o empreendedor inovador constitui uma externalidade relevante para o dinamismo das atividades econômicas.

No que se refere às externalidades castelhanas, as redes, segundo Castells (1999, p. 497), constituem

a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

Segundo Becker (2011, p. 12), as redes colaborativas constituem inovações de arranjos institucionais que redesenham práticas entre diferentes atores sociais. Os conceitos de APLs e Sistemas Territoriais de Produção envolvem essa concepção de redes, ou seja, o

desempenho inovativo de uma economia como um todo depende não apenas do desempenho de organizações específicas, como empresas e organizações de pesquisa, mas também de como elas interagem entre si e com o setor governamental, [...]. Entende-se, deste modo, que os processos de inovação [...] consistem em um fenômeno sistêmico e interativo (REDESIST, 2003, p. 24).

As externalidades jacobinas se referem às análises elaboradas por Jane Jacobs em "The economy of cities" (1969). Elas podem ser definidas como vantagens aglomerativa locais externas ao APL, mas derivadas da força gerativa e da capacidade e ação coletiva e inovadora (inventividade e criatividade) decorrentes da diversidade econômica e da escala urbana. Segundo Jacobs (1969, p. 130) o motor da inovação, diversificação e novas atividades das cidades decorrem das possibilidades abertas pela maior escala do urbano (e de sua região de influência) que proporciona mercados e gargalos que impulsionam desdobramentos na divisão social do trabalho, operando como um processo de realimentação para expandir novos mercados e impulsionar a produção de novos bens e serviços.

[...] sabemos algumas coisas gerais sobre a economia das cidades: que as cidades são assentamentos onde muito trabalho novo é adicionado ao trabalho mais antigo e que este novo trabalho multiplica e diversifica as divisões de trabalho de uma cidade; que as cidades se desenvolvem por causa desse processo, não por causa de eventos fora de si mesmos; que as cidades inventam e reinventam a vida econômica rural; que o desenvolvimento de novos trabalhos é diferente de simplesmente repetir e expandir a produção de bens e serviços já existentes, exigindo, portanto, diferentes e conflitantes condições para uma produção eficiente; [...].

A escala do sistema urbano favorece a inovação e reforça concentração econômica, tanto pelos desdobramentos da produção de novos bens e serviços, como também pela série de serviços, instituições e infraestrutura que as cidades dispõem, promovendo economias externas para a atração e aglomeração de atividades

econômicas. De acordo com Jacobs, cidades diversificadas favorecem o compartilhamento e a fertilização cruzada de ideias, facilitando que soluções tecnológicas de um setor sejam aplicadas em outro setor. Além disso, cidades com muitas pessoas de diferentes estilos de vida, favorece a diversidade urbana, os encontros fortuitos e promovem uma maior transmissão de ideias, potencializando *spillovers* de ciência e tecnologia.

Finalmente, as externalidades institucionais se relacionam com aportes de Richard Nelson sobre o papel das instituições na dinâmica econômica. Ao se perguntar sobre “o que são as instituições”, Nelson (2006, p. 7) respondeu conforme a seguir:

Muitos estudiosos propõem atualmente que as instituições devam ser entendidas como as “regras básicas do jogo”, [...], as normas amplamente difundidas que guiam o comportamento dos agentes (NORTH, 1990). [...] A concepção [a que me refiro] é mais com a forma **como as coisas são feitas** do que com as regras que regem ou as estruturas que condicionam o comportamento. Embora essas duas coisas esteja ligadas, uma é um pouco diferente da outra.”

Dependendo de “como as coisas são feitas”, podem ser criadas externalidades positivas ou negativas, favorecendo ou não a “produtividade e o progresso econômico”.

Segundo Becker (2011), as instituições podem ser concebidas “como capital social, consubstanciado em regras e normas subjacentes ao comportamento e à ordem sociais, que propiciam aptidão para conceber e efetivar formas particulares de organização da sociedade”. Conforme conceito formulado por Putnam (1994, p. 212), “o capital social se refere às características da organização social, tais como a confiança, as normas, [o padrão de governança e das relações público-privadas] e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade mediante a promoção de ações coordenadas”. Ou ainda, conforme Capello, Caragliu e Nijkamp (2009, p. 8), as instituições correspondem à parte dos bens intangíveis que conformam o “capital territorial”, ou seja, códigos comportamentais, valores, convenções, representações, competências coletivas e capacidade de cooperação e ações coletivas. Dessa forma, as instituições, o capital social ou territorial podem criar externalidades positivas, que favoreçam o desempenho dos territórios, exercendo sobre eles uma força centrípeta de aglomeração, fundante de si próprios.

É importante insistir que as externalidades perrouxianas, marshallianas, schumpeterinas, jacobianas e institucionais não são estanques ou independentes. Pelo contrário, se interagem e quanto mais articuladas sistemicamente, mais consistente tende a ser a dimensão territorial e a eficácia das estratégias de desenvolvimento regional.

É a partir desse referencial que as políticas de apoio aos APL devem ir mais além das visões “administrativa” e “localista”. Essas políticas precisam ser subsumidas por uma perspectiva territorial. O foco excessivamente setorial, característico das políticas de apoio a APLs tradicionais, deve também ser ampliado de forma a buscar o fomento de relações – técnicas, sociais e institucionais – de complementariedade, intersetorialidade e de interregionalidade entre as diferentes escalas espaciais e de planejamento (BRANDÃO, 2011).

É com essa perspectiva analítica que as estratégias de desenvolvimento regional necessitam ir além dos APLs “tradicionais”, passando a ter como referência analítica e foco os Sistemas Territoriais de Produção (STP). Dada a centralidade da C&T como fator de transformação e dinamismo das estruturas produtivas, a transversalidade setorial dessa área e a interconexão de seus múltiplos determinantes, nas diferentes escalas – os Sistemas Territoriais de Produção devem ser estruturados com uma forte base ou eixo de ações de CT&I, assumido, assim, a forma e o conteúdo de Sistemas Territoriais de Produção e Inovação (STPI). Nessa direção, no conjunto das políticas de apoio a esses STPs, aquelas relacionadas à CT&I assumem relevância estratégica.

O Quadro 2 apresenta de forma sintética as principais diferenças entre as políticas de apoio a APLs Tradicionais e Sistemas Territoriais de Produção.

Arranjos Produtivos Locais	Sistemas Territoriais de Produção
Dimensão Local	Dimensão Territorial
Esforços de articulação nacional visando o apoio em escala local: local como palco de coordenação das políticas	Território como <i>locus</i> efetivo de convergência das políticas: esforços de coordenação nacional articulando diferentes escalas subnacionais e de planejamento
Dimensão Intra-setorial	Dimensão Intra, Inter e Transetorial
Ênfase na escala local (“localismo”)	Articulação de múltiplas escalas: local, regional, nacional e global.
Prioridade aos fatores endógenos (<i>bottom up</i>)	Combinação de fatores exógenos e endógenos (<i>bottom-up</i> e <i>top-down</i>)
Visão sistêmica limitada ao APL: corte setorial e local	Visão sistêmica relativa à dimensão territorial: transetorial e multiescalar
Focos nas externalidades marshallianas e institucionais	Foco nas externalidades perrouxianas, marshallianas, schumpeterianas, jacobianas e institucionais
Governança local com apoio governamental: “lógica administrativa”	“Governança Territorial” considerando as múltiplas espacialidades implícitas ou explícitas nas políticas setoriais e nas diversas escalas de planejamento

Quadro 2 -Estratégias de desenvolvimento regional: arranjos produtivos locais tradicionais e sistemas territoriais de produção

Fonte: Elaboração própria.

3 | CONCLUSÕES

Com ênfase na dimensão territorial e com base no conceito de Sistemas Territoriais de Produção, as estratégias de desenvolvimento regional mudam de foco. Tornam-se menos localista e administrativistas e mais articuladas aos aspectos estruturais (logísticos, tecnológicos, produtivos, etc,) que condicionam a dinâmica, a dispersão e a concentração espacial das atividades econômicas no Território Nacional.

Esse novo foco requer diagnósticos abrangentes sobre a dinâmica econômica e social, voltados para a análise da articulação / interação dos movimentos do sistema de logística, da estrutura e adensamento das atividades econômicas, do sistema de C&T, da rede de cidades, da qualidade do urbano, do capital social e das instituições locais,

além do rebatimento desses movimentos nas e entre as diversas escalas espaciais.

Requer também explorar metodologicamente as possibilidades de definir uma estratégia nacional de planejamento territorial e de imprimir – de forma sistêmica – a dimensão territorial às políticas setoriais (de logística, de ciência e tecnologia, industrial, urbanas, etc.), nos níveis federal e estadual. Em nível estadual, as questões relativas às relações interestaduais (p.ex., Guerra Fiscal) e com o Governo Federal (p. ex., desconcentração e descentralização de políticas e programas) assumem relevância e implicam em desvendar as características específicas e rumos que vem sendo delineados para a Federação Brasileira.

Essas tarefas não são fáceis. Segundo Delgado, Bonnal e Leite (2007, p. 18),

é sintomático que o governo federal [ou os governos estaduais] não enfatize a prática de territorializar as políticas públicas, o que denota, adicionalmente, a ausência de uma política efetiva de territorialização no país, no sentido de uma política de atuação territorializada do Estado nacional, *más allá* da territorialização de suas políticas públicas setoriais. [...] A não generalização de [uma política dessa natureza] não tem a ver apenas com falhas na racionalidade técnica da atuação do governo federal, mas reflete também – e de forma mais intensa – a disputa de poder envolvida no processo de territorialização [...].

Até que ponto as mudanças econômicas, sociais e políticas em curso no País estão efetivamente caminhando de forma a favorecer o “processo de territorialização” das políticas públicas, é uma questão adicional que também merece ser aprofundada na agenda de estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. Palestra magna: política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília: IICA, 2008. p.175-183. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável. IICA, v.8).

BECKER, Berta K. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In: DINIZ, Clélio Campolina (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. p.273-292

BECKER, Berta K. **Inovações institucionais para viabilizar ciência, tecnologia e inovação como vetores de transformação do caminho amazônico de desenvolvimento**. Brasília: CGEE, 2011. (Nota Técnica).

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escolhas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos A. **Bases teóricas e referenciais analíticos para a ação em CT&I no Território**. Brasília: CGEE, 2011. (Nota Técnica).

CAPELLO, Roberta; CARAGLIU, Andrea; NIJKAMP, Peter. **Territorial Capital and Regional Growth: Increasing Returns in Cognitive Knowledge Use**. Tinbergen Institute Discussion Paper, TI 2009-059/3.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Dimensão territorial no planejamento de CT&I**. Brasília : CGEE, , 2014.

DELGADO, Nelson; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores. Rio de Janeiro: CPDA/ICHS/UFRJ, Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRJ, dez. 2007.

FURTADO, Bernardo Alves. **Olhares sobre a cidade e a região**: por que importam? Enfoques e metodologias disciplinares e contraditórias de análise do território para políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010. (Texto de Discussão n.1498).

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. New York: Vintage Books, 1969.

LASTRES, Helena Maria M.; LEMOS, Cristina; KAPLAN, Eduardo; GARCEZ, Cristiane; MAGALHÃES, Walsey. O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. In: ALÉM, A. Cláudia; GIAMBIAGI, Fábio. **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 437-451.

LEMOS, Mauro B.; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. Condicionantes territoriais das alocações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Orgs.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.171-209.

MACEDO, Mariano. Gestão do desenvolvimento regional e estratégias de políticas de apoio a arranjos produtivos locais: APLs tradicionais e de nova geração ou sistemas territoriais de produção. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.101-112, jan./jun. 2011.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril, 1996. (Publicação original: MARSHALL, Alfred. Principles of Economics. London: Macmillan and Co., 1890).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Relatório Executivo dos 10 anos do GTP ALP**. Secretaria de Desenvolvimento da Produção. Brasília: MDIC/SDP, 2014.

NELSON, Richard. **What makes an Economic Productive and Progressive? What A the Needed Institutions? Looking Back and Looking Fowards**. LEM Working Paper Series, Laboratory of Economics and Management, Sant'Anna School of Advanced Studies, Italy, 2006/24, September 2006.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Changes and Economic Performance**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

PERROUX, François. **Note sur la notion de pole de croissance**. Economie Appliquée, 1995. (Tradução disponível em: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

POSSAS, Maria Sílvia. Introdução. In: SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril, 1997. (Coleção Os Economistas).

PUTNAM, Robert. **Para que la democracia funcione**: la experiencia italiana en descentralización administrativa. Caracas, Venezuela: Editorial Galac, 1994.

REDESIST. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>>. Acesso em: 14/06/2018.

GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS

Antônio Hot Pereira de Faria

Doutor em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais. Mestre em Administração. Bacharel em Ciências Militares – área de Defesa Social pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Graduado em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais

Diego Filipe Cordeiro Alves

Doutorando e Mestre em Geografia e pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista CAPES.
Belo Horizonte – Minas Gerais

Alexandre Magno Alves Diniz

PhD in Geography, Professor Adjunto IV - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Belo Horizonte – Minas Gerais

Tomás Hilário Cardoso Ferreira

Especialista em Inteligência de Segurança Pública e Cenários Prospectivos de Criminalidade pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Bacharel em Ciências Militares – área de Defesa Social pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Belo Horizonte – Minas Gerais

vinte e dois municípios mineiros no período de 2006 a 2014 por gangue originada em aglomerado subnormal de Belo Horizonte, especializada em crimes contra o patrimônio, com destaque para o furto e roubo a residência. O método de pesquisa empregado foi o estudo de caso e contou com a análise espacial de dados oriundos de documentação indireta, boletins de ocorrência registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais com prisão de autores pertencentes à mesma gangue. Os resultados demonstram a concentração espacial da moradia de autores, a conexão entre autores para a prática de delitos e a distribuição espacial por tipologia de crime. Foi possível identificar diferentes territorialidades da gangue, basicamente um espaço de reunião e ponto de partida e outro de campo de ação, com territórios descontínuos, diferentes para cada tipologia criminal. Os resultados contribuem com dados empíricos que descrevem processos sociais e os espaços envolvidos no campo de ação e das relações sociais entre membros de grupos dedicados à prática de delitos e revelam configurações socioespaciais da atuação de gangues.

PALAVRAS-CHAVE: gangue; crime; territorialidade; análise espacial.

RESUMO: O artigo traz uma abordagem da distribuição espacial dos crimes cometidos em

ABSTRACT: The paper presents an approach of spatial distribution of crimes committed

in twenty-two cities of Minas Gerais in the period 2006-2014 by gang originated in a slum of Belo Horizonte, specialized in crimes against property, mainly theft and residence theft. The research method used was the case study and included the spatial analysis of data from indirect documentation, police reports recorded by the Military Police of Minas Gerais with arrest of authors belonging to the same gang. The results demonstrate the spatial concentration of author's addresses, the connection between authors for commit crimes and the spatial distribution by type of crime. The results contribute with empirical data that describe social processes and the space involved in the field of social relations and action between members of groups dedicated to the criminal practice, revealing socio-spatial configurations

KEY-WORDS: gang; crime; territoriality; spacial analysis.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos diversos estudos têm sido elaborados com investigações sobre a concentração de crimes em áreas específicas inseridas no ambiente urbano, em especial dos homicídios em aglomerados subnormais e suas relações com gangues de jovens.

Especificamente em Belo Horizonte há diversas pesquisas sobre o assunto, com abordagens da concentração espacial de homicídios, relacionamento dos delitos ao tráfico de drogas (BEATO FILHO, *et al.*, 2001; BEATO FILHO, 2003) e relações com atuação de gangues (ZILLI, 2011).

Entretanto poucos esforços foram direcionados à análise espacial dos diversos fenômenos criminais, distribuição dos componentes com os respectivos processos sociais e os espaços envolvidos no campo de ação e das relações sociais entre membros de grupos dedicados à prática de delitos. No mesmo sentido, pouco ou nada foi estudado acerca das áreas de atuação das gangues e suas especialidades ou nichos de atuação, considerando um leque maior de modalidades de crimes.

A partir dessa percepção e no intuito de contribuir para as discussões sobre a atuação de gangues, percebe-se que a geografia tem papel importante para a análise do crime, pois os geógrafos aplicam técnicas de estatística espacial, que contribuem para a compreensão da estruturação e do rearranjo espacial da criminalidade (BATELLA; DINIZ, 2006), muito úteis ao conhecimento acadêmico, bem como para planejamento e implementação de políticas públicas para prevenção, controle e combate ao crime e à violência. No mesmo viés, Félix (1996, 2002), em estudos de geografia do crime, afirma que certas manifestações espaciais são similares, o que facilita a aplicação de estratégias preventivas.

O presente estudo tem como objetivo central a identificação de aspectos do campo de ação da gangue e revelar a distribuição espacial do crime e da violência, a partir da análise de um caso individual de atuação de gangue oriunda de um aglomerado em Belo Horizonte denominado Alto Vera Cruz, com dados da procedência de cada

integrante e da localização dos delitos cometidos por cada membro ou grupo de membros.

A justificativa do estudo reside no entendimento da organização da criminalidade, uma questão muito pesquisada e discutida, tematizada implicitamente no presente estudo, e sua conformação espacial, a fim de contribuir com dados empíricos para o entendimento da organização da violência criminal no espaço urbano e suas territorialidades.

2 | GANGUE E TERRITORIALIDADES

2.1 Breves considerações teóricas sobre gangues

Diversos esforços acadêmicos já foram empreendidos no intuito de explicar a formação, estrutura e comportamento de gangues. A posição estrutural de classe foi a primeira explicação que se procurou dar para a formação de gangues por jovens envolvidos com comportamentos delinquentes, provenientes de classes mais baixas (ASHBURY, 1927; THRASHER, 1963; ZORBAUGH, 1929).

Em trabalho clássico *The Gang* publicado em 1927, Thrasher considera gangues não como fruto de determinadas comunidades, ou produzida pela dinâmica do crime organizado, mas que se relacionam com esses aspectos.

A gangue é um grupo intersticial que se forma, originalmente, de maneira espontânea, e depois integrada por meio de conflito. Caracteriza-se pelos seguintes tipos de comportamento: encontros hostis, perambulações, deslocamentos em grupo, conflitos e planejamento. O resultado desse comportamento coletivo é o desenvolvimento da tradição, estrutura interna irrefletida, *esprit de corps*, moral, solidariedade, consciência de grupo, e o apego a um território local (THRASHER, 1963, p. 46).

No trabalho de Thrasher (1963) sobre as gangues de Chicago destacam-se duas características fundamentais: as gangues são espaços de transição ocupados por membros entre a infância e a vida adulta e que estão presentes em áreas da cidade marcadas como zonas de passagem caracterizadas por sua desorganização, deterioração e alta mobilidade (ROCHA, 2012).

Klein (2006) retoma a definição de Thrasher e propõe um conceito mais abrangente. Para Klein (2006) uma gangue juvenil é qualquer grupo de adolescentes que são considerados uma agregação distinta por outros ocupantes da mesma vizinhança, se reconhecem como um grupo distinto por seus próprios membros e estiveram envolvidos em um número suficiente de incidentes ilegais (KLEIN; MAXSON, 2006, p. 6).

Sánchez-Jankowski (1997, p. 27) critica a maior parte das pesquisas norte-americanas que tendem a definir as gangues com base em três pressupostos: associação fracamente estruturada de indivíduos; predominância em atos delituosos ou crimes de natureza econômica ou violentos; atuação numa base territorial.

Para Sánchez-Jankowski (1997) a melhor definição para gangue é

[...] um sistema social organizado que é ao mesmo tempo quase privado (isto é, não totalmente aberto ao público) e quase secreto (isto é, a maior parte das informações sobre suas atividades permanece restrita ao grupo), cujo tamanho e objetivos tornam indispensável que a interação social seja dirigida por uma estrutura de liderança com papéis bem definidos; em que a autoridade ligada a esses papéis é tão legitimada que os códigos sociais regulam tanto o comportamento dos líderes quanto o das bases; que planeja e provê não somente serviços econômicos e sociais para seus membros quanto sua própria manutenção como organização; que persegue esses objetivos a respeito da legalidade ou ilegalidade das atividades e que não tem uma burocracia (isto é, um pessoal administrativo hierarquicamente organizado e distinto da liderança) (SÁNCHEZ-JANKOWSI, 1991, 1997).

Ainda para o autor, a gangue deve ser entendida por uma reunião de indivíduos que são produto da sociedade e que surgem como uma resposta específica a uma condição socioeconômica peculiar.

Ao que interessa para o presente estudo, o aspecto da territorialidade segundo Sánchez-Jankowski está relacionado não à sua integração ao território, mas ao território utilizado como base e também aos territórios associados ao “mercado”, alvo da ação dos componentes, comumente apontados pela literatura como ligados ao comércio de drogas.

Com relação às características dos atos criminais praticados, frequentemente relacionados à prática de violência, têm-se segundo Sánchez-Jankowski (1997) como fontes da estrutura da violência basicamente três condições estruturais:

- a. a primeira refere-se à situação socioeconômica dos integrantes do grupo, ou seja, considerando que as gangues emergem de locais de baixa renda, os escassos recursos disponíveis são disputados de maneira agressiva, o que gera violência;
- b. a segunda condição estrutural relaciona-se aos próprios códigos de conduta internos da organização dos grupos, que definem o tipo e volume de força que deve ser empregado em cada tipo de situação; e
- c. a terceira condição tem a ver com a estrutura do mercado econômico em que atua a gangue, considerando que esses mercados (normalmente relacionados ao comércio de drogas) não possuem agente regulador externo e que o objetivo da gangue ocorre conforme o comportamento de uma organização capitalista, que visa implementar controle monopolista dos diversos produtos e de sua distribuição para os mercados consumidores, a forma de superar a concorrência se dá por meio da força física.

Assim, para o trabalho em tela, pretende-se identificar as características das condutas delitivas praticadas, se estão ou não relacionadas à violência e sua relação com os campos de ação (territórios) e com o tipo de “mercado” praticado.

2.2 Território e territorialidades

O estudo do território, em que pese consistir uma tradição do pensamento geográfico nos últimos 100 anos, apresenta-se como um conceito em construção,

principalmente nos últimos 20 anos, quando assumiu um sentido mais amplo para abranger questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área (VALVERDE, 2004).

O território passou a assumir uma conotação imaterial, intangível, em que as relações de poder podem ser criadas e desfeitas facilmente, com duração efêmera e nem mesmo a deixar marcas na paisagem, o que descaracteriza a conotação essencialmente material, que representava a conjugação do solo e de seu povo, que outrora possuíra na perspectiva ratzeliana (SOUZA, 2009).

Em relação às relações de poder, não apenas em sua acepção política, o território diz respeito ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007).

Segundo Sposito (2009), a retomada da importância do conceito na Geografia e em outros campos disciplinares, tanto quanto o aprofundamento da reflexão sobre ele, potencializando e diversificando seu uso, a partir de diferentes perspectivas de método e para diversos objetos de pesquisa.

Segundo Saquet (2009), um dos autores que tem se destacado em nível internacional nas pesquisas sobre os conceitos de território e territorialidade é Robert David Sack. Para Sack, citado por Saquet (2009, p. 86)

[...] a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas ou relações numa área delimitada. Esta área é o território e, para Robert Sack, pode acontecer que ocorra o não-território, onde não há delimitação e efetivação de relações de controle e influência por certa autoridade.

Ainda, segundo Saquet (2009), há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes e são múltiplos, históricos e relacionais. Na visão do autor, há rompimento das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento *do* e *no* território; movimento entre os territórios; transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza. Nesse processo, o homem possui papel central na efetivação dos territórios e territorialidades.

Para este trabalho, o estudo do território e das territorialidades possui especial relevância para a análise do campo de ação e de dominação (ou apropriação) do espaço pela gangue.

Em estudos de territorialidade e criminalidade, alguns trabalhos apontam para a territorialização de favelas por parte do tráfico de drogas, considerando que esses espaços socialmente segregados apresentam-se como pontos de apoio logístico para o tráfico de drogas de varejo (SOUZA, *on-line*).

Souza (*on-line*) em estudos realizados em favelas do Rio de Janeiro considera que a favela não representa um espaço de “caos” e desordem, mas sim um território submetido a um poder ordenador (SOUZA, 1994; 1995; 1996). Segundo o autor, o aspecto mais espetacular associado à favelização no Rio de Janeiro reside na territorialização de favelas por parte do tráfico de drogas.

Desta forma foram considerados nesta pesquisa aspectos de territorialidade descritos por Saquet (2009), a fim de identificar se há, no caso do estudo de uma gangue especificamente, uma territorialidade bem definida, com delimitação espacial do campo de ação dos componentes, enquanto área de instalação e atuação, considerando que para o estudo em andamento, há uma diversidade do nicho de atuação para além do crime de tráfico de drogas, já abordado em alguns trabalhos, bem como para o caso de homicídios.

3 | CONTEXTO GEOGRÁFICO – A BASE TERRITORIAL: ALTO VERA CRUZ

O bairro Alto Vera Cruz, localizado na região leste de Belo Horizonte, foi criado onde existiam fazendas. Com o término da mineração, por volta da década de 1950, iniciou-se um processo de intensificação da ocupação da área, que até então não proporcionava uma infraestrutura mínima necessária. O auge do povoamento na região ocorreu na década de 1960, com a ocupação dos lotes por trabalhadores, na maioria advinda da construção civil. No período, motivada pela pressão populacional, falta de moradia e pelo movimento dos sem casa, se inicia a história de ocupação do Alto Vera Cruz.

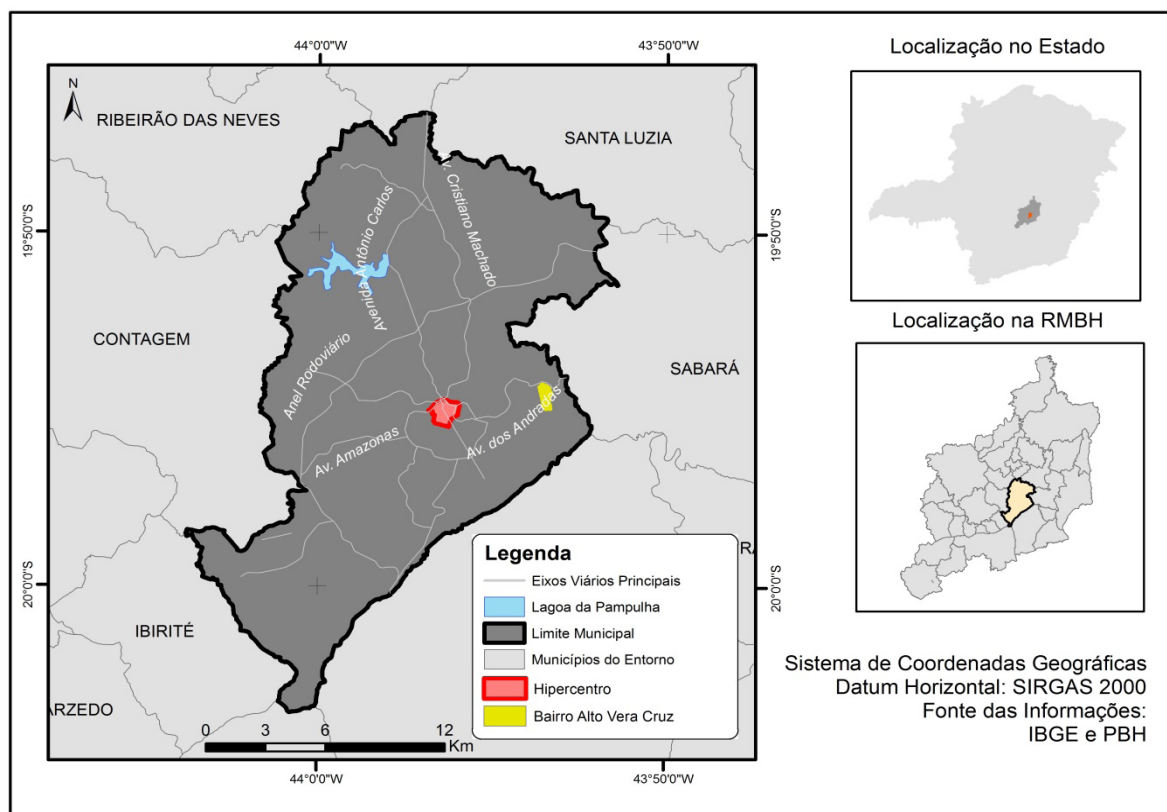


Figura 1: Mapa de localização do bairro Alto Vera Cruz – Belo Horizonte.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O bairro, conforme dados do Censo 2010, possui população residente de 21.459 habitantes, distribuídos em 6.590 domicílios, com média de 3,5 moradores por

domicílio. A população conta com 5.343 jovens (0 a 14 anos), ou 24,9% da população total e 1.438 idosos (mais de 65 anos), ou 6,7% da população total.

Em termos da paisagem, o bairro se caracteriza por aglomerados de becos que possuem um caráter de vila. Em alguns locais, o acesso é restrito aos pedestres e as casas estão assentadas de maneira irregular ao longo dos caminhos. Os becos são pavimentados e possuem iluminação pública em sua maioria. Devido à topografia acidentada, existem vários becos com trechos em escadarias, o que restringe o acesso de veículos, bicicletas, etc. dificultando o deslocamento da população.

Dentro das áreas de becos, a taxa de ocupação é bastante elevada, existindo poucos espaços vazios. De uma maneira geral, os becos são iluminados e arejados, existindo alguns mais ou menos confinados. Nos locais mais altos as visadas se abrem para o entorno, propiciando vistas panorâmicas da paisagem natural, bairros vizinhos e da cidade.

4 | MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem predominantemente dedutiva. Foi utilizado neste trabalho o estudo de caso, considerando que se buscou por meio da análise de um caso individual, abarcar dados empíricos que pudessem contribuir com a área de estudo.

Para se atingir os objetivos da pesquisa, o caminho percorrido foi dividido em duas etapas: primeiramente, buscou-se analisar os vínculos entre os indivíduos, a fim de configurar o grupamento de sujeitos como componentes de uma mesma gangue e a configuração espacial da rede de relacionamentos; posteriormente buscou-se analisar as características e distribuição dos delitos cometidos na busca de padrões espaciais.

O ponto de partida para delimitação do estudo foi a identificação de gangues pelo envolvimento em eventos criminais no local de estudo, a partir da delimitação espacial das ocorrências e da moradia dos agentes envolvidos. O instrumental de pesquisa contou com a análise de documentação indireta - Registros de Evento de Defesa Social (REDS), que são os boletins de ocorrência registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais -, com prisão de autores pertencentes à mesma gangue. O recorte de eventos criminais utilizado desconsiderou os crimes de menor potencial ofensivo, previstos na Lei 9099 de 26 de setembro de 1995 (BRASIL, 1990).

O mapeamento dos locais de moradia dos autores de crimes e dos eventos criminais foi realizado utilizando-se o software *ArcGis* versão 10.0. A partir dos locais de residência foi calculado o centro médio da gangue para permitir a análise da configuração espacial. Essa análise buscou a identificação de padrões espaciais da distribuição dos eventos, com relação a aspectos de territorialidade e área de atuação.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As 225 ocorrências estudadas totalizam 371 participações e coparticipações de 130 agentes, o que demonstra a prática reiterada de crimes e a coparticipação na prática dos delitos.

A grande maioria dos indivíduos envolvidos em práticas delituosas (123 do total de 130) do recorte em estudo conecta-se entre si por pelo menos um vínculo. A partir dos relacionamentos entre os indivíduos, passou-se a identificar as configurações no espaço. Para tanto, foi realizado o mapeamento dos locais de residência constantes dos boletins de ocorrência com participação dos indivíduos.

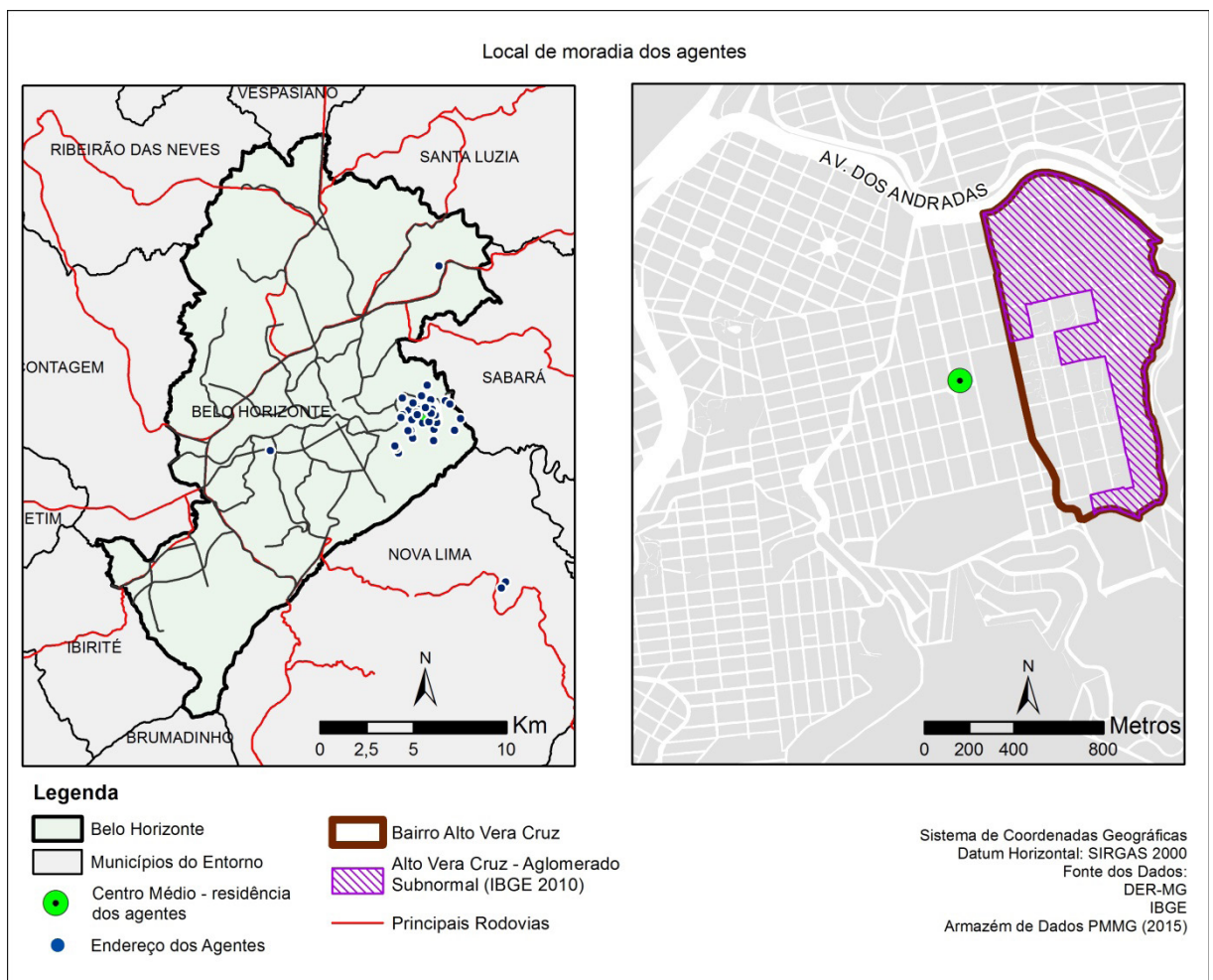


Figura 2: Mapa de localização da base territorial dos componentes da Gangue do Alto Vera Cruz.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pelo mapa identifica-se a concentração de indivíduos no aglomerado subnormal Alto Vera Cruz e adjacências, sendo o centro médio de localização de indivíduos muito próximo ao aglomerado.

Em uma análise da distância de moradia dos componentes da gangue em relação ao centro médio, verifica-se que boa parte dos agentes (61 agentes ou 47%) reside numa distância de até 500 m em relação ao centro médio, apresentando uma grande densidade de indivíduos nas mesmas imediações. Considerando uma faixa de 500 m

a 1 km de distância em relação ao centro médio, tem-se 46 indivíduos (35% do total), o que concentra 82% do total de agentes em faixa de até 1 km do centro médio de suas residências. Somente 23 agentes moram em distância superior a 1 km do centro médio e, destes, apenas 4 a uma distância superior a 5 km. Dessa forma, observa-se que o centro médio representa de maneira satisfatória a base territorial da origem da gangue, já que a maioria dos agentes se concentra no mesmo espaço.

O centro médio representa o centro gravitacional geométrico espacial do conjunto de pontos dos locais de residência dos componentes da gangue e é um parâmetro para análise da dispersão dos crimes em relação à base da gangue.

Foi feita análise da distribuição dos crimes em relação ao centro médio da localização dos autores. O objetivo da verificação foi buscar padrões de distribuição espacial de crimes em relação ao centro, a fim de identificar a influência da distância do ponto de origem e característica das práticas realizadas.

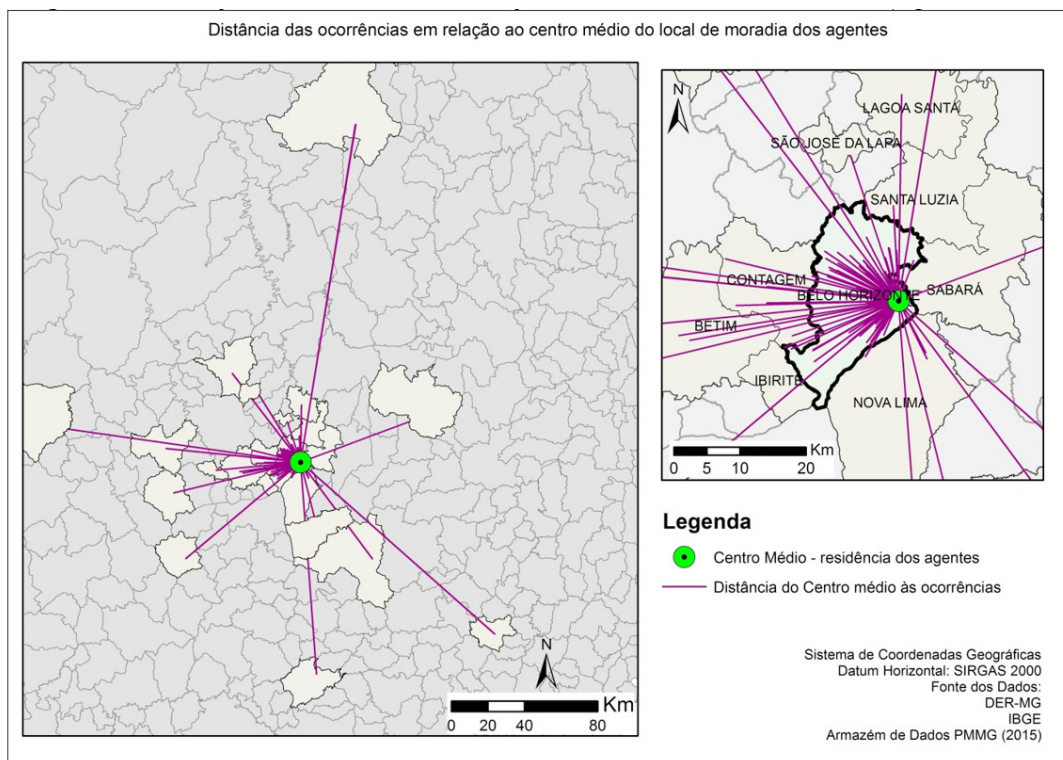


Figura 3: Distribuição das ocorrências em relação ao centro médio da moradia dos agentes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os eventos ocorreram em Belo Horizonte e mais 21 municípios, dentro e fora da região metropolitana – Contagem, Betim, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, Ibirité, Esmeraldas, Lagoa Santa, Sete Lagoas, São José da Lapa, Capim Branco, Itabirito, Bom Despacho, Itabira, Itaúna, Itaguara, Diamantina, Pará de Minas, Viçosa, Carandaí e Juatuba. Por essa constatação é possível afirmar que não há um território único, bem definido e delimitado de atuação da gangue.

O mapa a seguir representa a distribuição espacial de crimes e anéis concêntricos em relação ao centro médio da gangue. A construção de *buffer* a partir do centro da gangue objetivou identificar a distribuição de eventos em relação à base territorial do

grupo e, a posteriori, quais características dos eventos em cada faixa de ação.

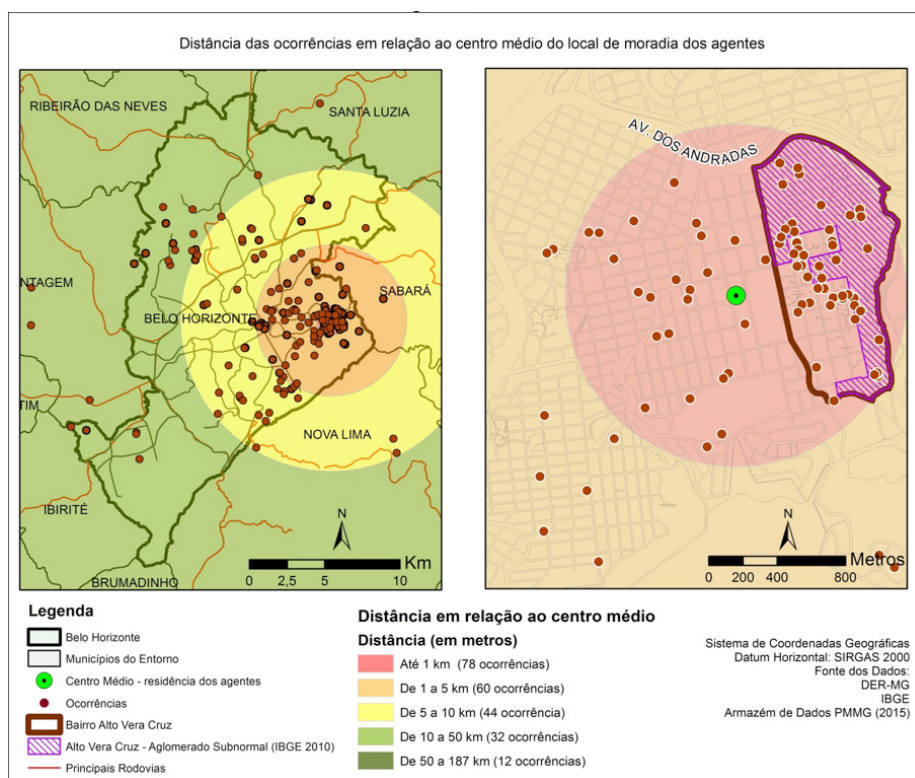


Figura 4: Distribuição espacial das ocorrências em relação ao centro médio da moradia dos agentes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pela contagem de eventos por área, verifica-se que 78 eventos (35%) ocorreram em até 1 km do centro médio da residência dos autores; 59 eventos (26%) entre 1 km e 5 km; 44 eventos (19%) entre 5 km e 10 km; 32 eventos (14%) de 10 a 50 km; 12 eventos (5%) de 50 a 187 km.

Assim, observou-se um adensamento de eventos nas proximidades do centro da gangue, não obstante o campo de ação ser muito extenso, variando de 147 metros a 187 km do centro médio. 61% dos eventos ocorreram em até 5 km do centro médio de residência dos autores. Verifica-se também que, quanto mais próximo do centro da gangue, maior o adensamento de ocorrências e quanto mais distante, mais esparsos os eventos, de maneira que não se pode observar padrões ou fazer previsões em relação ao local-alvo da atuação do grupo.

A partir da constatação da distribuição dos eventos no espaço, é imperiosa a investigação se há modalidades criminosas mais recorrentes em alguma das faixas de análise.

Primeiramente, verificam-se as modalidades criminosas praticadas pelos componentes da gangue, com quinze tipos penais e especialidades (objeto-alvo da ação): furto (a residência, a estabelecimento comercial, a transeunte); roubo (a residência, a estabelecimento comercial, a transeunte); receptação; extorsão; veículo clonado (receptação qualificada e adulteração de sinal identificador de veículo automotor); outras infrações contra o patrimônio; tráfico de drogas; porte ilegal de

arma de fogo; homicídio (tentado e consumado); resistência e sequestro e cárcere privado.

A tabela e o mapa a seguir contêm as modalidades criminosas por faixa do campo de ação de ação

Modalidade criminosa	Faixa do campo de ação (km)					TOTAL	%
	Até 1	1 a 5	5 a 10	10 a 50	50 a 187		
Furto a residência	9	33	26	18	8	94	42%
Furto a estabelecimento comercial	0	3	0	1	0	4	2%
Furto a transeunte	0	1	0	0	0	1	0%
Roubo a residência	1	8	8	6	2	25	11%
Roubo a estabelecimento comercial	0	0	1	0	0	1	0%
Roubo a transeunte	1	4	0	1	0	6	3%
Receptação	10	2	0	0	0	12	5%
Extorsão	0	0	1	0	0	1	0%
Veículo clonado	4	0	0	0	1	5	2%
Outras infrações contra o patrimônio	0	0	2	0	0	2	1%
Tráfico de drogas	36	4	0	4	1	45	20%
Porte ilegal de arma de fogo	9	4	3	2	0	18	8%
Homicídio (tentado e consumado)	6	0	3	0	0	9	4%
Resistência	1	0	0	0	0	1	0%
Sequestro e Cárcere Privado	1	0	0	0	0	1	0%
TOTAL	78	59	44	32	12	225	100%

Tabela 1: Modalidades criminosas por área de ação – Belo Horizonte (2006 a 2014)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados contidos na tabela foram representados no mapa a seguir:

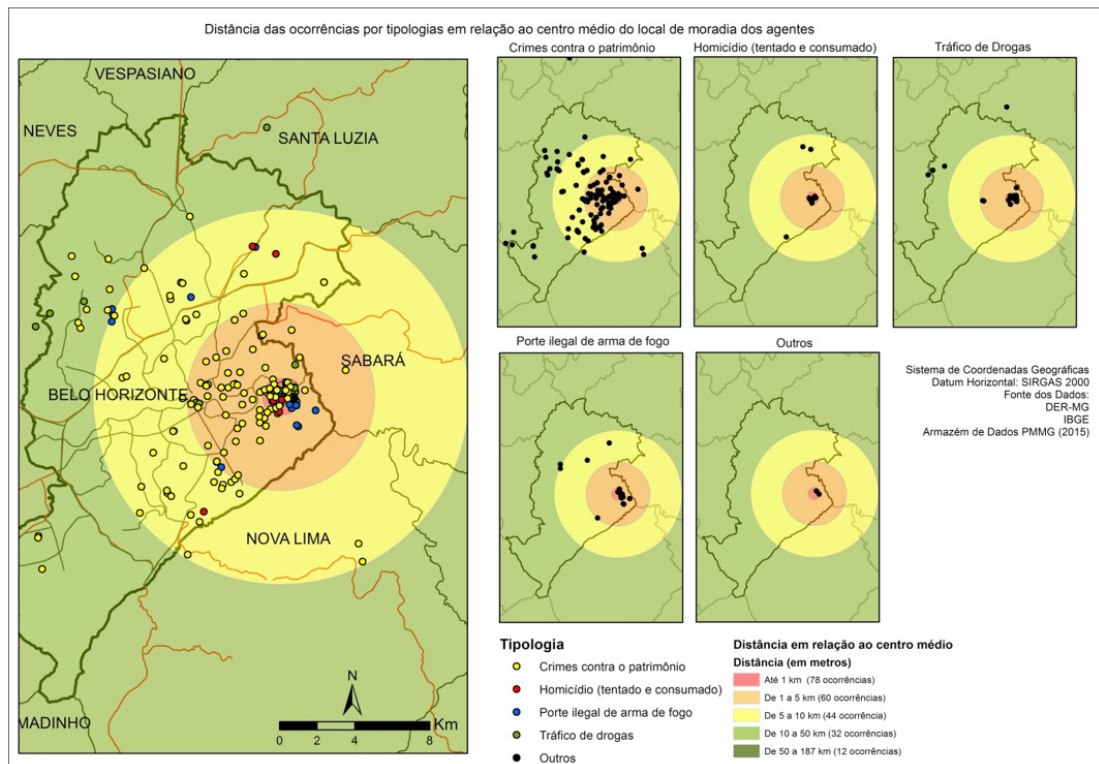


Figura 5: Distribuição espacial das tipologias de ocorrências em relação ao centro médio da moradia dos agentes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vê-se que os crimes contra o patrimônio dominam o cenário de atuação com 67% dos eventos e, especificamente o furto a residência (42% do total de registros) e o roubo a residência (11% do total de registros). Esses dados apresentam uma “especialização” do grupo de agentes, com predominância de crimes contra a propriedade direcionados a residência.

A concentração das ocorrências contra o patrimônio ocorreu na faixa de ação de 1 a 50 km com 115 eventos do total de 151, possuindo uma larga distribuição no espaço. Assim, não há uma delimitação espacial em relação a uma base específica, mas sim uma seletividade em relação a características do alvo.

A segunda modalidade mais presente, o tráfico de drogas, representa 20% do total de ocorrências, com concentração dos eventos, 36 de 45 (80%), na faixa de até 1 km do centro da gangue, apresentando um padrão que pode demonstrar o caráter de delimitação territorial para desenvolvimento da modalidade criminosa. Esse dado corrobora com a característica do crime, com disputa por mercado consumidor, e pode estar relacionado ao maior domínio do território pelos participantes da gangue, que moram nas proximidades dos locais de cometimento de crimes, o que permite maior vigilância e controle do território.

O porte ilegal de arma de fogo figura como terceira categoria mais presente, contando 8% do total de registros, sendo que a metade dos registros desta categoria se concentrou na primeira faixa de ação, o que sugere a necessidade da posse de arma de fogo para proteção da área de domínio territorial do grupo e que corrobora com a prevalência de eventos de tráfico de drogas já apresentados e também do homicídio as proximidades do centro médio da gangue (6 eventos de 9 ocorreram até 1 km). Esses dados também corroboram com a perspectiva apresentada por Sánchez-Jankowski (1997), em relação a terceira condição estrutural da violência em gangues, de necessidade de controle do território por meio da força física para domínio do mercado econômico em que atua a gangue (normalmente relacionados ao comércio de drogas).

O homicídio (tentado e consumado), crime de maior potencial ofensivo, considerando que a vida é a mais importante objetividade jurídica tutelada pelo Estado, contou com nove eventos, dos quais seis ocorreram na faixa de ação de até 1 km do centro médio da gangue. Os dados também contribuem para a análise da concentração dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, também presentes predominantemente na mesma faixa de ação, e devem estar relacionados às disputas afetas ao comércio ilícito de drogas.

Pela distribuição dos eventos pode-se inferir que há dois territórios que definem o campo de ação da gangue estudada. O primeiro localiza-se na base do grupo, que representa o ponto de encontro e de partida, ou seja, o próprio bairro e aglomerado subnormal Alto Vera Cruz, onde os eventos criminais se configuram pela necessidade de disputa territorial pelo mercado consumidor (comércio de drogas) e está ao meio da residência dos próprios agentes, o que também pode influenciar o predomínio de

outras modalidades com destaque nas proximidades do centro gravitacional (posse ilegal de arma de fogo e homicídios), característicos de áreas de conflito e onde há necessidade maior controle. O segundo território está relacionado ao “mercado”, patrimônio, e se estende por todo o campo de ação da gangue, que se mostrou amplo e não delimitado.

Pela relevância do número de eventos relacionados ao patrimônio, pode-se qualificar a gangue como “especializada” em crimes de propriedade. Os eventos desta natureza ocorrem de maneira esparsa onde há oferta e não implicam, conforme a visão de Sánchez-Jankowski (1997) em zonas de conflito, típicas de ambientes onde há disputa para subjugar a concorrência.

6 | CONCLUSÕES

O artigo descreveu a distribuição espacial de indivíduos, as relações socioespaciais e ações delituosas de membros de uma gangue baseada em Belo Horizonte e com ação na capital e outros municípios mineiros.

A questão da territorialidade foi analisada a partir dos locais onde os indivíduos estão vinculados (residências) e nas áreas de atuação, ou territórios relacionados ao campo de ação.

Descreveu-se e buscou-se analisar aspectos clássicos tratados em trabalhos sobre gangues, vínculos entre os integrantes, atividades criminosas e territorialidade.

Quanto aos aspectos de territorialidade trazidos na literatura clássica que trata sobre o assunto, e sua correlação com a teoria que trabalha a questão das gangues, verificou-se que há um local de referência de vínculo e relações dos membros da gangue, o aglomerado Alto Vera Cruz e suas imediações, conforme distribuição espacial das residências em que se observou um maior adensamento de membros próximo ao centro médio, que por sua vez se localiza no bairro Alto Vera Cruz.

Já com relação à distribuição espacial dos eventos, verificou-se que há dois territórios bem distintos, um de domínio definido próximo ao centro do grupo e onde se destacam atividades de tráfico de drogas e do crime de homicídio, cuja explicação pode estar relacionada à necessidade de controle físico para supremacia da concorrência no mercado do comércio de entorpecentes, o que por sua vez é um fator gerador de violência; e outra de territorialidade do “mercado” que, pela característica de especialização da atividade desenvolvida, crimes contra a propriedade, não definem porções específicas, mas sim atributos dos locais de cometimento, numa rede de movimentos entre territórios.

A pesquisa abre novos caminhos para investigações sobre áreas de conflito entre componentes de gangues distintas, aplicação dos mesmos métodos em áreas distintas, a fim de se identificar se o fenômeno ocorre de maneira ubíqua.

REFERÊNCIAS

- ASBURY, Herbert. **Gangs of New York: an Informal History of the Underworld.** 1927.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. O problema dos homicídios em Belo Horizonte. *In: Revista Brasileira Ciências Criminais*, v. 42, pp. 345-351. São Paulo, 2003.
- BEATO FILHO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012.
- BEATO FILHO, Cláudio *et al.* Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 1995 a 1999. *In: Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17 (5): 1163-1171, set-out, 2001.
- BRASIL. **Lei Nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Alterada pela Lei Nº 11.313 de 28 de junho de 2006. Brasília: 2006.
- DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras. *In: Simpósio Internacional sobre Cidades Médias*, Uberlândia. Anais, Uberlândia, p. 1-13, 2006.
- FELIX, Sueli Andruccioli. *In: Revista de Geografia.* São Paulo. Editora Unesp. V. 13, 1996.
- FELIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias.** Marília: Unesp Publicações, 2002.
- HAESBART, R. Território e Multiterritorialidade. *In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA.* São Paulo, 2005. **Anais.** São Paulo: USP, 2005.
- KLEIN, Malcolm; MAXSON, Cheryl L. **Street gang patterns and policies.** New York: Oxford University Press, 2006.
- ROCHA, Rafael L. S. Uma análise das relações de rivalidade e pertencimento entre gangues juvenis em Belo Horizonte. *In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-alias Brasil.* 04 a 07 de setembro de 2012. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, pp. 25-37, 1997.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SOUZA, M. L. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. *In: Cadernos IPPUR/UFRJ.* Ano VIII, n. 2/3. pp. 25-39. Rio de Janeiro, 1994.
- SOUZA, M. L. O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. *In: Cadernos de Geociências*, n. 13. pp. 161-171. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- SOUZA, M. L. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. *In: CASTRO, Iná et al. (orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, M. L. Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. *In: Latin America and Caribbean social science virtual library* – CLACSO. s/d. on-line. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar /ar/libros/anpocs/marce.rtf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/marce.rtf). Acesso em: 04 Set. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VALVERDE, R. R. H. F. Transformação no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 15, pp. 119-126, 2004.

ZILLI, Luís Felipe. **O bonde tá formado**: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

ZORBAUGH, Harvey Warren. **The gold coast and the slum**. V. 227. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

Nacelice Barbosa Freitas

Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
(DCHF)

Feira de Santana-Bahia

RESUMO: Estudar o processo de formação territorial no estado da Bahia, tendo Feira de Santana como recorte escalar, visa desvelar circunlóquios e práticas que materializam os poderes sustentados por instituições políticas e econômicas sobre esta escala geográfica. O estudo enfoca o sertão/território como *locus* da implantação da territorialização do capital, espaço que é compreendido enquanto relação dialética em suas múltiplas dimensões escalares.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão. Formação territorial. Valorização do espaço. Território.

ABSTRACT: Studying the process of territorial formation in the state of Bahia, having Feira de Santana as a delimited area for analysis, aims to unveil circumlocutions and practices that embody the powers sustained by political and economic institutions on this geographical scale. The study focuses on the backcountry/territory as the locus of the establishment of territorializing the capital, while space is

understood as a dialectical relationship in its multiple scalar dimensions.

KEYWORDS: Backcountry. Territorial formation. Evaluation of space. Territory.

1 | INTRODUÇÃO

A diferença litoral *versus* sertão explicada sob o viés marxista se inscreve na divisão social e territorial do trabalho, onde o social e o político estão submetidos ao crivo do capital em suas múltiplas determinações. Se o real é contraditório no seu fazer e (re)fazer-se, a geografia do sertão é concretude desse movimento.

O ponto de partida é Feira de Santana, escala de análise, lugar que serviu de alicerce para a busca do conhecimento sobre a formação territorial do sertão. A construção/criação deste espaço institui um desafio para se pensar a importância econômica e política do município que é Princesa do Sertão ao mesmo tempo em que é Portal do Sertão.

O método dialético tem a contradição como lei precípua, entendendo-se que a totalidade em que a realidade se inscreve, traz em si, forças contraditórias que se interpenetram: estes são os princípios que guiaram o processo de investigação. A contradição expõe o choque entre contrários, indicando uma unidade do

real, início e fim ao mesmo tempo, negação-afirmação, movimento que se dá em três tempos: tese-antítese-síntese, semelhante ao mover em espiral, então o sertão-litoral, é o par dialético que define o movimento determinante da formação territorial do espaço investigado. A opção pelo materialismo dialético como método decorre da especificidade do objeto pesquisado, pois é ao mesmo tempo, pergunta e resposta sobre a realidade a ser analisada. Assim, estuda-se a totalidade, considerando o movimento como um atributo da matéria, como uma propriedade básica.

O processo de investigação tornou possível perceber as profundas transformações no espaço urbano de Feira de Santana, e nessa perspectiva, cada contexto histórico, contribuindo para firmar a cidade como Princesa do Sertão. A investigação conduziu a análise territorial tratada como relação sertanejo-litorânea que é a formação da nação brasileira.

Feira de Santana se inclui nesse lugar considerado por muitos estudiosos como espaço de localização imprecisa, indefinida, de fronteiras fragilizadas. Território da acumulação primitiva e reserva de valor esta condição conduz a ser chão transformado em território, onde a ideia de vazio foi ao longo do espaço-tempo, conteúdo essencial para o processo de valorização do capital. Feira de Santana: sertão, lugar sertanejo que assume diferentes significados para constituir-se vereda do capital. Este é o espaço da pesquisa.

2 | FEIRA DE SANTANA: A PRINCESA DO SERTÃO

A leitura sobre relação espacial do sertão-litoral foi utilizada para compreensão do termo no contexto atual, observando-se que é tão somente uma atualização sobre a definição de diferenciação. Novos conteúdos políticos e econômicos são inscritos no espaço, objetivando o aprofundamento do processo;

O marco dessa investigação foi definido com o intuito de explicar as especificidades escalares, a partir do movimento da totalidade socioespacial, sob a ótica da divisão regional e territorial do trabalho no capitalismo.

Partindo-se do pressuposto que sertão é terra chã, chão carregado de estigma proveniente da leitura de uma sociedade que vive a aparência, percebeu-se que sua essência é perdida, conquanto a relação Sociedade-Natureza, fundamento da ciência geográfica, não é apropriada como base metodológica para análise da totalidade.

A análise sobre a geografia sertaneja possibilitou afirmar que o sertão é o espaço traspassado pela ignomínia, é estranho à realidade sertaneja construída pelo colonizador. Sertão que é confundido com aspereza, ser rude, duro, seco, oposição, distante da maciez, umidade e doçura do litoral, traz para Feira de Santana a possibilidade de negação porque a concretização da realidade, trazendo as benesses litorâneas que aqui chegavam e saíram com o gado, se fixaram com a feira, o comércio e a indústria, e a torna região que vai se situar no Agreste. É o descoroamento da princesa que reage para consolidar a reprodução ampliada do capital: de chão passa a

território, rompendo com a ideia de “vazio” porque é *locus* do processo de valorização do espaço, produção do espaço sobre os pilares do modo de produção capitalista.

Ah o sertão! Todo interior é sertão. Sim. Não estando no litoral, é sertão. Espaços recônditos produzido em moldes primitivos, para ser desmantelado em ultramar, desenhado em fronteiras descritas externamente, cumprindo a agenda colonizadora, é consolidado como *locus* da reprodução ampliada do capital. Então, desde a origem sua reprodução é mundial, porém se distribui especificando os lugares: global-local, fragmentando-se se separa em meio à totalidade, e organiza um jogo em que as forças contrárias se unem forjando uma homogeneização, mas a realidade é reveladora das diferenciações geográficas nas diversas escalas.

Chesnais (1996, p. 32) discutindo a mundialização do capital, reflete sobre esse tema, e expõe sobre como a reprodução do capital produz desigualdade porque “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”. O intercâmbio comercial traz como tendência a marginalização de países, dos espaços, em função da hegemonia de outros. Tomou-se essa discussão como mais uma comprovação da função do capital na produção do espaço, isto é, perpetuar e garantir a desigualdade combinada, inerente e necessária a sua sobrevivência.

Feira de Santana, nesse sentido, impõe superioridade de rainha quando se observa a sua posição na Região Metropolitana de Feira de Santana e Território de Identidade Portal do Sertão, porque na trama capitalista, situa-se como espaço de concentração e centralização do capital ao nível regional, no sertão, é Princesa do Sertão que se constitui Portal do Sertão. O epíteto “Princesa do sertão” outorgado a Feira de Santana por Ruy Barbosa, quando em campanha presidencial em 1919, reflete apenas uma forma de agradar os munícipes, durante as suas excursões pela Bahia, e foi usado na pesquisa como uma forma de identificar o processo de hierarquização espacial.

Observou-se que o espaço sertanejo é visto como lugar do esquecimento, distanciamento, contrário ao existir humano porque cheios de homens bárbaros, bravios, gentios no passado, e no presente pelos rudes filhos da semiaridez. Espaço insígnia de pobreza, miséria e fome, de homens sem fé católica, então considerado sem civilização. Esses homens habitantes das fronteiras interioranas produziram o espaço que não suporta outro existir, porém são derrotados em seus intentos, porque na implantação do projeto mercantil a mercadoria prevalece a qualquer sentimento de pertencimento ou relação identitária. Porém, foi possível assinalar que estando localizada nesse sertão, Feira de Santana, indica que, enquanto tal, integra a totalidade sertanejo-litorânea, manifestando caracterização da *secura* e umidade, quando é cidade representativa da contradição riqueza *versus* pobreza.

O estudo do espaço feirense sob o viés da diferenciação permitiu abalizar que diferenças, desigualdades, diversidade, aparecem como adorno da sociedade que

está para ser gestada no século XVIII e se apresenta como novidade no conjunto que compõe o aparato da modernidade. O feirense surgiu e lançou o seu germinar no solo sertanejo, condição *a priori* do ser sertão, processo que situa-se no cerne da colonização. Sendo assim, pode-se afirmar que o colonizador ao arrumar as bagagens da viagem, geopoliticamente descrita e planejada, para imprimir a dualidade sertão-litoral, defrontou-se com uma totalidade que preexiste, enquanto valor de uso, e que no propósito mercantilizador do espaço, foi transmutada em valor de troca nas terras d' além Paraguaçu. O território do “achamento” de Pedro Álvares Cabral, manifesta-se como terra de acolhida ao colonizador, este que chegou para administrar o território do outro, exigir reconhecimento do estrangeiro – o dono do território usurpado mediante sangrentas guerras.

3 | FEIRA DE SANTANA: FORMAÇÃO TERRITORIAL

A formação territorial de Feira de Santana está na gênese das terras d' além Paraguaçu, no sertão que corresponde ao espaço que dista das margens do rio, responsável pela origem desta cidade no território da capitania da Bahia, com povoamento iniciado no século XVII e intensificado no século XVIII. Terras do sertão que surgem como resultado da expansão territorial, alicerce principal da colonização e extensão do Estado português. Cada empreendimento mercantil se revertia em posse da terra, mediada pelas Entradas e Bandeiras, conflitos, guerras, defesa e valorização do espaço.

Antonio Guedes de Brito, proprietário da Casa da Ponte e Francisco Dias d'Ávila da Casa da Torre, bandeirantes e criadores de gado da Bahia, assumem já no início do século XVI extensas sesmarias, tomando espaços desde o rio São Francisco, atingindo Morro do Chapéu até o Piauí, submetendo o sertão da Bahia aos seus comandos. A sesmaria de Tocós dá origem ao povoamento de Feira de Santana. Sua gênese está na propriedade de Antônio Guedes de Brito, isto é, da Casa da Ponte, desde 1609, e parte dela correspondia a porção de terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria as quais foram adquiridas mediante a compra por João Lobo de Mesquita e depois por João Peixoto Viegas.

Delimitar essa sesmaria se constitui um problema geográfico de significativa complexidade e difícil de ser solucionado, pois há diversos entraves às respostas objetivas e convincentes, pelos limites técnicos e cartográficos da época. A importância em relatar sobre a mesma vincula-se ao fato que durante muito tempo a fundação da cidade de Feira de Santana esteve estreitamente associada ao casal Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandão.

Poppino (1968), Galvão (1982), Andrade (1990), Freitas (1997) e Freire (2011), trazem informações significativas, mas não há consenso quanto à origem dos termos de Feira de Santana. Identifica-se, portanto, uma vasta contribuição na perspectiva

histórica, mas sob o ponto de vista geográfico há uma lacuna considerável.

Segundo Freire (2011) não há como precisar os limites e a localização exata do sertão de Tocós, afirmando que em 1655, compreendia ao espaço entre o rio Jacuípe e Itapicuru, podendo abranger as terras de Itapororocas. Confronta informações de diversos historiadores, expondo as diferentes propostas. Certo de que o sertão de Tocós situava-se nas possessões de Antônio Guedes de Brito, apresenta os pontos de conflito no que se refere à questão.

Em 1926, Antônio José de Araújo tratando das origens das famílias do município de Serrinha, distingue esse município como parte dessa sesmaria, mas nela não registra a localização de Feira de Santana. Afirma que Poppino (1968) corrobora com aqueles que indicam Feira de Santana como parte de Tocós. Andrade (1990) confirma estar a referida sesmaria em terras originariamente pertencentes aos Guedes de Brito, e posteriormente vendida a João Lobo de Mesquita, que transferiu para João Peixoto Viegas, o qual legaliza o título de compra.

Diante de muitas controvérsias sobre a questão, Galvão (1982) busca dar uma explicação baseando-se em documentos históricos. Assegura que data de 1615 as primeiras informações sobre a apropriação do espaço pelo colonizador das áreas que correspondem as atuais imediações de Feira de Santana. Para trazer essa resposta faz menção a uma Carta de Concessão em favor de Miguel Ferreira Feio, e em 1619 de João Peixoto Viegas. Informa, ainda que, João Lobo de Mesquita, possuindo fazendas no Recôncavo abre estrada para o rio Jacuípe.

Todas as explicações são concordantes quanto à importância da pecuária, especialmente da feira de gado, para a origem da cidade, evidenciando o local de pouso obrigatório das manadas. A relevância do comércio é evidente, quando vaqueiros, tropeiros, e sesmeiros, abriam caminhos e fixavam a população, e para escoar a produção se dirigiam para o ponto de convergência que é Feira de Santana, lugar de descanso, recanto de repouso, onde as ações desses homens denotavam o interesse explícito na valorização do espaço.

O conflito com os holandeses no litoral e com os índios no interior dificulta a efetiva exploração e produtividade da sesmaria. Posteriormente, diversos pontos de criação de gado nela se instalaram na segunda metade do século XVII a exemplo da fazenda Santana dos Olhos d' Água, havendo registros de 317 fazendas nas proximidades do rio Paraguaçu no final deste século: isso demonstra a dinamicidade econômica.

O sesmeiro João Peixoto Viegas, mercador português proveniente da Vila de Viana chega à Bahia por volta de 1640. Era filho de Fernão Peixoto de Viana, e Barbara Fernandes. Aqui chegando, casou-se com Dona Joana de Sá e foi possuidor de grandes extensões de terras, tendo sido o incorporador do Paraguaçu, em Itapororocas e Água Fria, desde 1652, área que corresponde ao sertão baiano, incluindo terras pertencentes à Feira de Santana. (FIGURA 01). Adquiriu as terras d' além Paraguaçu, localizada entre o rio Jacuípe e o Itapicuru. Na Bahia, Viegas compõe os quadros políticos, como administrador da Companhia Geral do Comércio, tesoureiro e escrivão

de Bulas, além de ter em sua história o papel de denunciador da Inquisição. Em 1675, parte para devastar o sertão, apropriando-se das terras indígenas. O sesmeiro João Lobo de Mesquita exerceu na Bahia a função de vereador e juiz ordinário. Abre caminhos da Mata de São João, numa extensão de nove léguas, tendo por direito, cobrar uma res a cada curraleiro. Em 1653, vendeu a João Peixoto Viegas as terras de Jacuípe e Itaporocas.

O despacho datado de 6 de junho de 1653, do Livro das Sesmarias da Bahia – Livro de Provisões Reais nº 257 - consta o registro da Carta de Doação de Sesmaria a João Peixoto Viegas, das terras de Itaporocas, Jacoipe e Agoa Fria. (FIGURA 01).

Dom Jeronimo de Attayde Conde de Athoguia. Faço saber aosque esta Carta de Sesmaria virem, que João Peixoto Viegas me enviou a representar a petição Cujor theor he o seguinte / Diz João Peixoto Viegas, que de cinco anos a esta parte tem povoado com quantidade de gados, gente e Escravos, as terras que chamão de Itaporocas e terra nova de Jacoippe nos limites da Cachoeira termo desta cidade: as quaes ele suplicante, houve por titulo de compra de João Lobo de Mesquita estando despovoadas e einabitadas havia vinte anos pelos assaltos e mortes que nells havia feito e fazia muitas vezes o gentio bravo: (...)

Lendo a referida Carta foi possível identificar as justificativas para a posse da terra. Os sesmeiros aqui se instalavam, soltavam o rebanho, e mediam o espaço pela quantidade de cabeças de gado; povoava a terra com gente transformada em escravos e ampliavam a apropriação com os animais. Pecuária e colonização se cruzam, interpenetram e individualizam como especificidade da totalidade que desemboca no capital mercantil.

Outra carta de doação com despacho datado de 3 de julho de 1653, no Livro das Sesmarias da Bahia, confirma a importância do sesmeiro para o povoamento do sertão, quando esse novamente reivindica o título de posse da terra:

João Rodrigues de Vasconcelos e Souza Conde de Castelmelhor. Faço saber aos que esta Carta de Sesmaria virem que João Peixoto Viegas me representou em sua petição como houvera de João Lobo de Mesquita por título de compra as daltas de terras e Campos das Itaporocas, Jacoipe e Agoa fria, citas no termo desta Cidade que chamão da Cachoeira das quaes ele suplicante estava de posse havia mais de trez anos, hia povoando de gado com grande risco e despeza, em razão do gentio bravo

(...)

Hey por bem delhe confirmar com pela presente faço, em nome de Sua Magestade todas as suas ditas terras que houve por título de compra do dito João Lobo de Mesquita nos districtos da Cachoeira assim e da maneira que as nomeão e confrontão na escriptura que delas se fez ao dito impetrante (...) (CARTA DE DOAÇÃO DE SESMARIA, 3/07/1653).

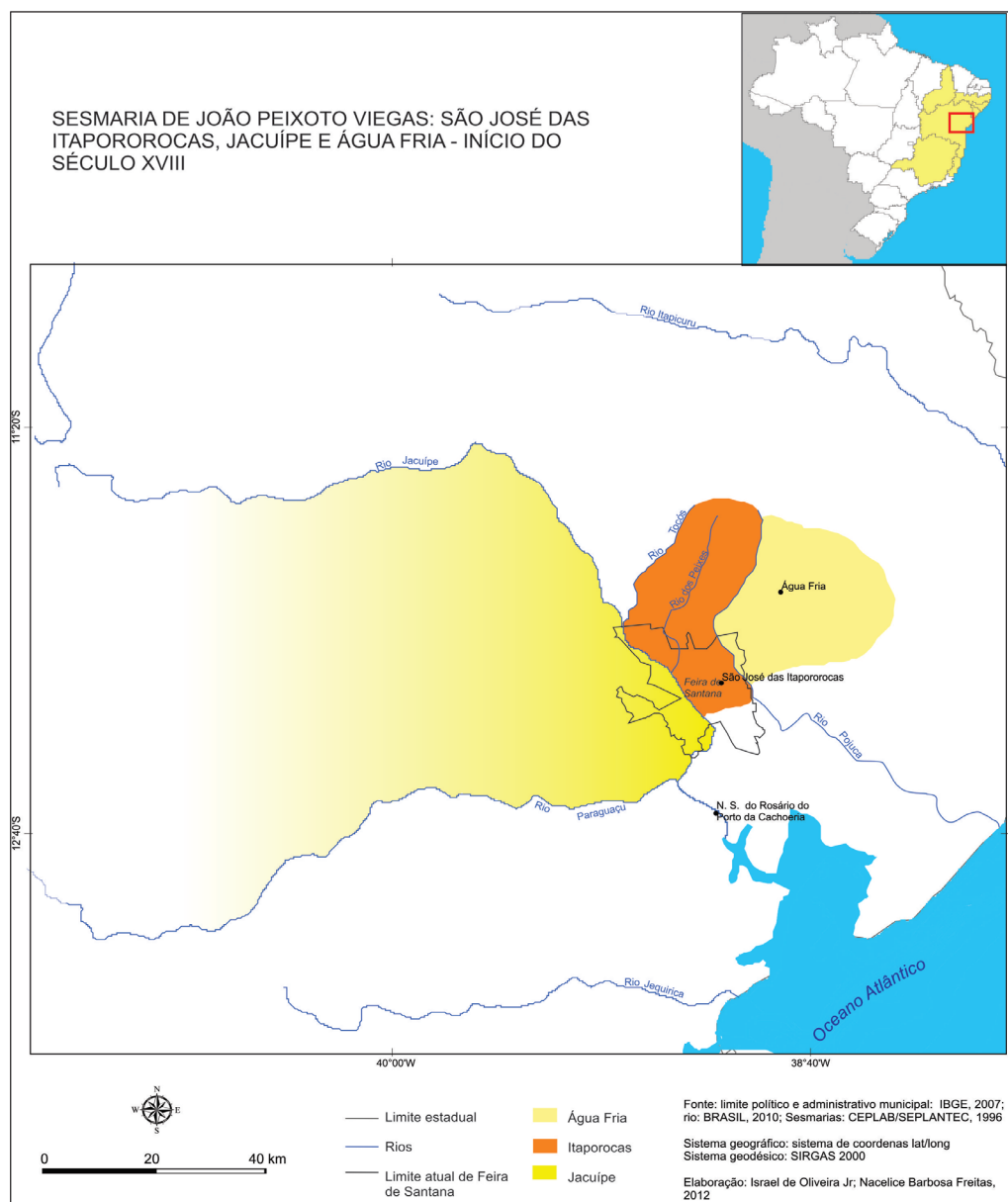


FIGURA 01 – Localização da Sesmaria de João Peixoto Viegas no Início do Século XVIII: São José das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria

A terra é concedida ao sesmeiro, que passa a ter direitos plenos sobre “os sobejos, voltas, enceadas, agoas, salinas e os mattos que ao redor das ditas terras estivessem por dar, visto ser em utilidade da fazenda e rendas de Sua Magestade”. Exige o direito de posse porque tomou por tarefa povoar de “gado e escravo, e moradores”, o espaço que inexplicavelmente confirma como desabitado. Este ato, porém, foi realizado sob as “armas” e “fortes de sobrado de pedra e cal”. (CARTA DE DOAÇÃO DE SESMARIA, 03/07/1653). Após seu falecimento a sesmaria foi fragmentada em várias fazendas, uma delas adquirida pelo casal Ana Brandão e Domingos Barbosa de Araújo. Cabe registrar que em diversos textos e documentos o nome de Ana Brandão tem a grafia de Ana Brandoa, porque, segundo o jornalista e pesquisador Franklin Machado, na época era comum colocar no feminino, sobrenomes das mulheres que apareciam com conotação masculina.

No século XVIII, Feira De Santana, era um centro comercial de grande importância, e local de passagem para quem se dirigia para as vilas e povoados dos sertões do São

Francisco. Ao que tudo indica, a economia girava em torno do fumo, neste período, exportando para a África, especialmente para Angola, quando era utilizado como moeda na compra de escravos. (GALVÃO, 1982).

De origem relativamente recente, se comparada ao processo de formação territorial da Bahia, o território sertanejo de Feira de Santana foi considerado unidade política em 1873, quando a vila foi elevada à categoria de cidade como um testemunho da importância dos núcleos de povoamento rurais; por esse motivo não é possível identificar o seu registro no mapa que localiza o sertão da Bahia no século XVIII.

Os registros e documentos históricos indicam que desde 1693 fazia parte da Comarca de Cachoeira, sendo elevada à categoria de Freguesia no ano de 1696. Por essa época, as áreas de pastagens foram substituídas pelos canaviais, e Feira de Santana, uma aldeia com pouca expressão, passa a sediar a feira.

No início do século XIX, já era “grande e povoada” e considerada o “maior arraial da paróquia de São José das Itapororocas”, passando à categoria de povoado em 1819: até então Cachoeira era a segunda maior cidade do Estado. (POPPINO, 1968, p. 21).

A sua formação territorial esteve vinculada à expansão da pecuária, se consolidando a partir do final do século XVIII. Até então, a feira de gado mais importante da Bahia era a de Capoame localizada no norte do Recôncavo, no espaço que hoje corresponde aos limites do município de Dias d'Ávila, entretanto no reinado de D. Pedro II, “O Pacífico” - 1683/1706 – ocorre a proibição da prática da pecuária numa faixa de 10 léguas a partir do litoral, determinando que a área estava destinada à produção canavieira. (FIGURA 02).

A linha traçada no mapa da Bahia - figura 02 - corresponde a uma aproximação dos limites constantes na Carta Régia de 1701. Pode-se afirmar que, nesse momento, tem-se a separação entre o sertão e o litoral, um artifício que termina por instituir uma primeira divisão regional do Brasil.

BAHIA: RELAÇÃO SERTÃO E LITORAL - SÉCULO XVIII



FIGURA 02 - Limite Entre Sertão E Litoral – Demarcação Da Carta Régia (1701)

A grandeza do sertão é condição para dificultar a definição da escala de análise. Feira de Santana é a fronteira, é o sertão das terras d'além Paraguaçu, mas efetivamente existe desde o litoral, na foz desse rio, onde também é extensão dos limites de Salvador, comandando a reprodução do interior, que tem a porta de entrada em Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Delimitação comandada pelo capital é prova cabal da capacidade que tem o mesmo na produção espacial.

Encerra-se o sertão na ascensão econômica através da feira que serviu de instrumento para recuar às entradas e alargar o espaço, talvez, fazendo Feira de Santana ser “menos” sertão, ou seja, o Agreste que é Portal do Sertão e Princesa do Sertão estando, ideologicamente, mais perto do litoral. (FIGURA 02).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

O valor do espaço sertanejo, iniciado com a colonização é resposta à lógica mercantilista, que tem na moeda a questão central, uma vez que, a riqueza era medida pela quantidade de ouro e prata que uma nação possuísse, então, a busca desenfreada por metais preciosos fazia parte do projeto político e econômico do ocidente europeu que aqui se instalou. A valorização do espaço resulta então na expectativa de transformá-lo em mercadoria, transformando-o em valor-de-troca. O sertão, enquanto condição *a priori*, não expõe perspectiva para essa reprodução, mas submetido àquela construção histórica e espacial converte-se em valor, em mercadoria.

Valor que produzia a riqueza nos prolegômenos do capitalismo, o sertão foi revestido de conteúdo de mercado, retido enquanto valor-de-uso para transformar-se em valor-de-troca: mercadoria não avaliada pela utilidade, pelo seu conteúdo material, mas uma forma relativa de valor. A contradição litoral *versus* sertão subsiste à origem do modo de produção capitalista. Para os indígenas, “povos testemunhos da colonização”, o sertão é o “valor-de-uso sem valor”, era o espaço “útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria”. O colonizador o retém para si, colocando-o na inércia que contraditoriamente é investimento de agiotagem, juros que se acumulam no tempo-espaço do sertão que no futuro emergirá sustentado na reprodução do capital.

O sertão, território da exploração colonial, com a pecuária, reveste-se de valor, e passa a ser espaço apropriado pela prática mercantilista. As estratégias impressas no espaço viabilizam a sua função de valor-de-troca, eliminando as possibilidades do seu caráter de valor-de-uso antes conferido pelos povos que testemunharam a invasão portuguesa. O significado que lhe é dado, inverte a condição material no sentido de satisfazer as necessidades sociais. O processo de valorização, concentrado no litoral - por esse turno, permite a concentração dos recursos financeiros nas mãos da burguesia, que posteriormente foram utilizados para a compra dos meios de produção e exploração do trabalho, através da expropriação, ampliando a demanda por acumulação; a colonização é um elemento de fundamental importância para essa acumulação, que compõe as colunas de sustentação do Estado absolutista português.

Partindo-se do pressuposto que sertão é terra chã, chão carregado de estigma proveniente da leitura de uma sociedade que vive a aparência, percebeu-se que a sua essência é perdida mediante aparência, conquanto a relação Sociedade-Natureza, fundamento da ciência geográfica, não é apropriada como base metodológica para se enxergar a totalidade. Nesse contexto, consolida-se o imaginário sobre o real-concreto, fundado no sentimento de desvalorização de um espaço em relação ao outro, com propósitos explícitos na prática da espoliação do colonizado mediante a dilapidação dos recursos existentes na terra encontrada. A depreciação é nítida nos textos da época, quando, por exemplo, os escritores, ao caracterizar os índios aimorés - e a Bahia está no centro desta discussão - os apresentavam de forma negativa, comparando-os aos animais. Os portugueses os denominavam de Botocudos devido

aos botoques de madeira, ou de pedra que usavam nas orelhas e no lábio inferior.

Constatou-se que Feira de Santana, está localizada no lugar considerado vazio na observação do colonizador que aqui chegou para levar território sertanejo à Europa, prova cabal que tal condição é colocada pelo olhar estrangeiro. Sertão: descrito como vazio, o espaço repleto de seres humanos denominados índios, povos que foram arrancados da terra, no instante em que testemunhavam os desígnios da colonização. Aqui encontrados livres, foram escravizados, corrompidos, porque ao mesmo tempo parceiros dos diversos aspectos desse processo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Celeste Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de História Colonial. (Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA). 1990.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GALVÃO, Renato de Andrade. Os povoadores de Feira de Santana. **Stientibus**. Feira de Santana, 1982, vol. 1 jul/dez. p. 25-31.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana. UEFS: 2011.

FREITAS, Nacelice. Barbosa. **Urbanização de Feira de Santana**: influência da industrialização 1970 – 1996. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1997.

REGISTRO DA CARTA DE SESMARIA de Terras e Campos Jacoipe, e Agoa Fria sitas na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 6 de Junho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 47.

REGISTRO DA CARTA DE SESMARIA das Terras e Campos das Itapororocas, Jacoipe e Agoa Fria então na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 3 de Julho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 46v.

TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA

Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes

Universidade Federal do Oeste do Pará - Pará

Edna Ferreira Coelho Galvão

Universidade do Estado do Pará e Universidade Federal do Oeste do Pará - Pará

RESUMO: O artigo discorre de forma sucinta sobre as condições de acesso à saúde no território Amazônico. Diante da dinâmica territorial amazônica e sua diversidade social, ambiental, econômica e cultural, faz-se importante levantar reflexões a cerca das necessidades de saúde da população e da implantação de políticas públicas de saúde efetivas e resolutivas, que sejam pensadas a partir da realidade ou “das realidades”, visto as múltiplas facetas encontrada no interior deste território. As políticas públicas de saúde encontram nas condições climáticas e geográficas barreiras para sua efetivação. Para enfrentar tais desafios, há que se considerar as alternativas de cada agrupamento humano para enfrentar as adversidades, como também é imprescindível que os profissionais de saúde sejam conhecedores das particularidades desta região e de sua população, para que possam contribuam com tais discussões.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Saúde; Amazônia

ABSTRACT: The article briefly describes the conditions of access to health in the Amazonian territory. In view of the Amazonian territorial dynamics and its social, environmental, economic and cultural diversity, it is important to reflect on the health needs of the population and the implementation of effective and resolute public health policies that are based on reality or “Of the realities”, considering the multiple facets found within this territory. Public health policies find in climatic and geographical conditions barriers to its implementation. In order to face these challenges, it is necessary to consider the alternatives of each human group to face adversities, but it is also essential that health professionals be knowledgeable about the particularities of this region and its population, so that they can contribute to such discussions.

KEY-WORDS: Territory; Cheers; Amazon

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa introduzir, de forma sucinta, as condições de acesso à saúde no território Amazônico. Para tanto, busca-se inicialmente a compreensão da conceituação de território, pois como é expresso por Santos (2008) é um dos conceitos mais utilizados no processo de reorientação do modelo assistencial da saúde pública brasileira advinda

da Constituição Federal de 1988 foi o de território.

Diante da dinâmica territorial amazônica e sua diversidade social, ambiental, econômica e cultural, faz-se importante levantar reflexões a cerca das necessidades de saúde da população e da implantação de políticas públicas de saúde efetivas e resolutivas, que sejam pensadas a partir da realidade ou “das realidades”, visto as múltiplas facetas encontrada no interior deste território, amazônica (s).

Ao se falar em Amazônia, especificidades sociais e ambientais que cercam nosso território são por vezes determinantes para definir como a assistência a saúde será prestada de forma resolutiva e integral. Dentre tais especificidades destacamos: cheia e vazante dos rios, alagamentos, transporte e acesso a determinadas regiões, terras caídas, conflitos agrários e ambientais, dimensões territoriais, dentre outros.

Diante de tal dinâmica territorial e diversidade social, ambiental, econômica e cultural, o favorecimento da discussão de tais temáticas permite o fortalecimento e adequação das políticas públicas de promoção e assistência à saúde às realidades e necessidades das populações.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Território e a dinâmica territorial da Amazônia

Há diferentes formas de compreender e conceituar território, Gottmann (2012) destaca seu caráter político e geográfico ao afirmar que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p.523).

Para Santos (2005) vivemos com uma noção de território herdada da modernidade, é seu uso que faz dele objeto de análise social, trata-se portando de uma forma impura, um híbrido, que carece de constante revisão histórica. Para este autor o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Desse modo, o território precede o espaço. Segundo o autor, o território vai além da categoria de região, funciona através de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades seriam lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto que as verticalidades são pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. Essas duas realidades resultam em novo funcionamento do território.

Por outro lado, compreende-se que o território se forma a partir do espaço, é resultado da ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível, sendo, portanto o espaço da prática. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (BECKER, 2010; RAFFESTIN, 1993).

De acordo com Monken et al (2008) as duas posições anteriormente citadas são aparentemente contraditórias, no entanto, ambas ressaltam “o poder” como elemento chave na definição de territórios. Ainda segundo os autores, os diferentes territórios existentes seriam expressões de diferentes territorialidades, variáveis de acordo com contextos históricos e sociais, e o conceito de territorialidade permite vislumbrar formas de criação de territórios anteriormente não considerados pelos estudos geográficos.

A territorialidade humana, de acordo com Sack (1986) é uma tentativa de um indivíduo ou grupo influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relações delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território.

Compreende-se, portanto, que o território possui múltiplas abordagens, seja enquanto espaço delimitado, usado, político e permeado por relações de poder. Nenhuma das definições abordadas abarca a totalidade do que é território, mas de certo modo, ao analisarmos todas conjuntamente (“um híbrido”) há uma completude conceitual que por hora irá nos permitir prosseguir na proposta deste artigo. Porém, é preciso ressaltar que essa conceituação possivelmente mudará com o tempo, pois como destacamos anteriormente na fala de Milton Santos, carece de constante revisão histórica.

O território amazônico teve seu processo de elaboração da rede urbana, organizado por Correa (1987) em períodos. O período inicial é marcado pela implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território. Um segundo período é caracterizado pela expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias nos séculos XVII e XVIII. O terceiro e curto período é marcado pelo desenvolvimento econômico e urbano sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Um quarto período marca a estagnação econômica e urbana que foi do século XVIII à metade do século XIX. O boom da borracha marca o quinto período, com uma intensa expansão e riqueza. O sexto período marca uma segunda estagnação após a crise da borracha de 1920 a 1960. E um sétimo período se inicia em 1960.

A dinâmica territorial da Amazônia sofre constantes modificações desde a formação do moderno aparelho de Estado e sua intervenção na economia e no território, fato que acelerou e tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, planejado por Getúlio Vargas e acelerado por meio de ações efetivas do governo de Juscelino Kubitchek. Entre 1967 e 1982 o Brasil alterou sua posição na estrutura da economia-mundo como uma potência regional, o Estado tomou para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território. A ocupação da Amazônia

teve prioridade nesse projeto, primeiro por ser percebida como uma solução para as tensões sociais decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura, mas também pela possibilidade de se desenvolverem focos revolucionários neste território (BECKER, 1997; 2001).

A partir da década de 1980 houve uma profunda mudança na política territorial brasileira que resultou na inclusão da variável ambiental nos discursos e definições de políticas. A bandeira do desenvolvimento sustentável muda radicalmente a posição dos organismos financiadores internacionais. As organizações não governamentais e os sindicatos organizados em redes de solidariedade despontam como atores de peso associados ao vetor ecológico, sobretudo na Amazônia e disseminam conflitos entre projetos desenvolvimentistas e os de preservação. (BECKER, 1997; VIANA ET AL, 2007)

Toda essa transformação geográfica e social que aconteceu na Amazônia, a partir da década de 1930, resultou na realidade presente hoje neste território. A Amazônia tida por muito tempo como espaço desabitado foi e é cenário de constantes modificações e conflitos, esta possui uma dinâmica territorial complexa e distinta.

Ao tratar da ocupação do espaço amazônico dois padrões de organização são observados: o padrão rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra-firme-subsolo. O padrão rio-várzea-floresta tem no rio seu eixo de circulação e ocupação do território, esse padrão caracteriza a ocupação do espaço amazônico paraense. No padrão estrada-terra-firme-subsolo, as estradas são os meios de integração territorial, mecanismos de ocupação e veículo de acesso aos recursos minerais presentes no subsolo, e aos recursos madeireiros, agrícolas e pecuários (SANTOS, 2011).

Esses diferentes padrões de ocupação, marcam formas distintas de organização que requerem diferentes olhares na elaboração de políticas públicas, pois determinam modos de vida e organização social, que apesar de estarem situados no mesmo território, são diferentes. Portanto, ao se pensar em Amazônia tem-se que levar em consideração seus diferentes cenários e contextos.

Segundo Viana et al (2007) a dinâmica territorial atual é marcada pelo ciclo pecuária-desflorestamento-madeireira, conflitos sociais, grilagem de terras, extração ilegal da madeira, queimadas e agricultura da soja destinada à exportação. Acrescentamos também a implantação de hidroelétricas. Os autores também destacam conflitos ligados a atividades ilícitas e imigrações ilegais nas áreas de fronteiras internacionais, duas metrópoles que atraem um grande contingente populacional, além de espaços com baixos dinamismos econômicos.

Albuquerque et al (2010) usando a ideia de situação geográfica, proposta por Maria Laura Silveira, buscam definir as situações geográficas na Amazônia na perspectiva de dar visibilidade à dinâmica territorial existente nesta região. Segundo os autores a caracterização das situações geográficas foi elaborada considerando aspectos como: fluidez territorial, especialização produtiva dos lugares, normas de regulação, urbanização e (des) metropolização, mobilidade populacional e conflitos

de interesses. A partir disso foram definidas pelos autores as seguintes situações geográficas na Amazônia Legal:

1. Usos corporativos do território;
2. Fronteira de difusão dos usos corporativos do território;
3. Usos conservacionistas;
4. Áreas de fronteiras internacionais;
5. Metropolização;
6. Espaços opacos.

Toda essa dinâmica territorial traz elementos importantes para esclarecer os diferentes usos do território amazônico, que repercutem de diversos aspectos da vida das populações que habitam este espaço, inclusive na saúde.

2.2 Saúde na Amazônia

A partir da compreensão de território para além de delimitações geográficas, mas também como lugar dinâmico, que produz novas realidades, modos de vida e subjetividades, adentramos na saúde das populações amazônicas, que vivenciam cotidianamente as peculiaridades deste território, suas horizontalidades e verticalidades.

Segundo Monken et al (2008) atualmente chama a atenção a emergência do interesse pela categoria território como nova variante da aproximação histórica entre geografia e saúde. Para este autor, o território quando abordado no âmbito da saúde coletiva são produções coletivas, com materialidade histórica e social e configurações espaciais singulares, compatíveis com a organização político-administrativa e institucional.

Historicamente os sistemas universais de proteção social em saúde foram pensados e implantados em países com poucas desigualdades, o que destoava da realidade brasileira, que apresenta um sistema de saúde universal em um território marcado por desigualdades (ALBUQUERQUE, 2010). A compreensão do território e sua territorialidade contribuem para superar obstáculos e revelar possibilidades de constituição de um sistema mais fortalecido e efetivo.

Segundo Silva (2006) qualquer viajante na Amazônia percebe facilmente as grandes disparidades em termos de acesso aos serviços básicos de atendimento de saúde entre áreas urbanas e rurais da região. Ao tratar as dimensões geográficas do território amazônico o autor afirma que “na Amazônia cabe quase o mundo inteiro”.

As grandes dimensões territoriais são um dos obstáculos presentes no acesso à saúde da população Amazônica, as distâncias das capitais ou cidades com melhores recursos de saúde e comunidades tradicionais (áreas urbanas e rurais) exigem um modelo assistencial diferenciado, principalmente em situações emergenciais em que a rapidez no atendimento é determinante para garantir o restabelecimento da saúde. Nesse contexto temos as “ambulanchas” que são lanchas destinadas a atendimentos

de primeiros socorros e transporte de pacientes, e o barco-hospital, que visam facilitar o acesso da saúde às comunidades das regiões de rios.

Sousa e Almeida (2010) também abordam sobre os impactos da enchente e vazante dos rios nas regiões de várzea (Planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio) da Amazônia, os autores afirmam que os impactos naturais resultantes das mudanças climáticas refletem nessa dinâmica enchente e vazante. Eles ressaltam ainda que a vazante deixa rios apenas com filetes de água e as enchentes chegam a destruir residências.

A partir disso é possível compreender que em regiões onde o único meio de transporte usado é a navegação este é dificultado durante as vazantes, fato que pode influenciar diretamente no acesso à saúde das populações, além de prejudicar a produção agrícola, criação de animais e pesca (SOUSA E ALMEIDA, 2010), fatores que refletem de diferentes maneiras na saúde e qualidade de vida. As enchentes além de propiciarem doenças de veiculação hídrica (CONFALONIERE, 2005), causam grande impacto social e econômico devido a destruição das casas pelos alagamentos e fenômeno terra caída (Ablação das margens dos rios) (SOUSA E ALMEIDA, 2010). Em situações emergenciais o deslocamento de “ambulanchas” ou dos comunitários até as cidades em busca de atendimento, fica comprometido principalmente na vazante.

Como é possível observar a Amazônia brasileira possui características ambientais e sociais que diferem do restante do país. Confaloniere (2005) afirma que essas características são relevantes para a determinação dos quadros epidemiológicos e com implicações para a assistência à saúde. O autor destaca os aspectos geográficos e ecológicos: a escala espacial dos fenômenos; a extensão territorial e as vias de acesso predominantemente fluviais e a grande diversidade biológica e social. Ele afirma ainda que a Amazônia brasileira possui uma área total de ambientes aquáticos que chega a 300 mil km², um aspecto relevante no que diz respeito a alguns processos infecciosos de veiculação hídrica (cólera e gastroenterites microbianas), a água também é determinante enquanto local de proliferação de insetos vetores de doenças.

Confaloniere (2005) e Confaloniere et al (2014) também destacam as interações entre atmosfera e a floresta, o clima em geral quente e úmido e seu importante papel na regulação de processos biológicos, principalmente relacionado às doenças infecciosas. A grande diversidade biológica que aumenta os riscos de emergência de processos infecciosos novos devido a diversidade de espécies animais. Esses autores revelam que aspectos demográficos importantes como a baixa densidade demográfica, alto índice de migração, alta concentração urbana nas capitais dos estados, a existência de um grande contingente de populações tradicionais (índios, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas etc), bem como a expansão para áreas de floresta resultando na exposição de pessoas e animais domésticos imunologicamente indefesos a agentes patogênicos que estão naturalmente presentes na floresta.

Dentre as mudanças ambientais e sócio demográficas que ocorreram e ocorrem

na Amazônia destacam-se a abertura de novas estradas, mineração industrial, extração de petróleo, agricultura, pecuária, construção de usinas hidroelétricas, exploração madeireira e expansão urbana. Tais transformações levam a contaminação da água por mercúrio e agentes microbianos; a fumaça decorrente de queimadas pós-desmatamento ocasiona afecções respiratórias; a alteração dos ciclos hidrológicos leva a proliferação de mosquitos (CONFALONIERE, 2000; CONFALONIERE ET AL, 2014).

O território amazônico também é marcado por conflitos sociais que tem como pano de fundo as políticas de desenvolvimento e de uso dos recursos naturais que desprezam as potencialidades e desconhecem a resiliência ambiental e a sustentabilidade ecológica da Amazônia; não beneficiam as comunidades tradicionais nem a distribuição de renda e não se preocupam com os riscos para a saúde. Isso ocorre tanto por iniciativa governamental por meio da implantação de grandes obras de infraestrutura (rodovias, hidroelétricas etc) e industriais (mineração), incentivos à pecuária, além de atividades extrativistas espontâneas, como o garimpo, a pesca, a extração de madeira e etc (CONFALONIERE, 2005).

Todas as transformações que acontecem no território amazônico são resultados da expansão do capital que por meio de uma intensa modernização e sob um discurso desenvolvimentista transforma o espaço.

O capital constante que, antes, era um apanágio das cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial passa, também, a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. Esse capital constante fixo ou localizado chega, aliás, a toda parte apoiado pela expansão da rede de estradas de ferro e de rodagem que vão assegurar uma circulação mais rápida e relativamente mais barata (...) Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações (SANTOS, 1988 p. 16).

O desflorestamento, desterritorialização, inchaço urbano nas capitais, conflitos socioambientais, desrespeito aos direitos da população que vive na floresta, disputas agrárias, fazem parte do cotidiano do território amazônico e em conjunto com os demais aspectos sociodemográficos e ambientais, anteriormente abordados, influenciam diretamente na situação de saúde da população. Evidencia-se, também, um modelo centralizador de ocupação, organização e distribuição de renda que resulta em modelos centralizadores de assistência à saúde, gerando sobrecarga de atendimentos em hospitais de determinadas cidades, com recursos financeiros e humanos inadequados.

Confaloniere (2005) usa a classificação de macropaisagens nosológicas da Amazônia com o objetivo de sistematizar o entendimento dos processos de transformação ambiental da região e a consequente transição dos perfis epidemiológicos das populações, a partir da aplicação de um modelo conceitual. O autor propõe três categorias principais: paisagens naturais, paisagens antropizadas e paisagens construídas.

Na paisagem natural evidenciam-se as doenças infecciosas e parasitárias

(Infecções focais), decorrente da exposição a insetos hematófagos ou urticantes, ingestão de carne de espécies silvestres, ou ainda contato direto com o solo e vegetação e intoxicação por animais peçonhentos. As comunidades tradicionais são os grupos populacionais em risco (CONFALONIERE, 2005).

Bôas e Oliveira (2016) dão ênfase para o cenário ribeirinho afirmando que esse enfrenta dificuldades relacionadas à precariedade de ações das políticas públicas, incluindo a falta de acesso aos serviços públicos essenciais, como educação e saúde. As autoras afirmam ainda que na Amazônia brasileira a falta de equidade condiciona deficiências maiores na prestação de serviços, contribuindo para uma cobertura de saúde limitada, em torno de 20%, a mais baixa comparada às demais regiões do país.

Ao abordar a paisagem antropizada, Confaloniere (2005) afirma que os riscos e agravos presentes estão relacionados as transformações mais intensas da paisagem natural amazônica, decorrente da abertura de estradas, garimpos, pecuária e agricultura, exploração madeireira, construção de barragens etc. Os grupos populacionais envolvidos são migrantes oriundos de outros estados brasileiros, sem experiência com o ambiente e a cultura amazônica. Estes estão expostos às infecções focais, mas também atuam como introdutores de patógenos não naturais da região, como a esquistossomose, leishmaniose visceral e DST.

Nas paisagens construídas encontram-se populações urbanas, principalmente as das capitais e aquelas vinculadas a grandes projetos de infraestrutura. O ambiente possui transformações radicais do meio natural, o que deixa a população menos exposta a riscos de infecções focais, no entanto, tendem a ter uma maior incidência de doenças crônicas, endócrinas, neoplásicas e infecções decorrentes do saneamento deficiente, além da ocorrência de violências, acidentes e efeitos da poluição atmosférica e sonora (CONFALONIERE, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território amazônico comporta diferentes e, por vezes, contraditórias realidades, principalmente a partir dos modos de ocupação e exploração, que exigem ações específicas, mas também imersão nessa realidade territorial para uma compreensão que gere articulações efetivas, de modo a garantir o acesso à saúde, principalmente nas regiões mais remotas e de difícil acesso do nosso território.

Os quadros infecciosos e parasitários ainda constituem relevantes processos de adoecimento e exigem atenção diferenciada, porém, as constantes modificações territoriais, principalmente a implantação de grandes empreendimentos, assim como os conflitos socioambientais, geram novos problemas de saúde pública, cuja identificação e contextualização precisam ser consideradas na elaboração de políticas públicas de saúde. Não somente para garantir a saúde da população que vive na Amazônia, mas também para assegurar uma série de direitos que constantemente são ameaçados.

Destaca-se também a necessidade das universidades darem ênfase para a

contextualização da saúde na Amazônia, a fim de formar profissionais da saúde que saibam reconhecer e valorizar as particularidades aqui presentes, bem como fomentar discussões que visem analisar a relação meio ambiente, sociedade e saúde de forma crítica e olhar atento para com os direitos das populações tradicionais da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. ET AL; **Território e saúde**: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. In: VI Semana de Geografia da Unicamp. Anais. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010>.
- BECKER, B. K. **Tendências de Transformação do Território no Brasil**: Vetores e circuitos. *Revista Território*, 1(2), 1997.
- BECKER, B. K. **Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia**: é possível identificar modelos para projetar cenários?. *Parcerias Estratégicas*, n.12, 2001.
- BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia**: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n.1, p. 17-23, 2010.
- BOAS, L. M. S. V.; OLIVEIRA, D. C. **A Saúde nas Comunidades Ribeirinhas da Região Norte Brasileira**: revisão sistemática da literatura. *Atas CIAIQ. Investigação Qualitativa em Saúde*, v.2, 2016.
- CONFALONIERI, U.E.C. **Environmental change and human health in the Brazilian Amazon**. *Global Change Hum. Health* 1 (2), 174–183, 2000.
- CONFALONIERI, U.E.C. **Saúde na Amazônia**: um modelo conceitual de paisagens e doenças. *Estudos Avançados* 19 (53), 221–236, 2005.
- CONFALONIERE, U. E. C.; MARGONARI, C.; QUINTÃO, A. F. **Environmental change and the dynamics of parasitic diseases in the Amazon**. *Acta Tropica* 129. p. 33-41, 2014.
- CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.
- GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.2, n.3, 2012.
- MONKEN, M. ET AL. **O território em saúde**: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: Miranda AC, Barcellos C, Moreira JC, Monken M, organizadores. **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. p. 23-41.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269p. (Série Temas).
- SACK, R. D. **Human Territoriality**: its Theory and History. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1986.
- SANTOS, A. A. **Lugar e território**. O sistema de saúde brasileiro, a geografia e a promoção da saúde.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: OSAL - Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 261 p.

SANTOS, V. B. **Desigualdades regionais e dinâmicas territoriais na Amazônia Paraense**. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Quem planeja o território? Atores, arena, estratégias. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, H. P. **A Saúde humana e a Amazônia no século XXI**: Reflexões sobre os objetivos do Milênio. *Nov. Cad. NAEA/UFPA*, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2006.

SOUSA, J. C. R.; ALMEIDA, R. A. **Vazante e enchente na Amazônia brasileira**: impactos ambientais, sociais e econômicos. VI Seminário Latino – Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, 2010.

VIANA, A. L. ET AL. **Sistema de saúde universal e território**: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 5117-5131, 2007.

A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO

Romerito Valeriano da Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais (CEFET-MG)

Timóteo- Minas Gerais

Daniela Martins Cunha

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

Governador Valadares- Minas Gerais

RESUMO: A comparação dos dados do último censo brasileiro com os dados de censos anteriores demonstra que o Brasil passou a atrair mais imigrantes na primeira década do século XXI. Nesse período, a migração sul-sul ganhou destaque e, nessa categoria, a entrada de bolivianos no Brasil manteve a tendência de crescimento nas últimas décadas. Tal situação ajuda a explicar porque a Bolívia é uma das principais origens dos imigrantes sul-americanos que vivem no Brasil. Muitos estudos sobre a imigração internacional para o país têm se debruçado sobre a imigração boliviana, contudo a grande maioria tem como foco de análise os bolivianos que vivem em São Paulo, destino principal desse fluxo. Em outro sentido, esta pesquisa procura identificar e representar a distribuição espacial desses imigrantes para além do estado de São Paulo, de maneira a dar visibilidade à imigração boliviana em outras áreas do país. Para tanto, foi realizada uma análise exploratória dos dados censitários

brasileiros de 2000 e 2010 com o uso de técnicas de análise espacial como o centro médio e a distância padrão ponderada. Os resultados demonstraram as áreas, fora do estado de São Paulo, que apresentavam a maior concentração de bolivianos e a variação dessa concentração entre os anos 2000 e 2010. Essas informações indicam novas possibilidades de pesquisas para o entendimento da imigração boliviana no Brasil. Este artigo foi anteriormente publicado no Anais do XVI EGAL- Encontro de Geógrafos da América Latina ocorrido em 2017 na cidade de La Paz, Bolívia.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Internacional; bolivianos; Brasil.

ABSTRACT: The comparison of data from the last Brazilian census with previous census data shows that Brazil started attracting more immigrants in the first decade of the 21st century. During this period, South-South migration gained prominence and, in this category, the entry of Bolivians in Brazil maintained the growth trend in the last decades. This situation helps explain why Bolivia is one of the main origins of South American immigrants living in Brazil. Many studies on international immigration to the country have focused on Bolivian immigration, but the great majority is focused on Bolivians living in Sao Paulo, the main destination of this flow. In another sense, this research seeks to

identify and represent the spatial distribution of these immigrants beyond the state of São Paulo, in order to give visibility to Bolivian immigration in other areas of the country. For that, an exploratory analysis of the Brazilian census data of 2000 and 2010 was performed using spatial analysis techniques such as the mean center and the weighted standard distance. The results showed the areas outside the state of São Paulo that had the highest concentration of Bolivians and the variation of this concentration between the years 2000 and 2010. This information indicates new possibilities of research for the understanding of Bolivian immigration in Brazil. This article was previously published in Annals of the XVI EGAL - Meeting of Geographers of Latin America occurred in 2017 in the city of La Paz, Bolívia.

KEYWORDS: International Immigration; Bolivians; Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma história marcada pela migração internacional. A sua formação como país independente está vinculada à imigração portuguesa, à entrada forçada dos africanos e à vinda de outros povos europeus após a independência do país. Curiosamente, a proximidade geográfica não foi um fator que influenciou muito a migração internacional em nível regional na América do Sul, pelo menos entre o Brasil e os seus vizinhos (BAENINGER, 2012).

Historicamente não foram registrados grandes fluxos migratórios entre o Brasil e os países próximos, o que se deve a distintos fatores, entre eles, vale destacar, a diferença linguística, os obstáculos naturais e as condições socioeconômicas brasileiras, que não eram muito atrativas. O Brasil era conhecido como uma planta exótica de costas para a América e de frente para a Europa; essa afirmação é elucidativa da visão que os vizinhos sul-americanos tinham do país. A exceção ocorria nas áreas de fronteira, onde sempre houve uma troca populacional mais intensa entre os países vizinhos do que em outras áreas do Brasil.

No caso específico da Bolívia, o fluxo para além da fronteira é algo mais recente; ele sempre existiu, mas em volume pequeno, tendo se tornado mais relevante a partir da década de 1980 (BAENINGER, 2012). Inicialmente, acompanhando o padrão da migração internacional, entravam, para além da fronteira, bolivianos mais qualificados que buscavam se inserir nos setores melhor remunerados da economia (XAVIER, 2012). Posteriormente, com a formação das redes migratórias associadas a movimentos sustentados por decisões familiares, passaram a vir para o país bolivianos menos qualificados que se inseriram nas ocupações que encontravam, muitas vezes em nichos étnicos, como as fábricas de costura em São Paulo (SOUCHAUD, 2012), o que fez com que o estado de São Paulo se transformasse na área de maior concentração de bolivianos no Brasil.

Por causa da grande concentração de bolivianos nesse estado, as pesquisas sobre o tema têm tido como foco muito mais esse espaço, traçando a história da

imigração boliviana no Brasil por meio desse contexto espacial, como os trabalhos de Silva (1997 e 2006), Xavier (2012) e Vidal (2012). Todos esses trabalhos foram cruciais para o entendimento dos desafios inerentes a esse movimento migratório, contudo, por sua opção metodológica, facilmente compreendida no contexto descrito, acabaram por negligenciar outras áreas de localização dos bolivianos em território brasileiro. Tendo em vista esse cenário, o presente artigo tenta de forma exploratória identificar pistas que sirvam de caminho para o entendimento da distribuição espacial dos bolivianos no Brasil para além do estado de São Paulo. Para atingir esse objetivo partiu-se de algumas fundamentações teóricas.

2 | A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA E ALGUMAS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

A migração humana é um processo complexo que caracteriza a sociedade desde seus primórdios. Desvendar esse processo é um desafio a que muitos estudiosos têm se dedicado ao longo do tempo. Além da dificuldade de coleta de dados confiáveis que retratem não só os estoques de migrantes, mas também os fluxos, o desafio ainda é maior no que concerne às bases teóricas de interpretação dos dados. Diversas ciências se debruçaram (e se debruçam) sobre a temática das migrações, e cada uma contribui de alguma forma para a construção de um arcabouço teórico que possa superar os desafios impostos.

Para a Geografia, a migração é um fenômeno claramente geográfico porque se enquadra em uma de suas categorias fundamentais, o espaço geográfico, concebido, segundo Santos (2008), como um conjunto de fixos e fluxos. Nesse contexto teórico, os movimentos populacionais de mudança de residência podem ser identificados como fluxos do espaço. Logo, podem e devem ser interpretados pelos pesquisadores da área, que lançam mão dos conceitos geográficos de espaço, território, lugar e rede para compreender o fenômeno por meio de metodologias de pesquisa que envolvam os princípios geográficos de extensão, conexidade, causalidade, analogia e evolução. Não é por acaso que um dos principais teóricos clássicos que tentou fundamentar academicamente os estudos sobre as migrações tenha sido um geógrafo britânico, Ernest George Ravenstein, que brindou os estudos migratórios com as “leis das migrações” (RAVENSTEIN, 1885).

Para além da geografia, a sociologia, a antropologia, a demografia, a história e outras ciências também se dedicaram ao tema, e foram responsáveis por ajudar a montar uma estrutura teórica multidisciplinar que ajuda a entender o fenômeno. Tanto que, graças às contribuições dessas diversas áreas, hoje o pesquisador das migrações pode se dar ao luxo de usar diferentes teorias migratórias para entender o fenômeno. E é melhor que o faça, porque, como afirma Massey (2009), essas teorias são complementares, e a complexidade do fenômeno em análise exige uma fundamentação teórica também complexa. Logo, nada mais coerente do que combinar

as diversas teorias para compreender a imigração boliviana no Brasil.

Diversos estudos demonstram que entre os bolivianos que vieram para o Brasil há os que tomaram a decisão de emigrar para o país de forma individual, levando em consideração principalmente a diferença de remuneração e a demanda por trabalhadores entre os dois países, o que permite entendê-los à luz das teorias neoclássicas das migrações (HARRIS e TODARO, 1970). Entre estes, muitos ocupam atividades menos remuneradas e que exigem menor qualificação, aproveitando-se das facilidades legais para entrar e permanecer no Brasil, mesmo que isso implique uma invisibilidade sociopolítica (PIORE, 1979). Outros tomaram a decisão de maneira coletiva junto com a família, que ajudou financeira e emocionalmente a concretizar a empreitada. Eles não vinham atrás de um sonho pessoal, mas de sonhos ou objetivos coletivos, conforme demonstrado na teoria da nova economia das migrações (STARK, 1991). Esse esforço familiar foi induzido, entre outros fatores, pela privação relativa que ocorria na comparação com as conquistas de outros que já tinham emigrado (STARK e TAYLOR, 1991).

Por que o Brasil? A proximidade geográfica é um aspecto fundamental, apesar de a distância, nesse caso, necessitar ser relativizada (Harvey, 2005). Deve-se considerar mais uma distância topológica do que euclidiana. Destarte a proximidade com o Brasil, o boliviano não quer apenas chegar ao país; mesmo aquele que está na fronteira não quer apenas atravessar a rua, porque isso ele faz todos os dias. Seu destino são as áreas onde seus objetivos possam ser concretizados e esses locais são os mesmos para onde a economia brasileira se desloca. Portanto, a distância é medida tendo em consideração os objetivos dos imigrantes. Mesmo assim, não se pode desconsiderar a força da primeira lei da geografia para a compreensão da imigração de bolivianos para o Brasil, afinal, de acordo com ela, tudo está relacionado, mas o que está mais próximo está mais relacionado do que o que está mais distante (TOBLER, 1970).

Outras razões podem ser encontradas na proximidade cultural ibero-americana, na legislação menos restritiva dos dois países – mesmo que isso se evidencie mais na prática do que na teoria – e na parceria econômica que criou um verdadeiro subsistema migratório na região central da América do Sul (SASSEN, 2007; FAWCETT, 1980; MABOGUNGE, 1970). Tal subsistema é alimentado pelas mudanças econômicas e estruturais que ampliam as diferenças socioeconômicas entre os dois países. Muitos desses bolivianos se inseriram no Brasil em setores que são verdadeiros enclaves étnicos, como o de costura (PEIXOTO, 2004). Além disso, pode-se considerar que essa migração não é isolada, ela é fortalecida por uma cultura migratória que se desenvolveu na Bolívia e que conta com as redes migratórias criadas ao longo da história como elementos de perpetuação dos fluxos (MYRDAL 1957 e MASSEY, 2009).

3 | ESTRATÉGIAS E CAMINHOS DE PESQUISA

Os dados da imigração boliviana para o Brasil foram obtidos por intermédio dos microdados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizados nos anos 2000 e 2010 e tratados com o programa *IBMSPSS Statistics*.

A resposta ao quesito censitário “lugar de nascimento” é espacialmente definida por município, estado, país, região etc. Optou-se aqui por usar a escala de análise estadual. Com base nesse quesito, pode-se identificar uma determinada população como migrante ou não migrante, sendo os imigrantes classificados conforme seu lugar de origem (RIGOTTI, 1999). Assim, neste trabalho foi utilizado como variável para a identificação da imigração boliviana nos estados brasileiros a questão lugar de nascimento e, especificamente, o país de nascimento, Bolívia. Vale ressaltar que neste caso também são considerados como bolivianos aqueles que só nasceram na Bolívia e vieram para o Brasil, mesmo que sejam filhos de brasileiros. Esse é um aspecto que deve ser levado em conta na análise dos resultados que serão apresentados.

De posse dos dados dos censos de 2000 e 2010, inicialmente foram verificados alguns aspectos básicos de estatística descritiva para explorar os dados disponíveis: percentuais de bolivianos por estado brasileiro; diferença entre 2000 e 2010; e razão de bolivianos para a população do estado em comparação com a razão de bolivianos para a população total do Brasil.

Posteriormente, os dados foram analisados segundo técnicas da estatística espacial: o centro médio, o centro médio ponderado, a distância padrão e a distância padrão ponderada. O centro médio é o centro da distribuição da localização dos centroides representado pelas coordenadas geográficas X e Y, longitude e latitude dos estados brasileiros. Segundo Diniz, o centro médio é

(...) análogo à média aritmética; definido como o ponto de um plano que minimiza a soma das distâncias quadráticas a todos os outros pontos do plano; também pode ser encarado como o ponto de equilíbrio de um dado plano; a posição é construída com base na média aritmética dos valores de X e de Y, tomados de maneira independente (DINIZ, 2000, p. 4).

Já o centro médio ponderado é o centro da distribuição de um determinado atributo, ou seja, a sua intensidade de ocorrência. E, neste caso, o cálculo é ponderado pelo atributo escolhido na pesquisa geográfica em realização. Assim, ele indicará o centro de distribuição de determinados atributos associados aos centroides. O centro médio ponderado é a “interseção de duas retas ortogonais, levantadas a partir das médias ponderadas de x e y, para as quais se considera como fator de ponderação a intensidade de determinado fenômeno medido na escala de razão” (GERARDI e SILVA apud BATELLA e DINIZ, 2006, p. 7). O fator de ponderação utilizado no cálculo do centro médio ponderado neste estudo foi a quantidade de bolivianos em cada estado da federação.

O centro médio e o centro médio ponderado determinam a média central da

distribuição, o que, porém, não é suficiente no estudo das distribuições geográficas, uma vez que variáveis diferentes podem apresentar o mesmo ponto central. Por isso, também se realizam cálculos das medidas de variabilidade e de dispersão (DINIZ, 2000).

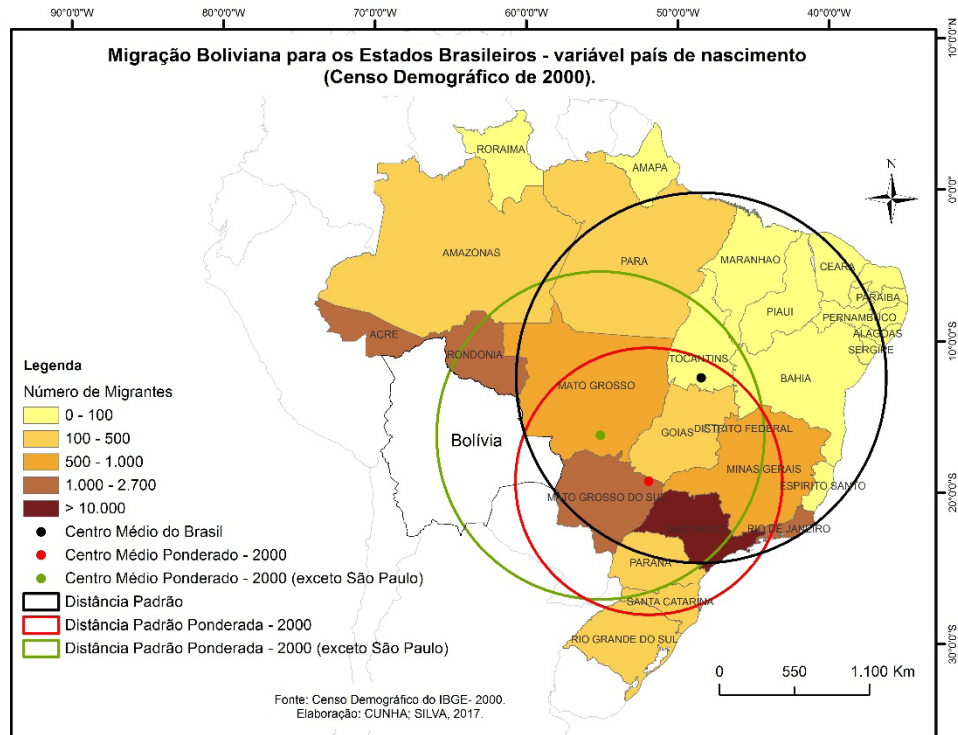
A distância padrão, também chamada de raio padrão ou raio dinâmico, é uma medida que revela a variação dos valores individuais em relação ao centro médio. Se os valores estão próximos uns dos outros, a distância padrão é pequena. Por outro lado, pontos localizados nos extremos tendem a influenciar no cálculo da distância padrão, tornando seu valor mais elevado. Como a variabilidade do conjunto de pontos é dada em torno de um ponto central, ela será representada por um círculo centrado no centro médio, cujo raio é a distância padrão. (BATELLA e DINIZ, 2006, p. 8).

A distância padrão, tal como o centro médio, não leva em consideração o peso de variáveis, apenas os valores dos centroides. Assim, torna-se necessário calcular também a distância padrão ponderada a fim de se obter a distribuição espacial das variáveis em estudo, sendo que o “tamanho do raio é proporcional ao grau de dispersão das distribuições e ao peso dos fenômenos nos pontos em questão” (DINIZ, 2000; p. 6).

Por fim, realizou-se o mapeamento dos resultados com o software ArcGIS 10.0™ e, mais especificamente, com os recursos *Center Mean* e *Standard Distance* encontrados na janela de recursos do *Arc Tool Box*.

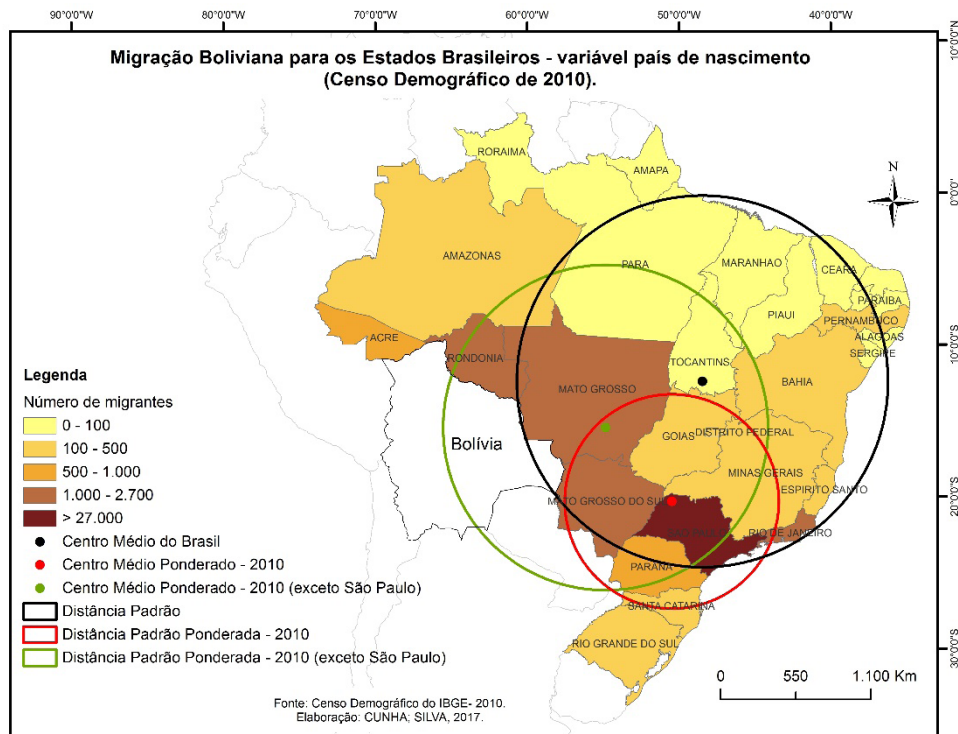
4 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados censitários não deixa dúvidas quanto à força do estado de São Paulo como principal polo da imigração boliviana no Brasil, afinal, em 2000, esse estado respondia por 50,1% dos bolivianos que viviam no país, passando para 71,5% em 2010. O aumento da concentração em São Paulo pode ser percebido ainda na comparação do Mapa 1 com o Mapa 2: a diminuição do círculo referente à distância padrão ponderada (que considera o estado de São Paulo) de 2000 para 2010 é uma demonstração visual dessa maior concentração. Outra constatação visual é a de que o centro médio ponderado em 2000 estava fora desse estado, passando ao interior deste em 2010.



Mapa 1- Distribuição espacial dos bolivianos no Brasil em 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.



Mapa 2- Distribuição espacial dos bolivianos no Brasil em 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tais constatações não são novidade e, como apontado anteriormente, fazem

parte do que já se conhece a respeito da distribuição espacial dos bolivianos no Brasil. O nosso olhar aqui é para a distribuição dessa nacionalidade para além do estado de São Paulo. Nesse sentido, os mapas 1 e 2 também são fontes fundamentais. A cor mais escura indicativa da maior ocorrência do fenômeno revela pequenas mudanças nessa distribuição espacial entre os dois períodos em análise.

De maneira geral, percebe-se que os bolivianos que não estavam no estado de São Paulo estavam mais concentrados nos estados limítrofes com a Bolívia. Já em 2000, nota-se uma concentração maior nos estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul e, em 2010, são acrescentados a esses dois o estado de Mato Grosso, que juntamente com o estado do Acre fecha a fronteira com a Bolívia. Em 2010, esses estados fronteiriços responderam sozinhos por 16,2% dos bolivianos no Brasil (Rondônia, 6,9%; Mato Grosso, 3,3%; Mato Grosso do Sul, 4,2%; e Acre, 1,8%). Apesar dos percentuais de destaque nesses estados, observa-se uma clara diminuição em relação ao ano de 2000, em que eles respondiam por 30,1% dos bolivianos (Rondônia, 11,5%; Mato Grosso, 4,4%; Mato Grosso do Sul, 9,2%; e Acre, 5%), o que é mais uma comprovação da tendência à concentração dessa população no estado de São Paulo. A análise dos mapas 1 e 2 também permite confirmar a atração dos estados fronteiriços, pois, quando se observa a distância padrão ponderada que desconsidera o estado de São Paulo, é notória a aproximação do círculo à fronteira com a Bolívia, o mesmo sendo constatado ao ter como foco o ponto indicativo do centro médio ponderado.

Não se pode afirmar que os bolivianos identificados pelos censos nos estados fronteiriços sejam imigrantes permanentes nesses estados ou que estejam apenas usando-os como passagem para chegar a São Paulo ou a outros estados brasileiros. Essa dúvida é comum em pesquisas sobre migrações que usam dados do estoque, afinal a falta de dados dos fluxos torna mais complicado chegar a uma resposta.

A análise dos dados reforça a constatação da concentração dos bolivianos nos estados fronteiriços e no estado de São Paulo porque não foi identificado nenhum outro estado, além desses que apresentasse em 2010 uma razão entre os imigrantes bolivianos e a população maior do que a observada para o Brasil, como se constata na tabela a seguir.

Estados	Total de bolivianos em 2000	Percentual em 2000	Total de bolivianos em 2010	Percentual em 2010	Diferença de percentual entre 2000 e 2010	Razão (Bolivianos / População dos estados * 100000)
Acre	1010	5,0	692	1,8	-3,2	94,4
Alagoas	0	,0	0	,0	0,0	0,0
Amapá	0	,0	5	,0	0,0	0,7
Amazonas	113	,6	393	1,0	0,5	11,3
Bahia	65	,3	220	,6	0,3	1,6
Ceará	84	,4	63	,2	-0,2	0,7
Distrito Federal	211	1,0	252	,6	-0,4	9,8

Espírito Santo	59	,3	184	,5	0,2	5,2
Goiás	201	1,0	444	1,1	0,2	7,4
Maranhão	10	,1	85	,2	0,2	1,3
Mato Grosso	888	4,4	1275	3,3	-1,1	42,0
Mato Grosso do Sul	1873	9,2	1626	4,2	-5,0	66,4
Minas Gerais	553	2,7	392	1,0	-1,7	2,0
Pará	127	,6	98	,3	-0,4	1,3
Paraíba	56	,3	43	,1	-0,2	1,2
Paraná	417	2,0	537	1,4	-0,7	5,1
Pernambuco	30	,1	153	,4	0,2	1,7
Piauí	9	,0	36	,1	0,0	1,1
Rio de Janeiro	1346	6,6	1162	3,0	-3,6	7,3
Rio Grande do Norte	55	,3	63	,2	-0,1	2,0
Rio Grande do Sul	374	1,8	435	1,1	-0,7	4,1
Rondônia	2353	11,5	2681	6,9	-4,6	171,6
Roraima	10	,0	41	,1	0,1	9,0
Santa Catarina	271	1,3	148	,4	-0,9	2,4
São Paulo	10222	50,1	27754	71,5	21,3	67,3
Sergipe	10	,1	0	,0	-0,1	0,0
Tocantins	42	,2	45	,1	-0,1	3,3
Total	20388	100,0	38825	100,0		20,4

Tabela 1

Dados da população boliviana no Brasil entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.

Os estados em que a razão da relação entre bolivianos e a população total superou o que foi constatado para o Brasil foram Rondônia, que apresentou uma razão de 171,6 para cada 100.000 habitantes; Acre, com 94,4; São Paulo, com 67,3; Mato Grosso do Sul, com 66,4; e Mato Grosso, com 42, enquanto a razão do Brasil foi de 20,4. Além disso, na Tabela 1, também é possível constatar que os estados que apresentaram uma variação positiva no percentual de bolivianos que lá viviam entre 2000 e 2010 foram, em ordem decrescente, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pernambuco e Roraima. Esses dados confirmam o peso dos estados fronteiros na imigração boliviana para o Brasil e revelam novos estados que vêm aumentando gradualmente a sua participação na distribuição espacial dos bolivianos no país. Dessa forma, tais dados indicam caminhos futuros de pesquisas sobre o tema.

5 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como afirmado na introdução, o objetivo do artigo era o de verificar a distribuição dos imigrantes bolivianos no Brasil para além do estado de São Paulo. Nesse sentido, buscou-se realizar um estudo exploratório por meio dos dados censitários brasileiros de 2000 e 2010 com a meta de verificar como foi a evolução histórica dessa distribuição espacial, de maneira a perceber alguns destinos de pesquisas para futuros estudos

sobre a imigração boliviana no país.

Os resultados indicaram que pesquisas que procurem conhecer a realidade da imigração boliviana no Brasil devem se desvencilhar das amarras representadas pela concentração dos bolivianos em São Paulo e se dedicar ao estudo nos estados fronteiriços com a Bolívia e naqueles que, apesar de não estarem na fronteira, aumentaram a sua participação na distribuição dessa população no país. Isso tornará as análises mais plurais e coerentes com as características desse fluxo migratório, e dará continuidade a um percurso que já vem sendo seguido por alguns pesquisadores da temática, como Souchaud e Baeninger (2008), Souchaud e Fusco (2007 e 2009), Peres (2012) e Marques (2012).

Os dados também revelam que a primeira lei da Geografia ajuda a entender o fenômeno em estudo, demonstrando que a proximidade geográfica é uma variável de destaque na distribuição espacial dos imigrantes. Outra constatação importante é que o crescimento econômico do Centro-Oeste e parte da região Norte brasileira pode ser mais um fator que contribui para o aumento dos bolivianos nesses estados. Uma análise mais apurada dos dados indica que os futuros estudos devem prestar mais atenção naqueles estados, em que a razão entre imigrantes e população total é muito maior do que a do Brasil. Nesse caso, destacam-se os estados de Rondônia e Acre, que apresentam uma razão oito e quatro vezes maior do que a do Brasil, respectivamente, superando inclusive a de São Paulo.

Em nenhum momento se pretendeu com este trabalho eliminar todas as possibilidades de estudo da questão. Como um estudo exploratório, ele se propõe apenas a indicar caminhos de pesquisa e, nesse sentido, atende a seu propósito, pois assim tem-se mais uma confirmação de para onde se deve ir para conhecer a realidade dos bolivianos que vieram para o Brasil, mas que não estão no estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: _____. **Imigração Boliviana no Brasil**. São Paulo: NEPO, 2012.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. O uso de técnicas elementares de estatística espacial no estudo da reestruturação espacial da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais: 1996-2003. **Caderno de Geografia**. Vol. 16. N. 26. 1º Sem. 2006.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RIBEIRO, José Teixeira Lopes; ARAÚJO, Maria Bernardette; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães. Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico brasileiro de 1991: uma análise de consistência. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 88-96, 2000.

DINIZ, A. **Estatística Espacial**. 2000, 15p. Apostila II (Geoprocessamento 2000). Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, Belo Horizonte.

FAWCETT, J. T. **Networks, Linkages, and Migration System**. International Migration Review, Vol. 23,

No. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's (Autumn, 1989), pp. 671-680. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2546434>>. Acesso em: 29 Ago. 2014

FONSECA, Gildete Soares. **Migrações da Mesorregião Norte de Minas/MG**- análises do Censo Demográfico de 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.

HARRIS, J. R., and TODARO Michael P. **Migratin, unemployment and development: a two-sector analysis**, American Economic Review. 1970. 60: 126-42. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/aer/top20/60.1.126-142.pdf>>. Acesso em: 20, Set. 2012.

HARVEY, D., A Brief History of Neoliberalism. Oxfor: Oxford Univerty Press, 2005.

MABOGUNGE, A. **Systems Approach to a Theory of rural-urban migration**. Geographical Analysis. V. 2, p. 1 – 18, January 1970. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1538-4632.1970.tb00140.x/abstract>> Acesso em: 05 jul. 2014.

MARQUES, Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil). In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. São Paulo: NEPO, 2012.

MASSEY, D; *et. al.* **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the Millennium**. IUSSP – Oxfordpress. New York. 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Rich Lands and Poor: the road to the world prosperity**. Harper &Row, New York, 1957.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. SOCIUS Working Papers, Lisboa, n.11, 2004. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>> Acesso em: 31 Mai. 2013.

PERES, R. G. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. São Paulo: NEPO, 2012.

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. New York: Cabridge University Press, 1979.

RAVENSTEIN, E.G. **The Laws of migration**. Journal of the Statistical Society. 47 (pt.1) 167-227, June 1885. Tradução de Hélio A. de Moura. Disponível em: MOURA, Hélio A. Migração Interna – Textos Seleccionados – BNB – Fortaleza, 1980.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SASSEN, S. **A Sociology of Globalization**. In: ALEXANDER, J. C. (Ed.), Comtemporary Societies Series. New York: W.W. Norton, 2007.

SILVA, S. A. **Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 20, nº 57. São Paulo: Maio /Agosto, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf>>. Acesso em: 18 Jan. 2017.

STARK, O. **The Migration Labour**. Cambridge: Basil Blackwell 1991.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. **Migration Incentives, Migration Types: The Role of Relative Deprivation**. *The Economic Journal*, v. 101, n. 408, set/1991, p 1163-1178. Disponível em:< <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2234433>>. Acesso em: 05, Set. 2014.

SOUCHAUD, S., W. FUSCO, R.L. CARMO. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. **Teoria & Pesquisa**, v.XVI, n.1, p.39-60, 2007.

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R. Collas y Cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2., 2008.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W. Uniões Exogâmicas dos migrantes bolivianos na fronteira do Brasil. **Revista Travessia**, n. 63, 2009.

SOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. São Paulo: NEPO, 2012.

TOBLER, W. R. A computer movie simulating urban growth in the Detroit region. **Economic Geography** 46: 234-240, 1970.

VIDAL, D. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. São Paulo: NEPO, 2012.

XAVIER, Iara Rolnik. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. São Paulo: NEPO, 2012.

MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE

Jania Maria de Paula

Instituto Federal de Rondônia – Departamento de Ensino.

Ji-Paraná – Rondônia.

RESUMO: O movimento migratório dirigido a Rondônia a partir da década de 1970 levou para aquele estado populações de todas as regiões brasileiras, dentre elas os paranaenses descendentes de eslavos, notadamente descendentes de poloneses e ucranianos que durante as últimas três décadas se fixaram em maior número na região conhecida como Zona da Mata Rondoniense. A sua presença na região recria parte de seu território afetivo, e que pode ser evidenciada por elementos da cultura eslava na construção do espaço sociogeográfico local, embora não formem comunidades organizadas a partir de características étnico-culturais. O *habitus* camponês eslavo, facilmente constatado no caráter identitário do grupo é vivido e manifestado com maior intensidade no interior das famílias, razão pela qual, consideramos ser a “eslavidade de interior” uma das principais características identitárias do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos Eslavos; *Habitus*; Rondônia.

ABSTRACT: The migratory movement directed to Rondônia from the 1970s took to this state the

populations of all Brazilian regions, among them the descendants of Slavs (Poles and Ukrainians) who during the last three decades have settled in greater numbers in the region known as forest zone of Rondônia. Their presence in the region recreates part of their affective territory, evidencing the Slav presence in the construction of the local socio-geographical space, although they do not form communities organized based on their ethnic characteristics. The *habitus* Slavic peasant, easily observed in the identity character of the group is experienced and manifested with greater intensity within families, reason why, it is considered that the “Slavic way of life inside” one of the main identity characteristics of the group.

KEYWORDS: Slavic Groups; *Habitus*; Rondônia.

1 | INTRODUÇÃO

E como são belas aqui as flores e os pássaros! Os papagaios voam em liberdade, [...] e passam exibindo sua plumagem colorida – azul, amarela, verde, vermelha. Mas, fazem muito dano também. Os canários, que em casa nós os tínhamos fechados em gaiolas, aqui revoam com os pardais e atacam as plantações, arrancando sementes do solo. Existem aqui também uns passarinhos minúsculos, os colibris, que procuram as flores para sugar o néctar. Nas matas, os macacos pulam pelas árvores e as

lagoas estão cheias de sapos. O canto das aves é de uma variedade incrível!
(MYSKW, *apud* KREVEY, 2003, p.34)

O esboço biográfico do padre ucraniano Cristóforo Myskw (KREVEY, 2003) descreve suas primeiras impressões sobre o Paraná, a nova terra onde deveria trabalhar a partir de 1939. Em suas observações iniciais, seu olhar captura a exuberância e a abundância do ambiente local.

Em um intervalo de aproximadamente quarenta anos foram semelhantes as impressões que os migrantes paranaenses descendentes de eslavos – poloneses e ucranianos – tiveram da Amazônia. Seus relatos deixaram transparecer a admiração com a fertilidade da terra nas primeiras colheitas, com a imensidão da floresta e com a abundância das caçadas.

Porém, a chegada ao “paraíso” não foi gratuita. Repetindo a história vivida pelos antepassados que imigraram ao Brasil, no deslocamento compulsório dos paranaenses descendentes de eslavos para a Amazônia contabilizou-se o preço da partida, de vidas desfeitas e deixadas para trás. Em contrapartida somaram-se rendimentos com a chegada – a adaptação ao novo local de morada, a reconstrução da vida em novo espaço de vivência, transformado, ou não, em território afetivo.

Durante as últimas três décadas os colonos descendentes de eslavos vêm contribuindo com a produção do espaço sociogeográfico do Estado de Rondônia, mais especificamente na região conhecida como Zona da Mata Rondoniense formada por sete municípios, dentre eles Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste.

Juntos, os três municípios formam o recorte geográfico da pesquisa que originou a tese de doutoramento *Nossa terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense*, e que esteve abrigada no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, com a apresentação dos resultados finais em fevereiro de 2017.

Nesta pesquisa buscamos compreender o modo de vida dos migrantes paranaenses descendentes de eslavos, notadamente os descendentes de poloneses e de ucranianos, identificando em seu meio a presença do *habitus* camponês eslavo, averiguar os processos de desterritorialização e reterritorialização que envolveram as trajetórias migratórias do grupo, a construção do novo território embasado nos costumes camponeses e eslavos e a reelaboração de sua identidade regional.

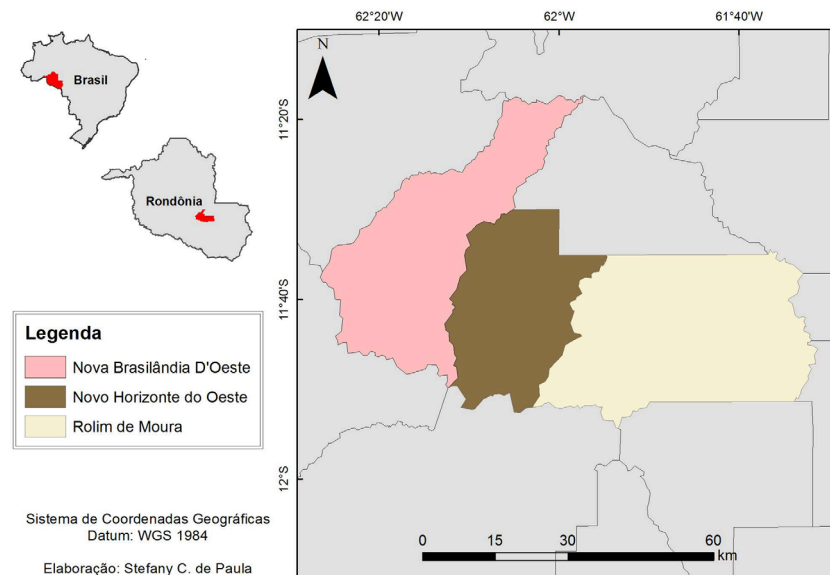


Figura 1: Recorte geográfico da pesquisa.

Metodologicamente, utilizamos a história oral (MEIHY, 2005) na condição de técnica de pesquisa associada à aplicação de formulários com questões semiabertas (THIOLENT, 1980). Participaram da pesquisa 62 famílias descendentes de eslavos (20 famílias descendentes de ucranianos e 42 famílias descendentes de poloneses), das quais 06 foram entrevistas produzidas pela técnica da história oral e 56 contribuíram com a pesquisa respondendo questões do formulário semiaberto, 38 deles aplicados aos descendentes de eslavos moradores da zona urbana e 18 com os moradores da zona rural dos três municípios que abrigaram a pesquisa.

O presente texto é composto por recortes de tópicos da tese que foram discutidos no capítulo I – *O antes tempo...: um século de travessias – memórias das migrações* e no capítulo II – *desse povo que veio pra cá, quase ninguém mais sabe falar na língua! há eslavicidade na zona da mata rondoniense?*

2 | A MIGRAÇÃO PELO OESTE BRASILEIRO

Os momentos de entrevistas com os descendentes de eslavos que vivem atualmente na Zona da Mata Rondoniense lhes suscitavam sempre as memórias da migração, construídas por lembranças de deslocamentos que envolvem suas famílias há aproximadamente 130 anos. São narrativas da chegada ao Brasil, em sua maioria constituída por uma memória herdada ou vivida por tabela (POLLAK, 1992), já que o grupo de entrevistados faz parte, em sua maioria, de descendentes da segunda ou terceira geração nascidas no Brasil. Somente um dos entrevistados era imigrantes. São também narrativas embasadas nas lembranças dos tempos vividos nas colônias étnicas do Paraná, da expropriação da terra e da busca por novas terras em todo o período de expansão da fronteira agrícola pelo oeste brasileiro.

Assim fizeram dois de nossos interlocutores ao recordarem as condições de

viagens em paus de arara acompanhados das famílias até Rondônia, na busca por terra e trabalho:

[...] viemo seguindo até Mato Grosso, de pau de arara com os dois caminhão. Naquele tempo não tinha estrada, era chuva, era lagos e a gente foi indo por um lado, porque o outro lado da estrada só atoladores. Atolamos num lugar e ficuemo oito dias parados nesse lugar sem poder sair [...] Então chegemos até o Cacoal e paremos lá. De lá viemos pra Rolim de Moura, chegamos todos até aqui, arrumemos nosso barraco [...] trouxemos mercadoria pra comer por uns seis meses [...] pra poder se manter, porque sabia que aqui não tinha nada e não tinha mesmo! (Colaboradora 01, 2014)

[...] me criei em Quedas do Iguaçu, dali saímo e fomos pra Foz do Iguaçu, de lá pro Mato Grosso e daí Rondônia. Viemo numa caminhonete lotada, sete pessoas tudo grande e mais as coisas e as galinhas. [...] Dia primeiro de julho saímos [...] e chegemos dia 12 de junho ali em Presidente Médici, deu 12 dia de viagem [...] e se acampemo ali porque acabou o dinheiro. A intenção nossa era ir pro Acre, mas não tinha dinheiro nem pra ponha gasolina na C-10, então nós paremos aqui! (Colaborador 02, 2014)

O principal ponto da lembrança do grupo se assenta nos deslocamentos familiares. São trajetórias migratórias muito diversas e que nos permitiu intensificar o olhar sobre o panorama do deslocamento compulsório que historicamente atinge essa população. Do grupo de 62 entrevistados, 48 apontaram seu nascimento no estado do Paraná, notadamente nas porções centro-sudoeste daquele estado; 08 deles nasceram no Rio Grande do Sul; 05 em Santa Catarina e 01 nasceu durante a viagem para o Brasil. Destes locais iniciaram suas andanças até se estabelecerem na Zona da Mata Rondoniense. Em algum momento de suas vidas, todos viveram no Paraná.

Antes de se fixarem na região pesquisada, 04 famílias foram “tentar a vida” no Paraguai, estabelecendo morada em regiões próximas à fronteira brasileira. Outros 10 entrevistados tiveram passagem pelo Mato Grosso do Sul antes do desmembramento do estado de Mato Grosso, razão pela qual declararam ter passado somente por este último, embora, afirmem que moraram nas cidades de Mundo Novo/MS ou Projeto Sete Quedas/MS, ambos os projetos governamentais de ocupação da fronteira, implantados em moldes semelhantes aos projetos integrados de colonização em Rondônia.

Outras 04 famílias passaram pela experiência do regresso, após tentativas de se estabelecerem em Mato Grosso ou Rondônia retornaram ao Paraná por pequenos períodos de tempo e sem reencontrar condições adequadas de vida optaram por remigrar para a Zona da Mata Rondoniense.

Através das lembranças dos locais de morada temporários, fica explícito o processo de expropriação da terra como principal gerador dos deslocamentos pelo oeste brasileiros, quando famílias inteiras se lançavam na aventura de partir em busca de terras e trabalho.

3 | A (RE)CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AFETIVO

Nos caminhos delineados pelas trajetórias sociais e migratórias, as histórias de vida selecionam as lembranças, constroem as memórias e os lugares de memória (NORA, 1993) – os elementos essenciais para a consolidação dos modos de vida e para a conservação/transformação sociocultural de um grupo marcado pelos deslocamentos compulsórios.

No contexto da migração têm lugar os processos de desterritorialização (HAESBARTH, 2012; SAQUET, 2015) ou a perda do território. Estes processos marcam definitivamente o indivíduo que manifestará sentimentos de saudade, embora a vivência em novo lugar de morada possa reterritorializar-se gradual e parcialmente. A construção do território sob os signos da perda e da conquista pode ser constante e/ou ocorrer diversas vezes, isto é, em diversos lugares a depender das trajetórias migratórias vividas pelo indivíduo ou grupo.

De modo geral, a condição encontrada nos interlocutores da pesquisa é a de reterritorializados, ocorrem também casos em que percebemos que a reterritorialização ainda não aconteceu por completo. Pelo teor das lembranças dos lugares vividos e acionadas nos momentos de conversas, em especial das reminiscências do Sul, é possível categorizar a condição dessa territorialização.

Tal condição é facilmente percebida naquelas narrativas que se pautam em lembranças dolorosas e de sofrimento experimentados nos lugares de origem ou demais lugares por onde viveram, costumam vir acompanhadas de conclusões positivas tanto sobre a decisão de migrar quanto sobre a escolha do atual lugar de morada.

Quando, porém, as reminiscências são nostálgicas, carregadas de saudade do lugar de origem ou de outros lugares por onde passaram, parece não ter se completado o processo de reterritorialização.

Para a análise de memórias de grupos migrados é imprescindível considerar o desenvolvimento de suas relações com o atual lugar de morada. Os eventos, tanto de ordem material quanto socioafetiva, que tiveram lugar já na atual morada vão influenciar na condição da lembrança (HALBWACHS, 2004) e comporão pistas concretas para verificar junto ao migrado se houve ou não desenvolvimento do sentimento de pertença ao lugar, isto é, se consolidou-se o processo de reterritorialização.

Com referência às reminiscências de nossos interlocutores observamos que para os casos em que manifestam um afeto mínimo pelo atual local de morada, ou não o manifestam, há evidências de um constante sentimento de saudade e nostalgia para com os lugares de origem. Nestes casos, sentem-se ainda desterritorializados. Para os casos em que as reminiscências são de momentos difíceis, o sentimento de pertença ao atual lugar de morada parece ser mais intenso.

Para um grupo deslocado compulsoriamente construir novas territorialidades, desenvolver sentimentos de pertença ao lugar são partes intrínsecas do processo de

conhecer o novo ambiente, e, gradativamente adaptar-se a ele até torná-lo integrado e integrante de seu modo de vida.

Todas as adaptações, ambientais, sociais ou materiais se dão com algumas dificuldades, as lembranças da chegada à Zona da Mata Rondoniense evidenciam as suas conquistas, perdas e dificuldades. São, na verdade, as recordações da reconstrução de seu modo de vida. Evocá-las nos momentos das entrevistas, são de certa forma, revisitar a história da construção do espaço sociogeográfico local, onde todos são protagonistas.

Neste sentido, as práticas culturais encontradas nas populações do Sul, a partir da migração passaram a ser praticadas naquele pedaço da Amazônia, embora sofrendo adaptações para o ambiente local. Trata-se mesmo das manifestações do *habitus*, na franca concepção de P. Bourdieu (2012) e que neste caso em particular denominamos como o *habitus* camponês eslavo.

Além de toda a concepção de mundo e da lógica interna da produção do espaço manifestadas pelo grupo se assentarem em bases do comportamento social eslavo, também operam na lógica de produção socioespacial do campesinato tradicional.

Exemplos claros da cultura e *habitus* camponês eslavos presentes na identidade regional que os descendentes de eslavos vêm elaborando na região podem ser observadas na construção do espaço geográfico local, tanto em seu sistema de objetos: o modelo arquitetônico das casas (casa de polaco) e construções rurais, a organização de quintais, hortas, jardins ou os espaços das lavouras; quanto em seu sistema de ações: na manutenção da culinária típica, no grau de importância dedicado à mesa farta, ao trabalho, na hereditariedade das profissões (SANTOS, 2006), como ilustra o fragmento de fala de um de nossos entrevistados sobre o seu ofício metalúrgico: “além da agricultura, a metalurgia é um dos trabalhos tradicionais do homem polonês e eu sigo essa profissão que vem passando de pai pra filho na minha família” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/01/2015).

A presença eslava em suas mais variadas esferas da construção do espaço sociogeográfico local é perceptível, evidencia que a eslavidade se faz presente na identidade regional do grupo envolvido na pesquisa.

Esta eslavidade foi empiricamente comprovada em campo, contudo, é pertinente levar em conta seu caráter velado, vivenciado com maior ênfase no interior das famílias. É nesse ambiente que o *habitus* camponês eslavo toma corpo e revela as faces peculiares da identidade regional em construção.

O que a pesquisa nos aponta foi a vivência de uma “eslavidade de interior” aqui compreendida a partir do entendimento de Hall (2011, p 62) sobre algumas manifestações de minorias étnicas como as *que* “mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico”.

Em nosso ponto de vista, o argumento de Hall se fortalece frente a alguns casos que poderiam sugerir certo comportamento de omissão do pertencimento étnico em espaços de relações sociais interétnicas. É situação bastante comum na região,

por exemplo, que as mulheres não deem os seus sobrenomes eslavos aos filhos. É também comum que em situações onde lhes requeiram uma assinatura ou declaração do nome completo, o fazem suprimindo o sobrenome de solteira ou abreviando-o sob a alegação de que as pessoas não compreenderiam a sua grafia ou se espantariam com a dificuldade de pronúncia. Consideram essas situações como momentos de certo constrangimento, pois precisam dar explicações sobre a origem do nome.

De maneira genérica, estes casos estão relacionados com alguns momentos de suas vidas em que tiveram a identidade negada, os casos mais comuns são os das próprias famílias que optavam por não valorizar o pertencimento étnico, como nos afirmou uma entrevistada “meu pai que era brasileiro não deixou que a mãe ensinasse a língua ucráina pros filhos, por isso só aprendi rezar o pai nosso” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 07/11/2014).

Embora tivéssemos registrado com certa frequência algum comportamento de omissão de pertencimento étnico, o grupo pesquisado tem consciência dele, entre os 62 entrevistados, 61,6% declaram-se de origem polonesa; 32% declaram-se de origem ucraniana e 6,4% afirmam ter origem ucraniano-polonesa.

Acreditamos que a timidez na manifestação da eslavicidade em espaços de convivência extrafamiliares seja resquício da condição histórica enfrentada pelos imigrantes eslavos e seus descendentes ainda no Paraná. Para a afirmativa, nos embasamos principalmente nos estudos sociológicos de Ianni (1966) e Doustard (1990).

O histórico de preconceitos direcionado aos eslavos pode ter desenvolvido em seus descendentes o comportamento de atitudes que contribuem para sua invisibilidade na Zona da Mata Rondoniense. Neste caso, o espaço que se demonstraria como seguro seria apenas o interior das famílias, razão pela qual estamos considerando a característica observada localmente como “eslavicidade de interior”. Ela não se perde, não deixa de manifestar-se, entretanto, não se mostra à comunidade de acolhimento. Seu espaço de manifestação se dá no interior das famílias.

Em todas as famílias que colaboraram com a pesquisa tem havido negociações na construção de uma identidade regional desde o início de sua chegada à região. Muitas já afirmam se sentirem rondonienses, apropriam-se das vivências locais, ressignificam valores ou conceitos coletivos e pessoais.

Grosso modo, todo o grupo apresenta comportamento social inerente aos grupos impactados pelos processos de desterritorialização e reterritorialização configurados no interior dos movimentos migratórios, em outras palavras é a noção que Sayad (1988) desenvolve sobre os espaços de deslocamentos migratórios que não são somente físicos, mas também, sociais, econômicos, políticos e culturais. E que, acrescentamos, atinge cada indivíduo em temporalidades distintas.

No processo de reterritorialização conformado em diferentes temporalidades, o “sentir-se rondoniense” é uma das faces identitária de nossos interlocutores, resulta do desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao lugar.

As formas mais comuns desse tipo de manifestação se dão em relação ao grupo étnico e o lugar, seja este de origem ou de vivência. Nele, ainda que conflituosamente, ocorrerá a reterritorialização, a readaptação dos modos de vida, contribuindo para a redefinição da identidade.

Esta, por sua vez, é fator socialmente relevante para diagnosticar a pertença ao território, haja vista que ao mesmo tempo em que é construtora de tal sentimento, é também construída por ele.

Advindos de processos diaspóricos responsáveis pelos movimentos (des)reterritorializantes, os migrantes paranaenses descendentes de poloneses e de ucranianos estão construindo um novo território na Zona da Mata Rondoniense, organizando sobre ele rearranjos de identidades que possam lhes assegurar, de alguma forma, a manutenção (parcial) do modo de vida estruturado no *habitus* camponês eslavo, herdado de seus antepassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fio condutor das histórias de vida dos interlocutores desta pesquisa foi possível explorar a modelagem de uma nova identidade regional que vem sendo elaborada a partir do encontro com o “outro”, costumeiramente comparada pelos mesmos com as antigas identidades que portavam em seus antigos territórios de vivência e que nos momentos das entrevistas eram acionadas pela memória da família ou de cada depoente em particular.

A elaboração, em curso, dessa identidade regional se estrutura na presença do *habitus*, é ele o determinador das concepções e percepções de mundo do indivíduo e de seu grupo social (BOURDIEU, 2012), embora seja também vulnerável aos processos de (des)reterritorialização e, portanto, tende a modificar-se igualmente.

Semelhante à identidade, o *habitus* se reelabora a partir de condições diferentes de existência, mesmo assim as heranças de concepções de mundo não se apartam facilmente do sujeito e, portanto, manifestam-se no transcurso de sua vida.

Foi sob este prisma que constatamos a presença do *habitus camponês eslavo* junto aos descendentes de poloneses e de ucranianos migrados para a Zona da Mata Rondoniense nas últimas três décadas.

No tocante à consolidação do processo de reterritorialização do grupo, inicialmente acreditávamos que o sentimento de reterritorialização se instalasse no indivíduo de forma inversamente proporcional à sua idade, isto é, aqueles indivíduos migrados para a Zona da Mata Rondoniense ainda na infância sentir-se-iam mais “rondonienses” que aqueles que se instalaram na região já em idade adulta. Entretanto, as pesquisas de campo apontaram para o desmonte de tal hipótese: não há qualquer subgrupo indivíduos, quer seja de faixa etária, classe social, gênero ou grau de escolaridade que determine tanto a continuidade dos processos de desterritorialização, quanto o surgimento dos processos de reterritorialização, ou o aparecimento do território afetivo,

do desenvolvimento do sentimento de pertença ao atual lugar de morada.

Ambos os processos constituem elementos importantes e presentes na nova identidade regional em elaboração na Zona da Mata Rondoniense e faz parte dela um significativo conjunto de práticas da cultura eslava.

Pouco visível no primeiro olhar, mas possibilita que algumas características eslavas sejam observadas junto à população local como o profundo apego à terra, a supervalorização do trabalho árduo como passaporte para consolidação da vida financeira ou a cultura do antidesperdício.

Também é perceptível a presença material de elementos da cultura eslava na construção do espaço geográfico local, quer na paisagem arquitetônica quer na organização das residências e propriedades rurais, embora as manifestações da esclavidade sejam mesmo vividas no interior das famílias.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

DOUSTDAR, N. M. **Imigração polonesa**: raízes históricas de um preconceito. Curitiba: UFPR, 1990. Dissertação de mestrado.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

KREVEY, E. B. **Cristóforo o portador de Cristo**: esboço biográfico. Prudentópolis/ Curitiba/PR: Imprimatur, 2003.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NORA, P. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História- Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados de História nº 10, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 10/06/2015.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em www.pgdef.ufpr.br/downloads. Acesso em 24/06/2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de territórios**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

Alex Dias de Jesus

Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados – MS

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é analisar o papel das redes de relações sociais na configuração atual da migração haitiana no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. Os haitianos têm implementado uma importante mobilidade no interior do país e nesse contexto se inserem algumas cidades do estado do Mato Grosso do Sul como locais de destino ou passagem para muitos desses migrantes. De acordo com informações preliminares coletadas em pesquisas de campo, estima-se que entre 1500 e 2000 haitianos e haitianas vivam no estado em cidades como Campo Grande, Dourados, Itaquiraí e Três Lagoas. Grande parte desse contingente tem migrado valendo-se de informações e recursos de migrantes que os precederam fazendo com que as redes sociais ganhem destaque nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Redes migratórias; Migração; Haitianos

ABSTRACT: The main objective of this paper is to analyze the role of networks of social relations in the current configuration of Haitian migration in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. The Haitians have implemented an important

mobility in the interior of the country and this context some cities in the state of Mato Grosso do Sul are included as places of destination or passage for many of these migrants. According to preliminary information collected in field surveys, it is estimated that between 1500 and 2000 Haitians and Haitians live in the state in cities such as Campo Grande, Dourados, Itaquiraí and Três Lagoas. Much of this contingent has migrated using information and resources from migrants that preceded them, causing social networks to gain prominence in this process.

KEY-WORDS: Migration networks; Migration; Haitians.

1 | INTRODUÇÃO

Os haitianos, que começaram a chegar ao Brasil nos primeiros meses de 2010, têm implementado uma importante mobilidade entre diversas cidades brasileiras, bem como para outros países da América Latina, como Chile e México. Ao longo desses anos, em meio a chegadas e partidas e a grande mobilidade interna, mais de 73.000 haitianos protocolaram pedido de entrada no Brasil nas delegacias da Polícia Federal, de acordo com o Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH (2016).

Nesse contexto de mobilidade, o estado

do Mato Grosso do Sul se insere como um dos muitos destinos. Atualmente, de acordo com as informações preliminares coletadas em pesquisa de campo, estima-se que entre 1.500 e 2.000 haitianos vivam no Mato Grosso do Sul em municípios como Três Lagoas, Itaquiraí, Campo Grande, Dourados, Naviraí, Nova Andradina, dentre outros.

Observamos, a partir de entrevistas realizadas, que tem sido comum a chegada de haitianos que vieram diretamente para o estado do Mato Grosso do Sul em virtude das redes que se estabelecem na migração. Parentes, amigos ou conhecidos que conseguem emprego, facilitam de alguma maneira a chegada dos demais, seja enviando dinheiro, informações ou dividindo o aluguel na cidade de destino. Este fato nos ajuda a compreender que a escolha do local de destino nem sempre se dá estritamente por fatores econômicos, mas também pelo papel das redes de relações sociais que são tecidas no processo migratório. Às vezes, um local pode não oferecer os melhores salários ou oportunidades de emprego mais abundantes, mas a rede de solidariedade pode funcionar como um ponto mais atrativo a favor da permanência do migrante.

Desse modo, é possível compreender que mesmo com o aumento do desemprego e dos custos de vida nas cidades do Mato Grosso do Sul, bem como a frequente mobilidade para outros municípios do Brasil e até mesmo para outros países, a chegada de haitianos ainda acontece, em grande parte, pela existência das redes de apoio que possibilitam um contato, uma estadia temporária ou mesmo permanente.

Assim, as redes têm papel fundamental nos processos migratórios, pois por meio delas, transitam informações e recursos que influenciam diretamente nas decisões de possíveis e futuros migrantes. Diante do exposto, acreditamos que o conceito de redes migratórias tem um grande potencial para analisar a recente mobilidade de haitianos no Mato Grosso do Sul.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico e entrevistas realizadas com haitianos e haitianas nas cidades de Dourados e Três Lagoas entre os meses de maio e setembro de 2016.

2 | REDES SOCIAIS NAS MIGRAÇÕES

As migrações já foram bastante teorizadas a partir de contribuições de diversos campos disciplinares. Também muitas teorias foram elaboradas e conceitos desenvolvidos e incorporados para analisar os processos migratórios em diferentes partes do mundo. Nas últimas décadas do século XX, diante da maior velocidade e complexidade dos fluxos migratórios internacionais, um tema que emergiu foi o das redes.

Para Massey (2008, p. 458), “as redes migratórias podem ser definidas como complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco,

amizade e conterraneidade”. Segundo o autor, elas contribuem para diminuir os custos e riscos da migração e incrementa os desejados benefícios econômicos. Para os primeiros emigrantes de uma determinada região, que partiram sem laços sociais fortes no destino, a migração era muito custosa, especialmente em um país estrangeiro. Uma vez que eles se estabelecem, podem criar condições de redução de custos e riscos para os que partirem depois.

Há redes circunscritas a círculos familiares, outras mais extensas que exercem impacto sobre toda uma microrregião (TRUZZI, 2008). Por meio delas, as informações e recursos influenciam novos migrantes, definem novos destinos e redefinem os antigos. Por isso, elas podem estimular ou refrear projetos e expectativas futuras. Há que se salientar que redes de relações sociais podem servir de base para a formação de redes migratórias, na medida em que informações e recursos são organizados para facilitar o trânsito e a acolhida de novos migrantes.

A abordagem das redes em processos migratórios recupera o papel do agente e seus contatos próximos que influenciam na decisão de migrar. Em contraposição ao clássico modelo *push-pull*, no qual ganha destaque a situação macroeconômica dos locais de origem e destino, com seus fatores de atração e repulsão, nessa abordagem “o migrante passou a ser visto como agente mobilizador de seu capital social” (TRUZZI, 2008, p. 207). Não se trata de excluir as questões macroestruturais, mas de inserir as relações individuais e familiares no contexto decisório.

Nessa perspectiva, as fontes empíricas, principalmente os próprios migrantes e suas relações, são focos prioritários de análise. O método etnográfico e a história oral passam a ser utilizados com mais frequência, dada a possibilidade de reconstituição das trajetórias e análise das relações interpessoais.

Do ponto de vista do esforço da pesquisa, isso significa uma clara opção pela micro-história, normalmente traduzida por uma redução de escala de observação e pelo uso intensivo de fontes nominativas, na convicção de que uma observação microscópica revelará aspectos e significados até então não observáveis em análises macro. Pode-se partir de indivíduos a princípio tomados isoladamente, mas o que se persegue é identificar e recuperar suas redes de relacionamento (TRUZZI, 2008, p. 208).

Por outro lado, Ramella (1995) alerta para o uso indiscriminado do conceito de rede. Segundo ele, o uso desse conceito, em muitos casos, parece limitar-se a uma evolução genérica das relações entre os emigrados, em destaque as relações de parentesco. Esse enfoque tornou-se mais comum nas últimas décadas do século XX, quando a migração deixou de ser vista apenas como uma ação de desesperados, impulsionados a partir de uma situação econômica catastrófica e se transformou, também, em uma opção de superação social. Com isso, ganharam destaque as formas de integração e coesão social dos migrantes em grupos conterrâneos na sociedade de destino.

As redes sociais entre migrantes dependem fundamentalmente das informações

transmitidas pelos canais de comunicação. Por meio delas, migrantes anteriores relatam a situação econômica e a possibilidade de inserção laboral no destino, custos financeiros da viagem, documentação necessária, ou na falta desta, estratégias de atravessamento ou contornamento de barreiras legais, etc. Ramella (1995) afirma que a informação não é a mesma para todos os vizinhos e conterrâneos de uma aldeia ou cidade, nem se transmite necessariamente por proximidade de vizinho a vizinho, pois os canais por meio dos quais ela passa são as relações sociais fortes. Importa muito mais a confiabilidade das informações, por isso são mais valorizadas as transmitidas por familiares e amigos do que aquelas das propagandas de empresas e governos.

Outra questão que põe em destaque as relações sociais fortes é a utilização dos recursos materiais e financeiros. É bastante comum observar que a decisão de migrar não seja do indivíduo isoladamente. O papel da família geralmente é bem grande e dela são provenientes os recursos necessários à migração, em muitos casos. Desse modo, é comum que não apenas o candidato à migração, mas também outros membros da família se empenhem na alocação de recursos para efetivar o projeto migratório. Também no destino não é raro que um parente faça remessas de dinheiro para trazer alguém ou disponibilize sua casa como acolhida de um recém-chegado.

Atualmente, a migração haitiana no Brasil tem apresentado características de grande mobilidade interna. Valendo-se de informações e recursos disponibilizados por aqueles que migraram anteriormente, muitos já passaram por diversas cidades. No Mato Grosso do Sul, principalmente nos últimos dois anos, tem sido comuns os relatos daqueles que vieram estimulados por parentes ou amigos, como veremos adiante. Por esse motivo, optamos por utilizar a abordagem de redes de relações sociais para analisar esse processo.

3 | A MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

A imigração de haitianos para o Brasil tem início no ano de 2010, após o país sofrer um violento terremoto na região da capital, Porto Príncipe. Porém, ao contrário do que se tem amplamente divulgado, acreditamos que as causas do processo migratório estão relacionadas a uma série de acontecimentos, dos quais, o terremoto foi um agravante. A favor desse argumento está a própria história do Haiti, marcada por uma grande diáspora que tem suas origens entre o final do século XIX e início do século XX, quando milhares de haitianos deslocaram-se principalmente para Cuba e República Dominicana para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, conforme aponta Castor (2008).

Durante todo o século XX, também foi grande o número de haitianos que deixaram o país e seguiram para destinos como Estados Unidos, Canadá e Guiana Francesa. Esses movimentos tiveram seus momentos de maior expressão durante a ditadura dos Duvalier (1957-1986) e no contexto do golpe de Estado que depôs o então presidente Jean-Bertrand Aristide em 1991. Nos anos iniciais do século XXI, as migrações de

haitianos se diversificaram, assim como outros grupos ao redor do mundo. Países que até então não se configuravam como opções nos fluxos migratórios, despontaram como potenciais destinos. É nesse contexto que surge o Brasil como uma nova possibilidade de migração.

O enrijecimento das fronteiras em tradicionais destinos como os Estados Unidos, a visibilidade que o Brasil passa a ter no cenário internacional, a presença das tropas brasileiras na liderança da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a relativa facilidade de entrada nas fronteiras da região norte foram fatores que, culminando com o terremoto de janeiro de 2010, contribuíram para a imigração de milhares de haitianos no Brasil a partir dos primeiros meses daquele ano.

Ao entrarem no Brasil, primeiramente através dos estados do Acre e Amazonas, mas atualmente principalmente por São Paulo, em virtude da concessão de vistos nas embaixadas brasileiras de Porto Príncipe, Quito e Lima, os haitianos passaram a implementar uma grande mobilidade por diversos estados e cidades do país. É nesse contexto que se insere o estado do Mato Grosso do Sul que desde os primeiros meses de 2010 tem recebido muitos haitianos.

Entre os primeiros relatos sobre a presença de haitianos no Brasil, está a notícia da detenção de um grupo de haitianos em Corumbá, cidade do Mato Grosso do Sul na fronteira com a Bolívia (ESTADÃO, 2010). Nesse período, o estado se configurou como espaço de trânsito desses migrantes em direção às cidades do sul e sudeste do país. Todavia, no ano de 2012 começaram a chegar haitianos na capital Campo Grande, sendo a maioria empregada na construção civil. A partir de 2013 passou a ser notável a presença desses migrantes nas cidades de Dourados, Três Lagoas e Itaquiraí.

Até o momento, constatamos que pelo menos três fluxos podem ser identificados nessa migração. O primeiro se refere aos migrantes que foram contratados por empresas sul-mato-grossenses quando ainda estavam no abrigo de Brasiléia, no Acre; o segundo é constituído por um número expressivo de haitianos que residiram em outras cidades brasileiras e depois vieram para o Mato Grosso do Sul; o terceiro é formado por aqueles que vieram diretamente do Haiti para cidades do estado a partir de contatos feitos previamente.

Apesar da presença haitiana começar a ser notada em algumas cidades do estado no ano de 2010, ela estava mais associada ao trânsito do que ao destino final. O que identificamos como primeiro fluxo ocorreu principalmente entre os anos de 2012 e 2014 quando empresários de algumas cidades do Mato Grosso do Sul foram contratar trabalhadores haitianos ainda no abrigo de Brasiléia, no Acre, local de entrada de grande número deles. De ônibus, foram transportados para cidades como Campo Grande, Itaquiraí e Três Lagoas para trabalharem, principalmente, na construção civil, frigoríficos, indústrias de equipamentos de refrigeração, limpeza urbana e usinas de açúcar e álcool.

A partir do estabelecimento desses primeiros grupos, chegaram outros, vindos de

diversas cidades brasileiras. Informados da possibilidade de emprego por parentes e amigos, haitianos que residiram alguns meses em outros estados, deslocaram-se para cidades do Mato Grosso do Sul. Em Dourados, por exemplo, encontramos migrantes que vieram de Cuiabá, Curitiba e Porto Alegre, bem como de outras cidades médias do interior do país.

O terceiro movimento tem sido identificado com muita frequência em todas as cidades com presença haitiana, principalmente nos anos de 2016 e 2017. Diz respeito aos processos de reunião familiar e mobilidade de amigos, valendo-se das informações e recursos disponibilizados por aqueles que chegaram antes. Com isso, tem aumentado a presença feminina e infantil. Ainda que a presença masculina seja majoritária, famílias inteiras começam a se estabelecer.

Por fim, como abordamos em outro momento (JESUS, 2016), temos identificado uma grande mobilidade dos migrantes haitianos entre cidades do próprio estado. Muitos daqueles que viviam em cidades como Campo Grande, Itaquiraí e Três Lagoas, em virtude do fechamento de postos de trabalho em 2015, deslocaram-se para Dourados, Nova Andradina e Naviraí em busca de novas possibilidades.

Entretanto, apesar das oportunidades de emprego sinalizarem o surgimento de um novo destino, temos identificado que as redes de relações sociais têm atuado com grande importância na definição e redefinição desses fluxos. Isso significa que, mesmo que o trabalho seja o elemento que impulsiona o migrante à migração, na busca por ele, os haitianos têm se utilizado das informações e recursos dos que já se estabeleceram anteriormente. Por esse motivo, ganham destaque as redes de relações sociais que podem servir de base para redes migratórias, que são aquelas criadas em função de novos fluxos de pessoas.

4 | REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

As redes sociais nas migrações têm relevância tanto na origem como no destino dos migrantes. No Haiti, as informações não estão restritas à proximidade da capital Porto Príncipe e se propagam por meio de relações sociais entre parentes e amigos de diversas cidades e regiões do país. Prova disso, é a heterogeneidade de origem dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul e que podem ser visualizadas em outros estados, como apontou Cotinguiba (2014), para o caso de Rondônia; Handerson (2015), para o caso do Amazonas; e Araújo (2015) para o caso de Santo André – SP. Além de Porto Príncipe, tem sido marcante a presença de migrantes das cidades de Gonaives e Cap-Haitien, no norte do país e Jacmel, no sul, evidenciando que essa migração tem uma causa estrutural, como destacaram Baeninger, Azevedo e Peres (2016) e não estão restritas às consequências do terremoto de 2010.

Nos potenciais destinos ou nos pontos de passagem, de igual maneira, as informações têm grande relevância, pois indicam quais estratégias podem obter melhores resultados. Por meio de uma ligação telefônica, de uma mensagem no

Whatsapp ou *Facebook*, os migrantes obtêm informações sobre oportunidades de emprego, as dificuldades do caminho, onde conseguir acolhida em determinado local, dentre outras.

Por esse motivo, além das causas estruturais que estimulam as migrações, as relações sociais entre migrantes nas origens, nos destinos, bem como nos trânsitos, nos ajudam a entender muitas escolhas. Desse modo, trazemos alguns relatos de migrantes haitianos residentes nas cidades de Dourados e Três Lagoas que contribuem para elucidar esse processo.

Benjamin (nome fictício), 24 anos, natural de Porto Príncipe, veio para o Brasil em abril de 2014 já com o visto adquirido no Haiti. Começou a aprender português no ano de 2010, em contato com os soldados brasileiros que mantinham uma base próximo da sua casa. Sua escola foi totalmente destruída com o terremoto de 2010, ele sobreviveu porque faltou à aula para assistir ao jogo do Manchester naquela tarde. Reside na cidade de Dourados, trabalha em uma loja de equipamentos de informática e estuda em um curso de Educação de Jovens e Adultos.

Eu fiquei amigo de um soldado lá, ele é de Naviraí e tem casa aqui em Dourados. Aí quando ele veio embora, ele falou que se eu quisesse vir para Dourados que ele me ajudava. Foi aí que eu decidi vir pra cá. (...) Eu consegui o visto em 2013 e fiquei um ano pensando em vir, também foi o tempo pra juntar dinheiro, minha mãe também juntou... Quando cheguei, fiquei morando na casa dele aqui em Dourados, por uns três meses e quando eu comecei a trabalhar eu aluguei uma casa pequena (Dourados, 20/05/16).

A relação de amizade entre o entrevistado e um soldado brasileiro é o ponto de partida para a decisão do destino migratório. Valendo-se dela, Benjamin colhe as informações necessárias para a viagem e quando chega, utiliza-se dos recursos – a acolhida na casa do amigo – para pôr em prática sua inserção no Brasil. Somente depois dos meses iniciais, desprende-se dela rumo à uma maior autonomia.

Do mesmo modo, outros migrantes, antes de implementarem suas partidas, munem-se de informações com os que partiram antes. É o caso de Kesnel (nome fictício), 34 anos, natural de Cap-Haitien. Veio para o Brasil em setembro de 2015, seguindo as orientações de uma amiga do seu irmão que morava na cidade de Três Lagoas. Diferente do primeiro caso, Kesnel pagou um “agente” para que viabilizasse sua viagem até o Brasil. Sem visto, passou pela República Dominicana, Colômbia, Equador e Peru até chegar ao abrigo de Brasília, onde ficou quatro dias. Segundo ele, os coites são bem articulados em vários pontos dessa rota, mas mentem ao afirmar que é fácil chegar do Equador até o Brasil e os abandonam ainda em solo equatoriano.

Quando entramos no Brasil, passamos pela Polícia Federal e depois fomos pro “refúgio” (o abrigo de Brasília – AC). Fiquei 4 dias lá porque decidi não esperar o ônibus que buscava o pessoal. (Refere-se aos ônibus contratados por empresários para buscar trabalhadores). Comprei a passagem para Campo Grande e depois para Três Lagoas. Fiquei quase 5 dias na estrada. Quando cheguei, fui morar com essa amiga do meu irmão, seu marido e um filho deles. Fiquei 3 meses em Três

Lagoas, até que conheci outro haitiano que estava vindo pra cá. Ele pegou meu contato e depois de uns dias ele me disse que tinha emprego aqui em Dourados, então em vim e fui morar com ele e mais outro, depois eu vim pra essa casa aqui (Dourados, 11/09/2016).

Kesnel afirmou que, quando chegou ao Brasil, a pessoa mais próxima era a amiga do seu irmão que ele nunca tinha visto pessoalmente. Através dela, recebeu informações sobre como chegar até Três Lagoas e depois, dela e da sua família, recebeu o apoio em forma de casa e comida durante os três meses que ficou desempregado na cidade. A “escolha” de Kesnel por Três Lagoas, como vimos, estava na possibilidade do apoio, um ponto em sua rede.

De outro modo, há aqueles que vão criando as condições para que as suas relações sociais possibilitem a vinda de outros haitianos. Foi o que percebemos com Edmond, 30 anos, natural de Porto Príncipe, residente na cidade de Três Lagoas há mais de três anos. Formado em Ciência da Computação, atua como professor de francês na cidade. Contou-nos que estava se preparando para voltar ao Haiti com o intuito de casar-se, o que facilitaria a vinda da sua futura esposa através do processo de reunião familiar.

Quando eu pensava em Brasil, eu pensava no Rio de Janeiro, até hoje eu penso em morar lá. Mas quando eu estava no Acre, veio a oportunidade de trabalhar aqui então eu vim. Acho que aqui não tem muita oportunidade, a gente vai sempre ficar na mesma coisa, mas mudar pra outra também é difícil... Agora eu vou pro Haiti casar e depois minha esposa vem (Três Lagoas, 20/09/2016).

Edmond casou-se em dezembro de 2016, no Haiti, voltou para Três Lagoas e, naquele momento, estava à espera da sua esposa que buscava adquirir os documentos necessários para a sua vinda. Percebe-se que ele estudou a situação possível para facilitar a reunião familiar. Sua esposa possivelmente migrará em seguida, usufruindo do recurso que é está casada com um haitiano com visto de permanência no Brasil.

Estes e muitos outros relatos põem em destaque o papel que as redes de relações sociais têm na configuração das migrações. Durante o ano de 2016, muitos postos de trabalho foram fechados, sobretudo na construção civil, mesmo assim, a chegada de haitianos nas cidades sul-mato-grossenses continuava acontecendo. Isso porque parentes e amigos funcionavam como pontos de apoio fundamentais no processo migratório. Do mesmo modo, um centro de acolhida, uma associação, uma igreja pode funcionar como um importante “nó” das redes migratórias.

Massey (2008), sugere que, geralmente, processos migratórios se iniciam com desequilíbrios macroestruturais entre regiões de origem e destino, mas sua continuidade é sustentada pela existência de fluxos de trocas alimentadas pelas redes sociais. Esse parece ser o caso da migração haitiana no Mato Grosso do Sul.

5 | CONCLUSÃO

No presente artigo, tratamos da abordagem das migrações a partir das redes de

relações sociais. Essas relações mobilizam informações e recursos que contribuem para estimular ou desestimular a migração. Tais redes configuram-se como possibilidade de análise dos processos migratórios colocando em destaque as ações dos sujeitos envolvidos, sejam eles migrantes ou não. Partindo das contribuições de alguns autores, apontamos que a atual configuração da migração haitiana no Brasil, em destaque para o Mato Grosso do Sul, pode ser analisada a partir desse enfoque.

A migração haitiana no Mato Grosso do Sul tem se revelado bastante dinâmica através de uma grande mobilidade interna e dos processos de reunião familiar. Com isso, tem-se observado uma rápida oscilação no número desses migrantes nas cidades do estado. Atuando na causa desse processo, estão as oportunidades de emprego, mas também as redes de relações entre os migrantes.

A partir das entrevistas realizadas nas cidades de Dourados e Três Lagoas, notamos que parte dos haitianos, principalmente os primeiros, haviam chegado pelo Acre e foram contratados por empresários do estado; alguns vieram a partir de outras cidades brasileiras, informados por amigos e parentes sobre melhores possibilidades de emprego e há ainda aqueles que vieram diretamente do Haiti utilizando-se do apoio de migrantes anteriores.

Diante do exposto, concluímos que a configuração atual da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, tem sido caracterizada pela presença marcante das redes de relações sociais. Estas encontram-se ativas, servindo de base para as redes migratórias que começam a ser notadas a partir dos processos de reagrupamento familiar. Essas redes têm atuado na manutenção do fluxo de migrantes e também se multiplicado, o que pode ser notado na diversidade dos locais de origem desses.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino e OLIVEIRA, Adriana Capuano de. O conceito de redes: apontamentos referentes à imigração haitiana para o Brasil. **CONINTER 3**, v. 9, 2015. p. 164-176.

BAENINGER, Rosana; AZEVEDO, Marta e PERES, Roberta Guimarães. Apresentação. In: BAENINGER et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

CASTOR, Suzy. A transição haitiana: entre os perigos e a esperança. **Cadernos da América Latina nº 5**. São Paulo: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2008.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais, 2014.

ESTADÃO, Jornal. **22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305>. Acesso feito em: 10/06/2017.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS – IMDH. **Haitianos no Brasil: dados estatísticos, informações e uma recomendação**. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>. Acesso feito em 08/01/2017.

JESUS, Alex Dias de. A mobilidade Haitiana no Mato Grosso do Sul. **Anais do VI Seminário Internacional América Platina**. Campo Grande: 2016. Disponível em: http://eventos.sistemas.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/1_2016-11-13_20-13-00.pdf

MASSEY, Douglas, S. et all. Teorías de Migración Internacional: una revisión y aproximación. Tradução de Augusto Aguilar Calahorro. In: **Revista de Derecho Constitucional Europeo**. Nº 10, Julio-Diciembre de 2008. p. 435-478.

RAMELLA, Franco. Por um uso flerte del concepto de red em los estúdios migratórios. In: BJERG, Mária; OTERO, Hernán (Orgs.). **Immigración y redes sociales em la Argentina**. Buenos Aires: CEMLA Moderna, 1995.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 20, nº 1. São Paulo: 2008. p. 199-218.

TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG

Luís Henrique Silva Ferreira

(Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
– PUC Minas – Belo Horizonte - MG)

Andressa Virgínia de Faria

(Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais - CEFET-MG e Programa de
Pós-graduação em Geografia - Tratamento
da Informação Espacial – PUC Minas – Belo
Horizonte - MG)

André Francisco de Brito Leite

(Programa de Pós-graduação em Geografia -
Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas
– Belo Horizonte)

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a população ocupada no setor calçadista do município de Nova Serrana – MG à luz da fator migração. A hipótese principal do artigo é que o intenso crescimento populacional do município está vinculado a atratividade da indústria calçadista. Foram trabalhados os microdados da Amostra do Censo de 2010. Os principais resultados indicam que 62,6% dos ocupados no município trabalham na indústria calçadista. Destes, 83,6% não nasceram no município de Nova Serrana. Analisando por Unidades da Federação, 66,1% nasceram em Minas Gerais, sendo Ceará, Bahia e São Paulo os outros estados que mais fornecem mão de obra para o setor.

PALAVRAS-CHAVE: indústria calçadista; Nova Serrana-MG; migração; trabalho;

ABSTRACT: This article aims to analyze the population employed in the footwear industry of the municipality of Nova Serrana - MG in light of the migration factor. The main hypothesis of the article is that the intense population growth of the municipality is linked to the attractiveness of the footwear industry. The microdata of the 2010 Census Sample were worked. The main results indicate that 62.6% of the employed in the municipality work in the footwear industry. Of these, 83.6% were not born in the municipality of Nova Serrana. Analyzing by Federation Units, 66.1% were born in Minas Gerais, Ceará, Bahia and São Paulo being the other states that provide the most labor for the sector.

KEYWORDS: footwear industry; Nova Serrana-MG, migration; work;

1 | INTRODUÇÃO

O setor calçadista brasileiro é um importante ramo da indústria de transformação, ocupando, de acordo com o Censo de 2010, cerca de 470.000 de trabalhadores, o que equivale a 6% do total dos ocupados na indústria de transformação. Em especial, o município de Nova Serrana, localizado na região Centro-

Oeste de Minas Gerais, vem apresentando um ritmo de crescimento populacional acima da média do estado de Minas Gerais e do Brasil, devido a atividade de produção de calçados no município. Acompanhado desse crescimento populacional, o número de indústrias também cresceu nos últimos anos.

Um dos principais motivos para os movimentos migratórios é a busca por oportunidades de trabalho. Observando as taxas de evolução populacional do município de Nova Serrana, traça-se a seguinte hipótese: as altas taxas de crescimento populacional de Nova Serrana estão relacionadas à atividade produtora de calçados?

Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar a população ocupada no setor calçadista no município de Nova Serrana-MG, por meio de dados secundários provenientes do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para comprovar ou refutar a hipótese que permeia este trabalho. Para o IBGE, população ocupada compreende as pessoas que tinham trabalho na semana de referência, isto é, os indivíduos que eram assalariados, formal ou informalmente, os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família.

Na primeira seção deste artigo, faz-se uma revisão da literatura sobre o fenômeno migratório, suas principais teorias e o seu vínculo com às relações com o mercado de trabalho. Na segunda seção, apresenta-se o município de Nova Serrana, fazendo uma breve discussão sobre sua história, como se deu o surgimento de sua indústria de calçados e alguns dados específicos para contextualização socioeconômica. Na terceira seção, apresenta-se os dados e os métodos usados para atingir o objetivo deste artigo. Na quarta, apresenta-se e discute-se os principais resultados encontrados a partir da análise dos microdados da amostra dos Censos. Na quinta e última seção, faz-se uma discussão à luz dos dados analisados.

2 | BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO

A migração é uma das atividades mais antigas, inerentes ao homem, e sempre esteve presente na história da humanidade. Apesar disso, apenas em época recente - meados do século XIX - passou a contar com aportes teóricos específicos. Várias são as teorias sobre as migrações encontradas no início do século XXI. Entretanto, são poucos os pontos de tangência entre elas. Apesar da importância que os fluxos migratórios assumiram, principalmente nos séculos XIX, XX e início do XXI, o tema é tratado de forma secundária e dissolvido entre as várias ciências.

Massey *et al* (1990), atestam que esta fragmentação propicia um conhecimento teórico incompleto e incorreto sobre as migrações e que tal fragmentação decorre da divergência entre os pesquisadores do tema em relação a quatro dimensões básicas. A primeira dimensão deriva do conflito sobre a forma como o tema deve ser estudado, se de forma sincrônica ou em uma perspectiva histórica, ou seja, diacrônica.

A segunda dimensão relaciona-se ao *locus* da ação de migrar, que ora parte de uma análise estrutural e ora no âmbito do indivíduo. A terceira dimensão refere-se ao nível de análise, seja ela o indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outro. Por fim, a quarta dimensão trata do impasse em relação à ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração. Desta forma, seria importante elaborar uma teoria sobre o fenômeno migratório que incorporasse, concomitantemente, vários níveis de análise contemplados em uma perspectiva processual.

A primeira manifestação do moderno pensamento científico-social sobre as migrações se deu com os textos publicados pelo geógrafo Ernest Georg Ravenstein, em 1885 e 1889, no artigo *The Laws of Migration*. De acordo com Arango (1985, p.7), “Ravenstein inaugurou uma linha de reflexão e indagação que se prolonga até os nossos dias: a busca de regularidades empíricas nos movimentos migratórios”

O desafio que Ravenstein se colocou, estimulado por uma observação do epidemiologista William Farr, foi o de analisar e indicar leis que eram seguidas pela migração. Usando os dados do censo inglês de 1881, Ravenstein elaborou um conjunto de proposições, denominado “As Leis da Migração”. Posteriormente, ampliou sua análise a mais vinte países. Em síntese, o trabalho de Ravenstein, enuncia os seguintes princípios:

1. A principal causa da migração é a disparidade econômica e o motivo financeiro predomina entre as razões para migrar;
2. A maior parte das migrações é de curta distância;
3. Os migrantes que percorrem longas distâncias geralmente preferem os grandes centros comerciais e industriais;
4. As migrações se produzem escalonadamente, ou seja, os migrantes que seguem para os centros de absorção deixam vazios que são preenchidos por outros migrantes, vindos de regiões mais longínquas, criando um fluxo migratório que chega aos mais remotos rincões do reino;
5. O processo de dispersão é inverso ao processo de absorção e exhibe características similares;
6. Cada corrente migratória produz uma contracorrente compensatória.
7. Os nativos de áreas urbanas tendem a emigrar menos que os nativos de áreas rurais;
8. Os imigrantes são, na sua maioria, adultos;
9. As mulheres predominam nas migrações de curta distância e os homens nas migrações de longas distâncias;
10. As grandes cidades crescem mais por imigração que por crescimento vegetativo;
11. As migrações mais importantes são aquelas que se direcionam das áreas rurais aos grandes centros comerciais e industriais;
12. As migrações tendem a aumentar com o desenvolvimento econômico e com

o progresso da tecnologia e do transporte (RAVESNTEIN, *apud* ARANGO, 1985, p.7).

Embora os estudos de Ravenstein possam ser considerados primários e sem a construção efetiva de uma teoria, seu caráter precursor é evidente, pois apresenta uma análise empírica pormenorizada dos fenômenos migratórios, em que utiliza muitos dos procedimentos metodológicos adotados posteriormente. Também se distingue pelo anúncio de vários temas e conceitos que são posteriormente estudados, tais como classificações de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atração e repulsão, efeito da distância, contracorrentes, ação de estímulos econômicos (PEIXOTO, 2004, p.5-6).

O que mais se destaca no trabalho de Ravenstein é o pioneirismo no uso do marco analítico “atração-repulsão”, ou fatores *push-pull*, ao levar em conta que a decisão de emigrar pode ser adotada respondendo a fatores que operam no lugar de origem ou destino. O motor do deslocamento espacial seria, portanto, as diferenças regionais nos níveis de renda, emprego e a inadequada distribuição territorial da força de trabalho. Assim, um agente racional, ao ter conhecimento das condições do lugar onde reside e de outro local, decide pela permanência ou pela migração, considerando tais diferenças (ARANGO, 1985; PEIXOTO, 2004; LEÓN, 2005).

2.1 Os fatores *Push-pull*

Everet Lee, num esforço em completar as Leis de Ravenstein, elaborou *A Theory of Migration* (1965), o renomado modelo *push-pull*. Segundo este modelo, há uma série de fatores que impelem o indivíduo a deixar um lugar quando o compara com as condições mais vantajosas que existem em outros lugares. Os fatores positivos (*pull*) atraem os migrantes e os negativos (*push*) os repelem. Como fatores de expulsão pode-se citar a elevada pressão demográfica, baixos salários, desemprego, qualidade de vida baixa, falta de acesso à terra, falta de liberdade política e religiosa, violência generalizada e desastres ambientais. Os fatores de atração, associados ao lugar de destino, seriam contrários.

A decisão e o processo de migração, portanto, são conduzidos pelos fatores associados à área de origem, fatores associados à área de destino, aos “obstáculos intervenientes” e aos fatores pessoais. Na área de origem e destino, observam-se questões de ordem econômica, como infraestrutura social. Entre os “obstáculos intervenientes” – elementos que se colocam entre as duas áreas geográficas e que funcionam como barreiras a migração – inclui-se a distância, custos do deslocamento, tamanho da família, leis migratórias, etc (PEIXOTO, 2004). Para LEE (1966, *apud* Santos *et al*, 2010), as migrações são sempre seletivas e os obstáculos intervenientes serviriam “para peneirar alguns dos débeis e incapazes.” Nos fatores pessoais, inclui-se aqueles que fazem com que as decisões variem individualmente, como a posição no ciclo de vida, as fontes de informação e os contatos (PEIXOTO, 2004).

2.2 A Teoria Neoclássica

A teoria neoclássica da migração baseia-se nos pressupostos da escolha racional, maximização da utilidade esperada, na mobilidade dos fatores de produção e nas diferenças de oportunidades de emprego e salários.

As migrações são, portanto, resultado da desigual distribuição do capital e do trabalho, que, assim como os outros mercados, regulam-se livremente pela lei da “oferta e procura”. O fenômeno migratório exerce uma pressão para a diminuição dos salários nos países de destino e uma pressão no aumento destes nos países de origem, até alcançar o equilíbrio entre as duas áreas. Com o aumento da disparidade salarial, a taxa de emigração se eleva, mas com a eliminação da diferença salarial, o fluxo migratório tenderia a cessar.

A explicação neoclássica tem a vantagem de combinar a perspectiva micro, da adoção das decisões por parte dos indivíduos, com a perspectiva macro, dos determinantes estruturais (ARANGO, 2003). No plano macro, é uma teoria da redistribuição espacial dos fatores de produção em resposta a diferentes preços relativos (RANIS e FEI, 1961; TODARO, 1976, *apud* ARANGO, 2003). No plano micro, explica-se pela decisão voluntária e racional do indivíduo, que busca aumentar seu bem-estar ao trasladar-se a lugares onde a recompensa por seu trabalho é maior do que a que obtém no local de origem, em uma medida suficientemente alta para compensar os custos que derivam do deslocamento (SJAASTAD, 1962, *apud* ARANGO).

2.3 Teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho

A “New economics of labor migration”, desenvolvida principalmente por Oded Star (1991), emana da teoria neoclássica e atribui a decisão das migrações a um conjunto maior de pessoas e não ao indivíduo isolado. A análise passa a ter como foco o domicílio ou outra unidade de produção e consumo, culturalmente definida, e não mais o indivíduo (SANTOS *et al*, 2010).

La migración es una estrategia familiar orientada no tanto a maximizar los ingresos como a diversificar sus fuentes, con el fin de reducir riesgos —tales como el desempleo o la pérdida de ingresos o de cosechas— y, a la vez, eliminar cuellos de botella, dadas las imperfecciones que, por lo general, gravan los mercados de crédito y de seguros en los países de origen. En la medida en que la finalidad de la emigración es maximizar los ingresos, no lo es, necesariamente, en términos absolutos cuanto en relación con otros hogares en su grupo de referencia, retomando de este modo la vieja noción de la privación relativa (Stark y Taylor, 1989). De aquí se puede inferir, que cuanto más desigual sea la distribución de ingresos en una comunidad determinada, más se sentirá la privación relativa y mayores serán los incentivos para la emigración. En este sentido, la nueva economía de las migraciones laborales es sensible a la distribución de los ingresos, a diferencia de la explicación neoclásica (ARANGO, 2003, p.12).

Assim, a decisão de migrar é tomada coletivamente por um grupo de não migrantes, que dividirão os custos e os benefícios da mobilidade. O objetivo, além da ampliação dos ganhos, é o de reduzir os riscos de queda do padrão de vida.

Como explicita ARANGO (2003), os maiores méritos desta teoria são: a atenção prestada às remessas, à informação e às complexas interdependências entre os migrantes e o contexto em que se produzem as migrações, bem como o reconhecimento do papel decisivo que as unidades familiares frequentemente desempenham nas estratégias migratórias.

2.4 A Teoria do Mercado Dual de Trabalho

A “Dual Labor Market Theory”, idealizada por Michael PIORE (1979), a partir de uma perspectiva macro dos fatores estruturais determinantes, considera que as migrações internacionais são decorrentes da permanente demanda por mão de obra nos países desenvolvidos, processo inerente ao ordenamento econômico das sociedades contemporâneas avançadas.

Deste modo, os movimentos migratórios não têm como propulsor o desemprego nos países de origem, e sim a necessidade de mão de obra (migrante) dos países de destino. Os fatores de atração assumem a causalidade do movimento, em detrimento dos fatores de repulsão. Mediante a necessidade de mão de obra, os Estados estimulam ou barram o fluxo migratório, através de medidas como o recrutamento de estrangeiros, a exigência de vistos e/ou a deportação.

ARANGO (2003, p. 14), atesta que o mérito desta teoria reside no fato de explicar, de forma técnica e sofisticada, cinco questões:

1. Por que nas economias avançadas existem trabalhos instáveis e de baixa produtividade;
2. Por que os trabalhadores autóctones refutam este tipo de trabalho;
3. Por que a resistência dos trabalhadores autóctones a ocupar postos de trabalho pouco atrativos, não pode ser solucionada através de mecanismos de mercado ordinário, tais como aumentar os salários correspondentes a estes postos;
4. Por que os trabalhadores estrangeiros, procedentes de países com baixos salários, estão dispostos a aceitar este tipo de trabalho;
5. Por que esta demanda estrutural de mão de obra já não pode ser atenuada como se fazia antes, com mulheres e adolescentes.

O autor ainda evidencia que tal teoria destaca-se também pela refutação da ideia de que os trabalhadores imigrantes competem com os trabalhadores nativos e que a presença dos primeiros afeta o nível dos salários e as perspectivas de emprego destes últimos.

2.5 A Teoria das Redes Sociais

Segundo a “Network Theory”, a migração se efetiva através das redes de contatos sociais. Assim, as unidades efetivas de migração não são nem os indivíduos, nem famílias, mas sim o conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, de

conhecimento, de parentesco e de trabalho. São os contatos nas comunidades de origem e destino que influenciam a decisão de emigrar, permanecer ou retornar. Quanto mais esta rede se expande, menores são os custos e riscos econômicos e sociais do deslocamento, o que aumenta a probabilidade de migrar, gerando um movimento adicional e ampliando ainda mais as próprias redes.

Na sociedade receptora, o imigrante estabelece novas relações sociais e familiares, que serão valorizadas por aqueles que foram deixados em sua terra. Casar-se e ter filhos é um fator determinante para que a migração se converta em definitiva, entretanto, se a família se encontra na origem, poderá pressionar o retorno (LEÓN, 2005).

As disparidades salariais não são condições *sine qua non* para que a migração internacional ocorra. Pessoas “próximas” podem ter fortes incentivos para diversificar riscos e/ou acumular capital através do movimento transnacional, mesmo na ausência de diferenças salariais (MASSEY *et al*, 1998). A decisão de emigrar ocorre porque outras pessoas relacionadas ao migrante o fizeram anteriormente, gerando assim um efeito multiplicador, implícito na noção de migração em cadeia (ARANGO, 2003).

Segundo Massey *et al* (1998), as redes migratórias podem ser vistas como uma forma de capital social, na medida em que se trata de relações sociais que permitem o acesso a outros bens de importância econômica, tais como emprego ou melhores salários.

Massey *et al* (1987), *apud* Fazito (2005), ao entender o processo social da migração como dinâmica, cumulativa e interconectada, apresenta seis princípios sobre o fenômeno migratório:

1. A migração deveria ocorrer segundo um “desequilíbrio” estrutural entre regiões de origem e destino;
2. Depois de iniciado, o processo de migração seria sustentado por um fluxo contínuo de trocas, garantido pela criação das redes sociais;
3. A consolidação das redes possibilitaria a diversificação das estratégias migratórias, fortalecendo as organizações familiares e domiciliares;
4. A migração tenderia a ser autossustentável;
5. Independente do tempo de duração dos fluxos migratórios e;
6. Reforçada periodicamente pela ação dos retornados.

Assim, os mecanismos de migração vão além da individualidade dos migrantes. Afora as questões relacionadas as estruturas socioeconômicas e culturais dos locais de origem e destino, deve-se considerar os vínculos entre os migrantes e não migrantes, bem como o campo social no qual se inserem (FAZITO, 2005).

2.6 Teoria do Sistema Mundial

A “World System Theory” sustenta que a migração decorre dos desequilíbrios gerados pela expansão do capitalismo aos países periféricos (MASSEY *et al*,

1993). Tal expansão provocou a quebra e transformação dos padrões capitalistas de organização social e econômica e neste processo de penetração do mercado, um grande contingente de pessoas, como agricultores, artesãos são deslocados de modos de vida seguros e tradicionais, o que cria uma população móvel, propensa a migrar tanto interna quanto externamente (LEÓN, 2003).

Estes trabalhadores buscam a cidade em um primeiro momento, mas com a economia frágil dos hipercentros subdesenvolvidos, acabam por dirigir-se ao exterior. Assim, a migração é resultado principalmente da dominação dos países centrais sobre as regiões periféricas, em um contexto de estrutura de classes e conflito (ARANGO, 2003).

Nos países centrais, os imigrantes encontram empregos em setores que necessitam de mão de obra barata, mantendo a lucratividade das empresas, evidenciando as migrações como um sistema de oferta de mão de obra a nível mundial (SASSEN, 1988, *apud* ARANGO, 2003).

As críticas a esta teoria decorrem da ênfase excessiva nas variáveis econômicas, da concepção do imigrante apenas como um sujeito passivo, do poder que atribui ao mercado e da atenção reducionista que dá aos processos sociais que impulsionam e reproduzem as migrações (LEÓN, 2003).

3 | A INDÚSTRIA CALÇADISTA DE NOVA SERRANA-MG

De acordo com Navarro (2006), a indústria calçadista brasileira é uma importante atividade econômica pois têm uma grande capacidade de geração de empregos, cerca de 470 mil trabalhadores (IBGE, 2010). Esse elevado número de trabalhadores acompanha um considerável volume de produção e uma expressiva participação na pauta de exportações.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2011), em 2010, o Brasil produziu 893,9 milhões de pares de sapatos, com arrecadação da ordem de 12.340,4 milhões de dólares. As exportações chegaram à casa dos 143 milhões de pares, arrecadando cerca de 1.487,00 milhões de dólares. Em 2010, cerca de 8,2 empresas formalizadas produziam no país, sendo o consumo *per capita* de 4,1 pares de calçados.

Remetendo à história desse segmento industrial no Brasil, Navarro (2006), traça o percurso histórico da produção de calçados no país. No início do século XX a produção calçadista atendia a cerca de 97% do consumo interno. A produção concentrava-se então nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e produzia artigos rústicos, voltados principalmente para a população operária. No período Pós-Guerra, a produção começou a se deslocar dos dois polos, principalmente devido ao aumento de oferta de crédito às indústrias de calçados, substituição da importação, e ao acesso fácil à matéria-prima. (NAVARRO, 2006).

De acordo com Lima, Borsoi e Araújo (2011), a partir do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a modernização das indústrias de calçados tem-se caracterizado principalmente, pela adoção de novas tecnologias e novos procedimentos na organização da produção, advindos do processo de reestruturação produtiva. Isso se deve, principalmente, ao fato desta modernização ser caracterizada pelo trabalho intensivo, em que pese à adoção de inovações com relação aos produtos, materiais, maquinaria e informatização nas fábricas.

Segundo Lima, Borsoi e Araújo (2011), é neste período também, últimas décadas do século XX que surge uma nova matéria-prima que vem a alterar a forma de organização da produção calçadista. São implementados, em substituição ao couro, materiais sintéticos principalmente na fabricação de calçados esportivos.

De acordo com Ferreira e Caetano (2015), atualmente, os principais estados produtores de calçados do país são Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Ceará. No estado gaúcho, destacam-se as regiões do Vale do Rio dos Sinos, do Vale do Rio Paranhana, Vale do Rio Taquari e a Serra Gaúcha. No Ceará, destacam-se os polos da Região do Cariri, de Sobral e o da região da capital do estado, Fortaleza. Em Santa Catarina, o Vale do Rio Tijucas. Na Bahia, sua região sul, e na Paraíba, as regiões de João Pessoa e Campina Grande. No estado de São Paulo, destacam-se os municípios de Franca, Birigui e Jaú. No estado de Minas Gerais, o polo calçadista do município de Nova Serrana.

A região Sudeste é representada na indústria calçadista brasileira pelos estados de Minas Gerais e São Paulo (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, 2011). Tem sua origem em São Paulo, principalmente da cidade de Franca em que a produção de sapatos masculinos de couro alcançou reconhecimento tanto no Brasil quanto no exterior.

Além de Franca, segundo Almeida e Machado Neto (2008), o estado de São Paulo ainda conta com mais duas cidades que se destacam no segmento calçadista. A primeira, Jaú, localizada na região centro-oeste do estado, distante 300 km da capital paulista, especializado na produção de calçados femininos. A segunda, Birigui, localizada na região noroeste do estado, distante 510 km da capital, especializada na produção de calçados infantis.

Em Minas Gerais, a capital Belo Horizonte tem se despontado como um importante setor na economia. Entretanto Nova Serrana se destaca na produção calçadista em todo Brasil, sendo conhecida como Capital Nacional do Calçado Esportivo. A respeito da quantidade de indústrias formais de calçados no município, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais dos anos 2000 e 2010, Nova Serrana possuía no ano 2000, 570. Nesse mesmo ano, o estado de Minas Gerais possuía 1237 indústrias calçadistas, ou seja, Nova Serrana era responsável por 46% do total de indústrias calçadistas no total do estado. Já no ano de 2010, o número de indústrias de calçado em Nova Serrana era de 879, havendo entre os anos de 2000 e 2010 um crescimento de 54,2%. Em 2010, Minas Gerais possuía 1757 indústrias de calçados,

no qual destaca-se Nova Serrana, responsável por 50% do total de indústrias do segmento no estado.

Além da grande concentração da produção no Estado, chama atenção em Nova Serrana, o seu rápido crescimento tanto no número de unidades fabris quanto de habitantes. Seu *boom* populacional teve início na década de 1990 em que a cidade ficou reconhecida nacionalmente pela pirataria e imitações de calçados de marcas reconhecidas. Para tentar compreender o município traçamos um breve relato sobre sua história. (FERREIRA; CAETANO, 2015).

Localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, distante 112 km da capital do estado e 42 de Divinópolis, principal cidade da região, Nova Serrana, de acordo com Suzigan e outros (2005), teve as condições iniciais para a produção de artigos de couro e botinas rústicas através das atividades agrícolas e de pecuária que ali existiam. É interessante observar que tanto o polo sulista, quanto o polo paulista, também desenvolveram-se da mesma forma, a partir do surgimento de atividades ligadas a pecuária e posteriormente ao trabalho do couro. Com a emancipação do município, na virada do ano de 1953 para o ano de 1954, surgiram as primeiras fábricas e dois pequenos curtumes, que produziam uma espécie de botina de couro com solado de pneu laminado. No início da década de 1970 a indústria calçadista começa a prosperar, devido à instalação da rede elétrica pela Cemig em 1967 e a abertura do tráfego da BR-262, em 1969.

Conforme Suzigan e outros (2005), o primeiro surto de crescimento rápido da indústria de calçados em Nova Serrana se deu em meados da década de 1970 e 1980. Em 1985, o município contava com aproximadamente 400 fábricas. Diferente de Franca e do Vale dos Sinos, que tiveram seu apogeu na década de 1970, o auge do crescimento de Nova Serrana é dado em 1986, com a instalação do Plano Cruzado. Porém, com a crise dos anos 1990, o município é atingido profundamente. É nessa época que o município altera completamente sua trajetória na produção de calçados, deixando de produzir os calçados de couro, tal como os polos do Sul e de São Paulo e começa a produzir tênis, principalmente os fabricados a base de material sintético, que tiveram seu *boom* nessa época.

Suzigan e outros (2005) afirmam que a produção de tênis no município teve início a partir de um empresário local, que burlando as leis de marcas e patentes, iniciou a produção de imitações, de falsificações de marcas famosas de tênis, principalmente da norte americana Nike. Tal empreendimento rendeu um grande sucesso e, por fim, se revelou um virtuoso processo, que disseminou o aprendizado de conhecimentos na fabricação de tênis. Muitas outras empresas começaram a fabricar tênis, dando uma guinada total na produção de calçados no polo de Nova Serrana. Atualmente, o município é conhecido pela capital nacional do calçado esportivo.

Uma especificidade de Nova Serrana é o crescimento populacional. A Tabela 1 apresenta os dados:

Ano	Brasil	Minas Gerais	Nova Serrana
1950	51.944.397	7.796.793	5.286
1960	70.070.457	9.812.352	5.426
1970	93.139.037	11.487.415	6.577
1980	119.011.052	13.378.553	9.266
1991	146.825.475	15.743.152	17.913
2000	169.799.170	17.891.494	37.447
2010	190.732.694	19.595.309	73.699

Tabela 1 – População: Brasil, Minas Gerais e Nova Serrana, por ano – 1950 a 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo demográfico, Brasil, Minas Gerais: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que a partir da década de 1960, Nova Serrana começa a apresentar um intenso crescimento demográfico. Entre 1960 e 1970, houve um crescimento de 21,2%. Porém, um dado chama a atenção: entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento da população do município começa a crescer mais que as taxas de Minas Gerais e Brasil. Enquanto nesse período o Brasil cresceu 27,8% e Minas Gerais 16,4%, Nova Serrana cresceu 40,9%. Dos anos 1980 para 1991, o Brasil cresceu 23,4%, Minas Gerais 17,7 e Nova Serrana 93,3%. De 1991 para 2000, Brasil 15,6%, Minas Gerais 13,6% e Nova Serrana 109%. Do ano 2000 para 2010, Brasil 12,3%, Minas Gerais 9,5% e Nova Serrana 96,8%.

Em 2010, Nova Serrana possuía uma população residente de 73.699 habitantes. Desse total, 69.695 pessoas, ou seja, 94,6% residiam na zona urbana e 4.004, 5,4% na zona rural. O total de homens era de 38.067, 51,7% e de mulheres 35.632, 48,4%. Conforme o CENSO de 2010, 23.123 pessoas eram naturais de Nova Serrana, ou seja, 31,4% da população. Os restantes, 50.576 eram imigrantes de outros municípios, correspondendo a 68,6% da população total. A grande predominância de migrantes é da própria região Sudeste, 65.932, 89,5% do total de imigrantes. Percebe-se então que a indústria de calçados no município atraiu um expressivo número de migrantes para o trabalho. (IBGE, 2013).

A respeito de sua economia, em 2010, o município gerou um PIB da ordem de R\$ 841.507,00 reais. A maior parcela estava concentrada no setor de serviços, R\$456.946,00, ou seja, 54,3% do PIB total municipal. O PIB do setor industrial atingiu a ordem de R\$268.279,00, 31,9% do PIB total municipal. Os impostos sobre produtos líquidos geraram R\$105.780,00 reais, 12,6% do PIB total municipal. A agropecuária gerou R\$10.502,00, 1,2% do PIB total municipal e o PIB per capita atingiu a ordem de R\$11.415,07. A participação de Nova Serrana no PIB do estado de Minas Gerais em 2010 foi de 0,23%, sendo que o estado mineiro gerou um PIB total de R\$351.380.905,00 nesse mesmo ano. (IBGE, 2013).

No ano 2000, com uma população de 37.447, Nova Serrana gerou um PIB de R\$172.487,00. A maior parte concentrava-se no setor serviços, assim como em 2010. O segmento atingiu a ordem de R\$93.792,00, ou seja, 54,4 do PIB total municipal. O PIB do setor industrial atingiu R\$54.035,00, 31,3% do PIB total municipal. Os impostos sobre produtos líquidos geraram R\$20.540,00, 12% do PIB total municipal. A agropecuária gerou R\$4.120,00, 2,4% do PIB total municipal e o PIB per capita atingiu R\$4.606,16. A participação de Nova Serrana no PIB do estado de Minas Gerais em 2000 foi de 0,17%, sendo que o estado mineiro gerou um PIB total de R\$100.612.293,00 nesse mesmo ano. (IBGE, 2013). Entre os anos de 2000 e 2010, o PIB municipal de Nova Serrana cresceu 387,8%, uma média anual de 38,8%. Observa-se que as taxas relativas de todos os setores, inclusive os impostos não variaram com alguma intensidade, permanecendo em níveis bem semelhantes nesse recorte de tempo. A participação municipal no PIB estadual também variou pouco, tendo crescimento de 0,6%. (IBGE, 2013).

4 | DADOS E MÉTODO

Nesta seção apresenta-se a análise descritiva dos dados sobre migração na composição da mão de obra ocupada no setor calçadista do município de Nova Serrana-MG, bem como o método e as bases de dados utilizados. Para identificar os trabalhadores ocupados no setor calçadista foram utilizadas as variáveis 'ATIVIDADE', que permite identificar a atividade principal em que o indivíduo tinha o seu trabalho, ou seja, o principal ramo de negócio em que ele trabalhava. Mais especificamente, foram selecionados os indivíduos classificados na categoria 'Fabricação de calçados e partes de calçados, de qualquer material', conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar). Essa classe contempla grande diversidade de atividades relacionadas à produção de calçados e seus componentes desde a fabricação de calçados de borracha, couro, plástico e partes de calçados, tais como saltos e solados, até serviços de corte, costura e pesponto. A identificação por meio da atividade principal foi complementada com a utilização da variável 'OCUPAÇÃO', isto é, a ocupação do indivíduo no trabalho que tinha, sendo ele o único trabalho ou o principal, caso ela tenha mais de um. O trabalho principal é definido como aquele com o maior número de horas trabalhadas. Foram identificadas, de acordo com a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (CBO Domiciliar), duas ocupações referentes ao setor calçadista: 'sapateiros e afins' e 'operadores de máquinas para fabricação de calçados e afins'.

A base de dados utilizada foi o Censo Demográfico de 2010 e a amostra acoplada a ele. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Demográficos reproduzem informações imprescindíveis para determinar o planejamento de políticas públicas e também dos serviços a serem utilizados pela

população. Os censos e as pesquisas amostrais realizadas conjuntamente a eles constituem a única fonte de dados no âmbito nacional com representatividade para o nível municipal.

5 | RESULTADOS

A respeito do trabalho, Nova Serrana, conforme o CENSO 2010 possuía população economicamente ativa de 46.809 pessoas, 63,5% da população total. A PEA era composta por 25.865 homens e 20.944 mulheres, ou seja, 55,3% e 44,7 % respectivamente. Dessa população economicamente ativa, 45.672 pessoas estavam ocupadas, ou seja, 97,6% e 1.137 estavam desocupadas, 2,4%. (IBGE, 2013).

Em relação à composição formal/informal do mercado de trabalho do município em geral, 38.287 pessoas declararam ser empregados, sendo que desses 25.591, 66,8% são carteira assinada e 11.574, 33,2% não tem a carteira de trabalho assinada. Nesse computo, inserem-se os funcionários públicos estatutários e os militares e excluem-se os conta própria, os empregadores, os não remunerados e aqueles que trabalham para próprio consumo (IBGE, 2013).

No que se refere a indústria calçadista, motor da economia municipal, segundo o CENSO de 2010, 27.844 pessoas estavam ocupadas na produção de calçados. Esse valor absoluto corresponde a 62,6% do total de ocupados no município, isto é, mais da metade das pessoas que trabalham se encontram somente na produção de calçados. O que chama a atenção em relação aos dados da população ocupada no município no segmento calçadista é a considerável presença de migrantes.

Segundo os microdados do CENSO de 2010, 83,6% dos ocupados no setor calçadista não tinham nascido no município de Nova Serrana. Os dados mostram que os principais municípios que fornecem mão de obra para o segmento calçadista são Caririçu, localizado no sul do Estado do Ceará e os municípios mineiros de Belo Horizonte, Capelinha, Malacacheta e Poté, sendo que essas três últimas localizando-se na região Norte do estado de Minas Gerais.

Em relação à Unidade da Federação, 66,1% nasceram em Minas Gerais, 6,2% no Ceará, 4,1% na Bahia, 2,1% em São Paulo e 21,5% em outros estados. Esses dados demonstram a insuficiência do município em suprir a mão de obra demandada pela indústria calçadista, comprovada pela evolução populacional ocorrida no município, em especial a partir dos anos 1980.

Quando analisado a composição da mão de obra do setor calçadista por meio da variável nasceu neste município e por sexo, 84,2% dos homens ocupados no segmento não nasceram em Nova Serrana. Entre as mulheres, esse percentual é de 82,9%. Analisada a variável nasceu nesta Unidade da Federação ou país estrangeiro, 78,5 dos homens ocupados no segmento nasceram em Minas Gerais e 21,5% não. Entre as mulheres, os percentuais são parecidos, 79,5% nasceram em Minas Gerais e 20,5 não.

A composição da mão de obra ocupada no segmento calçadista é analisado também por faixas etárias, de acordo com a tabela abaixo:

Nasceu nesta Unidade da Federação																
Faixa Etária	Sim								Não							
	Até 29 anos		De 30 a 49 anos		50 ou mais		Total		Até 29 anos		De 30 a 49 anos		50 ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	6301	60,9	3694	35,7	349	3,4	10344	100,0	2116	74,5	623	21,9	101	3,6	2839	100,0
Mulheres	5024	60,2	3037	36,4	283	3,4	8344	100,0	1534	71,4	568	26,5	45	2,1	2147	100,0

TABELA 2 - Ocupados na indústrias de calçados no município de Nova Serrana (MG) – por Nasceu nesta Unidade da Federação e Idade, 2010

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados do Censo de 2010

Analisando a tabela 2, dos indivíduos ocupados, percebe-se que entre os que nasceram em Minas Gerais, tanto para homens quanto para mulheres, os maiores percentuais encontram-se na faixa de idade até 29 anos, Percebe-se a mesma tendência em relação aos ocupados que não nasceram em Minas Gerais (migrantes), porém com percentuais mais elevados quando comparados as demais faixas de idade em relação aos que nasceram no Estado. A tabela 2 indica que a mão de obra ocupada no município é relativamente jovem, tanto para os migrantes quanto para os não migrantes.

A tabela a seguir apresenta os ocupados no setor calçadista por município de nascimento e idade.

Nasceu neste município																
Faixa Etária	Sim								Não							
	Até 29 anos		De 30 a 49 anos		50 ou mais		Total		Até 29 anos		De 30 a 49 anos		50 ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	1.248	50,4	951	38,4	276	3,3	2.475	100,0	8.417	63,8	4.316	32,7	451	3,4	13.184	100,0
Mulheres	1.115	51,3	923	42,5	135	6,2	2.173	100,0	6.557	62,5	3.605	34,4	328	3,1	10.490	100,0

TABELA 3 - Ocupados na indústrias de calçados no município de Nova Serrana (MG) – por Nasceu neste Município e Idade, 2010

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados do Censo de 2010

Quando analisados os dados sobre os ocupados no segmento calçadista que nasceram ou não em Nova Serrana, observa-se uma tendência um pouco diferente daqueles que nasceram ou não no estado de Minas Gerais. Mesmo os percentuais da faixa etária até 29 anos ainda permanecerem maiores, o percentual da faixa etária de 30 a 49 anos é maior.

6 | CONCLUSÃO

Os resultados encontrados a partir da análise dos dados demonstram a ampla participação de trabalhadores migrantes na composição da mão de obra do setor calçadista do município de Nova Serrana, comprovando a hipótese levantada no início deste trabalho. Do total de ocupados, 83,6% declararam ter nascido em outro município. Quando observado por Unidade da Federação, observa-se que mais da metade, 66,1% nasceram em Minas Gerais. Os municípios mineiros que mais fornecem migrantes estão localizados na porção Norte do estado, especificamente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, as mais pobres e carentes de recursos. Quando analisados os dados por sexo e faixas de idade, os ocupados migrantes no setor calçadista encontram-se mais no grupo até 29 anos, para ambos os sexos.

Retomando Piore (1979), que afirma que as migrações são decorrentes da permanente demanda por mão de obra e que movimentos migratórios tem como propulsor a necessidade de mão de obra migrante, podemos inferir a partir dos resultados que o caso de Nova Serrana parece comportar dessa forma, uma vez que os dados apresentados demonstram a majoritária participação de migrantes na composição do trabalho no segmento calçadista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Carvalho; MACHADO NETO, Alfredo José. **A internacionalização da indústria calçadista francana**. Revista de Administração Mackenzie, v. 9, n. 8, p. 88-111, nov./dez. 2008.

ARANGO, Joaquín. **La Explicación Teórica de Las Migraciones: Luz Y Sombra**. In: Migración y Desarrollo, n.1, out. 2003.

ARANGO, Joaquín. **Las Leyes de las Migraciones de E. G. Ravenstein, cien años después**". Revista Española de Investigaciones Sociales (REIS), n. 32. p. 7-26, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS- ABICALÇADOS. Brazilian Footwear: **Indústria de calçados do Brasil 2011**. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. - ABICALÇADOS. **Exportação brasileira de calçados – janeiro a julho de 2013**. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/site/routines.php?action=downFile&caminho=../upload/site_inteligencia/arquivo_Mzgw13759894470.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

FAZITO, Dimitri Almeida Resende. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. Tese (Doutorado em Demografia) 204p. Universidade Federal de Minas Gerais. 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS. **Arranjo produtivo local: um acordo em que todos ganham**. FIEMG, Belo Horizonte, 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS. **Indústria Calçadista: diagnóstico do arranjo produtivo de Nova Serrana**. FIEMG, Belo Horizonte, 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS; INSTITUTO EUVALDO LODI; SINDICATO INTERMUNICIPAL DA INDÚSTRIA DO CALÇADO DE NOVA SERRANA. **Diagnóstico da Indústria Calçadista de Nova Serrana – 2009**. Belo Horizonte, 2009, 52 p.

FERREIRA, Luís Henrique Silva; CAETANO, André Junqueira. **Mercado de trabalho e informalidade no setor calçadista: um estudo comparado entre três municípios brasileiros nos anos 2000 e 2010**. Trabalho & Educação, v. 24, n. 3, p. 203-219, 2015.

IBGE. Microdados da amostra do Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Microdados da amostra do Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. SIDRA. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

IBGE. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao.shtm>. Acesso em: 07 out. 2011.

LEE, E. S. (1966). **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.

LEÓN, Amparo Micolta. **Teorías y conceptos asociados al estudio de lãs migraciones internacionales**. Revista del Departamento de Trabajo Social, n.7, p. 59-76, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia. 2005.

LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Isabel Cristina Ferreira; ARAÚJO, Iara Maria. **Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará**. Caderno CRH, Salvador, v.24, n.62, p.367-384, 2011.

MASSEY, D. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. New York: Oxford University Press, 1998.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado: A indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva**. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006, 304p.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: SOCIUS Working Papers, n.11, 2004.

PIORE, M. **Birds of passage: Migrant labor in industrial societies**. Cambridge, Cambridge University Press, 1979, 240 p.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 20 mai. 2013.

SANTOS, M; BARBIERI, A; CARVALHO, J; MACHADO, C. **Migração: Uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Texto para discussão n.398, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SUZIGAN, Wilson ET. AL. **A Indústria de Calçados de Nova Serrana (MG)**. Nova Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 15, p. 97-116, 2005.

TAYLOR, J. E. **Theories of International Migration: a Review and Appraisal**. Population and Development Review, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL

Eduardo Fernandes Marcusso

Universidade de Brasília

Brasília – DF

KEY-WORDS: Beer; Territory; Development

1 | INTRODUÇÃO

RESUMO: Tanto a produção de cerveja como a número de cervejarias no Brasil vem crescendo na última década e essa mudança vem provocando diversas transformações econômicas, sociais e territoriais. A partir desse panorama o trabalho busca identificar os chamados territórios da cerveja, por meio da concentração da produção, seu lastro histórico com a cerveja e a articulação local para o desenvolvimento territorial. São observados, também, os processos de territorialização da cerveja.

PALAVRAS-CHAVE: Cerveja; Território; Desenvolvimento

ABSTRACT: Both the beer production and the number of breweries in Brazil has been increasing in the last decade and this change has provoked diverse economic, social and territorial transformations. From this overview this work seeks to identify the so-called territories of beer, through the concentration of production, its historical origin related with beer and local articulation for territorial development. The processes of beer territorialization is also covered in this paper.

A cerveja está no cotidiano do brasileiro, porém nos últimos anos estamos assistindo grande avanço na sua produção e no número de cervejarias pelo Brasil, provocando novas relações locais, mudanças socioeconômicas e espaciais.

A partir desse panorama este trabalho busca identificar os territórios da cerveja, por meio de dados do Relatório Anual de Informações Sociais-RAIS do Ministério do Trabalho-MT, que recolhe os dados da atividade trabalhista e das empresas registradas em todo o país e do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários-SIPEAGRO, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA, que registra online as empresas neste ministério.

O setor cervejeiro apresenta nova tendência de pequenas cervejarias alterando as dinâmicas territoriais. A territorialidade nos territórios da cerveja sofre os processos de globalização e as relações em rede expressam novas formas de tecnificação do território.

As formas acima descritas têm impactos na organização entre os agentes transformando

os territórios em fio condutor das estratégias de desenvolvimento.

2 | O TERRITÓRIO DA CERVEJA: PRODUÇÃO, HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

2.1 A metodologia de identificação dos territórios da cerveja

A produção de cerveja no Brasil é representativa mundialmente sendo em 2015 a terceira com 139 milhões de hectolitros (SICOBÉ, 2015), atrás apenas dos China (472 milhões) e dos EUA (224 milhões) e a frente da Alemanha (96 milhões) e da Rússia (78 milhões) (BARTH-HASS, 2015).

No cenário nacional o setor mostrou grande avanço nos números de cervejarias que saltou da casa das 200 em meados de 2006 para quase 400 dez anos depois, com maioria de cervejarias menores (RAIS, 2016; SIPEAGRO, 2016).

Os dados da RAIS e do SIPEAGRO são os indicadores da localização da produção, contudo a simples existência de uma fábrica de cerveja não determina um território da cerveja. Esta denominação é adotada para representar os locais de produção de cerveja no Brasil com lastro histórico e com articulação local para o desenvolvimento. Para melhor caracterização dos territórios da cerveja construímos a matriz metodológica (ELIAS, 2013) que organiza os temas, processos, variáveis, lista de indicadores e fontes de dados.

QUADRO 1: Matriz Metodológica		
TEMA: Produção de Cerveja		
Processo: A produção e as cervejarias na formação dos territórios da cerveja		
Variável	Lista de Indicadores	Fonte de Busca
Municípios com cervejarias mais antigas	Histórico da criação de cervejaria segundo estados e município	Bibliografia Específica
Número de Cervejarias	Evolução do número de cervejarias segundo município, UF e microrregião - 2000, 2010, 2015	RAIS /MT
Número de Cervejas	Evolução do número de cervejas registradas no MAPA, segundo UF - 2000,2010,2015	SIPEAGRO/MAPA
TEMA: Desenvolvimento Territorial		
Processo: As formas de articulação local para o desenvolvimento		
Número de entidades representativas do setor	Evolução do número de entidades representativas (associações, sindicatos, etc.)	Documentos oficiais e Sites
Número de empregos formais no setor	Evolução dos empregos formais no setor por município, UF e microrregião - 2005, 2010, 2015	RAIS/MT
Número de eventos culturais	Crescimento no número de eventos de seus públicos	Documentos oficiais e Sites
Número de Instituições de Ensino ligadas à Cerveja	Criação de Escolas e Cursos técnicos e de nível superior	MEC/Instituições Privadas

Fonte: Elaborado a partir de ELIAS, 2013.

2.2 A caracterização numérica dos territórios da cerveja

Os territórios da cerveja têm sua primeira caracterização a partir do número de cervejarias por meio dos dados da RAIS e rótulos de cervejas por meio dos dados do SIPEAGRO, tendo a evolução de anos e diferentes escalas geográficas.

QUADRO 2: A Evolução das Cervejarias e Cervejas									
2000				2010			2015		
Estados		Nº	Estados		Nº	Estados		Nº	
São Paulo		36	São Paulo		44	São Paulo		67	
Rio Grande do Sul		17	Rio Grande do Sul		25	Rio Grande do Sul		59	
Bahia		11	Rio de Janeiro		20	Santa Catarina		39	
Rio de Janeiro		9	Santa Catarina		17	Minas Gerais		36	
Paraná		9	Goiás		16	Paraná		32	
Microrregião		Nº	Microrregião		Nº	Microrregião		Nº	
Salvador		9	Porto Alegre		10	Porto Alegre		22	
São Paulo		8	Rio de Janeiro		9	Belo Horizonte		15	
Porto Alegre		8	Goiânia		9	Curitiba		12	
Rio de Janeiro		6	Campinas		8	Blumenau		12	
Campinas		6	Belo Horizonte		7	Caxias do Sul		10	
Número de cervejas registradas em 2015 por Estados									
MS	PA	ES	PE	RJ	MG	SC	PR	RS	SP
9	13	14	18	32	35	177	265	313	453
Número de cervejas registradas em 2010 por Estados									
MA	PA	RJ	RS	PE	RO	BA	PR	SC	SP
6	6	6	9	11	12	16	28	41	44
Número de cervejas registradas em 2000 por Estados									
MG	MT	PI	SC	AM	GO	RS	PR	SP	RJ
2	2	2	2	3	3	5	6	11	16

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e SIPEAGRO

Podemos verificar o Brasil vive uma expansão significativa no número de cervejarias e lançamentos de rótulos, sendo eixo Sul-Sudeste predominante tanto na escala dos estados quanto na da microrregião e no número de cervejas registradas.

Destaque-se o estado de São Paulo em toda a análise temporal, porém quando olhamos para as microrregiões Porto Alegre se mostra com uma evolução mais rápida, sendo a localidade com mais cervejarias do país. Confrontando com os dados de lançamento de cervejas, SP ainda lidera, seguido do RS, SC, PR, MG, RJ, sendo que fora do eixo Sul-Sudeste temos destaque para a BA, PE e PA.

Após a exposição dos dados podemos identificar os locais de concentração da produção cervejeira no país, porém nossa análise não se limita apenas em números e buscamos fazer uma ponte histórica com o passado para vincular os locais de produção hoje com os dos primórdios da produção de cerveja no Brasil.

2.3 A cerveja em terras tupiniquins e a formação da uma cultura cervejeira

As primeiras cervejas foram trazidas ao Brasil pela Companhia das Índias Orientais quando da invasão holandesa de Maurício de Nassau no Nordeste na primeira metade do século XVII. A primeira cervejaria das Américas foi por eles construída em 1637 na cidade de Recife-PE, porém após a expulsão dos flamengos essa cultura se perdeu (SANTOS, 2004). A cerveja só foi retomada quando D. João VI veio em 1808, fugindo das invasões napoleônicas e trouxe alguns tonéis de sua bebida preferida, a cerveja. Foi no Rio de Janeiro que se tem a primeira notícia documentada de produção de cerveja em 1836 (HOAUISS, 1986).

Um dos primeiros atos da coroa portuguesa no Brasil foi a abertura dos portos as nações amigas, e nesse caso entenda-se Reino Unido. Neste período a comercialização da cerveja aumenta bastante, sobretudo através dos imigrantes ingleses que culturalmente já a tinham como parte de sua dieta alimentar, contudo as grandes taxações do governo em 1896 e a limitação das importações em 1904 fizeram declinar as cervejas importadas e decolar as nacionais (SANTOS, 2004).

Neste período do final do século XIX a vinda de imigrantes para o país e a política de incentivo à indústria nacional da década de 1880 provocaram o primeiro surto de industrialização e conseqüente processo de substituições das importações. Apesar da produção de cerveja ser quase toda nacional na década de 1890 a importação de malte e lúpulo (principais matérias primas da cerveja) e o maquinário para a indústria ficou mais difícil neste período (LIMBERGER, 2013).

Um dos pontos mais importantes para a disseminação da cultura cervejeira, a expansão das fábricas de cerveja e de seu consumo, foi a imigração europeia largamente, concentrada no centro-sul do país. Os alemães tiveram destaque com o emprego de técnicas especializados da tradicional escola alemã de cerveja, o malte e lúpulo quase todo importado da Alemanha e Áustria (SUZIGAN, 1975).

Na pesquisa pelas primeiras fábricas de cerveja no Brasil vemos a nítida ligação entre as bebidas e os imigrantes. A seguir estruturamos quadro com os nomes dos proprietários das cervejarias e a localidade com datas de 1836 até 1900.

QUADRO 3: Os proprietários de Cervejarias no século XIX e sua descendência européia		
Proprietário	Estado	Cidade
André MODENESI; Gustavo SCHMIDT	ES	Ibiraçu; Vitória
Nicolai NEISS; Carlos BOPP; Wilhem BECKER; Frederico CRISTOFFEL; Gegorg Heinrich RITTER; Paul ZSCHOERPER; Gustavo JAHN; Pedro RUSCHEL; Leopoldo HAERTHEL; Karl e Fredrich RITTER	RS	São Vendelino; Porto Alegre (3); Nova Petrópolis; São Bento do Sul; São João de Montenegro; Feliz; Pelotas (2)
Antonio RIGOTTI; Carlo FORNACIARI; Carlos STIEBLER; Frederico WINTER; José WEISS; Martin KASCHER, Francisco e Antonio FREEZ; Sebastian KUNZ; Silvio e Salvador GIUBILEI; Norbert Van Der KAMP	MG	Pouso Alegre; Belo Horizonte; Juiz de Fora (4); São Sebastião do Paraíso; Leopoldina
Friedrich METZENTHIN; João LEITNER	PR	Ponta Grossa; Curitiba

Henri Joseph LEIDEN	PE	Recife
Natal FABBRI; Antonio De PALMA e Pascoal GARGARO; Biagio e Ricardo GINI; Angelo FRANCESCHINI; Vittário e Adelema BORETTI; Quatro BERTOLDI e Salvatore LIVI; Augusto MOJOLA; Henrique STUPAKOFF; Luis BÜCHER; Paulo SCHMIDT e Frederico FAUST; Vitor NOTHMAN; Jean-Jacques OSWALD	SP	Brodowski; Campinas (3); Itapira; Ribeirão Preto; Jundiaí São Paulo (5)
Pedro VERMA e Roberto BACHMANN; Carl RISCHBIETER; Henrich FELDMANN; Heinrich HOSANG; Alfred TIEDE; Albrecht SCHMALZ	SC	Canoinhas; Blumenau (3); Joinville (2)
Albano De BEAUCLAIR; George GRUNER e Otto Emil MULLER; Pedro GERHARDT; Carlos KRIGER; Joaquim CHIDAL; Thimóteo DURIER; VOEGELIN & BAGER; João BAYER; Henrique LEIDEN; Carlos REY e Luiz Augusto CHEDEL; Jacob NAUERTH ; Henrique KOECHLER; Joaquim CHIDAL; Frederico EPPELSHEIMER; Carlos BERNSAU; João HEIB; João Henrique CASPARY; Joseph VILLIGER; Preiss HAUSSLER	RJ	Nova Friburgo; Niterói; Petrópolis (4); Rio de Janeiro (13)

Fonte: Elaborado a partir de COUTINHO, C. A. T. A história da cerveja no Brasil. Disponível em: <http://www.cervisiafilia.com.br>. Acesso em: 23/04/2017

O quadro mostra apenas os proprietários estrangeiros ou descendentes de imigrantes, sendo que havia muitas fábricas de proprietários nacionais. Outra ressalva é a dificuldade de coleta relatada pelo autor.

Afirmamos, então, que os dados supracitados não são completos e apresentam lacunas. No entanto, há um esforço para caracterizar de forma mais gerais do cenário da produção de cerveja no Brasil no século XIX e a ligação da produção de cerveja com a cultura trazida pelos imigrantes.

Dessa forma podemos verificar que o desenvolvimento do setor cervejeiro está fundamentalmente ligado às áreas de concentração de imigrantes, sobretudo alemães (LIMBERGER, 2013). A migração trouxe uma significativa divisão social do trabalho e conhecimento que impulsionaram o desenvolvimento e a diversificação de indústrias de pequeno porte, como fábricas de cerveja (ROCHE, 1969).

Atualmente existem vários fatores que demonstram o avanço da cultura cervejeira no Brasil. Podemos citar o crescente número de escola de cerveja, hoje 9 em 4 quatro estados, além de instituições de ensino que tem cursos de cerveja como o Senac e a FGV em SP, o Senai no RJ e a Universidade Positivo no PR.

Um dos veículos de maior alcance para divulgação da cultura cervejeira são os blogs. No Brasil existem mais de 200 blogs sobre cerveja, seja inteiramente sobre ela ou associados à gastronomia (BELTRAMELLI, 2014).

Para se limitar apenas aos três maiores eventos de cerveja no Brasil temos em março o Festival da Cerveja em Blumenau-SC e em outubro o Mundial de la Bière no Rio de Janeiro-RJ, tendo públicos de mais de 40 mil pessoas por evento. O maior evento cervejeiro é a Oktoberfest de Blumenau que teve sua primeira edição em 1984. A versão brasileira da festa da Baviera é a maior fora da Alemanha e em 11 dias de festa, em 2016, foram mais de 300 mil pessoas no Parque Vila Germânica, na capital nacional da cerveja.

Uma importante contribuição à cultura cervejeira no país é dada pelas AcervAs, Associações de Cervejeiros Caseiros. Esses grupos constituíram sua primeira instituição no Rio de Janeiro em 2006 e hoje totalizam 17 estados.

Além dessas características existem muitas lojas, franquias e clubes de assinaturas de cervejas em todo o país mostrando a expansão, de um lado, do mercado cervejeiro e, do outro, da cultura da cerveja no Brasil.

2.4 O desenvolvimento territorial da cerveja

A análise do desenvolvimento territorial extrapola a verificação apenas de dados e busca reconhecer como o território se articula entre seus agentes para se desenvolver. Essa perspectiva parte da visão da construção do território local no desenvolvimento nacional frente aos processos de globalização (VEIGA, 2002).

Um dos principais debates sobre o desenvolvimento é seu caráter local-global e o principal desafio de suas estratégias é identificar e valorizar o potencial local (PECQUER, 2000). A tecnificação dos territórios (SANTOS, 1994) junto da organização dos agentes locais, transforma os territórios em fio condutor do desenvolvimento (DALLABRIDA; BECKER, 2003; ABRAMOVAY et al, 2010).

Sendo assim podemos conceituar o desenvolvimento territorial como uma “ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais” (PIRES, et al., 2006, p. 448).

A partir dessa premissa buscamos identificar as associações locais, regionais e nacionais do setor cervejeiros. Neste cenário temos o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja-SINDCERV que é a mais antiga instituição no setor fundada na década de 1950. Atualmente a maior instituição é a Associação Brasileira da Indústria da Cerveja-CERVBRASIL, fundada em 2012 e que reúne as quatro maiores fabricantes da bebida no país (Ambev, Brasil Kirin, Grupo Petrópolis e Heineken Brasil) que respondem por cerca de 96% do mercado .

A maior representação dos pequenos iniciou em 2008 com a criação da primeira organização estadual, a Associação das Microcervejarias de Santa Catarina-ACASC, em 2012 a PROCERVA-Associação das Microcervejarias do Paraná e em 2013 foi criada a Associação Gaúcha de Microcervejarias-AGM. Após a representatividade dos estados do Sul surgiu, em 2013, a Associação Brasileira das Microcervejarias e Empresas do Setor Cervejeiro-ABRACERVA. Por fim, em 2015 a Associação Paulista de Cerveja Artesanal. Como se pode notar existe clara distinção de representação e poder entre as grandes e pequenas cervejarias.

Os empregos formais gerados pelo setor fornecem uma visão do impacto nos estados e nas microrregiões. Os dados da RAIS foram coletados de 2000, 2010 e 2015 para verificarmos a evolução do número de empregos. O estado de SP aparece como maior gerador de empregos com números crescentes (6575; 8752 e 11695) seguido o RJ (3223; 4685 e 5089). Fora do eixo Rio - São Paulo, temos, como destaque, o

estado de PE (669; 1620; 2128) e da BA (1378; 1713; 2096).

Na outra escala geográfica quem lidera é a microrregião do Rio de Janeiro com mais de 2000 empregos em toda série histórica, o interior de São Paulo surge com 4 microrregiões (Campinas; Tatuí; São José dos Campos; Sorocaba) com mais de 1500 vínculos no setor no último levantado e aparecendo em toda análise temporal. Outro destaque são as microrregiões do nordeste (Itamaracá 1611; Alagoinhas 1307; Aglomeração Urbana de São Luís 910; Belém 860) que vêm crescendo na participação de geração de empregos, sobretudo no ano de 2015.

Podemos ver que esses números esboçam o forte impacto que as grandes empresas provocam nos espaços devido ao seu tamanho e volume de produção. Apesar das pequenas cervejarias empregarem 15 vezes mais que as grandes cervejarias a cada hectolitro de cerveja devido a questões tecnológicas e de investimento no montante final as grandes empregam muito mais (CERVBRASIL).

Após todos esses encadeamentos de ideias podemos identificar os territórios da cerveja fazendo um exercício escalar. Para tal, não podemos deixar de levar em consideração que ao se realizar um recorte de análise automaticamente temos uma escolha da escala geográfica, logo, a eleição de uma escala pressupõe um recorte territorial dotado de um significado explicativo (CASTRO, 2014).

A escolha final da escala dos territórios da cerveja levou em consideração as relações em rede que os territórios estabelecem (CASTELLS, 1999), sendo assim a melhor forma de representar os territórios da cerveja é a partir da microrregião. Essa escala se mostra representativa para os fenômenos em tela, pois admite uma relação de intermediação entre a escala dos municípios e a escala da UF. Essa escala foi usada na obtenção dos dados e na caracterização dos territórios da cerveja, porém outras formas de representar esse fenômeno serão utilizadas.

Os territórios da cerveja, então, são aquelas microrregiões que têm a concentração da produção, lastro histórico e uma maior articulação dos principais agentes envolvidos na rede de produção com implicações para o desenvolvimento territorial. Cartograficamente a imagem a seguir traz um mosaico considerando a ideia da expansão do meio técnico-científico informacional no território nacional com enfoque na chamada região concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Nesse exercício escalar o mapa traz os municípios destacados e não as microrregiões, isso para pontuar melhor a localização das cervejarias, porém os municípios tiveram seus territórios alargados em tamanho para expressar as relações em rede que possuem e melhor representar o fenômeno.

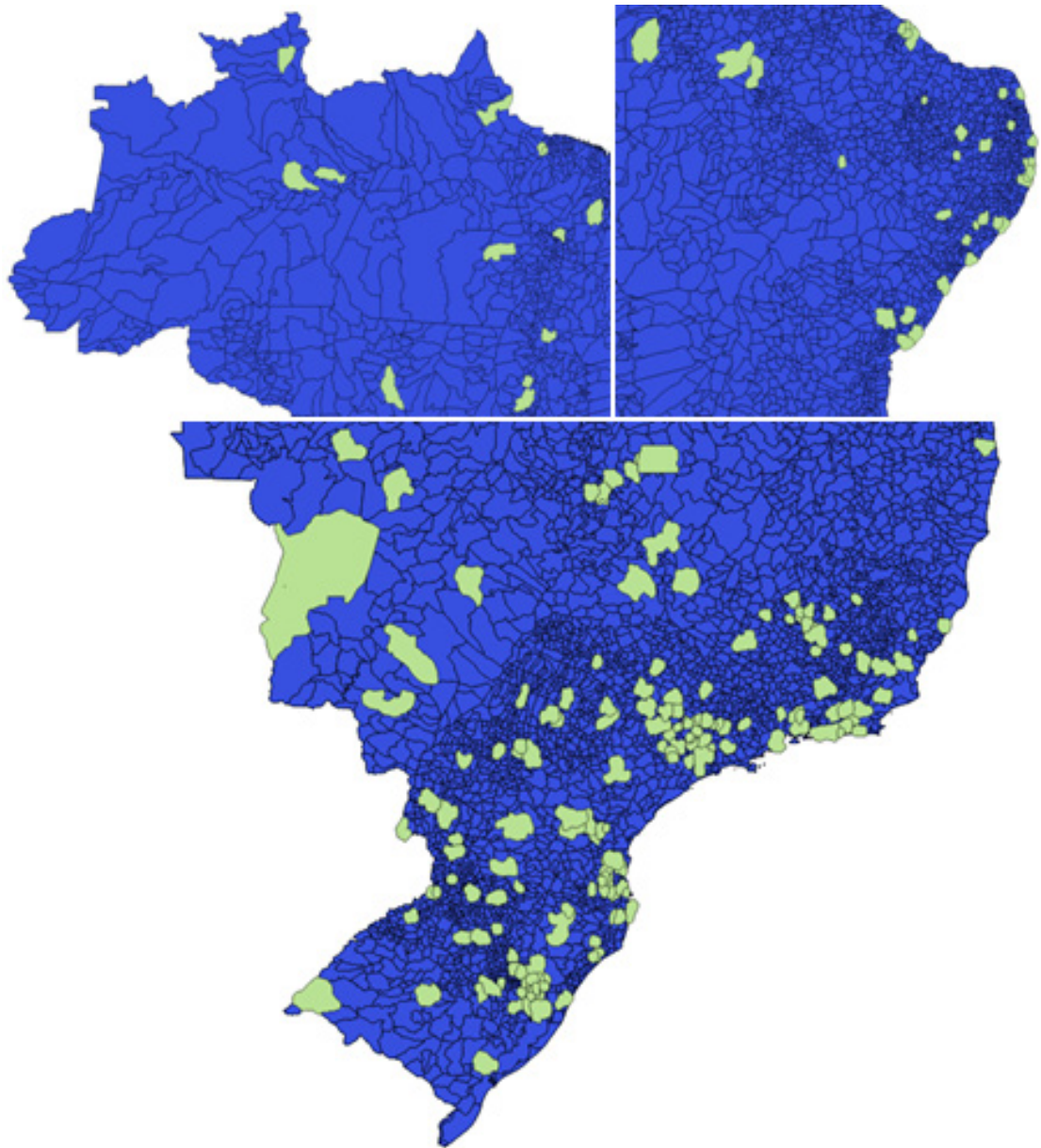


IMAGEM 1: Mosaico de regiões e municípios com cervejaria no Brasil em 2015

Fonte: Elaboração própria utilizando dados da RAIS e o software QGIS

Como podemos notar a espacialização por municípios mostra a importância da microrregião na ideia dos territórios da cerveja. Na região concentrada fica evidente núcleos na microrregião de Porto Alegre (22 cervejarias nos dados da RAIS), Belo Horizonte (15), Curitiba (12), Blumenau (12), Caxias do Sul (10), Gramado-Canela (9), Serra (7), Rio de Janeiro (7), São Paulo (7) Ribeirão Preto (6), Piracicaba (6), Campinas (6), Vale do Paraíba Fluminense (5), Jundiaí (5), Joinville (5), Florianópolis (5).

Fora da região concentrada existe a formação de um arco no litoral nordestino com Recife (4), Fortaleza (3), Salvador (3), Itamaracá (3), o eixo Brasília (4) - Goiânia (9) e pontos mais isolados no Centro-Oeste e Amazônia, Manaus (5), Belém (5), e Cuiabá (3), porém como não contém lastro histórico e processos de desenvolvimento territorial podem ser considerados os novos territórios da cerveja.

3 | OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO/TERRITORIALIDADE NA CERVEJA

Atualmente a globalização por meio dos fluxos intensos promove a fuga do território enquanto identidade, este processo desterritorializa tudo o que encontra pela frente ressignificando os territórios (IANNI, 2002). As interações entre o local e global e as articulações expandidas dos territórios locais em relação à economia mundial são complementares e são designados de “glocalização” (BENKO, 2001).

Enquanto os processos globais “implantam-se” no local, ao mesmo tempo, o local pode globalizar-se (HAERSBAERT, 1999). Com efeito não há desterritorialização sem reterritorialização, tratando-se de movimentos indissociáveis, este é o mito da desterritorialização (HAESBAERT, 2006).

A cerveja enquanto elemento econômico, cultural e social pode sofrer os processos de territorialização. Um bom exemplo é quando se toma uma Budweiser, marca mais valiosa de cerveja do mundo, o global se coloca no local, ou seja, a cerveja se desterritorializa. Neste momento se entra em uma rota de fuga do território onde se está inserido e se transporta para um território internacional, os laços de identificação são diminuídos e as relações com o global aumentam.

Do outro lado, quando se toma uma cerveja artesanal de sua região, é o local que se sobrepõe, os agentes de promoção dessa cerveja são os que vivem no seu território e não estão em salas refrigeradas a quilômetros de distância cuidados das marcas internacionais. Quando se bebe uma cerveja local podemos conhecer a fábrica, as pessoas que lá trabalham, até conhecer o cervejeiro. Existe um velho ditado alemão: a melhor cerveja é aquela que você bebe olhando para a chaminé da fábrica, mostrando o enraizamento cultural e a (re)territorialização da cerveja.

A territorialidade pode ser considerada como a qualidade que o território adquire conforme sua utilização ou apreensão, com efeito a vida cotidiana produz territórios e territorialidades (SAQUET, 2010). A territorialidade expressa como as pessoas se utilizam, organizam e dão significado ao território (HAESBAERT, 2007).

As relações sociais e as atividades diárias que as pessoas têm com o espaço, produzem identidades no cotidiano, constituindo o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado lugar (SAQUET, 2006). Dessa forma a territorialidade não necessita de um território efetivamente material e pode ser uma construção simbólica (HAESBAERT, 2006).

Essas ideias dão suporte teórico aos territórios da cerveja enquanto locais de identidade de grupo de pessoas ligadas à cerveja, que estão conectadas ao mercado cervejeiro e/ou tem ações de hobby, lazer e turismo cervejeiro.

4 | CONCLUSÃO

Observando o cenário da cerveja no Brasil e no mundo podemos concluir que a expansão do setor se dá pelas grandes no lado do volume de cerveja e pelas pequenas

no lado da quantidade de cervejarias. Diante desse processo nossa metodologia pode identificar e caracterizar os territórios da cerveja.

Os territórios da cerveja possuem uma concentração de produção cervejeira e ligações históricas com o setor que promovem relações identitárias com o local e o surgimento de articulações internas para o desenvolvimento territorial.

A concentração da produção está na região concentrada e podemos fazer o regaste histórico das primeiras cervejarias também nestas localidades, tendo muitas cidades que mantiveram a produção e foram desenvolvendo a cultura cervejeira ao longo do tempo, criando os locais de identidade, os territórios da cerveja.

Essas dinâmicas são alteradas pelos processos da globalização provocando diferentes formas de territorialidades. Desse modo, os territórios da cerveja podem ser mais ligados às questões identitárias locais ou aos rumos da globalização, porém sempre considerando a indissociabilidade dos processos de territorialização.

Por fim concluímos que os territórios da cerveja, enquanto locais de concentração da produção com lastros históricos, podem ser considerados vetores do desenvolvimento territorial pelas articulações locais em torno da cerveja.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares.

Sociologias. Porto Alegre, ano 12, n. 24, mai./ago. 2010.

BARTH-HASS. **The Barth Report**. HOPS 2015/2016. Germain Hansmaennel. 2015. Disponível: http://www.barthhaasgroup.com/images/mediacenter/press_release/pdfs/692/barthreport2015-2016en.pdf. Acesso em: 01/12/2016.

BELTRAMELLI, M. **Cerveja, brejas e birras**: um guia completo para a desmistificar a bebida mais popular do mundo. São Paulo: Yeda, 2014.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. Interações, **revista internacional de desenvolvimento local**, v. 1, n. 2, p. 7-12, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. **Sistema de Controle de Bebidas (SICOBE)**. 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema Eletrônico Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO)**. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVBRASIL - Associação Brasileira da Indústria da Cerveja. **Anuário**, 2016.

DALLABRIDA, V.; BECKER, D. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**, ano 1, n.2, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- _____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**, UFF, v.9, n.17, 2007.
- _____. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, UFF, v.1, n.1, 1999.
- HOUAISS, Antonio, **A Cerveja e seus Mistérios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986.
- LIMBERGER, S. O setor cervejeiro no Brasil: gênese e evolução. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas** (FURG), v.6, n.1, 2013.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, Revue et Augmentée, 2000.
- PIRES, E.L.S; MÜLLER, G; VERDI, A. R. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento Preliminar dos Aspectos Teóricos e Morfológicos. **Geografia**. Rio Claro, v.31, n.3, p.437-454, 2006.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: E. Globo, 1969.
- SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, UFF, ano 08 , n. 15, p. 71-85, Jun. 2006.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, S. de P. **Os Primórdios da Cerveja no Brasil**. Cotia: Ateliê, 2004.
- VEIGA, J. E. da. A face territorial do desenvolvimento. **Interações**. Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL

Everlane Suane de Araújo da Silva

Professora Adjunta do Departamento de Estatística da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa–PB

Neir Antunes Paes

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa–PB

RESUMO: A mortalidade infantil é considerada como um dos principais indicadores de saúde, que reflete a qualidade de vida de uma população. O Brasil já alcançou a meta de redução da Taxa de Mortalidade Infantil proposta pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no entanto algumas áreas do País ainda apresentam níveis elevados deste indicador, como a do Semiárido. Esta região apresenta indicadores de desenvolvimento precários, é a maior beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e possui uma ampla rede de serviços da Estratégia Saúde da Família (ESF). Teve-se como objetivo principal avaliar o impacto destes programas governamentais sobre a mortalidade infantil da região Semiárida brasileira, no período 2004-2010. Aplicou-se o modelo de regressão linear multivariado de dados em painel com efeitos fixos utilizando a Taxa de Mortalidade Infantil como variável

dependente. Como independentes: PBF, ESF e variáveis demográficas e socioeconômicas. A modelagem revelou que as ações públicas do PBF, ESF e uma maior cobertura de consultas de pré-natais, bem como a redução dos níveis da fecundidade contribuíram com decréscimos nos níveis da mortalidade infantil do Semiárido brasileiro. Para a manutenção do quadro de redução fazem-se necessárias intervenções relacionadas à redução do analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais e uma maior atenção às condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos domicílios. As evidências estatísticas foram claras ao detectar a importância motivada pelas ações públicas, que objetivam auxiliar o combate de dois agravos importantes no País: pobreza e elevados níveis de mortalidade infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Mortalidade infantil; Programa Bolsa Família; Estratégia Saúde da família; Semiárido brasileiro.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a década de 1950 se observa tendência à queda da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) em todo o mundo (BRASIL, 2012). No Brasil, a redução se intensificou a partir da década de 1960, quando apresentava uma média nacional de 117,0/1000 nascidos vivos,

decrecendo para 50,2 na década de 1980 e para 16,70 em 2010 (CARMO et al., 2003; BRASIL, 2013).

Estudos relacionados às tendências de mortalidade, particularmente a mortalidade infantil, são importantes aportes para o monitoramento das ações de prevenção, pois, evidenciam problemas existentes e emergentes, fortalecendo a necessidade crescente de debates e intervenções nestas áreas.

A literatura tem apontado associações entre a mortalidade infantil e um conjunto de fatores como condições biológicas infantis e da mãe (baixo peso ao nascer, atraso no crescimento intra-uterino, paridade, idade da mãe, intervalo entre partos etc.); condições ambientais (acesso à água potável e saneamento básico adequados, poluição, acessibilidade da população aos serviços de saúde etc.) e, fundamentalmente, as relações sociais que organizam a vida das pessoas (emprego, moradia, renda, nível de informação, proteção social, etc.) (DUARTE, 2007).

A diminuição das desigualdades sociais e regionais contribuiu para a formação do quadro atual de baixa na mortalidade infantil e de maior convergência dos níveis entre as regiões. Todavia, ainda há um longo caminho a percorrer para que o Brasil se aproxime dos níveis das regiões mais desenvolvidas do mundo, em torno de cinco óbitos de crianças menores de um ano para cada 1000 nascidas vivas (BRASIL, 2014).

Os Programas de transferência condicional de renda foram criados para romper o ciclo intergeracional da pobreza, fornecendo uma fonte de renda regular mínima para famílias pobres que é “condicional” em seu investimento na saúde e educação de seus filhos (AMIE SHEI, 2013). O Programa Bolsa Família (PBF) do Brasil criado em 2003, um dos maiores programas de transferência condicional de renda do mundo, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Os benefícios são específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e lactantes (BRASIL, 2014a).

A Estratégia Saúde da Família (ESF), criada pelo Ministério da Saúde (MS) em 1994, faz parte da reorganização da atenção *básica à saúde* no Brasil, em especial à saúde da família. A ESF incorpora e reafirma os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo aumentar o acesso da população aos serviços de saúde, trazendo longitudinalidade e integralidade na atenção prestada aos indivíduos e aos grupos populacionais (ALVES; AERTS, 2011). A ESF atua em paralelo com o PBF e tem sido apontada também, como um importante redutor da mortalidade infantil (RASELLA, 2013; GUANAIS, 2013).

Entre as regiões semiáridas do mundo, a do Brasil é a maior em termos de extensão (982.563,3 km²) e de densidade demográfica (23,06 hab./km²), abrangendo 1.133 municípios (BRASIL, 2015). Por se constituir numa região (Figura 1) com características específicas e distintas do restante do País, profundamente afetada por fenômenos climáticos e com importantes fragilidades socioeconômicas para a maior parte da sua população, a questão da mortalidade infantil adquire relevância especial. Particularmente, por ser uma das maiores beneficiárias do PBF e da ESF.

Neste contexto, ao considerar a necessidade de entender os fatores intervenientes na TMI e a escassez de estudos ligados à temática para esta região, teve-se como objetivo principal avaliar o impacto dos programas governamentais (PBF e ESF) sobre a mortalidade infantil da região Semiárida brasileira, no período 2004-2010. Os resultados do estudo foram apresentados no VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

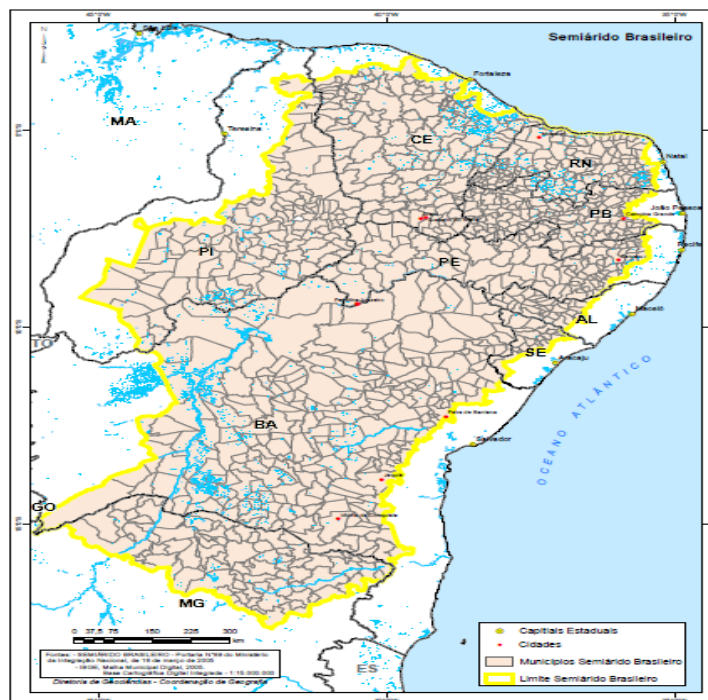


Figura 1- Espaço geográfico do Semiárido brasileiro.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico longitudinal que fez uso dos microdados dos 1133 municípios do Semiárido brasileiro. Foi criado no software Office Excell versão 2010 um banco de dados em painel com observações anuais de 2004-2010, cujos dados foram extraídos de diversas fontes.

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) foi considerada como variável dependente. Este indicador foi obtido por estimativa indireta através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (BRASIL, 2003; BRASIL, 2013), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Embora possam ser colocadas restrições com relação à fidedignidade das estimativas da mortalidade infantil, elas foram consideradas como uma *proxy* satisfatória dos seus níveis.

As principais variáveis independentes, coberturas do PBF e da ESF foram levantadas por meio de fontes distintas. Os dados relacionados ao PBF foram obtidos no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). As informações permitiram o cálculo do indicador *percentual de cobertura do PBF em relação à população total do*

município. Através do endereço eletrônico do Ministério da Saúde (MS) foi acessada a *Cobertura da Estratégia Saúde da Família*, estimada pela razão entre o número de equipes de saúde da família (eSF) multiplicada por 3450 (número de pessoas que são designadas para cada equipe eSF) e a população residente no município, com limitador de cobertura de 100%.

Outras variáveis independentes foram selecionadas baseadas na literatura (AMIE SHEI, 2013; GUANAIS, 2013; RASELLA, 2013) e na disponibilidade dos dados. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (BRASIL, 2003; BRASIL, 2013) foi utilizado para obter a *Taxa de Fecundidade Total*, *Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)*, *Percentual de Pessoas em Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Inadequados*, *Percentual de Mães Chefes de Família sem Fundamental e com Filho Menor, no total de mães chefes de família* e *Percentual da População Urbana*. A *Cobertura de Consultas de Pré-Natal* (percentual de gestantes que fizeram 7 ou mais consultas de pré-natal) foi obtida a partir de informações do MS.

Algumas variáveis foram acessadas através dos bancos de dados relacionados aos Censos Demográficos de 2000 e 2010; para a obtenção dos valores intermediários (2004-2009) recorreu-se ao uso da interpolação linear e assumiu-se que o ritmo do comportamento destes indicadores foi linear no tempo.

A seleção de variáveis para compor o modelo ($p < 0,05$) foi realizada utilizando o processo stepwise. Assim, a variável *Percentual de Mães Chefes de Família sem Fundamental e com Filho Menor, no total de mães chefes de família* não foi incluída no modelo final.

Para a análise das relações entre a mortalidade infantil e os fatores associados foi utilizada a Regressão linear múltipla para dados em painel com efeitos fixos. Realizado o teste de especificação de Hausman para escolha do modelo adequado, efeitos fixos ou aleatórios, o primeiro foi o escolhido. Além do termo de erro, modelos por dados em painel com efeitos fixos incluem um segundo termo para controlar as características não observadas invariáveis no tempo, tais como: características socioculturais, históricas e geográficas de cada Município. Estes modelos permitem correlações entre o termo invariável no tempo e as variáveis independentes do modelo, tornando-se, em geral, mais robustos para a análise do impacto de intervenções (WOOLDRIDGE, 2005). O programa estatístico Stata versão 12.0 foi utilizado para o processamento e análise dos dados.

Para a concepção do estudo foram considerados os 1.133 municípios do Semiárido brasileiro indicados em maio de 2005 pelo Ministério da Integração Nacional. Em maio de 2018, a SUDENE (Ministério da Integração) divulga a atualização da região semiárida brasileira: “O Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do Semiárido foram aprovados pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017. A região estende-se por 1,03 milhão de

km² (12% da área do País) e atualmente congrega uma população de 27 milhões de pessoas (12% da população brasileira)”.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta os resultados das estatísticas descritivas dos indicadores utilizados para a modelagem (valor mínimo, valor máximo, média, mediana e desvio padrão) dos municípios da região Semiárida brasileira, para os anos 2004 e 2010.

Os valores médios e medianos dos indicadores apresentaram alterações no período do estudo (2004-2010). Os níveis da TMI baixaram ao longo do período, mas ainda são considerados elevados para os padrões internacionais. O menor valor observado em 2010, ainda não foi inferior a dois dígitos (13,4) para cada 1000 nascimentos e se contrapõe ao considerado aceitável pela OMS (MOREIRA et al., 2012).

Considerando a *Cobertura do PBF* em relação à população total do município, em 2010, foi observado um valor máximo de 84,6% e um mínimo de 24,3%. A cobertura média deste indicador passou de 38,1% (2004) para 54,3% (2010). Ao final de 2010, o PBF já havia atingido praticamente 13 milhões de famílias e a sua meta pré-fixada de cobertura de 11 milhões de famílias brasileiras (48.441.100 pessoas) já teria sido alcançada desde 2006 (BRASIL, 2015a).

As condicionalidades do PBF fortalecem a necessidade do atendimento básico à saúde dos grupos mais vulneráveis, com reflexos importantes na saúde da gestante e da criança. O PBF apoiou-se em redes de serviços já existentes para a sua sustentação, por exemplo, a utilização da ESF para cumprimento das condicionalidades da área da saúde pelos beneficiários.

Em 2010, a *Cobertura da ESF* já atingiu a totalidade (100%) para muitos municípios do Semiárido brasileiro. Por outro lado, alguns apresentaram uma lastimável cobertura de 0%. No entanto, houve importante avanço no período, cujo valor médio do indicador passou de 70,4% (2004) para 91,3% (2010).

Indicadores	Mínimo		Máximo		Média		Mediana		Desvio padrão	
	2004	2010	2004	2010	2004	2010	2004	2010	2004	2010
Taxa de Mortalidade Infantil (%)	18,9	13,4	74,3	45,4	39,6	26,3	39,0	25,2	7,8	5,6
Cobertura do PBF (%)	0,3	24,3	84,4	84,6	38,1	54,3	38,3	54,1	10,4	8,8
Cobertura da ESF (%)	0,0	0,0	100	100	70,4	91,3	86,3	100	34,9	17,1
Cobertura Cons. Pré-natal (%)	2,5	6,5	94,8	98,2	31,3	50,6	28,2	50,0	16,7	17,8
Taxa de Fecundidade Total	1,9	1,4	5,0	3,7	2,8	2,2	2,7	2,2	0,4	0,3

Taxa de Analfabetismo ($\geq 15^a$) (%)	11,9	9,1	50,6	44,4	32,8	27,8	32,7	27,7	6,4	5,8
Pessoas Dom. Abast. Ág. Esg. San. Inad. (%)	0,0	0,0	63,7	66,5	18,8	17,1	16,0	14,5	12,2	12,0
Mães Chef. Fam. S. Fund. Fil. Menor (%)	0,0	0,0	58,9	77,6	19,5	25,3	18,9	23,8	6,1	9,7
População Urbana (%)	8,1	8,9	99,8	97,9	49,2	52,8	48,1	52,4	18,9	18,3

Tabela 1- Valores mínimo, máximo, média, mediana e desvio padrão para os indicadores, Semiárido brasileiro, 2004 e 2010.

Fontes de dados básicos: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/FJP/IPEA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Saúde (MS).

A média e a mediana do indicador demográfico TFT revelaram um rápido declínio no período, cuja média passou de 2,8 para 2,2. O nível da fecundidade no Semiárido seguiu a mesma tendência de declínio observada para o Brasil. Para o ano 2010, o nível na região Semiárida quase atingiu o valor de reposição populacional, fixado em 2,1. Existe a crença de que famílias beneficiárias do PBF passariam a ter mais filhos, no entanto, Alves e Cavenaghi (2013) revelaram em estudo que este pensamento não é verídico. Argumentos nesta direção são defendidos por Jannuzzi e Pinto (2013), onde afirmam que mulheres beneficiárias do PBF ampliaram o uso de métodos contraceptivos, logo, contribuem com decréscimos na fecundidade.

O comportamento da TFT associa-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária (BRASIL, 2013).

As condições sociais e de saúde melhoraram durante o período (2004-2010) na região, sendo observadas taxas de analfabetismo médias em decréscimo de 32,8-27,8% e o percentual de pessoas com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados também apresentou queda (18,8-17,1%).

O valor máximo da variável *Percentual de Mães Chefes de Família sem Fundamental e com Filho Menor*, no total de mães chefes de família saltou de 58,9 para 77,6 no tempo observado. Ou seja, o valor máximo da razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família aumentou.

Os modelos de regressão linear com efeitos fixos (Tabela 2) fornecem os efeitos e interações dos programas governamentais (PBF e ESF) na mortalidade infantil, controlados por covariáveis sociodemográficas e da saúde. De acordo com o teste de Hausman, rejeitou-se os modelos com efeito aleatório (H_0); os modelos com efeito fixo explicaram melhor as variações na TMI.

Indicadores	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	Coefficiente	IC (95%)	P-valor		Coefficiente	IC (95%)	P-valor		Coefficiente	IC (95%)	P-valor	
Cobertura do Programa Bolsa Família (%)	-0,037	-0,044 -0,030	0,001		-0,038	-0,045 -0,030	0,001		-0,034	-0,041 -0,027	0,001	
Cobertura da Estratégia Saúde da Família (%)	-0,009	-0,019 0,001	0,089		-0,011	-0,022 -0,001	0,039		-0,012	-0,023 -0,002	0,020	
Cobertura Consultas de Pré-natal (%)	-0,023	-0,028 -0,018	0,001		-0,025	-0,031 -0,020	0,001		-0,025	-0,030 -0,020	0,001	
Taxa de Fecundidade Total	3,670	3,241 4,098	0,001		4,246	3,815 4,677	0,001		4,224	3,793 4,655	0,001	
Taxa de Analfabetismo (≥ 15 anos) (%)	1,644	1,589 1,700	0,001		1,807	1,754 1,860	0,001		1,803	1,751 1,856	0,001	
Pessoas Dom. Abast. Ag. Esg. San. Inad. (%)	0,042	0,025 0,059	0,001		0,029	0,011 0,046	0,001		1,029	0,012 0,047	0,001	
Mães Chef. Fam. S. Fund. Fil. Menor (%)	-0,210	-0,236 -0,185	0,001		-	-	-		-	-	-	
População Urbana (%)	0,033	0,017 0,050	0,001		0,029	0,012 0,045	0,001		-	-	-	
ESF x ESF	0,000	-0,000 0,000	0,095		0,000	0,000 0,000	0,047		0,001	0,000 0,001	0,026	
R ² (<i>within</i>)		0,838				0,832				0,832		

Tabela 2- Modelo de regressão a efeitos fixos para a associação entre a Taxa de Mortalidade Infantil e indicadores selecionados para os municípios do Semiárido brasileiro, 2004-2010.

Fontes de dados básicos: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/FJP/IPEA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Saúde (MS).

O R² (*within*) dos três modelos com efeitos fixos foram considerados bastante satisfatórios (83,2%). O modelo 1 apresentou uma incipiente vantagem, mas, por outro lado, indicou que a variável Cobertura da Estratégia Saúde da Família deveria ser retirada do modelo assumindo uma significância $p < 0,05$. Já que vários estudos confirmam o impacto positivo da ESF sobre a redução da mortalidade infantil (GUIMARÃES; ALVES; TAVARES, 2009; AQUINO; OLIVEIRA; BARRETO, 2009; AMIE SHEI, 2013; GUANAIS, 2013; RASELLA, 2013; CECCON et al., 2014), procurou-se preservar sua manutenção e interagi-la com outras combinações de variáveis, o qual resultou nos modelos 2 e 3. O modelo 2 apresentou o R² (*within*) idêntico ao observado no modelo 3, entretanto, a significância para a maioria dos indicadores foi maior no modelo 2, com a ressalva de que a variável área de residência (urbano/rural) foi excluída do modelo 3. Bolsões de pobreza são observados nos grandes centros urbanos e podem refletir em dificuldades de sobrevivência perante as inadequadas condições de moradia, nutrição, educação, assistência à saúde e saneamento básico. Assim, esta é uma variável com um impacto positivo na redução da mortalidade infantil, evidenciada amplamente na literatura (BRASIL, 1999; REHDER; LANA, 2003; SARDINHA, 2014), razão pela qual decidiu-se por mantê-la no modelo final.

Desta forma, ao comparar o desempenho dos ajustes dos modelos aos dados, o modelo 2 foi considerado o mais adequado à realidade em estudo. As coberturas do PBF e da ESF mostraram uma associação negativa significativa com as taxas de mortalidade infantil ($p < 0,05$). Em direção idêntica foi observada uma associação significativa com as Consultas de pré-natal ($p < 0,01$). Por outro lado, observou-se uma associação significativa positiva ($p < 0,01$) com a TFT, Taxa de analfabetismo, Percentual de pessoas com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados e o Percentual da população urbana.

Um termo quadrado para a ESF foi incluso no modelo (Tabela 2) já que a cobertura universal do sistema de saúde do Brasil inclui pobres e não pobres da mesma forma, e isso resulta na diminuição dos impactos da cobertura sobre a TMI se os pobres são atingidos em primeiro lugar.

4 | CONCLUSÃO

Os resultados evidenciaram que as intervenções governamentais refletiram avanços relacionados a importantes melhorias na qualidade de vida das pessoas do Semiárido brasileiro no período analisado, 2004-2010. O combate à desigualdade social vem sendo realizado com os programas de transferência de renda e garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Estes avanços são refletidos através das altas coberturas do PBF e da ESF. Os efeitos encontrados entre os programas do governo e a TMI confirmaram resultados obtidos em outros estudos longitudinais (AMIE SHEI, 2013; RASELLA, 2013; GUANAIS, 2013).

Das análises realizadas para os anos 2004-2010, conclui-se que as ações públicas do PBF, ESF em conjunto com uma maior cobertura de consultas de pré-natais, bem como a redução dos níveis da fecundidade contribuíram com decréscimos nos níveis da mortalidade infantil do Semiárido brasileiro. Para a manutenção do quadro de redução fazem-se necessárias também intervenções relacionadas à redução do analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais e uma maior atenção às condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos domicílios.

As evidências estatísticas foram claras ao detectar a importância motivada pelas ações públicas, a exemplo do PBF e a ESF, que objetivam auxiliar o combate de dois agravos importantes no País: pobreza e elevados níveis de mortalidade infantil. As constantes intervenções governamentais, entre elas, medidas que minimizam as disparidades de renda experimentada pela população são importantes aliadas ao combate da mortalidade infantil. Além disso, aumentos na renda das pessoas e, principalmente, sua melhor distribuição são essenciais.

Ressalta-se a abordagem inédita deste estudo ao investigar as relações existentes entre as ações dos programas governamentais (ESF e PFB) sobre a mortalidade infantil, especificamente para o Semiárido do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. G.; AERTS, D. As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família. 2011. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2011. v. 16 (1), p. 319-325.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPOLLO, T.; CÔRTEZ, M. N. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Distrito Federal: Ipea, 2013, p. 233-245.

AMIE SHEI. Brazil's Conditional Cash Transfer Program Associated With Declines In Infant Mortality Rates. **Health Affairs**, 2013. v. 32 (7), p. 1274-1281.

AQUINO, R.; OLIVEIRA, N. F.; BARRETO, M. L. Impacto of the Family Health Program on infant mortality in Brazilian municipalities. **American Journal of Public Health**, 2009. v. 99, p. 87-93.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica,

número 2. 1999.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Comunicação Social – **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil - 2009. 2012.**

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese.** 2013.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil.** 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família.** 2014a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Áreas especiais. Semiárido brasileiro. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros – Segundo estudo.** 2015a.

CARMO, E. H.; BARRETO M. L.; SILVA JR. J. B. Mudanças nos padrões de morbimortalidade da população brasileira: os desafios para um novo século. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 2003. v. 12 (2), p. 63-75.

CECCON, R. F.; BUENO, A. L. M.; HESLER, L. Z.; KIRSTEN, K. S.; PORTES, V. M.; VIECILI, P. R. N. Mortalidade infantil e Saúde da Família nas unidades da Federação brasileira, 1998–2008. **Cadernos Saúde Coletiva**, 2014. v. 22 (2), p. 177-183.

DUARTE, C. M. R. Reflexos das políticas de saúde sobre as tendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década. **Cadernos de Saúde Pública**, 2007. v. 23 (7), p. 1511-1528.

GUANAIS, F. C. The Combined Effects of the Expansion of Primary Health Care and Conditional Cash Transfers on Infant Mortality in Brazil, 1998–2010. **American Journal of Public Health**, 2013. v.103 (11), p. 2000-6.

GUIMARÃES, T. M. R.; ALVES, J. G. B.; TAVARES, M. M. F. Impacto das ações de imunização pelo Programa Saúde da Família na mortalidade infantil por doenças evitáveis em Olinda, Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 2009. v. 25 (4), p. 868-876.

JANNUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus Impactos nas Condições de Vida da População Brasileira: uma Síntese dos Principais Achados da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; CÔRTEZ, M. N. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília, Distrito Federal: Ipea, 2013, p. 179-192.

MOREIRA, L. M. C.; ALVES, C. R. L.; BELISÁRIO, A. S.; BUENO, M. C. Políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade infantil: uma história de desafios. **Revista Médica de Minas Gerais**, 2012. v. 22 (7), p. 48-55.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2003.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013.

RASELLA, D.; AQUINO, R.; SANTOS, C. A. T.; PAES-SOUSA, R.; BARRETO, M. L. Effect of a conditional cash transfer program on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. **The Lancet**, 2013. v. 382, p. 57-64.

REHDER, B. V. S.; LANA, F. C. F. Mortalidade infantil no município de Alfenas – MG, 1998-2000: perfil de risco e evitabilidade. **Revista Mineira de Enfermagem**, 2003. v. 7 (2), p. 117-123.

Stata Statistical Software, Versão 12.0. [programa computacional]. College Station, TX, E.U.A.: StataCorp LP; 2011.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometrics, a modern approach**. 3rd edition. Cincinnati, US: South-Western College Pub; 2005.

Indicadores	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3		
	Coeficientes	IC (95%)	P-valor	Coeficientes	IC (95%)	P-valor	Coeficientes	IC (95%)	P-valor
Cobertura do Programa Bolsa Família (%)	-0,367079	-0,0439112 -0,0295047	0,000	-0,038	-0,045 -0,030	0,000	-0,034	-0,041 -0,027	0,001
Cobertura da Estratégia Saúde da Família (%)	-0,0089682	-0,019296 .0013596	0,089	-0,011	-0,0215952 -0,0005543	0,039	-0,012	-0,023 -0,002	0,02
Cobertura Consultas de Pré-natal (%)	-0,228001	-0,0279021 -0,0176981	0,000	-0,025	-0,0301598 -0,0197762	0,000	-0,025	-0,030 -0,020	0,001
Taxa de Fecundidade Total	3.669.641	3.241191 4.09809	0,000	4,246	3.815 4.677	0,000	4,224	3,793 4,655	0,001
Taxa de Analfabetismo (≥15 anos) (%)	1.644.228	1.588784 1.699672	0,000	1,807	1.754 1.860	0,000	1,803	1,751 1,856	0,001
Pessoas Dom. Abast. Ág. Esg. San. Inad. (%)	.0417018	.0245056 .058898	0,000	0,029	0,011 0,046	0,001	1,029	0,012 0,047	0,001
Mães Chef. Fam. S. Fund. Fil. Menor (%)	-0,2103617	-0,2359766 -0,1847468	0,000	-	-	-	-	-	-
População Urbana (%)	.0334193	.0172477 .0495909	0,000	0,029	0,012 0,045	0,001	-	-	-
ESF x ESF	.0000729	-0,0000127 .0001585	0,095	0,000	0,000 .000	0,047	0,001	0,000 0,001	0,026
R ² (within)	0,838			0,832			0,832		

TABELA EDITÁVEL

GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS

José Elias Pinheiro Neto

Universidade Estadual de Goiás

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Língua, Literatura e Interculturalidade

Departamento de Letras

Itapuranga – Goiás

Lara Ferraz Rocha Pacheco

Universidade Estadual de Goiás

Departamento de Letras

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar um diálogo existente entre Geografia e Literatura, o objeto de estudo da ciência geográfica pode ser encontrado em contos, poemas, romances e entre outros textos literários. Essas questões nos conduzem a esse caminho dialético entre Ciência e arte e apresenta elementos de contribuições que sustentam o objeto da presente pesquisa, sem, contudo, confundir as áreas que porque não queremos tratar de uma “[...] “geografização” de obras literárias nem de uma “literaturização” das temáticas geográficas” (CASTRO, 2010, p. 51, grifos do autor). O estudo da Geografia problematizado a partir da arte chama atenção dos geógrafos desde muito tempo, como escreve Marandola Jr e Gratão (2010), ensinando que especialmente a literatura tem sido o melhor aporte para esses cientistas. Com intuito em estudar categorias como:

região, paisagem e lugar, compreendendos sob à luz subjetiva dos escritores/poetas, “Assim o fizeram John K. Wright (1924), Pierre Monbeig (1940), Fernando Segismundo (1949) e Yi-Fu Tuan (1947), para citar apenas alguns” (MARANDOLA JR; GRATÃO, 2010, p. 8). No Brasil esse estudo também se desenvolve há alguns anos, com vários trabalhos e dentre eles podemos apontar alguns. Nesse sentido, este trabalho, articula no âmbito geográfico algumas reflexões cognoscíveis que representem a realidade por meio da tênue linha que a separa da ficção, percebendo e identificando as tessituras textuais das paisagens cabralinas ao longo do Capibaribe.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Geografia; Paisagem.

ABSTRACT: This paper aims to present an existing dialogue between Geography and Literature, the object of study of geographic science can be found in short stories, poems, novels and other literary texts. These questions lead us to this dialectical path between Science and art and presents elements of contributions that support the object of the present research, without, however, confusing the areas that we do not want to deal with a “... geography” of works literary or “literaturization” of the geographical themes “(CASTRO, 2010, page 51, emphasis added). The study of Geography

problematized from the art has caught the attention of geographers since a long time, as Marandola Jr and Gratão (2010) writes, teaching that especially literature has been the best contribution for these scientists. In order to study categories such as: region, landscape and place, understanding them under the subjective light of the writers / poets, “So did John K. Wright (1924), Pierre Monbeig (1940), Fernando Segismundo (1949), and Yi -Fu Tuan (1947), to name but a few “(MARANDOLA JR, GRATÃO, 2010, p.8). In Brazil, this study also develops for some years, with several works and among them we can point out some. In this sense, this work articulates in the geographical scope some knowable reflections that represent the reality through the tenuous line that separates it from the fiction, perceiving and identifying the textual tessitures of Cabraline landscapes along Capibaribe.

KEYWORDS: Literature; Geography; Landscape.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Existe uma relação muito forte entre a imagem e a experiência de vida daquele que decifra o que vê. A história que envolve toda sua trajetória no decorrer da existência é que constrói e seleciona, no homem, cada forma vista, para entender a imagem a ser decodificada. Aí estão entrelaçados os símbolos, percepções, as atitudes e os pensamentos que nunca serão iguais, nem mesmo para duas pessoas residentes numa mesma localidade. Cada ser humano sente o mundo de uma maneira particular. E as particularidades do poeta e do leitor são representadas por imagens, onde estão adicionadas suas subjetividades, cada qual com suas experiências vividas. Geografia e Literatura. Esse imbricar, entre ciência e arte, está em franca ascensão na seara geográfica. Os pesquisadores desse campo do conhecimento direcionam grande destaque para o modo como essa concatenação transdisciplinar tem-se realizado.

O interesse em estudar obras literárias, analisando-as a partir de um viés geográfico, se fortifica com os franceses na década de mil e novecentos e quarenta e destaca como ideia primordial, a valorização e a recuperação de categorias da Geografia existentes em contos, poemas, romances e demais textos de cunho literário. Todavia, é no início dos anos setenta que os geógrafos trazem mais pesquisas embasadas no recurso literário. Isso ocorre, também, pela necessidade de estudar as relações entre Homem e Natureza. O primeiro está imbricado na segunda, ou seja, o Homem é Natureza, uma vez que antes de ser social ele é biológico.

Sobre o início desse estudo aparece Monbeig dizendo: “[...] tentado a escrever que, depois de seu renascimento moderno, a geografia se tornou cada vez menos literária ao passo que a literatura se tornava dia a dia mais geográfica. E que, efetivamente, elas têm um campo comum: a descrição de paisagem.” (1940, p. 225). Atualmente, encontramos alguns geógrafos que abordam estudos tendo como recurso o material literário disponível.

Existe uma relação muito forte entre a imagem e a experiência de vida daquele

que decifra o que vê. A história que envolve toda sua trajetória no decorrer da existência é que constrói e seleciona, no homem, cada forma vista, para entender a imagem a ser decodificada. Aí estão entrelaçados os símbolos, percepções, as atitudes e os pensamentos que nunca serão iguais, nem mesmo para duas pessoas residentes numa mesma localidade. Cada ser humano sente o mundo de uma maneira particular. E as particularidades do poeta e do leitor são representadas por imagens, e nelas estão adicionadas suas subjetividades, cada qual com suas experiências vividas.

ABORDAGENS ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA

Essa relação se mostra entre ciência e arte, crescendo cada dia mais e os pesquisadores desse campo do conhecimento direcionam grande destaque para o modo como essa concatenação multidisciplinar tem-se realizado. O estudo da Geografia feito a partir da arte já chama atenção dos geógrafos desde muito tempo, como escreve Marandola Jr e Gratão (2010), ensinando que especialmente a literatura tem sido o melhor aporte para esses cientistas.

Com intuito de estudar categorias como: região, paisagem e lugar, compreendendo-os sob à luz subjetiva dos escritores/poetas, “Assim o fizeram John K. Wright (1924), Pierre Monbeig (1940), Fernando Segismundo (1949) e Yi-Fu Tuan (1947), para citar apenas alguns” (MARANDOLA JR; GRATÃO, 2010, p. 8). No Brasil esse estudo também se desenvolve há alguns anos. Com vários trabalhos, dentre eles podemos apontar alguns. Em um estudo sobre Região, Oliveira e Machado (1971) utilizaram o recurso literário para analisar a categoria com os alunos do segundo ano colegial, o que seria hoje o ensino médio. E também como aqueles alunos identificavam e relacionavam o espaço geográfico com outros conceitos estudados e expressos numa linguagem poética, dentro de um contexto espacial e temporal. O poema utilizado foi “Morte e Vida Severina”. Nesse sentido, Frémont afirma que “é uma nova Geografia que se há de inventar, rompendo as divisórias entre as disciplinas, com geógrafos abertos à literatura e à arte e homens de letra a par da Geografia. Descobrir o espaço, pensar o espaço, sonhar o espaço, criar o espaço.” (1980, p. 89).

Ferreira (1990) defende sua dissertação, analisando, dentro da obra ‘Grande Sertão: Veredas’ de João Guimarães Rosa, a percepção geográfica da paisagem dos gerais. Marandola (2007) traça o caminho percorrido por Severino, sua fuga da morte e a busca por mais vida. A autora faz um contraponto entre morte e vida, seca e água, comparando o rio com o homem. Afirmando “[...] até os rios são severinos” (MARANDOLA, 2007, p. 85).

Sousa (2008) analisa e faz uma apresentação da cidade de Goiânia, como objeto para sua pesquisa utiliza a obra ‘Viver é devagar’ do goiano Brasigóis Felício. E, Cirqueira (2011) identifica as paisagens na obra ‘Veranico de Janeiro’ do escritor goiano Bernardo Élis. Ainda, apresentamos algumas obras que são especificamente direcionadas ao estudo em tela: ‘Geografia e Literatura: ‘Ensaio sobre geograficidade,

poética e imaginação’ organizado por Marandola Jr e Gratão (2010); ‘Literatura e Paisagem: perspectivas e diálogos’ organizado por Alves e Feitosa (2010), e por último, ‘Geografia, Literatura e Arte: reflexões’, organizado por Silva e Silva (2010). Todas essas obras apresentam trabalhos diversos, no entanto abordam para o mesmo tema: Geografia, Literatura e arte.

UMA RELAÇÃO POÉTICA RELATADA POR PAISAGENS

A literatura sempre teve um papel importante na evolução histórica do homem. Ela descreve as manifestações culturais, sociais, políticas, econômicas e entre outras. E poema, romance e/ou qualquer outra expressão artística podem contribuir, de certa forma, para o estudo da Geografia, seja na transcrição da experiência dos lugares, nas transformações espacial, na delimitação territorial, no descrever a percepção da paisagem ou outra abordagem intrínseca ao estudo geográfico, numa perfeita relação entre a ficção e a realidade.

Arte aproxima-se do real, mesmo resultando da ficção, como é o caso da literatura. Esta realidade é fruto das relações, sejam elas culturais, sociais, econômicas, entre outros, que ocorrem entre os seres. “Por isso a ficção é tanto mais real quanto mais for ficção, fingir é revelar” (CASTRO, 1999, p. 48). Neste sentido, podemos entender que a literatura é um dos caminhos para se compreender o mundo perceptível na forma com que ela lida com os diversos aspectos da vida do homem, um desses aspectos é o espaço, tanto fictício quanto real. Por meio das ações e sentimentos do personagem ficcional, podemos perceber a relação existente entre o homem e o lugar em que vive. E estas relações, na formação do espaço geográfico, são partes integrantes do imbricar que o indivíduo e/ou grupo sentem do lugar em que estão ou estiveram.

Este sentimento é despertado pela percepção social que forma as representações das paisagens ou de imagens filtradas pela percepção humana, que está diretamente ligada às experiências vividas. Então, a Geografia pode sem diminuir sua essência, sem perder seu teor científico, aportar na literatura, com objetivo de buscar outras fontes para identificação de suas categorias. É uma multidisciplinaridade de grande relevância, o pesquisador constrói e identifica o espaço e a paisagem real, coletando informações preciosas em obras ficcionais.

Isso se dá porque o texto está além do escritor. Reflete seus (des)sabores. Como nos ensina Suzuki (2010), ao tomar como objeto de sua pesquisa a poesia de Carlos Drummond de Andrade para estabelecer uma relação existente entre modernidade, cidade e indivíduo. No trabalho, o referido autor analisa a composição do ser e de suas partes no contexto citadino a partir do poema *A Rosa do Povo*. Nesse sentido ele escreve que:

Temos como referência a noção de poeta como sujeito ficcional, em que se mesclam elementos próprios da história pessoal do intelectual (o indivíduo histórico) e os inerentes à construção da obra poética. [...], a leitura da obra poética em si

e em suas mediações com a história pessoal do escritor e a história da cidade em que viveu, cujos vínculos foram sendo construídos na história de um e de outro (SUZUKI, 2010, p. 247).

A Geografia está presente nas manifestações artísticas, tanto quanto a História, Filosofia e demais ciências. É bem comum avaliarmos as viagens, as relações ou as representações sociais descritas na arte. Como por exemplo, discutirmos a formação territorial do Rio Grande do Sul em *O Tempo e o Vento*, escrito por Érico Veríssimo. Os textos transcendem suas capas e o próprio homem em constante evolução. Como afirma Fuentes (2007, p. 189), “A geografia do romance nos diz que a nossa humanidade não vive na gelada abstração do separado, mas no latejo cálido de uma variedade infernal que nos diz: ‘Não somos ainda. Estamos sendo’.”.

A literatura abre objetos que embasam a construção científica do conhecimento. Forma novos ares a serem respirados na junção de novas ideias, novas objetividades. O que nos remete a utilização do texto literário, como objeto de pesquisa, para a ciência geográfica. E chave mestra nesse contexto é a percepção, porque a “[...] imaginação redimensiona as realidades, reconstrói o mundo e a relação do ser humano com ele e faz emergir a imagem poética da alma e do coração do ser humano” (ARAUJO, 2010, p. 35). A ficção e a realidade são aproximadas pela literatura. E a subjetividade, no entender das questões analisadas, aporta subsídios perceptivos ao analista para compreender seu objeto de pesquisa.

A experiência resultada do trabalho emitido pelo escritor carrega consigo uma transmissão subjetiva de seu conhecimento, trazendo à vida uma relação entre o homem/personagem e o mundo que o rodeia. Esta relação nos permite ampliar a compreensão de abordagens em vários aspectos do cotidiano humano. Dentro desses aspectos é que podemos identificar fenômenos a serem filtrados pelo leitor e aproximar a percepção de categorias geográficas estudadas a partir do texto literário. Porque

As obras literárias, mesmo não pretendendo ser e não sendo um mero registro histórico, acabam sendo também uma historiografia inoficial. Na medida mesma em que não querem ser documento, seu caráter autônomo lhes permite uma liberdade de registro e transmissão que escapa à historiografia oficial, comprometida com as omissões, cortes e deformações que as relações de produção lhe impõem (KOTHE, 1976, p. 78).

Geografia e literatura. Essa aproximação apresenta fenômenos, aportes e/ou fundamento epistemológico que embasam o presente estudo, o filtro realizado pelo pesquisador, subjetivo, que dá, através da literatura, a experiência de mundo. E, como agente modificador da paisagem, “[...] o homem utiliza a percepção para analisar a própria ação.” (PINHEIRO NETO; CAVALCANTE, 2010, p. 135). Ainda nesse sentido, Gratão, ao fazer um estudo da poética da cidade de Goiás, afirma que ela

[...] não é a mesma para aqueles que chegam e a veem do alto do Planalto, do topo da Serra Dourada ou das margens do Rio Vermelho, ou para cada um de seus habitantes que (per)correm por cada um dos seus becos. Ela é experienciada e vi(vi)da de maneira diferenciada por cada um que mora e vive na cidade (2010, p. 313).

A autora justifica sua fala no sentido de buscar no imaginário, fatos reais ou existências ficcionais. Onde a arte corre ao encontro, em sua experiência, das realidades de uma cidade. “Um descobrir experiencial e vivencial que (des)vela as ‘coisas mesmas’ no espaço existencial.” (GRATÃO, 2010, p. 313). Um caminho desafiador das ‘gavetas’ tradicionais do conhecimento, descobrindo novos caminhos a serem trilhados na busca da realidade estrutural da ciência geográfica. A poética de João Cabral demonstra um caminho geográfico. E ainda, mostra as subjetividades da percepção da paisagem, que se dá pelo autor do poema, pelo protagonista e pelo leitor, esse último reescreve a obra, no sentido de, também, apresentar suas considerações sobre a percepção da realidade ‘ficcional’ analisada.

Ao pesquisarmos o espaço literário em João Cabral podemos perceber que o autor aponta o clima seco do sertão que marca o tempo que Severino levou para fazer sua travessia. Vejamos:

- Desde que estou retirando
só a morte vejo ativa,
só a morte deparei
e às vezes até festiva;
só a morte tenho encontrado
quem pensava encontrar vida,
e o pouco que não foi morte
foi de vida severina
(MELO NETO, 1983, p. 79).

No trecho citado acima João Cabral por meio da ficção passa ao leitor uma visão crítica e social da vida sofrida do povo nordestino e com alguns trechos em seus poemas conseguiu transmitir todo o desconforto da situação vivida pelo povo.

- Até que não foi morrida, irmão das almas,
essa foi morte matada, numa emboscada.
[...]
- E o que havia ele feito irmão das almas,
e o que havia ele feito contra a tal pássara?
- Ter uns hectares de terra, irmão das almas,
de pedra e areia lavada que
cultivava.

E era grande sua lavoura, irmão das almas,

lavoura de muitas covas, tão cobiçada?

(MELO NETO, 1983, p. 73-74).

O protagonista segue o caminho e vê a cena de uma pessoa sendo enterrada, e busca descobrir o que aconteceu. Ao desvendar o que havia ocorrido com aquele homem que lutou a vida inteira em busca da divisão justa de terras e depois de tanto batalhar o único pedaço de terra que lhe sobrou foi aquele em que estava sendo enterrado. É aqui que percebemos que João Cabral faz uma citação ao movimento social, Pinheiro Neto e Cavalcante corroboram essa fala dizendo que “os movimentos sociais já seriam introduzidos no contexto daquela época em função de proteger os pequenos lavradores que buscavam seu sustento se, não efetivamente, mas com referencial teórico para futura instituição (2009, p. 82)”.

Para Márcia Feitosa “Perceber a paisagem significa uma maneira de ver, de compor o mundo externo numa “cena” [...] a paisagem configura-se como uma marca, dado que expressa não só uma civilização, [...] participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação.” (2010, p. 164). A percepção revela o homem que a descreve, tanto o escritor quanto a imagem descrita, porque ela “[...] constitui um documento chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado [...]” (CLAVAL, 1999, p. 14).

Por último, vale mencionar, a concepção dada por Antonio Feitosa (2010), sobre a percepção da paisagem. Ele escreve que é, para os animais, resposta as cenas e visões que são captadas por um ou mais sentidos. Ele continua afirmando que em nós seres humanos a percepção da paisagem está coberta por “[...] características particulares, em face os atributos e da intencionalidade do perceptor, podendo se constituir em um simples registro ou implicar desdobramentos sucessivos pelas relações suscitadas.” (FEITOSA, 2010, p. 36). São aspectos importantes para a formação de um todo. Os sentidos que moldarão o leitor na formação das paisagens.

O recurso textual como fonte do estudo científico é uma ponte entre o escritor e o leitor que recebe uma informação da realidade de pessoas ou coisas que, depois de criadas e/ou personificadas, fazem parte do universo. É preciso um estudo temporal e espacial com o intuito de identificar o espaço do que foi criado e, é a representação da realidade dando ao leitor recursos concretos que devem ser estudados num processo dicotômico entre o espaço e o tempo. Pois, “[...] não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas com o espaço” (SAUER, 1998, p.42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A junção da Ciência geográfica e da arte, em nosso caso a literária, carece ainda de estudos aprofundados. Porque o objeto para esse estudo é muito vasto e a cada dia cresce com novas obras geográfico/literária e/ou literária/geográfica. Elas não se misturam e muito menos se distanciam, mas interconectam-se numa perfeita simbiose. E esse conectar nos permite analisar de forma particular cada cena/paisagem retratada durante a leitura de um romance ou conto, por exemplo, levando a novas e mais detalhadas percepções daquilo que fora escrito pelo autor, uma vez que se considera o espaço, meio e a situação em que este utilizou para escrever sua obra, que nesse aspecto se transforma em arte geográfica literária.

Podemos salientar que os diálogos entre Literatura e Geografia, estão interligados ao modo como são decifradas as intenções, de quem escreve para aquele que lê, neste aspecto leva-se em consideração o imaginário, o conhecimento de mundo e a sensibilidade do leitor para desenvolver a compreensão das imagens codificadas presentes nas obras literárias, que se transformam em paisagem recheadas de sentimentos e subjetividades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro J. P. *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- ARAUJO, Heloísa Araújo de. Geografia e Literatura: um elo entre o presente e o passado no Pelourinho In: SILVA, M. A.; SILVA, H. R. F. da. *Geografia, literatura e arte: reflexões*. Salvador – BA. Edufba. 2010.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARBOSA, Frederico. *Estudo de Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto*. Disponível em: <http://fredbar.sites.uol.com.br/mvsenr.html>, Acesso em: Agosto de 2008.
- CASTRO, Manoel Antônio. Natureza do fenômeno literário. In: SAMUEL, Rogel. et al. *Manual de teoria literária*. 12a ed. Petrópolis: Vozes. 1999.
- CASTRO, Janio Roque Barros de. Os sertanejos e o sertão vistos na/da capital da Bahia e as diferentes lituras/vivências da cidade de Salvador em duas obras de Jorge Amado. In: SILVA, M. A.; SILVA, H. R. F. da. *Geografia, literatura e arte: reflexões*. Salvador – BA. Edufba. 2010.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. As paisagens de Bernardo Élis na Obra Veranico de Janeiro. In: *Ateliê Geográfico*. v. 5, n. 3, UFG. 2011.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.
- COUTINHO, Afrânio. *Crítica e teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1987
1999. *A literatura no Brasil*. vol.V, 5. ed. São Paulo: Global.

- FEITOSA, Antonio Cordeiro. O conhecimento e a experiência como condição fundamental para a percepção da paisagem. In: ALVES, I. F.; FEITOSA, M.M.M. *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Rio de Janeiro, Editora da UFF. 2010.
- FEITOSA, Márcia Manir Miguel. A percepção da paisagem na literatura africana de língua portuguesa: o romance terra sonâmbula, de Mia Couto. In: ALVES, I. F.; FEITOSA, M.M.M. *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Rio de Janeiro, Editora da UFF. 2010.
- FERREIRA, Solange Terezinha de Lima. *A percepção geográfica da paisagem dos gerais no "Grande Sertão: Veredas"*. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Tradução de António Gonçalves, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- FUENTES, Carlos. *Geografia do romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- GRATÃO, Lúcia H. B. *A poética d' "O Rio" – ARAGUAIA! De Cheias... &... Vazantes... (À) Luz da Imaginação!*. 2002. 354 f. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KOTHE, Flávio. *Para ler Benjamin*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MARANDOLA, Janaina de Alencar e Silva. *Caminhos de morte e de vida o rio Severino de João Cabral de Melo Neto*. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 2007.
- MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Geografia e Literatura – ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL, 2010.
- MELO NETO, João Cabral. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta*. 18. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.
- MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- OLIVEIRA, Livia de; MACHADO, Lucy Marion. Um estudo sobre a aprendizagem de região. *Boletim de Geografia Teórica*. n. 2. AGETEO. Rio Claro-SP, 1971
- PINHEIRO NETO, José Elias; CAVALCANTE, Maria Imaculada. Revista do Curso de Letras do Campus de Catalão-UFG. *O espaço e as mortes em Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto*. In: Linguagem Estudos e Pesquisas. Volume 13 - Catalão/2009.
- PINHEIRO NETO, José Elias; CAVALCANTE, Maria Imaculada. Considerações sobre o conceito de paisagem: uma abordagem literária nos aspectos geográficos. In: SILVA, M. A.; SILVA, H. R. F. da. *Geografia, literatura e arte: reflexões*. Salvador – BA. Edufba. 2010.
- SAJA, José Antonio. *Fazer-o-real: arte enquanto documento*. In: SILVA, M. A.;
- SILVA, H. R. F. da. *Geografia, literatura e arte: reflexões*. Salvador – BA. Edufba. 2010.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção*. 4a ed., 2 reimp., São Paulo: Editora da USP, 2006.
- SAUER, Ortwin Carl. A morfologia da paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato.

Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SILVA, Cássia Maria Pernambuco Peixoto da. *Vidas Secas*, livro e filme, uma abordagem sobre o imaginário geográfico do sertão semiárido nordestino. In: SILVA, M. A.; SILVA, H. R. F. da. *Geografia, literatura e arte: reflexões*. Salvador – BA. Edufba. 2010.

SOUSA, Andreia. Aparecida Moreira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício . *O diálogo entre geografia e literatura: a representação de Goiânia na obra Viver é devagar*. Ateliê Geográfico, v. 2, 2008.

SOUSA, Andréia Aparecida Moreira de. *Geografia e Literatura: apresentação de Goiânia em fragmentos de viver é devagar de Brasigóis Felício*. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2008.

SUZUKI, Júlio Cesar. O poeta, a cidade e o esfacelamento do indivíduo na modernidade: uma leitura de “A rosa do povo”. In: MARANDOLA JR, E.; GRATÃO,

L. H. B. *Geografia & Literatura: Ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina, EDUEL, 2010.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar. a perspectiva da experiência*. 1930. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel. 1983.

Paisagens do medo. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES

Sergio Flores de Campos

Pesquisador Autônomo

Santa Rosa, RS.

RESUMO: A efetividade na prestação de serviços de segurança pública em fronteira abrange a gestão de tensões verificadas no Sistema. Esta tensão envolve distintas escalas: entre Estados Nacionais, entre Governos Federais e Estaduais, entre Instituições e mesmo entre os profissionais envolvidos. Para superar estas dificuldades a cooperação se torna uma ferramenta eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira, Segurança, Gestão, Serviços.

ABSTRACT: The effectiveness in the provision of border public security services covers the management of tensions verified in the System. This tension involves different scales: between National States, between Federal and State Governments, between Institutions and even among the professionals involved. To overcome these difficulties cooperation becomes an effective management tool.

KEYWORDS: Frontier, Security, Management, Public Services.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi apresentado no XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia no ano de 2017 e trata-se de um extrato de pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2015, dentro do Programa Federal Estratégia Nacional de Fronteira. O tema desenvolvido é a segurança pública aplicada às regiões de fronteira. Apresenta parte de Estudo realizado sobre um conjunto de Instituições Federais e Estaduais com atribuições relacionadas à Segurança Pública, Defesa e Fiscalização (CAMPOS, 2016):

- Marinha do Brasil, Manaus, Amazonas;
- Polícia Federal, Núcleo Especial de Polícia Marítima, Manaus (AM) e Foz do Iguaçu (PR);
- Ministério Público, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) Foz do Iguaçu (PR);
- Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (Delegacia Fluvial – De-Flu- Manaus);
- Receita Federal, Foz do Iguaçu (PR);
- Secretaria de Segurança Pública do Pará (Unidades Policiais de Belém, Santarém, Alenquer, Oriximiná);

- Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul (Dourados, Mundo Novo, Coronel Sapucaia e Ponta Porã);
- Grupo Especial de Segurança de Fronteira (GEFRON), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso;
- 24º Batalhão de Polícia Militar - Batalhão de Fronteira (BPFRON), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná;
- Força Integrada de Resposta Rápida (FIRR), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas;

O ambiente (BRASIL, 2009) onde está inserta a ação destes órgãos públicos brasileiros é caracterizado por:

- Fronteira com: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa (Departamento);
- Entes subnacionais na fronteira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina;
- Número de Municípios na Faixa de Fronteira: 588;
- Representatividade : 27% do território nacional está na faixa de fronteira;
- População na faixa de fronteira: 10 milhões de habitantes.

As relações em fronteira devem ser consideradas determinadas escalas: relações do Estado com outros Estados; entre o Estado; seus entes subnacionais; entre instituições, também, em distintos níveis e, não menos importante, a sociedade e seus entes representativos de interesses.

Então, ao se analisar os esforços do Estado para ocupação do espaço em fronteira não se pode olvidar que seu objetivo está relacionado com o interesse público. É através da execução de atribuições de cada ente do seu sistema que se desencadeiam ações de interesse público. Mas, diante da complexidade de interesses neste cenário é o diálogo políticos e técnicos de distintas áreas deste Estado (Educação, Segurança, Economia, Saúde, etc.) que viabiliza soluções às demandas sociais. Deste modo, a capacidade de articulação interinstitucional acaba sendo uma ferramenta decisiva no sucesso dos resultados pretendidos nas distintas escalas do Estado e da Sociedade.

Porém, paralelamente a estas relações ocorrem aquelas de interesse ilícito: os perigos desterritorializados (STEINBERGER, 2005) como o terrorismo, o narcotráfico (UNODC, 2014 e 2017), o tráfico de armas e pessoas, a degradação ambiental, etc. Apesar destes riscos envolverem uma amplitude mundial em sua organização, seus efeitos são sentidos nas localidades e justificam ações que ofertem segurança ao cidadão residente na fronteira, ou que por ali circulem.

Na faixa de fronteira a segurança pública atende uma população que supera os dez milhões de habitantes, apenas no território brasileiro. Há de ser considerado

também que cidadãos de países vizinhos podem sofrer o reflexo das ações de segurança, desde a simples orientação de trânsito ou, diante de seu envolvimento em um delito, a sua prisão.

Mesmo que os efeitos dos delitos transnacionais possam parecer não repercutirem diretamente junto às comunidades fronteiriças, eles podem envolver a cooptação de cidadãos para viabilizar a prática criminosa e num crescente, em sua teia de planejamento e cooptação, até a penetração em instâncias de governos locais.

Neste contexto justifica-se a cooperação entre países, a presença continuada de funcionários e focada na proteção do cidadão. Porém, tal ocupação deve ser respaldada em Programas Governamentais (entre Países e entre União e entes subnacionais) que promovam desde o diálogo entre Nações, até às ações conjuntas, coordenadas e contínuas entre instituições trazendo eficácia e legitimidade aos esforços locais, além de potencializar recursos destinados a este fim: uma cooperação produtiva.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A Gestão

A articulação de interesses que resulte em soluções eficazes entre múltiplos atores que atuam em cooperação, ou seja, a Governança é a contrapartida à legitimidade que a sociedade oferece ao Poder Político e em troca espera a qualidade dos serviços dos órgãos públicos (MUNIZ e PROENÇA Jr., 2009).

Diante da previsão legal e da qualidade de gestão os distintos órgãos que operam em fronteira acabam seguindo o princípio da Subsidiariedade (MOHN E SOUZA, 2010), em que se caracteriza a, mesmo que momentaneamente, a coalizão dos elementos de um sistema com objetivos convergentes em que a escala local detenha certa autonomia decisória para que o sistema obtenha agilidade na tomada de decisões.

Ou seja, apresenta-se um elemento "relacional" (COSTA, 2016) que permite compreender os recuos ou avanços na ocupação do espaço pelo setor público, e sua articulação com setores privados, na execução de seus Programas. As relações são consideradas fundamentais já que a simples presença de estruturas que coexistem em determinado espaço não basta para atingir objetivos que apresentam multífaces como é oferecer segurança pública às comunidades de fronteira. Não se restringe esta prestação de serviço ao combate a delitos transfronteiriços ou a organizações criminosas, há ainda aspectos de segurança em torno de fluxos que merecem o acompanhamento como trânsito de pessoas e veículos para o lazer ou trabalho.

Aparecem, então, elementos que envolvem a construção de confiança entre atores, já que há um compartilhamento de espaços e pressupostos de intercâmbio de conhecimento e cooperação, como se referem Correia e Brito (2009) ao tratar dos efeitos das relações do setor privado e que possuem características que se

assemelham ao setor público:

A componente relacional, entendida como o conjunto de interações e relacionamentos estabelecida pelas organizações presentes num território, é fundamental gerando uma componente distintiva. As empresas não cooperam e interagem apenas porque alguém as manda interagir. O sucesso de uma região não surge instantaneamente de uma receita mas resulta de várias décadas de relacionamentos entre diferentes empresas e organizações localizadas em diversas regiões. (CORREIA E BRITO, 2009, Pg. 1103)

Assim, ao tratar deste tema objetiva-se trazer à análise a influencia das decisões administrativas do setor público na área de segurança sobre o território, região e local, de forma ampla; bem como de forma específica fatores identificados como tensão nas relações entre órgãos públicos que afetam a localidade.

Abrem-se oportunidades, então, de qualificar esta ocupação na medida em que, interpretada a segurança pública como fator de agregação de valor à qualidade de vida da sociedade fronteiriça, através de suas instituições.

A Gestão de Segurança Pública em fronteira necessita da articulação interna e externa para que no território possa ter o máximo de capilaridade e efeito. Assim, respeitando a jurisdição nacional, possa, até mesmo, repercutir no território vizinho pela cooperação e simultaneidade.

Tem-se claro que um Programa de Estado somente é efetivo através da ação das pessoas e das instituições envolvidas baseando-se na legitimidade de suas ações, capacidade de decisão, na técnica, iniciativa, continuidade e respaldo de recursos. A Segurança Pública voltada à fronteira do Brasil, contudo, tem-se caracterizado por Programa de Governo que se restringem ao tempo em que vigora o exercício das atribuições do agente político eleito, perdendo o caráter de continuidade. Isto, porém, não significa que as localidades em distintas regiões, deixem de conduzir esforços cooperativos, pois há uma espontaneidade nestes vínculos locais mesmo que sustentado por laços pessoais e informais.

A legislação de Segurança Pública voltada à fronteira, distinta da legislação de Segurança Nacional, teve seu ponto focal no Decreto Federal 7496/2011, que estabelecia o Plano Estratégico de Fronteira, com característica menos centralizada no aspecto de Defesa Nacional e estimulando os entes subnacionais a buscarem uma atenção especial ao espaço fronteiriço, tendo como contrapartida recebimento de recursos e capacitação técnica. Este Decreto foi alterado pelo Decreto Federal 8.903/2016, passando a chamar-se de Programa de Proteção Integrada de Fronteira, o qual retoma o aspecto de Defesa, na medida em que oferece uma centralização e controle sob a coordenação da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. Apesar das significativas alterações, mantém em seu Art. 4º o propósito de atuação conjunta com órgãos de Segurança Pública Federais, Estaduais e Municipais, a Ministério da Defesa e Receita Federal.

Ou seja, está claro que há um macro sistema de gestão segurança na fronteira que exige um modelo de Governança na perspectiva indicada pelo Levantamento de

Governança de Segurança Pública (BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014) que promova a liderança, estratégias, controles dos serviços de interesse da sociedade. Neste documento nota-se a tendência de se buscar ferramentas de gestão para alcançar a qualidade de serviços prestados no seu amplo espectro de atividades e o trato da própria cultura institucional. Portanto, tem-se a necessidade de um Modelo de Governança em Segurança Pública que combine duas dimensões: 1) Pública: envolvendo Estratégia, Arranjos Institucionais, Tecnologia e Conhecimento e Resultados; 2) Corporativa: Gestão e Pessoas.

2.2 Dados

2.2.1 Características Gerais Verificadas juntos aos Órgãos

A ação de segurança pública no exercício da cooperação interinstitucional tem a ver com a sua capacidade (ULRICH E SMALLWOOD. 2010, Pg.14). Ou seja, isto não é restrito à força e eficácia exigidas pelo imaginário social, mas sim, pelas metas impostas pelo nível técnico, estrutural e seus valores frente às demandas presentes nessa região.

Então, mesmo que as relações em fronteira ofereçam problemas com um grau elevado de dificuldade para alcançar soluções, já que a organização e os riscos produzidos podem ser desterritorializados, a busca do conhecimento desde a geopolítica, modo de atuação de criminosos e até técnicas de gestão contribui para superar os obstáculos presentes na prestação deste tipo de serviço. Assim, a presente análise volta-se especificamente à Gestão, esclarecendo elementos teóricos que possibilitem identificar as configurações básicas das Organizações envolvidas em vista à qualidade dos serviços prestados.

Conforme propõe Mintzberg (2003, Pg. 174) combinado com Bowditch e Buono (2006) verifica-se, no presente estudo, que os órgãos públicos analisados apresentam duas características. Elas são identificadas como Burocrática Mecanizada: organizada para operar em ambientes estáveis aplicando rotinas técnicas através de formalização e especialização; e a Burocrática Profissional: utiliza a padronização de competências. Nela os profissionais têm conhecimento e competências altamente desenvolvidos e realizam trabalhos complexos. Nesta estrutura não ocorrem grandes diferenciações verticais de hierarquização.

Perceba-se, então, que as relações internas desde chefias de maior escalão de gerenciamento até os profissionais que atuam em campo, também apresentam conflitos, principalmente em torno do planejamento e das prioridades de atuação. De imediato é possível perceber uma tensão entre o controle hierárquico que se estende da ação local até o centro decisório da Instituição (que pelo fato de estar longe da fronteira determina o gasto de tempo maior para tomada de decisão) e a agilidade para pronta resposta às demandas relacionadas aos delitos.

De acordo com esta classificação tem-se um conjunto de problemas padrões

associados a cada uma delas de acordo com a literatura:

Modelo	Característica	Disfunções
Burocrático Mecanizado	Formalização de processos; Centralização de autoridade; Divisão em setores; Chefia com alto grau de poder; Rigor na regulação do trabalho operacional (regras e regulamentos);	Baixo nível de comunicação entre Setores da Organização; ausência de inovação; falta de iniciativa dos profissionais dos núcleos operacionais em buscar conhecimento; Empreendedorismo limitado;
Burocrático Profissional	Formalização de tarefas; Trabalho complexo realizado por indivíduo com alta capacidade técnica; Tomada de decisão descentralizada; Iniciativa para solução de problemas relacionados a material e conhecimento	Alta interdependência de condutas individuais; Alto grau de diferenciação pessoal; Aversão a controles institucionais;

Tabela 1: Disfunções possíveis em uma Unidade Especializadas

Fonte: Baseado em Bowditch e Buono (2006) e Mintzberg (2003).

A importância em se identificar tais características organizacionais está na possibilidade na avaliação do desenho estrutural e na melhoria da prática de gestão ajustando-as à melhoria da capacidade de desempenho. Isto é possível, com o cruzamento de processos de distintas configurações, bem como com a identificação de problemas decorrentes do modelo utilizado frente à realidade local antecipando soluções.

Observa-se, que através da gestão é possível lidar com as naturais tensões existentes entre distintos atores e mesmo os setores internos das organizações, por exemplo, as ações em fronteira cercam-se de um controle de informações de elevado grau de sigilo para garantia de sua eficácia. Assim, tanto a detenção destas informações pode representar poder institucional com o protagonismo dos resultados alcançados, quanto o resguardo da segurança do grupo de profissionais empregados no serviço.

De outra forma, é necessário compreender as disputas e bloqueios decorrentes da representação institucional junto à sociedade e governantes já que podem determinar a captação de recursos públicos ou parcerias privadas. A perspectiva de representatividade institucional de um lado reforça a qualidade interna do Órgão Público, de outro, pode levar a bloqueios à cooperação e a confiabilidade entre atores do sistema. Porém, os efeitos da falta de comunicação em razão disto, podem chegar ao ápice quando da iminência do próprio confronto de forças públicas que, desconhecendo uma a ação da outra, venham a atuar no mesmo espaço e tempo.

Da mesma maneira a tensão interna aparece, por exemplo, quando da implementação de controle exigido pelo modelo administrativo da Instituição sobre os seus organismos operacionais. Confrontam-se interesses do alto escalão administrativo

(preocupação tanto com a prevenção de incidentes diplomáticos, como o controle sobre meios materiais disponíveis, conduta profissional e riscos de morte a que estão expostos) com as prioridades da estrutura operacional que busca, invariavelmente, autonomia para garantir agilidade e efetividade em suas ações. Há, portanto, inúmeros problemas externos e internos a envolver o serviço de segurança pública em fronteira que necessitam de um continuado tratamento em nome da sua qualidade.

2.2.2 Visão dos Profissionais

A presente pesquisa utilizou a técnica de Análise de Discurso para trazer a experiência dos profissionais de segurança que atuam na fronteira dos Estados do Brasil. De modo geral eles defendem atuação integrada em fronteira, desde que as instituições cumpram cada uma suas atribuições.

Os profissionais dos órgãos estaduais destacam a importância da formalização de canais com os países vizinhos tendo os entes subnacionais o reconhecimento da condição de atores nas relações internacionais, uma vez que tal papel é restrito aos órgãos federais. Ou seja, sobressai a questão da paradiplomacia no exercício de atribuições, não como demanda isolada, mas como entendimento geral da importância dos entes subnacionais terem certo protagonismo nas relações internacionais na linha de fronteira.

2.2.2.1 Gestores Estaduais apontam como problema nas relações:

- A restrição de informações de Inteligência disponibilizadas por órgãos de Segurança Pública Federais, já que estas informações podem ampliar a produtividade dos demais Órgãos Públicos;
- Gestores de Órgãos Públicos Estaduais de Unidades Policiais de serviço ordinário posicionam-se desfavoráveis à constituição e a atuação das Unidades Especializadas na fronteira, dentro de suas próprias Instituições, por acreditarem que seriam prejudicados em relação à destinação de recursos financeiros.

2.2.2.2 Gestores Federais:

- Consideram desnecessária a criação de Unidades Especializadas nos Estados da Federação, devendo a ação estadual restringir-se às atividades normais de polícia ostensiva e judiciária, principalmente, com estratégias com foco na logística do crime;
- Gestores Federais e Estaduais consideram que a imagem criada em torno da ação de segurança pública em fronteira é relacionada à sua capacidade de meios, técnica e honestidade de seus profissionais, e isto é fundamental para minimizar reações violentas por parte de criminosos;
- Considera-se que há alta probabilidade de conflitos com autoridades dos

países vizinhos quando da realização de ações rotineiras de patrulha, principalmente em localidades em que os laços de confiança entre os representantes dos distintos órgãos não é estável;

2.2.2.3 Gestor de Instituição de País Vizinho

É interessante destacar a visão de gestores de instituições de segurança de países vizinhos que atuam na linha de fronteira. Em entrevista com Comandante do Departamento de Polícia Nacional da Colômbia na cidade de Letícia (fronteira seca com a cidade de Tabatinga no Estado do Amazonas), Coronel Gildardo Taborda, apresentou um rol de preocupações do Polícia Nacional na fronteira com o Brasil: Furto; Mineração Ilegal; Narcotráfico; Contrabando; Homicídios, as quais convergem com as preocupações das autoridades de segurança pública brasileiras. Para aquele profissional as ações de segurança pública devem objetivar um controle no fluxo de veículos e pessoas através ações conjuntas entre as Instituições. Além disto, destacou a importância de políticas sociais para dar alternativas de emprego ao cidadão para sucumbir à cooptação por criminosos.

Sugere que, em Tabatinga e Letícia, estas políticas sociais estejam, ainda, relacionadas à retirada dos moradores que estão sobre a linha de fronteira, criando uma área livre, o que facilitaria o controle entre as duas cidades.

As ações coordenadas de segurança pública em fronteira, para o Coronel Taborda, necessitam estar baseadas em:

- Informações em tempo real;
- Controles móveis de circulação de pessoas, veículos e embarcações;
- Matriz Operacional de fronteira;
- Identificação e acompanhamento de estruturas criminosas;

A ocupação do espaço de fronteira para o enfrentamento dos delitos comuns aos países encontra limitações jurisdicionais que são somente são superadas pela cooperação. De outra sorte, este espaço acaba revelando a fronteira complexa diante do caso envolvendo Letícia e Tabatinga em que a ocupação urbana da linha de fronteira determina, por exemplo, que uma casa tenha a sala localizada em um país e o quarto em outro, tornando difícil o trabalho da Segurança Pública, ou seja, as ações nesta circunstância carregam a iminência de extrapolarem a jurisdição nacional caso não haja a cooperação entre os países.

Destaca-se, contudo, que a interpretação dos profissionais e a análise de suas práticas locais revelam a convergência para uma estratégia de cooperação operacional permanente entre distintos órgãos. O exemplo efetivo disto ocorre no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO-PR) e, ainda a atuação dos Navios Hospitais da Marinha do Brasil na Amazônia, uma cooperação entre Defesa e Saúde.

Ao fim, as práticas de gestão, também são influenciadas pelas características regionais relacionadas ao terreno e aos eixos rodoviários ou hídricos. Isto afeta o planejamento da logística das operações e as técnicas aplicadas ao serviço. Os profissionais consideram de alto risco a atuação neste espaço por inúmeras razões, dentre elas as dificuldades impostas aos deslocamentos e lotação de profissionais, ainda, a facilidade dos fluxos de produtos e pessoas partes de ilícitos e a proximidade com centros produtores de entorpecentes na fronteira do Brasil com a Bolívia, Peru, Colômbia e Paraguai.

3 | ARGUMENTOS FINAIS

A ocupação do espaço de fronteira pelos órgãos públicos de segurança, a partir da noção teórica da subsidiariedade e da eficácia política e técnica, diz dos fins estratégicos do Estado, qual seja: a sua presença trazendo a proteção de cidadãos que transitam pela fronteira independente da nacionalidade.

A Segurança Pública, assim, deve alcançar as ações criminosas organizadas ou aquelas ocasionais peculiares das comunidades locais (violência doméstica envolvendo cônjuges de distintas nacionalidades, acidentes de trânsito, furtos, rixas entre grupos de distintas nacionalidades, etc.). Também se justifica a presença destes serviços, quando do apoio ao cidadão, independente de atos criminosos, quando da ocorrência de acidentes de trânsito e o traslado de vítimas, por exemplo.

Levanta-se que subsiste, na visão dos profissionais, uma cooperação operacional que não prejudique a autonomia e a identidade de cada Instituição adaptando-se a circunstâncias e locais específicos.

Ainda, com a identificação das configurações das estruturas organizações dos órgãos públicos estudados, abre-se a possibilidade de identificar elementos disfuncionais que acabam por bloquear a cooperação e a qualidade do serviço prestado, como a proteção da identidade institucional expressa pelo respeito à suas atribuições.

Há de ser compreendido que no espaço de fronteira existe uma tensão de identidades entre Estados e que se reproduz entre profissionais dos órgãos públicos. Isto aparece de forma natural em ambientes que comportam distintos atores, independentes de serem países ou organizações públicas ou privadas. Ou seja, a tensão gerada pela expressão das identidades mostra os distintos níveis de Poder que se materializam pelas ações decorrentes das atribuições e que de alguma forma repercutem na sociedade. A simples preocupação de dar visibilidade aos feitos de um órgão público e colaborar para a sua boa imagem institucional, pode garantir maior reconhecimento por parte da sociedade e, mais a diante, tem-se mesmo a disputa por recursos financeiros, fundamentais para garantir a qualidade das estruturas.

Ao se compreender esta realidade torna possível atingir a ação cooperativa

produtora. As disputas podem ser administradas por modelos de gestão pública articulados entre os diversos níveis da Federação: União, estados e municípios respeitando-se as características regionais. Assim, a formalização de programas e disponibilização de recursos movimenta a ação cooperativa objetivando o bem comum de comunidades fronteiriças e de Nações, além de amenizar os riscos a que os profissionais estão expostos.

Porém, há de ser percebido que um plano que traga matrizes estratégicas e operacionais por si só não garante esta cooperação produtiva, pois dentre tantas circunstâncias deve ser claro, em uma escala geral, que seja concreto o esforço e um posicionamento estratégico de Estado; na escala local, se alcance o respeito às peculiaridades de cada localidade na medida em que se monitore o nível de convivência e o perfil de lideranças institucionais de forma a desenvolver um grau de confiança contribua para a produtividade dos serviços públicos.

Diante dos isolamentos, é interessante levantar, também, que a ação isolada de órgãos de segurança é parte natural do processo ocupação de espaço e representação institucional. Porém, mesmo obtendo sucesso momentâneo, atuando-se desta forma, o cenário de segurança pública é um sistema aberto que produz inúmeras alternativas para a ação criminosa. As ações descontínuas e isoladas dos órgãos públicos, quando muito, apaziguam por curto tempo a opinião pública e fazem migrar o delito.

O modelo distanciado e descontinuado de agir, por parte dos órgãos públicos, é vantajoso para a ação criminosa, pois, garante a reorganização a curto e médio prazo através de outras rotas de passagem e de outros componentes e técnicas de execução do delito. Ações coordenadas, por sua vez, contribuem para a continuidade, a eficácia, legitimidade e o alcance do núcleo da organização criminosa internacional, se o caso for desta extensão.

Para Maia Neto (2006, p. 159), analisando a ação da Polícia Federal, Militar e Civil em regiões de fronteira, observa que diante da complexidade das situações que ali se concretizam:

“ [...] é possível através de Convênio expresso e/ou tácito, a solidariedade entre os órgãos de segurança pública (ver CF, Art. 144), para garantir a eficiência das operações de repressão ao crime, sem que, com isso, se materialize qualquer espécie de arbitrariedade ou desvio de atribuições.”

Evidentemente, não se restringe a ação policial à repressão uma vez que a prevenção dos delitos ocorre em fase anterior como o desenvolvimento de Programas em áreas como Saúde, Educação e Trabalho.

Por fim, Programas de Segurança Pública em Fronteira dependem de posições definidas do Governo Federal que se expressem de forma coerente entre o que se desenvolve internamente, estratégia de Estado e Governo, e aquilo que difunde no exterior como expressão geopolítica.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Sérgio Flores de Campos. **Metodologia de Estruturação e Funcionamento de Unidades Especializadas de Fronteira**. Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Brasília. DF. 2016

Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/unidades-especializadas-de-fronteira.pdf/view

CORREIA, Ricardo; BRITO, Carlos. **Uma Abordagem Relacional ao Desenvolvimento dos Territórios**. In 15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Cidade da Praia. Portugal. 2009. Disponível em Instituto politécnico de Bragança. Biblioteca Digital: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/4534>. Capturado em 12 de julho de 2016.

COSTA, Gabriela. **Lisboa Ancorada na Geografia Relacional**. Portal Ver. 25 de fevereiro de 2016. Lisboa. Portugal. Disponível em <http://www.ver.pt/lisboa-ancorada-numa-geografia-relacional/>. Capturado em 24 de junho 2016.

BRASIL. **Faixa de Fronteira: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional. Brasília. 2009. Disponível em http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364&groupId=10157

BRASIL. Tribunal de Contas da União: **Levantamento de Governança de Segurança Pública iGovSeg2013**. Sumário Executivo Brasil. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública, 2014. Disponível file:///D:/user/Downloads/2642560.PDF. Capturado em 05 de outubro de 2014.

BOWDITCH, James; BUONO, Anthony. **Fundamentos do comportamento organizacional**. Tradução Luiz Henrique Baptista Machado. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2011: Estimating Illicit Financial Flows Resulting From Drug Trafficking and other Transnational Organized Crimes** (Estimativa de fluxos financeiros ilícitos decorrentes do tráfico de drogas e outros crimes transnacionais organizados) 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf. Capturado Em 29 de julho de 2014.

_____. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2017**. ISBN: 978-92-1-148291-1, eISBN: 978-92-1-060623-3, United Nations publication, Sales No. E.17.XI.6. ISBN: 978-92-1-148297-3. Disponível em https://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_5_NEXUS.pdf. Capturado em 01 de junho de 2018.

MAIA NETO, Cláudio Furtado. **Direito Constitucional Penal do Mercosul: Direitos Humanos, Meio Ambiente e Legislação Comparada**. Curitiba. Juruá: 2006;

MINTZBERG, Henry. **Criando Organizações Eficazes: estrutura em cinco configurações**. 2ªed. São Paulo: Atlas:, 2003.

MOHN E SOUZA, Paulo Fernando. **A subsidiariedade como princípio de organização do Estado e sua aplicação no federalismo** /. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

MUNIZ, Jaqueline; PROENÇA Jr, Domício. **Da Governança de Polícia à Governança Policia**. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3. Edição 5. Ago/Set. 2009.

STEINBERGER, Margareth Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e o imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Educ; Fapesp; Cortez: 2005

ULRICH, Dave, Smallwood, Norm. **A Organização não é estrutura é capacidade, Capítulo 2: A Nova Organização do Futuro: visões, estratégias e insights dos maiores líderes do pensamento estratégico.** Tradução Sabine Holler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA

Adriano Severo Figueiró

Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural,
Geoconservação e Gestão da Água – PANGEA
UFSM – Departamento de Geociências
Santa Maria -RS

RESUMO: Embora o conceito de paisagem tenha se constituído historicamente como uma das categorias centrais da análise geográfica, a sua discussão pouco tem avançado para além da geometria espacial produzida pela antropização da natureza. Neste texto buscamos compreender os processos metabólicos de produção deste arranjo estrutural, situando sua gênese nos mecanismos co-adaptativos que estruturam as paisagens geo-bio-culturais ao longo do tempo histórico, nos quais a memória, o afeto e a identidade (ou sua ausência) representam parte fundamental na transformação (ou na resistência a ela) da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem, Pampa, Coevolução

ABSTRACT: Although the concept of landscape has historically constituted one of the central categories of geographic analysis, its discussion has advanced very little beyond the spatial geometry produced by the anthropization of nature. In this paper we seek to understand the metabolic processes of production of this

structural arrangement, situating its genesis in the co-adaptive mechanisms that structure the geo-bio-cultural landscapes throughout historical time, in which memory, affection and identity (or their absence) represent a fundamental part in the transformation (or resistance to it) of the landscape.

KEY-WORD: Landscape, Pampa, Coevolution

(RE) CONHECENDO AS PROPRIEDADES DE RESILIÊNCIA DA PAISAGEM

Uma paisagem é mais do que um agregado de elementos naturais e antrópicos que se manifesta em determinada porção do espaço. A manifestação fisionômica de uma paisagem é apenas a projeção visível de uma teia de relações naturais e socioculturais que condicionam a forma de organização sistêmica de uns elementos em relação aos outros; ou seja, a arquitetura estrutural a partir da qual a paisagem desempenha suas funcionalidades (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991) e estabelece seus mecanismos de auto-regulação e resiliência.

A paisagem é, portanto, composta tanto de formas visíveis, duráveis, que lhe conferem certa estabilidade temporal, quanto de uma trama parcialmente invisível das estruturas naturais e sociais que garantem o seu funcionamento

dinâmico. Estabelece-se, assim, uma verdadeira dialética do espaço (FIGUEIRÓ, 2014) onde, de um lado, as formas da natureza podem condicionar as alternativas de organização do território, mas, por outro lado, as transformações constantes de tais alternativas tendem a criar sempre novas necessidades, sugerem novas formas e redefinem os valores da paisagem visível (LEITE, 2006). Assim, a organização espacial da paisagem, para além de imprimir uma dinâmica histórica de uso, é, também, definidora das práticas sociais e balizadora das formas de pensamento que estruturam o mundo cognitivo, resultando naquilo que Campelo (2013) define como uma “gramática do espaço”.

Neste processo de influência recíproca entre a natureza e a sociedade, a estrutura da paisagem (e, conseqüentemente, sua funcionalidade associada), responde a “chaves” de controle não necessariamente visíveis no espaço, sintonizadas com a qualidade e a intensidade da energia dominante no tempo atual ou pretérito. Considerando que a mudança das estruturas (aquilo que MUÑOZ, 1998, denomina de “passagem estrutural”), devido aos seus mecanismos internos de resistência (naturais e culturais), responde de forma mais lenta do que a mudança das energias externas, as paisagens, em muitos casos, refletem energias já extintas, mas ainda não superadas pelos novos condicionantes que se instalam em um tempo recente.

Há, neste caso, uma nítida desconexão temporal entre o fenossistema paisagístico e o fluxo de energia que sobre ele incide no momento presente; esta desconexão será tanto maior quanto menor for a capacidade de auto-regulação do sistema paisagístico, já que a inércia homeostática acrescenta resistência à recuperação e reduz a “sensibilidade” da paisagem para responder às flutuações das energias de retorno (BRUNSDEN; THORNES, 1979).

A este retardo no tempo de retorno das funcionalidades, mesmo na ausência das energias que produziram a perda da estabilidade, definimos como uma “histerese” da paisagem, ou seja, a capacidade de a paisagem preservar uma deformação da sua estrutura original mesmo depois de extintas as forças que a produziram (THOMAS e ALLISON, 1993).

Em outros casos a propriedade de elasticidade do sistema da paisagem acelera os processos de restauração estrutural logo após o esgotamento de uma dada energia que a transformou, desde que não estejam rompidos os limites de resiliência desta paisagem (figura 1), configurando aquilo que Romero e Jiménez (2002) definem como “passagem estrutural com inércia”, ou seja, uma transformação fenossistêmica condicionada à duração da energia que a produziu, tal como acontece nas paisagens do Pampa sul-americano.

Neste bioma, a estrutura paisagística é mantida graças à permanente ação da atividade humana tradicional, representada pela pecuária extensiva (figura 2). Não seria exagerado, portanto, afirmarmos que, se a eliminação da energia antrópica, por um lado, poderia representar o retorno às estruturas paisagísticas pré-holocênicas, por outro, significaria, por certo, o fim do Pampa tal como o conhecemos e valorizamos (ZARTH

e GERHARDT, 2009). Este aparente paradoxo (o da necessidade de mantermos um grau de perturbação para “conservarmos” a paisagem) coloca em xeque até mesmo o conceito de conservação desenvolvido no Brasil à luz da preservação integral das estruturas naturais, com total eliminação de qualquer ação humana.

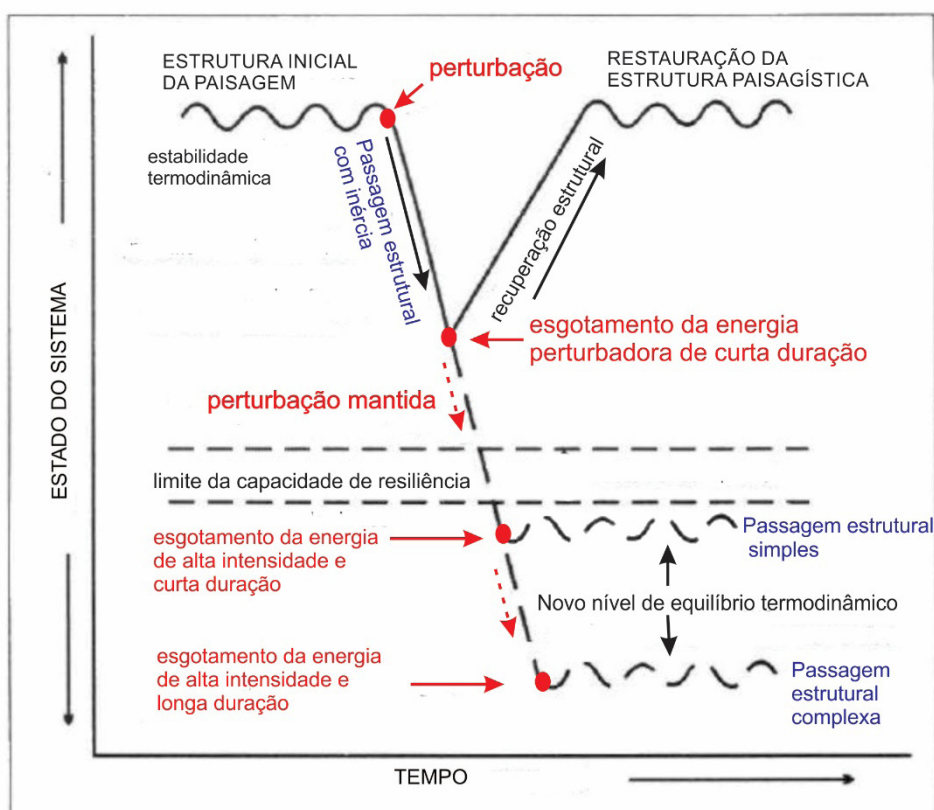


Figura 1- Esquema de transformação estrutural de uma paisagem em função do grau de energia que atua sobre ela

Fonte: Adaptado de Romero e Jiménez (2002)

Assim, se a introdução de cultivos de árvores exóticas no Pampa representa um novo e exógeno impulso de perturbação, com a ruptura do metaequilíbrio pecuarista em direção a um próximo estado paisagístico, a ação da pecuária tradicional (e toda a base cultural estabelecida por ela no território) representa, por sua vez, uma importante propriedade de resistência deste sistema paisagístico, oferecendo a inércia necessária para evitar as passagens estruturais permanentes, nas quais o esgaçamento das propriedades paisagísticas anteriores definiria a irreversibilidade das perdas do patrimônio natural e do patrimônio cultural a ele associado.

Sistemas paisagísticos que tenham as suas mudanças estruturais conectadas à passagem com inércia não estão ligados apenas a níveis mais superficiais de perturbação, mas, principalmente, a dinâmicas mais complexas de auto-organização, o que acelera em muito os patamares de recuperação homeostática. É exatamente esta a característica que nos permite afirmar que as paisagens mais complexas se afastam do comportamento determinístico-linear para se definirem em função do jogo

de forças dialéticas que controla as mudanças de estado do sistema.



Figura 2- O Pampa sul-americano representa uma paisagem cuja histerese depende, fundamentalmente, da ação humana por meio da pecuária extensiva. A ausência desta energia antrópica, como no caso das áreas protegidas da ação do gado, tanto no interior do Parque Estadual do Espinilho (a esquerda), como nas margens das rodovias (a direita, no primeiro plano), demonstra que a sucessão ecológica natural dá origem a uma estrutura arbustivo-arbórea incompatível com a estrutura e a funcionalidade das paisagens pampeanas que se busca preservar.

Fonte: Imagens do autor.

Essa condição coloca a qualquer observador um desafio muito maior do que o simples registro do campo visual, levando-nos a concordar com Bertrand e Bertrand (2002), quando afirmam que “*não basta, de fato, olhar uma paisagem. É preciso aprender a lê-la, resituando-a no espaço e no tempo*” (p.314).

Diante do exposto, percebe-se que, enquanto construto dialético, o estado da paisagem é a síntese das forças naturais e sócio-econômicas que se confrontam no espaço em cada porção do tempo, permitindo-nos compreender e valorizar o processo à forma. Novamente são Bertrand e Bertrand (2002) que nos alertam para o fato de que a paisagem não é “(...) *nem natural, nem artificial, mas híbrida, a paisagem não é estática. Ela só dura se a usamos (...)*” (p.251).

A paisagem, portanto, transcende à sua própria geometria, desdobrando-se numa indissociável e dialética (porquanto conflituosa) bi dimensionalidade, a dimensão da paisagem como objeto e a da paisagem como sujeito. A primeira nos remete à materialidade da paisagem-território (ROMERO e JIMÉNEZ, 2002), o espaço de um sistema de natureza termodinâmica, apropriado e transformado pelos homens em um tempo histórico, com graus variados de estabilidade e entropia (FIGUEIRÓ, 2012).

Já a dimensão da paisagem como sujeito retrata a construção cultural e, portanto, inter-subjetiva, que reflete a carga emocional derivada dos processos adaptativos que estes agrupamentos humanos produzem ao longo do tempo. A estética da natureza e a estética da cultura são, assim, indissociáveis na paisagem cultural daí derivada.

No entanto, falamos de uma paisagem cultural não apenas no sentido proposto por Sauer (2004) - de que a paisagem nasce do agir humano sobre a terra - retratada na clássica afirmação de Monbeig (2004), de que a paisagem é o “espelho de uma

civilização”, mas no sentido mesmo de que a paisagem é o agente de transformação da cultura ou, como afirma Campelo (2013), “*elemento dialógico na identidade cultural da comunidade que a interpreta e pratica, integrando a experiência enquanto conhecimento imaginativo e fecundo*” (p.25).

Isso nos permite afirmar que um território “*só se torna paisagem através do cruzamento de olhares múltiplos, a partir de fenômenos sensoriais e cognitivos compartilhados*” (BERTRAND e BERTRAND, 2002, p.290). Assim, a paisagem, entendida como uma articulação entre a natureza e a cultura no tempo histórico, repousa sobre uma estrutura espacial, mas é, ao mesmo tempo, nutrida e nutridora de representações, imagens e sentidos que se constrói sobre o território (CANTERO, 2004).

Contra o paradigma da perda, do (des)envolvimento homogeneizador, ergue-se aí o paradigma da resistência, do envolvimento, ou melhor, do coenvolvimento entre as comunidades e sua natureza, naquilo que Hong (2014) denomina de paisagens bio-culturais, ou seja, a resultante histórica do processo de domesticação da natureza pela cultura e da adaptação/domesticação da cultura pela diversidade da natureza disponível em cada paisagem.

Por outro lado, se levamos em conta que a diversidade biológica sobre a qual os homens desenvolvem e sustentam sua cultura responde de forma mediada à diversidade climática e geológico-geomorfológica do território (FIGUEIRÓ *et al*, 2013), podemos expandir o conceito de Hong (2014), para falarmos em paisagens geo-bio-culturais, tal como proposto por Figueiró (2012_a) (figura 3), representando uma paisagem onde o conhecimento e o uso sustentável do patrimônio natural ao longo da história molda uma cultura e estabelece as bases para uma ocupação racional e sustentável da terra, baseada numa identidade entre a natureza e a sociedade que dela usufrui e com a qual interage. Esta é a base para aquilo que Maturana e Varela (2001) definem como “*acoplamento estrutural*”, ou seja, um processo de interação recorrente entre os indivíduos e seu meio que promove, por meio do conhecimento, um mecanismo de mútua adaptação e transformação das estruturas sistêmicas.

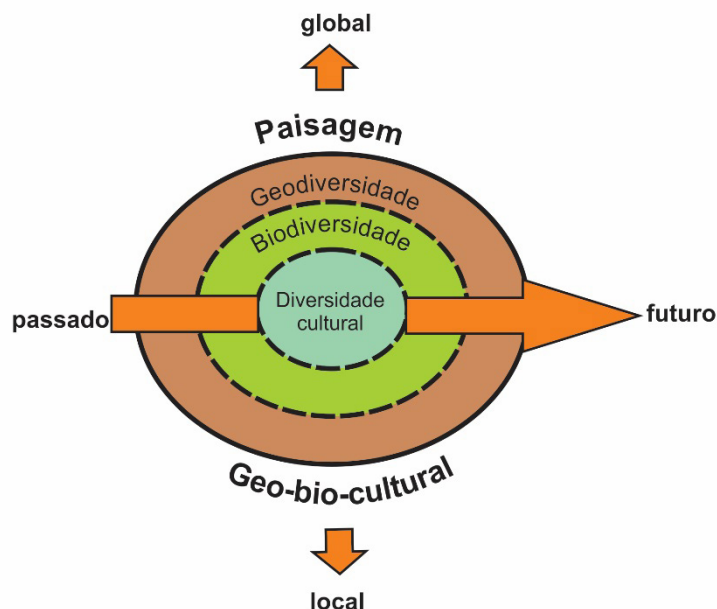


Figura 3- Representação esquemática da paisagem Geo-bio-cultural, na interface dos processos coadaptativos entre a sociedade e a natureza, em diferentes escalas de espaço e de tempo.

Fonte: Adaptado de Makhzoumi et al (2012)

A paisagem, nestas condições, assume uma centralidade na interpretação das culturas, conectando a partir de uma perspectiva integrativa o passado, o presente e o futuro, numa relação dialógica entre o global e o local, o quê, no caso do Pampa, nos permite reconceituar o próprio território, não apenas pelas suas delimitações geográficas, mas “a partir dos agenciamentos de relações que se estabelecem entre paisagens, mulheres, homens, animais, ofícios e utensílios, na configuração de um modo de vida ‘campeiro” (RIETH, 2013, p.6).

Ao resgatarmos o conceito de uma gênese geo-bio-cultural, resituamos a cultura no espaço e resignificamos o sentido da inteligência coletiva humana, não mais com a pretensão antropocêntrica de quem transforma a natureza de acordo com sua capacidade cognitiva e conforme as necessidades do tempo histórico, mas como um conjunto de expressões que evoluem a partir das relações afetivas e colaborativas que se estabelecem entre os elementos vivos da paisagem e que promovem a transformação do fenossistema no tempo e no ritmo destas interações.

UM (PRÉ) TEXTO PARA PENSAR AS PAISAGENS GEO-BIO-CULTURAIS

Do ponto de vista estritamente ecológico, chamamos de domesticação ao processo pelo qual uma população de uma determinada espécie animal ou vegetal perde, adquire ou desenvolve, e transfere hereditariamente, certos aspectos morfológicos, fisiológicos ou de comportamento como resultado de um longo processo de interação e seleção artificial por grupos humanos (PRICE, 1984).

Entendemos como equivocada esta classificação por partir de um pressuposto

hierárquico e unidirecional que considera apenas a dependência que as espécies não humanas desenvolvem por quem as domestica, sem ao menos levar em conta as relações de reciprocidade geradas na domesticação, o que poderia nos levar a considerar, ao menos, e ainda sob uma perspectiva estritamente ecológica, a domesticação como um processo de protocooperação, onde ambas as espécies se beneficiam das associações mais ou menos duradouras que estabelecem entre si.

Esta leitura estritamente ecológica expõe a ética antropocêntrica herdada da modernidade cartesiana que, ao tratar a humanidade como uma criação de antinatureza (FERRY, 2009), interpreta sempre os homens como os grandes protagonistas da emergência do mundo, atribuindo-lhes características supostamente inexistentes em qualquer outra espécie viva.

Para reforçar a defesa desta supremacia do homem sobre todos os outros seres, com base na capacidade humana de “se aperfeiçoar” a partir do processo sistemático de desnaturação, Rousseau (1999) argumenta que, ao contrário dos homens, “ (...) *um animal é, no fim de alguns meses, o que será toda a vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro desses mil anos*” (p. 65). A capacidade de se transformar, portanto, seria uma característica afeta apenas àqueles sobre os quais recai a liberdade e o direito da escolha.

Mesmo que consideremos que as ideias originais do filósofo genebrino do século XVIII estivessem focadas no exercício pleno da capacidade humana, e não propriamente nas origens e interações daí decorrentes, todo o pensamento posterior que estas ideias sustentaram (e continuam a sustentar em grande parte até hoje) nos mais diferentes campos das ciências humanas, ignora, por certo, uma questão central para repensar a noção de desenvolvimento e estabilidade no mundo caótico em que vivemos: os processos adaptativos fazem com que todos os seres em interação se modifiquem constantemente e de forma relacional em busca de melhores condições de vida.

Quando alargamos esta interpretação coevolutiva para as relações dos homens com a natureza, se retiramos a barreira filosófica moderna da desnaturação humana, somos capazes de perceber com maior clareza a reciprocidade existente nas adaptações humanas que derivam das mudanças evolutivas de plantas e animais que se submetem ao processo de domesticação.

Dois exemplos claros de domesticação ligados à identidade das paisagens do Pampa Sul-americano nos permitem desconstruir esta lógica hierárquica e unidirecional da interpretação antropocêntrica do mundo e recoloca-la em uma perspectiva de mão dupla: ao domesticar o cachorro e o cavalo, os seres humanos também foram, de certa forma, domesticados, já que sofreram profundas mudanças na sua sensibilidade, como decorrência do agir do outro. E, ao domesticarem e serem domesticados, homens, cachorros e cavalos domesticaram o espaço das pradarias sul-americanas na construção de uma paisagem. O manejo do gado proporcionado pela parceria interespecífica desencadeou um longo processo de seleção e especialização

de plantas, as quais passam a definir e condicionar particulares fluxos de ar, água e sedimentos que imprimem no espaço as marcas iniciais da ação do homem em interação com a natureza.

Quando o espaço é domesticado, a paisagem passa a ser ingrediente fundamental de coesão dos grupos humanos que a habitam, reforçando os mecanismos de resiliência e garantindo condições de estabilidade. O amálgama que a paisagem representa “toma parte das qualidades peculiares de um povo, integrando-lhe o caráter, o modo de ser, como em “ser gaúcho”, ou “ser pampiano” (...)” (MENEGAT, 2008).

Por ser um ecossistema aberto, com pequenas variações topográficas e dominância herbáceo-arbustiva sobre solos com grandes limitações para o aproveitamento agrícola, o Pampa tem se caracterizado, desde o século XVIII, pela presença da pecuária extensiva em áreas de médias e grandes propriedades.

Longe dos impactos normalmente gerados pela introdução de espécies exóticas, a chegada dos bovinos nas paisagens pampeanas desencadeou a retomada de uma dinâmica ecológica interrompida quando do desaparecimento dos grandes pastadores sul-americanos ao final do Pleistoceno (ZARTH e GERHARDT, 2009). A análise do fenossistema anterior à ocupação pecuária, demonstrava a dificuldade em descobrir “... *uma só milha quadrada em que não encontrasse na paisagem um grupo de árvores ou uma parte florestal...*” (LINDMAN e FERRI, 1974, p.25). Após a introdução generalizada da pecuária no Pampa, a paisagem foi transformada de forma significativa, mas no sentido de retorno ao metaestado do final do Pleistoceno, cuja estrutura fisionômica respondia a um ambiente mais seco.

Para Brailovsky (2006), o gado passa a ser o grande responsável pelas alterações fitofisionômicas que hoje nos levam a identificar o Pampa como uma pradaria climaticamente inconforme com o clima subtropical úmido onde se localiza.

A vegetação dos altos arbustos ressecados vai sendo substituída pelos pastos mais finos na medida em que a presença do gado acelera o ciclo do nitrogênio. O esterco de milhões de vacas e cavalos transforma o solo e permite o crescimento dos pastos que hoje conhecemos (BRAILOVSKY, 2006, p. 148).

Percebe-se assim que a principal marca que define a paisagem do Pampa como uma construção histórica e cultural não é nem mesmo o aparato cultural humano representado pela vestimenta, gastronomia e músicas típicas, mas sim a relação homem-animal-plantas, já que os aparatos humanos retratam apenas uma estratégia adaptativa ao modo de vida pampiano imposto pela pecuária em grandes áreas despovoadas de campo.

Em outras palavras, podemos afirmar que os animais e a paisagem domesticaram os homens, tanto quanto estes subordinaram aqueles aos seus próprios interesses. Nas palavras de Menegat (2008), “*o processo de domesticação não é outro senão a transferência do DNA do lugar à cultura, e vice-versa, de modo que ambos se pertençam. Isto é, ao ver a paisagem, logo identificamos o personagem que a habita, e, ao ver este, de imediato pensamos na paisagem*” (p.03).

Nas condições em que se construiu esta paisagem geo-bio-cultural, a presença de cavalos e cachorros, como auxiliares no manejo do gado, representou uma condição indispensável à manutenção da atividade rural, tal como já acontecia há cerca de 4.500-5.000 anos nas estepes euro-asiáticas, quando o cavalo foi domesticado (KUZMINA, 2003).

Constantemente a literatura nos informa que os cavalos representam uma das raras espécies dentre as 148 de grandes mamíferos herbívoros terrestres que “passaram no teste” da domesticação (DIAMOND, 2009) e que isso foi especialmente possível devido à estrutura social desta espécie que, em ambiente selvagem, vive em bando e se comporta de forma a respeitar as hierarquias internas existentes. *“Esta estrutura social é ideal para a domesticação, porque os humanos, na verdade, assumem o controle da hierarquia de dominação”* (DIAMOND, 2009, p.173). Todavia, não seria correto pensarmos que, ao observar e estudar a estrutura social dos cavalos selvagens, os homens das estepes asiáticas também aprenderam questões que podem ter lhes sido muito úteis no rigor daquelas paisagens, sobre como viver em grupo e respeitar hierarquias?

Mais do que isso, se analisamos a forma como até os dias atuais, nas paisagens do Pampa, os homens se dedicam a “domar” os cavalos (figura 4), não nos ocorre a compreensão de que a proximidade e o afeto envolvidos na relação entre o homem e o animal transformam a ambos? E se isso é verdade, estaríamos equivocados ao afirmar que nestes mais de quatro mil anos de convivência e confiança mútua, os homens domesticaram os cavalos tanto quanto foram por eles domesticados? Uma poesia bastante conhecida no Rio Grande do Sul parece responder ao questionamento feito:

Quem sou eu sem meu cavalo

O que será dele sem mim

Talvez dois seres perdidos

A vagar pelo capim.

Quem sou eu sem meu cavalo

O que será dele sem mim

Porque quando morre um cavalo

Morre um pedaço de mim.

Nunca se monta num potro

Sem antes amanuncia-lo

Parceiro a gente conquista

Não prende a força de pealo.

Tem que respeitar o amigo

Que nos serve de regalo
até nossa independência.
Um gaúcho sem cavalo
É um arreio sem estribo
É igual a um pajé solito
Sentindo a falta da tribo.
É mutante sem destino
Que não acha lenitivo
É um ser sem ideal
Que não honra o chão nativo.

(“O gaúcho e o cavalo”- Os Monarcas, *apud* RIETH, 2013, p.239)



Figura 4- Aspecto da “doma indígena” realizada nas paisagens do Pampa, onde cavalo e cavaleiro, por um processo de mútuo reconhecimento e aproximação, criam uma identidade cultural que transcende à mecânica clássica da dominação da natureza.

Fonte: Szymon Kocharński / CC BY ND

A interação entre os seres vivos e entre estes e o conjunto dos elementos e dinâmicas abióticas no processo de construção e transformação da paisagem ao longo do tempo gera, por certo, um acúmulo de memórias de interação, uma memória que, como nos lembram Toledo e Barrera-Bassols (2015), não é exclusivamente cognitiva mas, também, genética e linguística, expressando-se na variedade de genes, línguas e saberes que atravessam a estrutura de cada paisagem e produzem a sua singularidade.

É inevitável que o pensamento derivado do cartesianismo científico,

autojustificado, autodependente e assentado exclusivamente em nossa capacidade racional de interpretação dos “mecanismos” da natureza, nos remeta à conclusão de que nada temos a aprender com a natureza, mas sim sobre ela. Todavia, a análise do comportamento humano ao longo da história, demonstra um inquestionável processo de aprendizado dos homens com os demais seres vivos a partir dos processos de convivência mútua, que não se interrompe mesmo após a supremacia técnico-científica da modernidade.

Esta memória a que fazemos referência, como reserva de saberes e experiências que constroem a paisagem na perspectiva de valorização do endógeno e na direção das forças centrípetas de organização territorial é, essencialmente, uma memória geo-bio-cultural, balizadora de metabolismos socioecológicos de elevada sustentabilidade e resiliência, uma vez que os arranjos técnico-institucionais derivados de tais forças se baseiam em um conjunto de princípios similares àqueles que organizam o funcionamento da natureza: a diversidade, a natureza cíclica dos processos, a flexibilidade adaptativa, a interdependência e os vínculos associativos e de cooperação.

A amarração desta memória na materialidade do espaço-tempo em que a paisagem é construída e transformada, todavia, é dada por uma quarta e transversal dimensão, que é a memória afetiva, o grande referencial do agir humano no espaço relacional da construção do conhecimento e da identidade no território (MATURANA, 2002). Portanto, se a nossa forma de intervenção sobre a paisagem depende da memória geo-bio-cultural que carregamos, e esta, por sua vez, depende dos acoplamentos integrativos com os outros indivíduos e com o meio (*op.cit.*), então, nos parece razoável aceitarmos que a consciência histórica que baliza as formas de organização do espaço representa uma característica que vai além do fenômeno humano, enraizando-se em um complexo jogo coevolutivo que se deriva do “viver com”.

A MEMÓRIA E A CULTURA COMO MECANISMOS DE RESILIÊNCIA NAS PAISAGENS GEO-BIO-CULTURAIS

Considerando todas as formas de expressão compreendidas por uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza representam uma das dimensões mais importantes, uma vez que refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o território vivido, e que são guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo. Sem tais experiências acerca do comportamento do clima, das características dos solos, da etologia das plantas e dos animais, certamente que a sobrevivência dos grupos humanos não teria se dado na forma e na intensidade como se deu.

Este conjunto de experiências vividas pelos indivíduos e guardadas na memória da espécie a partir das consciências históricas comunitárias (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015) representa os saberes ambientais, problematizando a articulação das espacialidades e temporalidades de diferentes processos naturais e sociais (LEFF, 1998) que são transmitidos de geração em geração e compreendem os conhecimentos

imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza.

Estes saberes ambientais formam uma complexa síntese acerca das estruturas naturais e suas relações e dinâmicas ecológicas, compreendidas aí a sua variabilidade e tendências ao longo do tempo. Por esta razão, a natureza é profundamente observada e respeitada, na perspectiva de uma força de vida impossível de controlar, mas que, ao mesmo tempo, é fundamental para a existência e a sobrevivência humana. Assim, natureza e cultura são dimensões indissociáveis da construção dos saberes ambientais, os quais se baseiam nas experiências que ocorrem nas circunstâncias locais, mediadas pelas regras sociais de cada lugar.

Por isso podemos afirmar que os saberes ambientais são sistemas de conhecimento holísticos, cumulativos, dinâmicos e abertos, que se constroem a partir das experiências locais transgeracionais em constante processo de adaptação às dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas (LEFF, 2016). Este conhecimento experiencial e cumulativo assume, na sua integridade, o papel de “*uma teoria social ou (...) uma epistemologia local sobre o mundo circundante*” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.138).

Portanto, na dimensão histórica da inserção dos seres humanos na paisagem, o conhecimento a partir do qual um dado indivíduo toma as suas decisões e organiza o seu espaço, constitui a síntese de pelo menos três grandes dimensões espaço-temporais: i) a experiência historicamente acumulada pela humanidade e transmitida de uma geração à outra por diferentes meios; ii) a experiência socialmente compartilhada pelos membros de uma mesma comunidade; iii) a experiência pessoal e particular do próprio indivíduo e sua família, adquirida pela interação direta com a diversidade das estruturas e a variabilidade da dinâmica da natureza naquela dada paisagem. Isto faz com que a ação humana sobre a natureza reflita um processo longo e multiescalar de acumulação, transmissão e aperfeiçoamento de conhecimentos ao longo da história (figura 5). Para Toledo e Barrera-Bassols (2015), “*no longo prazo, essa memória coletiva circunscrita à identidade de cada povo ou lugar se torna uma memória da espécie quando se generaliza e se visualiza como mais uma variação de uma lembrança geneticamente compartilhada*” (p.95).

Muito mais do que o conhecimento objetivo da realidade, onde a compreensão dos elementos independe do valor que a eles se agrega, esta espiral de conhecimentos que resulta na formação da memória coletiva da espécie, lança mão especialmente da sabedoria dos indivíduos, ou seja, do conhecimento adquirido por familiaridade com os elementos da realidade, onde os valores, tanto quanto a objetivação dos fatos resulta na unidade da experiência vivida por ele, produzindo conhecimento por meio do reconhecimento da repetição de irregularidades no tempo. (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015)

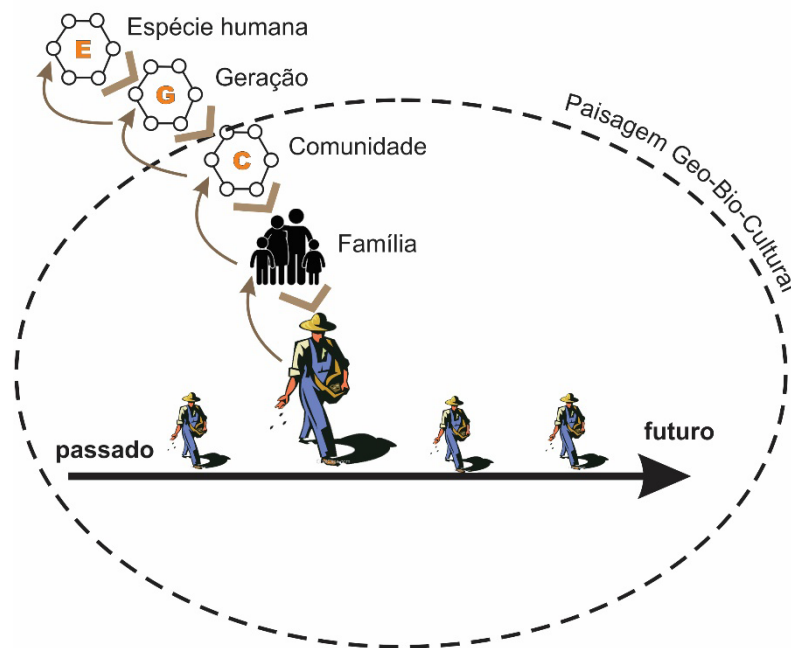


Figura 5- Dimensões espaço-temporais da ação e retroação humana sobre a paisagem a partir de um conjunto de experiências e conhecimentos historicamente acumulados e transferidos de uma geração à outra.

Fonte: Adaptado de Toledo e Barrera-Bassols (2015)

Embora indispensável para a explicação e generalização das leis que governam o comportamento das paisagens, o reducionismo do pensamento positivista que fragmenta e descontextualiza não permite uma aproximação com a complexidade das múltiplas formas de conhecer e significar, que somente a sabedoria permite desenvolver. Assim, enquanto o conhecimento científico tem sido orientado no sentido de garantir a ampliação das forças produtivas que mercantilizam (e, não raro, destroem) a paisagem, a sabedoria das comunidades que vivem e exploram estas paisagens de forma sustentável tem servido para sustentar uma atitude permanente de resistência local contra os modelos exógenos de dominação introduzidos pelos agentes que constroem e aplicam o conhecimento científico (NOVO, 2007).

A prática científica positivista, ao buscar construir um metarelato acerca dos mecanismos de funcionamento da natureza, esbarra nos limites da inevitável transferência do conhecimento a contextos distintos daquele em que foi produzido (MORIN, 2008), desarticulando a unidade entre conhecimento e prática e ampliando o potencial de risco de perdas por desconectar os produtores e os usuários deste conhecimento universal. Neste sentido, *“a perda da diversidade significa a extinção da experiência biológica e cultural, implica a erosão do ato de descobrir e a redução da criatividade”* (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.236).

Já a sabedoria desenvolvida pelas comunidades a partir de uma permanente proximidade com as particularidades de uma natureza diversa, constrói estratégias criativas de produção que reduzem o risco e aumentam a capacidade de resiliência ao criarem, manterem e, até mesmo, ampliarem a complexidade geográfica e

ecológica do território, a partir de uma racionalidade orientada para a dissipação dos distúrbios. Esta racionalidade não se constitui a partir de uma herança hermética de conhecimento passado, mas sim a partir de desenhos inovadores alimentados por redes sociais que estabelecem trocas internas e externas ao sistema da paisagem. Assim, os mecanismos de inovação e a adaptação, tão próprios a estes sistemas geo-bio-culturais, são processos dinâmicos e contextualizados em aspectos culturais particulares no espaço e no tempo, que oferecem aos sujeitos deste processo um sentido de pertencimento ao território.

REFERÊNCIAS

BERTRAND G., BERTRAND C. **Une géographie traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités**. Paris: Editions Arguments. 2002.

BRAILOVSKY, A.E. **Historia ecológica de iberoamerica. De los Mayas al Quijote**. Buenos Aires: capital Intelectual, 2006.

BRUNSDEN, D.; THORNES, J.B. **Landscape Sensitivity and Change**. Transactions of the Institute of British Geographers, London, n. 4, p. 463-484, 1979.

CAMPELO, A. **A paisagem. Introdução a uma gramática do “espaço”**. Guimarães: UMINHO, 2013.

CANTERO, N.O. Naturaleza y Cultura em la Visión Geográfica Moderna del Paisaje. In : ORTEGA, N. (Org.) **Naturaleza y Cultura del Paisaje**. Madrid: UAM/ Fundación Duques de Soria, 2004, p. 9-35.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço. Os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica. A árvore, o animal e o homem**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FIGUEIRÓ, A.S. Mudanças ambientais na interface floresta-cidade e riscos associados: uma análise a partir dos sistemas dissipativos. In: GUIMARÃES, S.T.L.; CARPI Jr., S.; BERRÍOS, M.B.R. **Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais**. Rio Claro: IGCE/UNESP/RIO CLARO, 2012. P. 226-255.

FIGUEIRÓ, A.S. Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos. **Revista Geonorte**, Edição Especial, 4 (4): 57 – 77, 2012_a.

FIGUEIRÓ, A.S.; VIEIRA, A.A.B.; CUNHA, L.C. Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. **CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro (SP), Vol.8, n.1, p.49-81, 2013.

FIGUEIRÓ, A.S. Para uma compreensão dialética da paisagem cultural na Geografia: reflexões a partir da transformação da natureza por comunidades tradicionais peruanas. In: PIMENTA, M.A.; FIGUEIREDO, L.C. (orgs.) **Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens**. Florianópolis: UFSC, 2014. P.257-292.

HONG, S.K. Philosophy and Background of Biocultural Landscapes. In: HONG, S.K.; BOGAERT, J.; MIN, Q. (Eds.) **Biocultural Landscapes. Diversity, Functions and Values**. London: Springer, 2014. P.1-8

KUZMINA, E. E. Origins of pastoralism in the Eurasian steppes. In: LEVINE, M.; RENFREW, C.; BOYLE, K. **Prehistoric steppe adaptation and the horse**. Cambridge: McDonald Institute, 2003. pp.

203–232.

LEFF, E. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LEFF, E. **A aposta pela vida. Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul.** Petrópolis: Vozes, 2016.

LEITE, M.A.F.P. **Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização.** São Paulo: Hucitec, 2006.

LINDMAN, C. A. M.; FERRI, M.G. **A vegetação no Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.

MAKHZOUMI, J.; TALHOUK, S.; ZURAYK, R.; SADEK, R. Landscape Approach to Bio-Cultural Diversity Conservation in Rural Lebanon. In: TIEFENBACHER, J. (Ed.) **Perspectives on Nature Conservation – Patterns, Pressures and Prospects.** Rijeka (Croatia): In Tech, 2012. P.179-198.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano.** São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA, R.H. **De máquinas e seres vivos, autopoiese: a organização do vivo.** Porto Alegre: ARTMED, 2002.

MENEGAT, R. O DNA da paisagem. In: PAIVA, Z. **Expedição Natureza Gaúcha.** São Paulo: Metalivros, 2008.

MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. **GEOgraphia**, Vol. 6, n. 11, p.109-117, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MUÑOZ, J. Paisaje y Geossistema. Una aproximación desde la Geografía física, In: MARTÍNEZ DE PISÓN, E. (Ed.). **Paisaje y Medio Ambiente.** Valladolid: Fundación Duques de Soria, 1998. p. 45-56.

NOVO, M. **El Desarrollo Sostenible. Su dimensión ambiental y educativa.** Madrid: McGraw Hill, 2007.

PRICE, E. O. Behavioral aspects of animal domestication. **The Quarterly Review of Biology**, Vol. 59, nº 1, p.1-32, 1984.

RIETH, F. **Inventário Nacional de Referências Culturais – lidas campeiras na região de Bagé/RS.** Vol.1. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

ROMERO, A.G. JIMÉNEZ, J.M. **El paisaje en el ámbito de la Geografía.** México: Instituto de Geografía – Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et paysages. Bilan et méthodes.** Paris: Armand Colin, 1991.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1999.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. P. 12-74.

THOMAS, D.S.G.; ALLISON, R.J. **Landscape sensitivity.** Chichester: John Wiley & Sons, 1993.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ZARTH, P. A; GERHARDT, M. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, A (org.). **Lavouras da destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: UFPEL, 2009. P.249-295.

PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS

Vanda de Claudino-Sales

Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sobral, Ceará

RESUMO: Desde 1970, a UNESCO vem classificando sítios de valor excepcional para a humanidade como patrimônio mundial. A Ilha de Fernando de Noronha e o Atol das Rocas, situados ao largo da costa nordeste do Brasil, foram definidos como uma propriedade do patrimônio natural da humanidade em 2001. Fernando de Noronha é formada por picos vulcânicos e contém o único mangue insular do Atlântico Sul. O Atol das Rocas, único no Atlântico Sul, é formado por ilha elíptica e ilhotas, sendo fechado para visitação. Cobrindo 42.300 ha, ambos feições representam oásis de águas férteis na costa brasileira e mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio mundial; Paisagens espetaculares; Fernando de Noronha; Atol das Rocas.

ABSTRACT: Since 1970, UNESCO has been classifying sites of exceptional value for humanity as world heritage. The Fernando de Noronha Island and the Rocas Atoll, located along the northeast coast of Brazil, were designated as a natural heritage site of humanity in 2001. Fernando de Noronha is formed by

volcanic peaks and contains the only insular mangrove of the South Atlantic. Rocas Atoll, the unique on the South Atlantic, is formed by an elliptical island and some islets, and is closed to visitation. Covering 42,300 ha, both features represent oasis of fertile waters on the Brazilian and world coasts.

KEYWORDS: World heritage; spectacular landscapes; Fernando de Noronha Island; Rocas Atoll.

1 | INTRODUÇÃO

“Patrimônio é a nossa herança do passado, o que vivenciamos hoje, e o que será transmitido para as futuras gerações”. Com essa afirmativa, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresenta as paisagens mundiais que são de valor supremo para a humanidade.

Amparada nesse entendimento, a agência internacional inscreve anualmente em uma lista oficial os sítios que por sua natureza, sua cultura, ou ambos, são importantes para a humanidade como um todo. A lista, conhecida como “lista do patrimônio mundial”, leva em consideração a idéia de que tais sítios pertencem a todos os povos do mundo, independente do território no qual estão localizados. Excepcional valor universal é o requerimento central para a

inscrição de um sítio na lista do patrimônio mundial. A excepcionalidade diz respeito ao valor natural ou/e cultural, os quais devem ser espetaculares, ao ponto de transcenderem fronteiras nacionais e serem de suma importância para a humanidade, nas suas gerações futuras e presentes.

A agência internacional usa, para a consecução desse projeto, a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”, conhecida como “Convenção do Patrimônio Mundial”. Essa convenção internacional foi adotada em 1972, e é baseada em um acordo entre nações signatárias relativo à salvaguarda dos sítios inscritos na lista. Até janeiro de 2018, 193 países haviam assinado a convenção (UNESCO WHC, 2018a).

A UNESCO também criou o “Comitê do Patrimônio Mundial”. O comitê é responsável pela implementação da “Convenção do Patrimônio Mundial”, e estabelece os sítios que serão inscritos na lista. O comitê também define o uso dos recursos financeiros do órgão para o fim de preservação dos sítios e aloca assistência financeira mediante requisição e justificativa da parte dos países signatários da convenção.

O “Comitê do Patrimônio Mundial” é composto por 21 estados-nações eleitos em assembleia geral dos estados-membro para uma gestão de quatro anos. Os representantes dos estados-nações reúnem-se anualmente para analisar as proposições dos estados-membros de inclusão de sítios na lista do patrimônio mundial. A “União Internacional para Conservação da Natureza- IUCN” é o conselho consultivo para os sítios naturais, enquanto o “Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS” fornece avaliações sobre os sítios culturais. Ambas as instituições atuam junto ao comitê no caso de definição de sítios mistos.

O comitê também examina relatórios sobre o estado de conservação dos sítios já inscritos e solicita aos estados-nações que tomem atitudes quando as propriedades não estão sendo adequadamente gerenciadas. A reunião anual igualmente decide acerca da definição de propriedades em perigo ou sob risco de destruição dos atributos que justificaram a sua entrada na lista oficial.

Até janeiro de 2018, o número de sítios na lista do patrimônio mundial era da ordem de 1.052. Dentre eles, 814 são sítios culturais, 203 sítios naturais, e 35 são sítios mistos. Eles estão distribuídos em 165 países. O Brasil conta com 20 sítios, sendo 7 do tipo sítio natural (UNESCO WHC, 2018a). Dentre esses, situam-se as ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, que perfazem uma única propriedade (UNESCO WHC, 2018b).

O presente trabalho visa analisar as características naturais (clima, geologia, geomorfologia, biodiversidade) das ilhas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, bem como os principais aspectos relacionados com problemas ambientais e conservação do espaço natural. O objetivo é chamar a atenção para a riqueza dessas propriedades inscritas na lista do patrimônio mundial da UNESCO, visando fortalecer uma cultura de preservação das nossas paisagens espetaculares. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e reconhecimento de campo (na Ilha de Fernando de

Noronha), sendo pautado pela ideia metodológica da análise ambiental.

2 | CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS DAS ILHAS MARÍTIMAS

O tema do presente trabalho está associado com as ilhas marítimas do Nordeste equatorial brasileiro. Trata-se das ilhas vulcânicas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, localizadas 4° abaixo da linha do Equador. Fernando de Noronha situa-se a 350 km do continente, e Atol das Rocas, a 150 km (Figura 1).

Parte da Ilha de Fernando de Noronha foi designada como “Área de Proteção Ambiental –APA” em 1986. Um “Parque Nacional Marinho” foi criado em 1988. Em 1989, toda a ilha foi declarada como “Área de Proteção Ambiental – APA” (Reis e Hayward, 2013).

O Atol das Rocas foi estabelecido como uma “Reserva Biológica Nacional” em 1979 (ICMBio, 2016a). Trata-se da primeira área de conservação marinha decretada no Brasil, e a primeira a ser protegida por lei (Kikuchi, 1994). Ambas as ilhas foram decretadas pela UNESCO como sítios naturais do patrimônio mundial em 2001 (UNESCO WHC, 2017b).

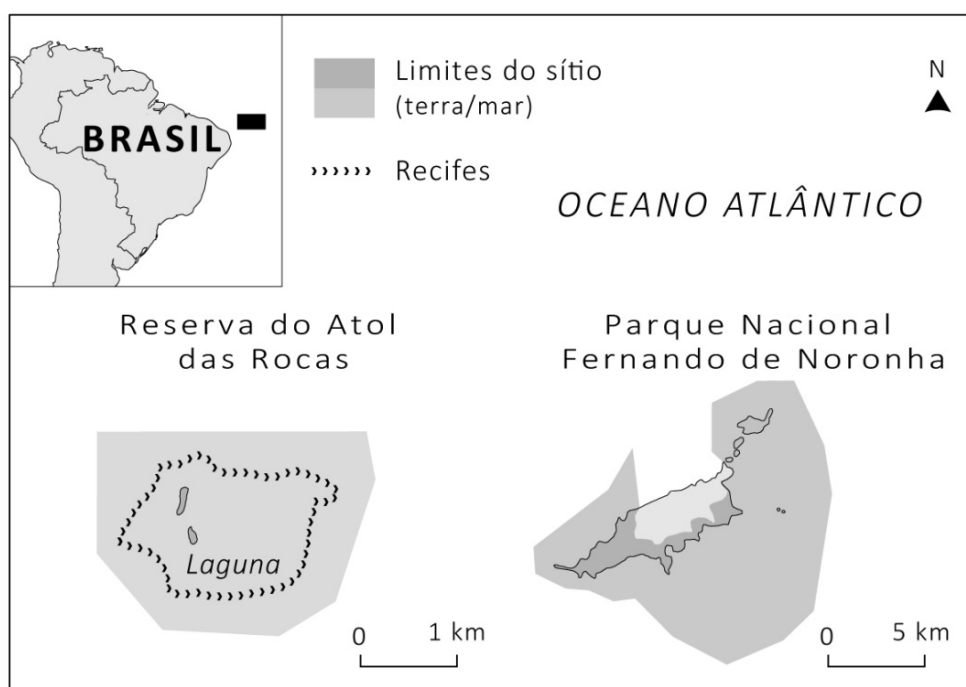


Figura 1. Localização da Ilha de Fernando de Noronha (direita) e Atol das Rocas (esquerda) ao largo da costa do Nordeste brasileiro.

A propriedade definida como patrimônio mundial pela UNESCO em Fernando de Noronha tem a mesma área do parque marinho, cobrindo a maior parte da ilha principal e ainda outras ilhotas que fazem parte do arquipélago (Ver Figura 1). A propriedade representa ao total 112.7 km², dos quais 85% perfazem área marinha (UNESCO WHC, 2018b).

O turismo é uma importante atividade na Ilha de Fernando de Noronha. O

mergulho é a mais frequente das atividades realizadas pelos turistas. Uma corrente oceânica oriunda da África permite o mergulho por mais de 30 m de profundidade sem a necessidade de roupas especiais (Sítio Oficial de Fernando de Noronha, 2016), o que faz com que o esporte seja bastante acessível para grande número de pessoas na localidade.

O Arquipélago de Fernando de Noronha tem longa história, considerando-se que foi descoberto pelo navegador português Américo Vespúcio em 1503. Foi ocupado por holandeses e franceses, com ocupação permanente por Portugal tendo sido realizada só a partir de 1737 (CPRM, 2017).

Efetivamente, existem numerosos sítios arqueológicos nas ilhas que perfazem o arquipélago, bem como importante patrimônio cultural na ilha principal (Vila dos Remédios), o qual se acha representado por construções arquitetônicas tais como igrejas, casarios e fortes.

A ilha serviu como colônia correcional para presos comuns por décadas. Durante a II Guerra Mundial, foi transformada em território militar federal. Em 1988 a área, até então de jurisdição federal, foi incorporada ao Estado de Pernambuco (Sítio Oficial de Fernando de Noronha, 2016). Representa um distrito estadual, o único no Brasil, e é administrado diretamente pelo governo estadual (Ministério do Meio Ambiente, 2008). Conta com uma população fixa de cerca de 3.000 habitantes (Sítio Oficial de Fernando de Noronha, 2017).

No Atol das Rocas, a propriedade definida como sítio do patrimônio mundial é formada pela área da reserva biológica marinha, a qual recobre 7,5 km² (UNESCO WHC, 2017b). O atol é bem preservado, e acha-se praticamente intocado do ponto de vista da ocupação humana (UNEP/MCMC, 2011). O acesso público é banido na ilha, que só é usada para proteção de espécies marinhas e terrestres e para estudos científicos.

O atol apareceu pela primeira vez em um mapa do século 16, tendo tido detalhamento em mapa datando de 1852 (UNEP/MCMC, 2011). A República Federativa do Brasil é proprietária do atol, que é gerenciado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ligada ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio, 2016a).

2.1 Condições Climáticas

As condições climáticas nas ilhas são caracterizadas pela presença de clima tropical seco com forte influência oceânica. Existem duas estações climáticas bem definidas, uma estação seca e uma estação chuvosa (Marques et al., 2007).

A estação chuvosa ocorre entre fevereiro e julho. A precipitação média anual é da ordem de 1.300 mm. As chuvas mais fortes ocorrem entre março e junho, algumas vezes atingindo valores de 190 mm em 24 horas (Fávaro et al., 2006).

A temperatura média anual é da ordem de 25.4° C. Os ventos dominantes são os

alísios de SE (Almeida, 2000), e apresentam velocidades médias da ordem de 6,6 m/s. Os ventos são mais fortes entre julho e agosto (Manso et al., 2011).

2.2 Geologia e Geomorfologia

O Arquipélago de Fernando de Noronha é parte de um edifício vulcânico já extinto, situado em uma zona de fraturas oceânicas orientadas E-W (Almeida, 2000). Estende-se a partir da superfície marinha até profundidades de mais de 4.000 m (Almeida, 1955).

O arquipélago foi desenvolvido em um substrato de rochas piroclásticas depositadas em condições subáreas, intercortadas por rochas eruptivas, as quais, depois de certo hiato, foram recobertas por derrames de lavas basálticas (Manso et al., 2011).

Assim, representam dois episódios vulcânicos. O mais antigo, datado do Mioceno Superior, é caracterizado pela ocorrência de piroclastos penetrados por domos, plugs e diques fonolíticos e traquíticos, além de numerosos diques de variados tipos de rochas alcalinas (Almeida, 2000). Processos erosivos posteriores destruíram as rochas vulcânicas desse ciclo.

O segundo episódio, de idade Plioceno Superior, é representado pelos derrames basálticos e rochas piroclásticas (Almeida, 2000). A idade do vulcão que originou Fernando de Noronha foi estimada como sendo da ordem de 12 Ma, e ele teria tido atividade até por volta de 1,8 Ma (Cordani, 1970).

Para além de rochas vulcânicas, também são encontradas rochas sedimentares, originadas pela erosão do edifício vulcânico. Essas rochas representam somente 7,5% da área total do arquipélago (Almeida, 1955).

A ilha principal, Fernando de Noronha, possui 10 km de comprimento e 3,5 km de largura. O arquipélago é formado por 21 ilhas, ilhotas ou rochedos e lajedos (CPRM, 2014). Embora apresente alturas modestas para ilhas oceânicas - a altitude vai do nível do mar até 323 m (UNEP/WCMC, 2011) -, a geomorfologia de Fernando de Noronha é complexa, com picos (normalmente sustentados por fonólitos) e elevadas falésias representando as feições principais. As praias arenosas são escassas, e onde ocorrem (sobretudo no litoral norte), são acompanhadas por dunas de pequeno porte (Manso et al., 2011).

A linha de costa é largamente rochosa, sendo caracterizada pela ação de correntes e ventos intensos, bem como por turbulência gerada por ondas (Manso et al., 2011) (Figuras 2 e 3). Ocorrem níveis marinhos antigos na ilha principal, situados até cerca de 30 m acima do nível atual do mar (Almeida, 2000).

O Atol das Rocas é um dos menores atóis no mundo (Soares, 2009), e representa o único atol no Atlântico Sul (UNESCO WHC 2017b). Ele desenvolveu-se durante os últimos 7 Ka, a partir do topo plano de um guyot, nas mesmas montanhas submarinas que formaram o Arquipélago de Fernando de Noronha (Almeida, 1955).

O atol provavelmente desenvolveu-se acima de uma superfície cárstica de idade pleistocênica, cuja profundidade situava-se entre 15 m e 30 m (Kikushi, 1994).

O Atol das Rochas tem uma forma aproximadamente elíptica. Seu eixo maior, orientado E-W, tem em torno de 3,7 km, enquanto o eixo menor, orientado N-S, apresenta extensão de cerca de 2,5 km. Apesar dessas pequenas dimensões, o front e a laguna são perfeitamente delineados na paisagem (Pereira et al., 2013; Kikushi, 1999).

No entanto, as feições biogeomorfológicas do Atol das Rocas estão sendo afetadas por processos naturais tais quais bioerosão, bioturbação, cimentação de areia carbonática biogênica e bioconstrução de algas calcárias, vermitídeos, corais e foraminíferos (Soares, 2009).

Pássaros, peixes, tartarugas marinhas, corais, algas, moluscos, poliquetas, foraminíferos e micro-organismos diversos convivem no Atol das Rochas, criando um conjunto com características biológicas únicas (Soares, 2009). Uma grande laguna, rasa (profundidade máxima de 6 m), se situa a nordeste do atol. A laguna se comunica com o oceano aberto através de um canal situado a norte (Kikushi, 1994). Mesmo durante a maré alta, a laguna encontra-se bem definida (Manso et al., 2011).



Figura 2. Rochas vulcânicas criando picos e falésias elevadas na área denominada Praia do Morro do Pico, na Ilha de Fernando de Noronha (Foto: Shutterstock Stock Photos).



Figura 3. Pontas litorâneas sustentadas por rochas vulcânicas, criando praias do tipo enseadas (pocket beaches) na área denominada de Baía do Sancho, Ilha de Fernando de Noronha (Foto:Shutterstock Stock Photos).

O atol em condições de maré baixa fornece uma paisagem marinha espetacular, composta por laguna e planícies de maré povoadas por peixes, conchas, esponjas, moluscos e corais (UNESCO WHC, 2018b). Barreiras e praias arenosas também são características desse sítio (Pereira et al., 2010) (Figuras 4 e 5).



Figura 4. Barreira vegetada desenvolvida nas partes externas do Atol das Rocas (Foto: Valdir do Amaral Vaz Manso)

2.3 Biodiversidade

O Arquipélago de Fernando de Noronha é rico em endemismo, mas muito pobre em relação a diversidade de sua flora e fauna. Tal situação deriva do seu elevado grau de isolamento (Batistella 1996; UNESCO WCH, 2018b).

A vegetação original das ilhas do Arquipélago de Fernando de Noronha tem claras afinidades com a Mata Atlântica (Floresta Pluvial Atlântica), e foi denominada Floresta Atlântica Insular. Hoje, essa Mata Atlântica Insular representa apenas 5% da cobertura original (UNEP/WCMC, 2011).



Figura 5. Praias arenosas contornando a laguna elíptica no Atol das Rocas
(Foto: Valdir do Amaral Vaz Manso)

Cerca de 400 espécies de plantas foram registradas nas ilhas de Fernando de Noronha, das quais três são espécies endêmicas (UNEP/WCMC, 2011). Em Fernando de Noronha ocorre também uma área de manguezal, a única comunidade de mangue insular existente no Atlântico Sul (UNESCO WHC, 2017b).

A Ilha de Fernando de Noronha tem sido considerada como uma das mais importantes áreas para a reprodução de aves marinhas, tanto no Atlântico Sul quanto no Atlântico Norte (ICMBio, 2016). Também é considerada um berçário para grupos de animais ameaçados de extinção, como cetáceos e quelônios (ICMBio, 2016). Uma população de golfinhos do tipo “rotador” (*spinner*), composta por 1.200 indivíduos, ocorre na região. Em torno de 95 espécies de peixes foram registradas, incluindo duas espécies endêmicas (UNEP/WCMC, 2011).

A vegetação no Atol das Rocas é herbácea e halófila. Alguns indivíduos de

palmáceas foram introduzidos por pescadores (ICMbio, 2016a). No atol existem mais de 150.000 pássaros marinhos, e os corais são extremamente abundantes (UNEP/WCMC, 2011).

3 | CONCLUSÕES: DESAFIOS PARA O GERENCIAMENTO SOCIOAMBIENTAL

O número de turistas que visita a Ilha de Fernando de Noronha representa uma ameaça para o meio ambiente, considerando o primitivismo dos seus ecossistemas (Montenegro et al., 2008) e a integridade dos seus geossistemas. Por lei, o número de turistas permitido por dia na ilha está limitado a 450, mas esse número é largamente ultrapassado na alta estação, chegando a totais da ordem de 1.400 (Ministério do Meio Ambiente, 2008). Não há registros se esses números vêm passando por ampliação ao longo da última década.

Efetivamente, o turismo vem causando impactos negativos (Feitosa e Gomez 2013), como compactação do solo, introdução de espécies não nativas e produção de distúrbio biológico (ICMBio, 2016b). A poluição ambiental também é preocupante, considerando-se que existe falta de serviços públicos elementares na ilha, tais como tratamento de esgotos e disposição adequada de resíduos sólidos (Reis e Hayward, 2013).

Outras ameaças são a sobrepesca, tanto em Fernando de Noronha quanto em Atol das Rocas (UNESCO WHC, 2018b), e as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. O aquecimento global pode ser mortal para os corais, e implica ainda em alterações nas condições meteorológicas e climáticas, possivelmente levando a uma extensão da estação seca e ao aumento do déficit de água fresca que caracteriza os dois conjuntos de ilhas vulcânicas.

Faz-se necessário uma ampliação das preocupações ambientais dos gestores brasileiros desse sítio do patrimônio mundial, no sentido de tentar minorar os impactos negativos dos usos e ocupações, bem como estabelecer estratégias visando enfrentar os problemas associados com as mudanças climáticas.

Uma iniciativa nesse sentido diz respeito ao movimento que vem sendo realizado por um grupo de especialistas de diversas áreas científicas, visando transformar a Ilha de Fernando de Noronha em “Geopark” (CPRM, 2017).

“Geopark” (ou geoparque em português) é um título concedido pela UNESCO à uma área com limites geográficos bem definidos onde ocorrem sítios de interesse geológico universal (geossítios), a qual é ou deveria vir a ser gerenciada visando a proteção do patrimônio natural e a implementação de um desenvolvimento sustentável (UNESCO Global Geoparks, 2017).

Atualmente existem 120 geoparques no mundo, distribuídos em 32 países. No Brasil, há apenas um, o Geoparque Araripe (“Araripe Geopark”), localizado no Ceará (UNESCO Global Geoparks, 2017). Efetivamente, o Arquipélago Fernando de Noronha apresenta grande potencial para receber o selo de Geoparque da UNESCO,

pois abriga 43 geossítios, dos quais 26 são terrestres e 17 submersos (CPRM, 2014). Poucas áreas no Brasil contam com tal diversidade de geossítios em um espaço geográfico tão pequeno.

REFERÊNCIAS

Almeida, F.F.M. Arquipélago de Fernando de Noronha. Registro de um monte vulcânico do Atlântico Sul. In: Schobbenhaus C, Campos D.A., Queiroz E.T., Winge M., Berbert-Born M. (eds). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: CPRM, 2000. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio033english.htm>>. Acesso:23 abril 2017.

Almeida, F.F.M. **Geologia e Petrologia do Arquipélago de Fernando de Noronha**. Rio de Janeiro: DNPM/Diretoria de Geologia e Recursos Minerais, Monografia XIII, 1995.

Batistella, M (1996). **Espécies vegetais dominantes do Arquipélago de Fernando de Noronha: grupos ecológicos e repartição espacial**. Acta Botânica Brasileira, vol. 10, n. 2. p. 223-235.

Claudino-Sales, V. **Coastal World Heritage Sites**. Amsterdam: Springer, 2018.

CPRM (Serviço Geológico do Brasil) **Geoparque de Fernando de Noronha**. Brasília, 2017 Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/noronha1/index.php?GEOPARQUE=8>. Acesso: 3 maio 2017.

CPRM (Serviço Geológico do Brasil). **CPRM atualiza conhecimento geológico do Arquipélago de Fernando de Noronha**. Brasília, 2014. Disponível em:<<http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/CPRM-atualiza-conhecimento-geologico-do-arquipelago-de-Fernando-de-Noronha-3172.html>> Acesso em: 3 maio 2017.

Fávaro D.I.T., Oliveira S.M.B., Damatto S.R., Menor E.A., Moraes A.S., Mazzilli B.P. **Caracterização química e mineralógica do material inconsolidado do fundo da Lagoa da Viração, Arquipélago de Fernando de Noronha, Pernambuco**. Geologia USP, vol. 5, n. 2, p.:1-11, 2006.

Feitosa M.J.S., Gomez C.R.P. **Aplicação do *Tourism Ecological Footprint Method* para avaliação dos impactos ambientais do turismo em ilhas: um estudo em Fernando de Noronha**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol. 7, n. 2), p. 220-238, 2013.

IMCBio (Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade) **Rebio Atol das Rocas**. Relatório, Brasília, 2016^a.

IMCBio (Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade) **Plano de Manejo da APA de Fernando de Noronha. Relatório**, Brasília, 2016b. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/_APA_Fernando_de_Noronha_-_Encarte_3.pdf>. Acesso” 24 abril 2017.

Kikushi, R.K.P. Rocas Atoll, Southwestern Equatorial Atlantic, Brazil. In: Schobbenhaus C., Campos D.A., Queiroz E.T., Winge M., Berbert-Born M. (eds). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: CPRM, 1999. Disponível em: < <http://sigep.cprm.gov.br/sitio033english.htm>>. Acesso em: 23 abril 2017.

Kikushi, R.K.P. **Geomorfologia, Estratigrafia e Sedimentologia do Atol das Rocas (Rebio/Ibama/RN), Atlântico Sul Ocidental Equatorial**. Salvador: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1994.

Manso V.M.V., Menor E.A., Valença L.M.M., Neumann V.H.M., Pereira N.S., Junior C.F.A.S., Silva E.R. **Morfodinâmica de Praias Setentrionais da Ilha de Fernando de Noronha**. Revista da Gestão Costeira Integrada, vol.11. n. 3, p. :327-339., 2011.

Marques F.A., Ribeiro M.R, Bittar S.M.B., Tavares-Filho A.N., Lima J.FWF **Caracterização e classificação de Neossolos da Ilha de Fernando de Noronha (Pe)**. Revista Brasileira de Ciências do Solo, vol. 3, n. 6, 2007, doi.org/10.1590/S0100-06832007000600032.

Ministério do Meio Ambiente. **Estudo e determinação da capacidade de suporte e seus indicadores de sustentabilidade com vistas à implantação do plano de manejo da área de proteção ambiental do arquipélago de Fernando de Noronha**. Brasília: Relatório, 2008.

Montenegro S.M.G.L., Montenegro A.A.A, Silva V.L., Sobrinho M.A.M., Correa M.M. **Water Quality Evaluation of the Springs in Fernando de Noronha Island**. Ambiente e Agua: An Interdisciplinary Journal of Applied Science, vol. 3, n. 3, p.114-127, 2008.

Pereira N.S., Manso V.A.V., Macedo R.J.A., Dias J.M.A., Silva A.M.C. **Detrital carbonate sedimentation of the Rocas Atoll, South Atlantic**. Anais da Academia Brasileira de Ciências, vol. 85, 2013, doi.org/10.1590/S0001-37652013000100005 .

Pereira N.S., Manso V.A.V., Silva A.M.C. **Mapeamento geomorfológico e morfodinâmica do Atol das Rocas**. Revista de Gestão Costeira Integrada, vol. 10, p. 331-345, 2010.

Reis A., Hayward P. **Pronounced Particularity: A Comparison of Governance Structures on Lord Howe Island and Fernando de Noronha**. Island Studies Journal, vol. 8, n. 2, p.:285-298, 2013.

Sítio Oficial de Fernando de Noronha (2016). **Fernando de Noronha**. Disponível em: <<http://www.noronha.pe.gov.br>>. Acesso em: 23 abril 2017.

Soares, M.O. **Geobiologia do Atol das Rocas**. Porto Alegre: Tese de Doutorado. Departamento de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

UNEP/WCMC (United Nations Environmental Programme/World Conservation Monitoring Centre) **Brazilian Atlantic Islands, Brazil**. Cambridge: Relatório, 2011.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) **Global Geoparks**, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/>>. Acesso em: 4 maio 2017

UNESCO WHC (Centro do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). **Report of meeting**, 2018a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/about/>>. Acesso em: 3 maio 2017.

UNESCO WHC (Centro do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)) **Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves**, 2018b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1000>>. Acesso em: 26 abril 2017.

UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO

Rita de Cássia Evangelista dos Santos
Rúbia Elza Martins de Sousa

RESUMO: O artigo analisa o romance *Terras do Sem Fim* do romancista baiano Jorge Amado buscando elementos que nos permitem compreender a formação da região cacauera da Bahia tendo o cacau como um símbolo de poder econômico, político e social, além de fazer parte do imaginário da população da referida região. No romance em questão, Jorge narra a sangrenta disputa pelas terras do Sequeiro grande por duas poderosas famílias de produtores de cacau do sul da Bahia. A partir das suas memórias, suas vivências e da sua imaginação criadora, Jorge constrói uma brilhante narrativa que nos permite pensar o espaço geográfico do sul da Bahia no final do século XX e início do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Região; cacau; romance; imagem; memória.

ABSTRACT: This paper analyzes the novel called “*Terras do Sem Fim*” of the novelist Jorge Amado seeking elements that allow us to understand the formation of the cocoa region of Bahia, having the cocoa as a symbol of economic, political and social power, as well as a part of the imagery of population of that region. In the novel in question, Jorge

tells the bloody dispute over the land of the Sequeiro grande by two powerful families of cocoa producers in southern Bahia. From their memories, their experiences and their creative imagination, Jorge builds a brilliant narrative that allows us to think the geographical area of southern Bahia in the late twentieth century and early twentieth century.

KEYWORDS: Region; cocoa; novel; image; memory.

“Eu vou contar uma história, uma história de espantar”.

(Romanceiro popular)

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o romance *Terras do Sem Fim* do escritor baiano Jorge Amado buscando elementos que compõem a geografia da região cacauera da Bahia quando do seu desbravamento para o cultivo do cacau.

Nessa obra, Jorge convida-nos a viajar através da memória e do imaginário social presentes no espaço e no tempo da região, em busca de elementos geográficos característicos do espaço da mesma. Esta obra constitui-se no mais importante romance do autor sobre a formação dessa região, pois nela estão

presentes muitos elementos que nos permitem uma compreensão maior de como ocorreu a ocupação desse espaço, como veremos no desenvolvimento do artigo.

O artigo fundamenta-se na fenomenologia da imaginação de Bachelard (1993) para quem a imagem é “obra da imaginação absoluta, extrai todo o seu ser da imaginação” (p.87). Para ele, a imagem é pura, é um fenômeno em si mesma e por isso é passível de ser objeto de um estudo fenomenológico.

Para compor sua trama, Jorge Amado se vale também das memórias do espaço vivido, das histórias que ouviu. A memória nos serve de elo entre o passado e o presente, atuando sobre este. É uma reserva de nossas experiências vividas, adquiridas.

O romance *Terras do Sem Fim* narra a sangrenta luta pelas terras do Sequeiro Grande entre duas poderosas famílias de cacauicultores do sul da Bahia e nos oferece elementos importantes para compreender a formação da região cacaueira tendo o cacau como símbolo máximo da economia e da cultura dessa porção do espaço baiano.

2 | ENTRE A MEMÓRIA E A IMAGEM: A REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA NA OBRA DE JORGE AMADO

O espaço e a espacialidade na obra *Terras do Sem Fim* do literato baiano Jorge Amado, traz imagens de obscuridade, imagens sombrias que revelam a violência, o desmando, a injustiça e o derramamento de sangue que segundo ele, são as marcas do desbravamento das terras da região cacaueira da Bahia no final do século XIX e início do século XX. Durante toda a trama, o imaginário de Jorge produz imagens de tempos difíceis, de mortes fáceis nas “terras semibárbaras de São Jorge dos Ilhéus” (AMADO, 2001, p. 9) tanto pelas chamadas tocaias (um homem armado esperava o outro na estrada, geralmente à noite, escondido atrás de uma árvore, para lhe tirar a vida, a mando de alguém), ou pela febre (uma febre que segundo Jorge ainda não tinha nome e que para o imaginário popular era provinda da mata, e que somente depois de muito tempo, foi diagnosticada como a febre tifo), ou ainda pela picada de uma cobra venenosa (a Mata Atlântica densa, ainda pouco desbravada na região, estava cheia de cobras de várias espécies).

São também imagens de riquezas, de muito dinheiro, dinheiro fruto do plantio e colheita do cacau. Muitos emigravam principalmente do sertão nordestino em busca desse dinheiro que diziam ser fácil,

Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil também conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacauero e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro (AMADO, 2001, p. 13).

Nessas *Terras do Sem Fim*, o cacau é o símbolo máximo da região. Significa dinheiro, poder. Mas também significa tragédia, derramamento de sangue, mortes, exploração, desmandos, e assim, em terras distantes “de quando em vez também

chegava a notícia de que um morreria de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia” (AMADO, 2001, p. 13).

Logo na primeira parte do romance, intitulada de “O navio”, pode-se perceber esse ar sombrio que envolve toda a trama. O navio parte de Salvador para Ilhéus, cuja fama de dinheiro fácil atrai gente de várias partes do país. Quando se trata do desbravamento das terras do sul da Bahia a partir do cultivo do cacau, a noite, por exemplo, para Jorge Amado é quase sempre representada por aflição. Ela representa maus presságios, possibilidades de tocaias, mortes e cruces que ficam pelas estradas do cacau. A noite amedronta os homens e nessa noite, quando o navio partiu em direção a Ilhéus, “o vento soprou mais forte e trouxe para a noite da Bahia fragmentos das conversas de bordo, palavras que foram pronunciadas em tom mais forte: terras, dinheiro, cacau e morte” (p. 6).

A lua não é o astro que ilumina e norteia os passos dos namorados, ela “agora começava a subir para o alto do céu, uma lua enorme e vermelha que deixava na negrura do mar um rastro sanguinolento” (p. 11). E Jorge traz para a sua narrativa imagens da lua de outro lugar a partir de um dos seus personagens: Antônio Vítor, que no navio,

Recordava as noites de lua de sua cidadezinha, noites em que os candeeiros não eram acesos, nas quais ele ia com tantos outros rapazes, e com tantas moças também, pescar do alto da ponte banhada de luar. Eram noites de histórias e risadas, a pescaria era apenas pretexto para aquelas conversas, aqueles apertos de mão quando a lua se escondia sob uma nuvem (AMADO, 2001, p. 11).

A música que se ouve no navio “é triste como um presságio de desgraça e Antônio Vítor se aperta mais contra si, dentro dele as imagens de Estância quieta se confundem com novas imagens de uma terra ainda inconquistada, de barulhos com tiros e mortes, dinheiro, maços de notas”, e quando a harmônica cessou sua música, “o luar se derramava em sangue” (AMADO, 2001, p. 15-19).

A mata das *Terras do Sem Fim* (a Mata Atlântica, presente em toda a região cacauzeira da Bahia), é apresentada por Jorge a partir de diferentes imagens. Antes da chegada dos desbravadores, dos plantadores de cacau, “a mata dormia em seu sono jamais interrompido”. Era uma mata cheia de mistérios e linda, de árvores centenárias, guardava na sua imensidão as suas assombrações e o seu barulho era o barulho dos animais, e “seus gritos não eram ainda anunciadores de desgraças já que os homens ainda não haviam chegado na mata”. Mas dos mistérios da mata, nascia o medo no coração dos homens. Estes chegavam de outras terras, de outras paisagens, já desbravadas, rasgadas por estradas, diminuídas pelas queimadas e “quando eles chegaram, numa tarde através dos atoleiros e dos rios, abrindo picadas, e se defrontaram com a floresta virgem, ficaram paralisados (...) a mata lhes infundia um respeito religioso” (AMADO, 2001, p. 35-36).

Mas as percepções sobre a mata são diferenciadas, mostra-nos Jorge. Enquanto os trabalhadores que vêm de outras terras são tomados pelo medo que a mata lhes

impõe, e tentam recuar, deixando “cair os machados, os serrotes e as foices”, o coronel Juca Badaró embebido em seus desejos de aumentar seus domínios, suas fazendas de cacau, sua produtividade e riqueza,

Não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. Via na sua frente não mais a mata iluminada pelos raios, cheia de estranhas vozes, enredada de cipós, fechada nas árvores centenárias habitada de animais ferozes e assombrações. Via o campo cultivado de cacauzeiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. Via as roças de cacau se estendendo na terra onde antes fora a mata. Era belo. Nada mais belo no mundo que as roças de cacau. Juca Badaró, diante da mata misteriosa, sorria. Em breve ali seriam os cacauzeiros, carregados de frutos, uma doce sombra sobre o solo. Nem via os homens com medo recuando (AMADO, 2001, p. 36-38).

Essas imagens de obscuridade, morbidez, medo e riquezas das *Terras do Sem Fim*, irão percorrer toda a trama Amadiana tendo sempre o cacau como um signo e símbolo do sul da Bahia.

A memória também é um recurso utilizado por Jorge Amado para tecer sua trama. Tendo nascido e vivido sua infância nessas terras, ouviu muitas histórias, vivenciou e guardou na memória muitos fatos do espaço vivido. É ele também parte da história dessas *Terras do Sem Fim*, e é o próprio autor que nos confirma isso quando diz que

Os personagens das obras de ficção resultam da soma de figuras que se impuseram ao autor, que fazem parte da sua experiência vital. Assim são os coronéis do cacau nos livros onde trato de região grapiúna, nos quais tentei recriar a saga da conquista da terra e as etapas da construção de uma cultura própria (AMADO, 1982, p. 71-72).

E Jorge ainda nos esclarece a persistência dessas imagens presentes em toda a sua obra da chamada fase cacauísta, afirmando que são

Temas permanentes, o amor e a morte estão no centro de toda a minha obra de romancista. A observação de Ilya Ehrenburg, no prefácio da tradução russa de “*Terras do Sem Fim*”, retomada por outros críticos, encontra sua razão de ser, suas raízes, nessa primeira infância de terra violentada, de homens em armas, num mundo primitivo de epidemias, pestes, serpentes, sangue e cruces nos caminhos e, ao mesmo tempo, de mar e brisa, de praia e canções (...). Entre Pontal e Pirangi, antevi o amor e tratei com a morte. A vida do menino foi intensa e sófrega (AMADO, 1982, p. 49-50).

Para Bachelard (1993), memória e imaginação são coisas distintas, embora possam, caminhar juntas. Em Jorge Amado, isso se constitui uma característica bem particular da sua escrita, como poderá ser observado na análise do romance que segue.

3 | TERRAS DO SEM FIM: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO E DO LUGAR NO ROMANCE

O romance de Jorge Amado que estamos analisando retrata, a partir da memória e da imaginação, a forma como o espaço da região cacauzeira da Bahia foi se configurando no final do século XIX e início do século XX. Nele, o escritor baiano narra

a disputa entre duas famílias de cacauicultores pelas terras do Sequeiro Grande, terras de grande fertilidade para o cultivo do cacau. O cacau é uma cultura exigente quanto aos aspectos físicos: exige solos extremamente férteis, umidade e temperaturas altas, daí a sua grande adaptação às terras do sul da Bahia.

No romance em questão, as terras do Sequeiro Grande (na realidade Sequeiro de Espinho, atual município de Itajuípe-BA), são consideradas importantes pois o solo é de extrema fertilidade, propícios ao cultivo do cacau, como pode ser observado no diálogo entre os irmãos Badaró, família muito importante no desbravamento das terras do cacau,

- Tu sabe, Sinhô, que ninguém conhece terra para cacau como eu conheço. Tu veio de fora mas eu já nasci aqui e desde menino que aprendi a conhecer terra que é boa pro plantio. Posso te dizer que basta eu pisar numa terra e sei logo se ela presta ou não pro cacau. (...) Pois eu te digo que não há terra melhor pra lavoura de cacau que as de Sequeiro Grande. Tu sabe que eu já passei muita noite dentro daquele mundo de mata espiando a terra (AMADO 2001, p. 57).

A historiadora Maria Luiza Heine (2004), ao estudar a relação entre Jorge Amado e os coronéis do cacau, afirma que no final do século XIX quando da intensificação do plantio do cacau no sul da Bahia, existiam muitas terras devolutas, o que também é retratado por Jorge, segundo ele “a terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda de ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas, plantar cacau, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar” (AMADO 2001, p. 13). Heine (2004) nos lembra, entretanto, que existiam muitas terras mas nem todas serviam para o cultivo do cacau, já que este, como já afirmado, exige alta fertilidade dos solos.

Na trama, Jorge Amado também evidencia o grande fluxo migratório para a região. Na parte denominada “o navio” isso pode ser evidenciado. Existia gente de todo tipo: pessoas dispostas a trabalhar nas roças de cacau, prostitutas, jogadores, todos interessados no dinheiro fácil de que ouviam falar. E Heine (2004) completa afirmando que “as pessoas chegavam de navio, a pé, em lombo de burro” (p. 25). Uma corrida em busca de terras semelhante à descoberta do ouro dada a velocidade com que se processou e a diversidade dos sujeitos envolvidos.

E não seria mesmo o cacau uma espécie de ouro? Para o imaginário da população que aqui vivia ou ouvia falar dessas terras, era sim o cacau um cultivo muito lucrativo, como o ouro. Na trama, quando o capitão João Magalhães, um homem acostumado a ganhar a vida trapaceando nas mesas de pôquer pensou em investir parte do seu dinheiro em roças de cacau, pois, “desde o Rio que vinham lhe falando desta zona, da dinheirama que havia por lá” (p. 24), o coronel Maneca Dantas não hesitou em aconselhá-lo,

- Pois vale, seu capitão. Vale a pena... Cacau é uma lavoura nova mas a terra daqui é a melhor do mundo para cacau. Já veio muito doutor por aqui estudar e isso é coisa assentada. Não há terra melhor pro cacau. E a lavoura é o que há de bom, eu não troco por café nem por cana-de-açúcar. (...) Cacau é ouro, seu capitão (AMADO, 2001, p. 25).

No início do plantio do cacau nas terras do sul da Bahia, predominava as pequenas propriedades. Vinha muita gente disposta a adentrar a mata, derrubando-a para plantar cacau e suprir suas necessidades. Segundo Falcón (1995), a cultura do cacau se amplia a partir do final do século XIX favorecida pelos preços internacionais, “reunindo numa região de terras devolutas, milhares de pequenos proprietários independentes, a quem se tem chamado quase camponeses. Esse quase campesinato se configuraria pela detenção da posse, mas não da propriedade da terra” (p. 26). A situação de não propriedade da terra devia-se ao fato de que o Estado vendia as terras por um preço baixo, mas demorava até trinta anos para expedir o título de propriedade. Sem o título de propriedade, muitos pequenos agricultores perderam suas terras para os grandes coronéis, principalmente no início do século XX quando a procura por terras aumentou devido a grande importância que o cacau ganhava no mercado internacional.

Dessa forma, surge uma figura importante nessas *Terras do Sem Fim* que é a figura do contratista. Segundo Heine (2004) o proprietário dava a terra em “contrato” (o acordo não era assinado, nem registrado em cartório), ao trabalhar para ele plantar cacau e algumas lavouras de subsistência. Quando o cacau começava a crescer, o trabalhador recebia o dinheiro acertado e ia para outro lugar. Muitos sonhavam em investir o dinheiro em um pequeno pedaço de terra para plantar seu próprio cacau. Esse sistema ajudou a aumentar a quantidade de cacauzeiros plantados, mas gerou muitos problemas para os contratistas, que muitas vezes foram roubados, expulsos das terras e muitas vezes mortos. É o que Jorge Amado nos conta no romance em questão, quando apresenta a figura do coronel Horácio da Silveira, um dos personagens principais da trama, que juntamente com os irmãos Badaró, irá travar a mais sangrenta luta pela posse das terras do Sequeiro Grande,

Fora uma questão de contrato de cacau. Nuns terrenos de Horácio o preto Altino, mais seu cunhado Orlando e um compadre chamado Zacarias, haviam botado uma roça, em contrato com o coronel. Derrubaram a mata, queimaram-na, plantaram cacau. (...) Passaram-se os três anos, eles foram ao coronel para entregar a roça e receber o dinheiro. (...) Com aquele dinheiro poderiam adquirir um terreno, um pedaço de mata qualquer, desbravá-la e plantar então uma roça para eles mesmos (AMADO, 2001, p. 41-42).

Ao contar o plano de comprar um pedaço de terra para o coronel Horácio, este aprovou e até se ofereceu para vender uma parte de suas terras para os três amigos “em toda a zona de Ferradas, aquela imensa zona que lhe pertencia, eles podiam escolher um pedaço de mata. Assim era melhor para ele também, já que não teria que puxar do dinheiro” (p. 42). Após escolherem a terra, derrubaram e queimaram a mata, plantaram cacau, e mesmo depois de muito tempo o coronel não havia passado a escritura da terra para os trabalhadores e “ficaram surpresos no dia que souberam que a fazenda Beija-Flor fora vendida ao coronel Ramiro e que a roça deles estava compreendida na venda” (p. 43). Um deles, Orlando, ao falar com o coronel sobre a venda, este a confirmou e ainda questionou se eles tinham a escritura. E como o trabalhador percebendo o que tinha acontecido, reclamou,

- Desgraça pouca é bobagem, coronel. Vosmicê fique avisado que no dia que o coronel Ramiro entrar na roça, nesse dia vosmicê paga por tudo... Pense bem.

De noite Horácio chegou com seus cabras na roça dos três amigos. Cercou o rancho dizem que ele mesmo liquidou os homens. (...) Tinha voltado para a fazenda com seus homens e quando um deles foi pegado, bêbedo, pela polícia e o denunciou, ele apenas riu sua risada. Foi impronunciado (AMADO, 2001, p. 44).

Outra forma de se apossar das terras alheias era através do “caxixe”, um documento falsificado por um advogado e registrado de forma fraudulenta em cartório. Dessa forma, com o título de propriedade, os grandes fazendeiros se apossavam das terras dos menores, se elas eram de grande fertilidade e se o agricultor não fosse protegido de um grande coronel pois,

O coronel de modo geral, exercia também uma função social. Ele era temido e respeitado, conforme fossem seus dotes pessoais e não ideológicos. Ele era o chefe do clã, todos que viviam sob a sua proteção, recebiam-na verdadeiramente. Ele protegia seu agregado, dispensava favores, tirava-os da cadeia, dava-lhes terras, cuidava deles quando estavam doentes. Em troca exigia fidelidade, serviços, participação nos grupos armados e permanência em suas terras. Ai daquele que resolvesse ir embora, ou que o traísse. Poderia pagar com a vida (HEINE, 2004, p. 49).

Mas sem essa proteção de um grande coronel era fácil um pequeno produtor perder suas terras, principalmente a partir do início do século XX quando o cacau ganha impulso no mercado internacional. Jorge cita um caso desses no romance em estudo, feito pelo coronel Horácio da Silveira contra um pequeno produtor, além de matá-lo depois de tomar-lhe as terras.

- O coronel Horácio mais dr. Rui, tomaram a roça que nós havia plantado... Que a terra era dele, que Joaquim não era dono. Veio com os jagunços mais uma certidão do cartório. Botou a gente pra fora, ficaram até com o cacau que já tava secando, prontinho pra vender. Joaquim (...) ficou acabado com a tomada da roça, deu de beber. E uma vez, já bebido, disse que ia se vingar, ia liquidar com o coronel. Tava um cabra do coronel por perto, ouviu, foi contar. Mandaram tocaiar Joaquim, mataram ele na outra noite, quando vinha pra Ferradas... (AMADO, 2001, p. 17).

A luta travada pelas terras do Sequeiro grande pelas poderosas famílias dos Badaró e de Horácio da Silveira é antecedida por um “caxixe” feito pelo novo advogado de Horácio, o doutor Virgílio, deixando toda a região admirada com a astúcia do advogado,

- É o maior caxixe que já vi falar... Doutor Virgílio molhou as mãos de Venâncio e registrou no cartório dele um título de propriedade das matas de Sequeiro Grande em nome do coronel Horácio e mais cinco ou seis: Braz, dr. Jessé, coronel Maneca, não sei mais quem (AMADO, 2001, p. 169).

A família Badaró reage ao caxixe mandando incendiar o cartório no qual se registrou o título de propriedade. Segundo Heine (2004, p. 72) “há grande dificuldade de se encontrar documentos, pois era prática queimar cartórios”.

No capítulo denominado “a luta”, Jorge narra, a mais sangrenta disputa pelas *Terras do Sem Fim*, as terras do Sequeiro Grande (Sequeiro do Espinho), as melhores

terras do mundo para o plantio do cacau. Segundo Heine (2004), essa disputa ocorrera no ano de 1919, sendo mais de um ano de lutas armadas. No romance, Jorge fala em um ano e meio de lutas e “foi a última grande luta da conquista da terra, a mais feroz de todas, também. Por isso ficou vivendo através dos anos, as suas histórias passando de boca em boca, relatadas pelos pais aos filhos, pelos mais velhos aos mais jovens” (p. 230).

A epígrafe que abre esse artigo é a mesma que abre o romance *Terras do Sem Fim*, e segundo Jorge, faz parte das narrativas dos cegos e romanceiros populares nas feiras livres das cidades da região do cacau por muito tempo, pois,

Os cegos são os poetas e os cronistas dessas terras. Pela sua voz esmoler, nas cordas das suas violas, perdura a tradição das histórias do cacau. A multidão das feiras, os homens que vêm para vender sua farinha, seu milho, suas bananas e laranjas, os homens que vêm para comprar, se reúnem em torno aos cegos para ouvirem as histórias do tempo do começo do cacau, quando era também o começo do século. (...) Homens se acocoram no chão, o rosto sorridente, (...) os ouvidos atentos à narração do cego. A viola acompanha os versos, surgem diante dos homens aqueles outros homens que abriram a floresta no passado, que a derrubaram, que mataram e morreram, que plantaram cacau. (...) Antes aqui era a mata, fechada de árvores e de mistério, hoje são roças de cacau, aberta no amarelo dos frutos parecendo de ouro. Os cegos cantam, são histórias de espantar (AMADO, 2001, p. 230-231).

Para Jorge Amado, que é filho dessas *Terras do Sem Fim*, esse lugar exerce uma atração forte sobre as pessoas, seja pelo amor, pela morte, pela riqueza ou pela vingança. Mas tudo isso está diretamente ligado ao papel que o cacau representou/ representa para a população da região cacauzeira da Bahia. No romance ele usa uma metáfora para falar da força de atração do cacau: o visgo do cacau.

Os trabalhadores nas roças tinham o visgo do cacau mole preso aos pés, virava uma casca grossa que nenhuma água lavava jamais. E eles todos, trabalhadores, jagunços, coronéis, advogados, médicos, comerciantes e exportadores, tinham o visgo do cacau preso na alma, lá dentro, no mais profundo do coração... Não havia educação, cultura e sentimento que lavassem. Cacau era dinheiro, era poder, era a vida toda, estava dentro deles, não apenas plantado sobre a terra negra e poderosa de seiva. Nascia dentro de cada um, lançava sobre cada coração uma sombra má, apagava os sentimentos bons (AMADO, 2001, p. 249).

Essa força do cacau manifesta-se no imaginário da população grapiúna ainda hoje, mesmo quando o cacau não é mais a grande fonte de renda da região, mesmo sem a presença dos coronéis, muita gente ainda utiliza o cacau como um símbolo regional.

4 | O IMAGINÁRIO NAS *TERRAS DO SEM FIM*: CULTURA DO CACAU E ESPAÇO VIVIDO

O espaço da região cacauzeira da Bahia é tema corrente na obra *Amadiana*, faz parte do imaginário regional, está presente na memória do povo que aqui habita. As imagens retratadas nesse romance são muitas vezes frutos da vivência de Jorge por

essas terras: seu pai, coronel do cacau quase sendo assassinado numa tocaia, a mãe que na ausência do marido, dormia com a repetição embaixo do travesseiro, os amigos da sua família sofrendo tocaias e/ou perdendo terras. Tudo isso, mais a sua imaginação criadora, o leva a oferecer ao leitor histórias brilhantes sobre as terras do cacau. Histórias que também o envolvem, diz sobre sua identidade, seu espaço vivido. E o que é o romancista senão um contador de histórias?

No romance *Terras do Sem Fim* é fácil perceber a presença de Jorge Amado até como personagem quando ele narra o julgamento do coronel Horácio da Silveira pelo assassinato do coronel Juca Badaró nas lutas pela posse das terras do Sequeiro Grande, quando ele diz que “um menino, que anos depois iria escrever as histórias dessa terra, foi chamado por um meirinho para sacar da urna o nome dos cidadãos que iriam constituir o conselho de sentença” (p. 285). Esse julgamento corresponde na realidade ao julgamento do coronel Basílio de Oliveira, o que faz com que o imaginário popular associe o personagem Horácio da Silveira com o coronel Basílio de Oliveira, pessoa importante no desbravamento das terras do cacau e que empreendeu na realidade uma sangrenta luta pela posse das terras do Sequeiro de Espinho. Sempre curioso e adepto do aprender pela vivência e pelas histórias que ouvia, o menino grapiúna, Jorge Amado, assistiu a esse julgamento quando tinha nove anos de idade segundo a historiadora Heine (2004) e ao término,

O pai do menino tomou o filho pelo braço, viu que ele estava cansado, suspendeu-o no ombro. Os olhos do menino ainda olharam Horácio que saía.

- De que foi que gostou mais? – Perguntou-lhe o pai.

O menino sorriu levemente, confessou:

- De tudo, de tudo, gostei mais foi do homem de anelão falso, o que sabe histórias... (p. 290).

Muitos de seus personagens são facilmente reconhecidos principalmente pelos mais velhos que habitam a região, outros nem tanto, pois segundo Jorge seus personagens são a soma de muitas pessoas de muitas personalidades e nenhum personagem representa uma figura real por inteiro. Sinhô Badaró, um dos personagens principais do romance que subsidia esse trabalho, realmente existiu. Chamava-se de fato Francisco Fernandes Badaró e era conhecido por todos como Sinhô Badaró, e Jorge precisou de uma autorização escrita do irmão de Sinhô (já falecido quando da escrita do romance) para usar seu nome. Segundo Heine (2004), “a família ficou aborrecida porque Jorge Amado retratou de forma tão pouco verdadeira o grande patriarca daquela família. Esta pensa que a vida de Sinhô foi muito mais “bonita” do que aquela apresentada na narrativa do escritor”. É preciso lembrar que a obra não é biográfica e o romancista vale-se de sua licença para suas criações e é Bachelard (1993, p. 94-95) quem lembra-nos que “a imagem da imaginação não está submetida a uma verificação pela realidade” e sendo assim “sempre imaginar será mais que viver”.

5 | CONCLUSÃO

A Geografia tem feito importantes aproximações com a Literatura nas últimas décadas, buscando na poesia e na prosa, elementos geográficos de diferentes espaços geográficos.

A Literatura da chamada fase cacauísta de Jorge Amado é rica em elementos que retratam a região cacaueira da Bahia. No romance *Terras do Sem Fim* Jorge nos fornece muitos desses elementos ao narrar de forma brilhante uma das mais sangrentas lutas pela posse da terra no sul da Bahia, retratando a importância do cacau como um símbolo de poder, de riqueza e da identidade grapiúna.

As imagens que Jorge nos apresenta da citada região são imagens de obscuridade, de medo mas também de coragem, de homens que mataram e morreram pelas melhores terras do mundo para o plantio de cacau. O cacau, esse ouro que nasce do cacauero nas terras negras, poderosas de seiva do sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **O menino grapiuna**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982. 120 p.

_____. **Terras do sem fim**. 68. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 320 p.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. Salvador: CED Universidade Federal da Bahia. Ianamá, 1995.

HEINE, Maria Luiza. **Jorge Amado e os coronéis do cacau**. Ilhéus: Editus, 2004. 103 p.

PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014¹

Rafael Andrés Urrego Posada

Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Demografia
Belo Horizonte – Minas Gerais

Maria Carolina Tomás

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Departamento de Ciências Sociais
Belo Horizonte – Minas Gerais

Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Sociologia
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O encarceramento parental é um evento de relevância demográfica, principalmente, em cenários de encarceramento em massa. A literatura reporta que este fenômeno causa acúmulo de desvantagens na experiência da infância e incremento da desigualdade na população infantil. No Brasil as famílias das pessoas encarceradas são praticamente invisíveis nas estatísticas oficiais, dificultando assim os estudos demográficos sobre o assunto. Este trabalho tem como objetivos: apresentar uma metodologia de coleta de dados através de um *Survey* com pais

e mães encarcerados na RMBH; com descrição detalhada do trabalho de campo e discussão das limitações e potencialidades dos dados; também, apresentar algumas características sociodemográficas da amostra de pessoas entrevistadas -lugar de procedência, sexo, escolaridade, raça, idade, estado civil-, bem como características básicas da sua fecundidade. A coleta de dados primária foi *in loco* e face a face no ano de 2014; a amostra total da população carcerária da RMBH foi de 718 pessoas. O trabalho discute a invisibilidade estatística de pais e mães aprisionados e de seus filhos. Os resultados apresentados focam-se no desenvolvimento da pesquisa e na caracterização da amostra bem como da sua fecundidade. Conclui-se que a população carcerária da RMBH é composta principalmente por pessoas negras, jovens, das camadas sociais mais pobres e com filhos, sendo que 68% dos homens e 82% das mulheres declararam ter filhos. Nossa principal contribuição é uma base de dados nova, a qual ainda não foi totalmente explorada, e tem diferentes informações para futuras pesquisas. Além de mapear características socioeconômicas de pais e mães encarcerados.

1. Os autores agradecem o apoio financeiro do Programa de Pós-graduação em Demografia da UFMG para a realização do *Survey*, bem como, o apoio e trabalho dedicado dos pesquisadores Carla Gomes Franco, Janaína Teodoro Guiginski, Jordana Cristina de Jesus, Karla Onofre da Silva, Melissa Caldeira Brant de Souza Lima e Rodrigo Coelho de Carvalho.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento Parental, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Exclusão Social, Invisibilidade Estatística, Demografia Penal.

ABSTRACT: Parental incarceration is an event of demographic relevance, especially in scenarios of mass incarceration. The literature reports that this phenomenon causes accumulation of disadvantages in the experience of childhood and increase inequality among the child population. In Brazil the families of incarcerated persons are practically invisible in official statistics, making it difficult for demographic studies on the subject. The objectives of this work are: to present a methodology for collecting data through a Survey with parents incarcerated in the RMBH; with detailed description of field work and discussion of data limitations and potentialities; as well as to present some sociodemographic characteristics of the sample of people interviewed -place of origin, sex, schooling, race, age, marital status, as well as basic characteristics of their fertility. Primary data collection was *in loco* and face-to-face in 2014; the total sample of the prison population of the RMBH was 718 people. The paper discusses the statistical invisibility of imprisoned parents and their children. The results presented focus on the development of the research and the characterization of the sample as well as its fertility. It is concluded that the prison population of the RMBH is composed mainly of black, young people, of the poorest social class and with children, with 68% of men and 82% of women reporting having children. Our main contribution is a new database, which has not yet been fully explored, and has different information for future research. Besides mapping socioeconomic characteristics of incarcerated parents.

KEY WORDS: Parental Incarceration, Belo Horizonte Metropolitan Area, Social Exclusion, Statistical Invisibility, Demography of Punishment.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, com aproximadamente 744.000 detentos, o Brasil é considerado o país com a terceira maior população carcerária do mundo (CNJ, 2014). O país vem apresentando um panorama de *mass imprisonment* com crescimento exponencial do seu sistema penal, e simultaneamente, concentração do aprisionamento das camadas mais pobres e racialmente discriminadas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

Particularmente, durante a última década, o Estado de Minas Gerais experimentou um fortalecimento de suas políticas punitivas, sendo que, sua população carcerária cresceu 624% entre 2005 e 2012 (Ibid.). Com cerca de 58 mil reclusos, em 147 unidades penais, o Estado possui a segunda maior população carcerária do Brasil (SEDS, 2016). Ademais, em Minas Gerais construíram-se várias unidades penais, ampliaram-se as vagas de agentes penitenciários, e estabeleceram-se parcerias público-privadas para terceirização de serviços (GUIMARÃES, 2006). Segundo os dados do Ministério da Justiça, a população carcerária de Minas Gerais é majoritariamente composta por pessoas, negras (66,6%), de baixa escolaridade (61,2% tem ensino fundamental incompleto ou é analfabeto) e de idade jovem (55,7% está na faixa dos 18 aos 29

anos) (INFOPEN, 2012).

No Brasil, os dados sociodemográficos sobre sua população prisional são precários (AMARAL; AGA, 2013; DEPEN, 2011; MUSUMECI, 2004); e há uma total invisibilidade das crianças com pais ou mães encarcerados dentro das estatísticas oficiais (ORMEÑO; MAIA; WILLIAMS, 2013). De fato, até o ano de 2015, não se encontraram pesquisas demográficas sobre parentalidade das pessoas encarceradas, sendo que possivelmente, o presente estudo seja um dos pioneiros na área dos estudos populacionais em explorar o tema do encarceramento parental no Brasil.

A literatura dos Estados Unidos revela que o encarceramento parental, no contexto do auge do encarceramento em massa, é uma experiência histórica única e nova na vivência da infância no nível populacional (WILDEMAN, 2009). Trata-se de uma experiência potencialmente traumática que, pode gerar problemas no desenvolvimento das crianças (GELLER et al., 2012; HARRIS et al., 2010); facilita o acúmulo de desvantagens na experiência da infância bem como a desestruturação das famílias com pais e/ou mães encarcerados, e conseqüentemente aumenta a desigualdade social -principalmente entre as crianças- (WAKEFIELD; WILDEMAN, 2014; WESTERN; WILDEMAN, 2009).

Além disso, crianças e jovens, com experiência de encarceramento parental, parecem ter menor chance de sucesso escolar e de entrarem posteriormente no mercado de trabalho. Entretanto, essa experiência, eleva o risco dos filhos entrarem na criminalidade e serem encarcerados no futuro, razão pela qual afeta o sistema de justiça criminal e a segurança pública ao multiplicar a criminalidade (DALLAIRE, 2007; GELLER; GARFINKEL; WESTERN, 2011; WILDEMAN, 2009). Dessa forma, constitui-se em um forte mecanismo de exclusão social intergeracional (FOSTER; HAGAN, 2009).

Assim, partindo de informações coletadas em 2014 por meio de um *survey* aplicado numa amostra da população carcerária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) -formada por 718 detentos e detentas-, este trabalho primeiramente visa analisar algumas características sócio-demográficas dos pais e mães encarcerados - lugar de procedência, sexo, escolaridade, raça, idade e estado civil-. Também propende examinar algumas características da sua fecundidade (sendo que 68% dos homens e 82% das mulheres declararam ter filhos). Além disso, apresentam-se detalhes sobre o trabalho de campo e se discute sobre as limitações e as potencialidades dos dados.

Ressalta-se que este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre o encarceramento parental na RMBH, o qual permitiu a construção de um banco de dados de uma amostra da população carcerária da RMBH, com diversas variáveis sobre características sociodemográficas dos detentos(as) e dos seus parentes mais próximos. A primeira análise de dados resultou na dissertação de mestrado defendida por Posada (2015), por ser uma base rica em informações, vale ressaltar que ela ainda não foi totalmente explorada, com uma grande possibilidade de análises.

Dessa forma, este artigo é também um convite para os pesquisadores das

ciências sociais, bem como, para os encarregados do planejamento de políticas públicas, para se aproximar à situação das famílias das pessoas encarceradas, e mais especificamente à condição dos filhos. Sendo que, no Brasil, ainda não temos respostas para perguntas do tipo: quantas crianças estão experimentando e quantas já experimentaram o encarceramento de um ou ambos os pais? Qual o suporte familiar dessas crianças? Como é o desempenho delas na escola? Quais as taxas de encarceramento intrafamiliar de um pai ou de uma mãe presos? Qual o risco de uma criança experimentar o encarceramento parental segundo sua raça ou sua classe social? Qual o impacto do encarceramento parental no desenvolvimento infantil? Como o encarceramento em massa afeta a dinâmica demográfica das famílias e das comunidades atingidas pelo encarceramento dos seus membros?, etc.

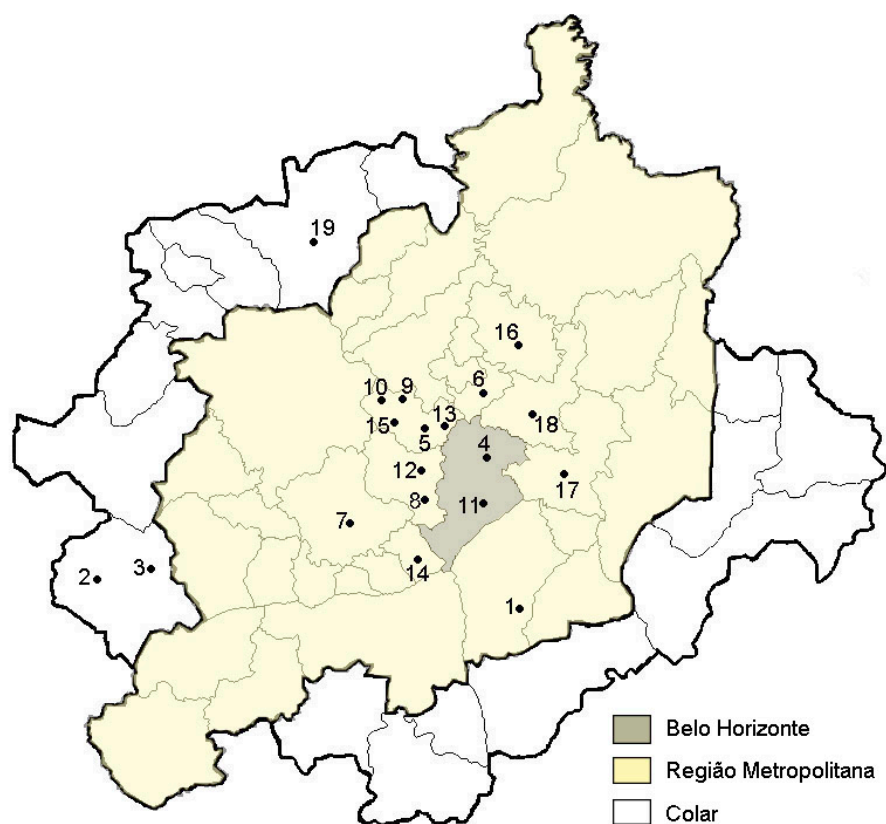
2 | DADOS E MÉTODOS

A maior dificuldade para abordar questões relativas à parentalidade de pessoas encarceradas é a escassez de dados sobre suas famílias. De fato, encontrar informações completas e de qualidade sobre a população carcerária brasileira é uma tarefa difícil. Ainda que o Departamento Penitenciário Nacional tenha desenvolvido um sistema de informações sobre o sistema prisional e sobre a população carcerária, o Infopen -que é alimentado pelos órgãos de administração penitenciária-, ainda não fornece informações coerentes já que muitas das fontes das que se alimenta fornecem dados inconsistentes ou incompletos, dificultando o seu sucesso (AMARAL; AGA, 2013; DEPEN, 2011; MUSUMECI, 2004). Além disso, o Infopen não tem informações sobre as famílias das pessoas encarceradas.

Já os Censos Demográficos do IBGE, desde 1960 até 2010, possuem informações sobre as pessoas encarceradas com sentença definitiva declarada, considerando-as como moradoras de um tipo de espécie de domicílio: as penitenciárias, presídios e/ou casas de detenção. Porém, isso significa que, nos censos, os presos provisórios não são considerados como moradores de estabelecimentos penais, sendo que atualmente cerca de 38% da população carcerária é de presos provisórios (INFOPEN, 2012). Os Censos brasileiros oferecem algumas informações relacionadas às famílias das pessoas encarceradas: seu estado civil, a sobrevivência de suas mães, e o número de filhos da população carcerária feminina condenada. Mas, sem informações sobre os filhos dos homens encarcerados, e sem informações sobre presos provisórios, as estimativas sobre encarceramento parental a partir dos censos não fornecem uma caracterização de toda população encarcerada.

Considerando que as bases de dados oficiais dificilmente conseguiriam responder às perguntas do projeto de pesquisa, decidiu-se, portanto pela coleta primária de dados, através de um *survey* para a Região Metropolitana de Belo Horizonte no ano de 2014. O *survey* foi aplicado para uma amostra de 718 pessoas encarceradas, sendo

455 homens e 263 mulheres, em 19 estabelecimentos penitenciários da RMBH. Esses estabelecimentos localizam-se em diferentes municípios da RMBH visando uma maior diversidade de detentos, famílias e localidades. A seguir, apresenta-se um mapa da localização destes estabelecimentos.



1. APAC de Nova Lima (Nova Lima)
2. APAC Feminina de Itaúna (Itaúna)
3. APAC Masculina de Itaúna (Itaúna)
4. Casa do Albergado Presidente João Pessoa (Belo Horizonte)
5. Centro de Apoio Médico e Pericial (Ribeirão das Neves)
6. Centro de Referência da Gestante do Sistema Prisional (Vespasiano)
7. Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Betim)
8. Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Contagem)
9. Complexo Penal Parceria Público Privada – I (Ribeirão das Neves)
10. Complexo Penal Parceria Público Privada – II (Ribeirão das Neves)
11. Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Belo Horizonte)
12. Complexo Penitenciário Nelson Hungria (Contagem)
13. Penitenciária José Maria Alkimin (Ribeirão das Neves)
14. Presídio de Ibirité (Ibirité)
15. Presídio Feminino Jose Abranches Goncalves (Ribeirão das Neves)
16. Presídio de Lagoa Santa (Lagoa Santa)
17. Presídio Sabará (Sabará)
18. Presídio de Santa Luzia (Santa Luzia)
19. Presídio de Sete Lagoas (Sete Lagoas)

Mapa 1 – Localização dos estabelecimentos penitenciários da amostra na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria

Um dos critérios usados para amostragem dos entrevistados, bem como na escolha dos estabelecimentos penais, foi a natureza de tais estabelecimento, ou seja, a sua finalidade. Sendo que o sistema penitenciário de Minas Gerais possui unidades para o tratamento de diferentes tipos de detentos(as): presos provisórios (presídios e Centros de Remanejamento do Sistema Prisional - CERESP); condenados (Penitenciárias, Complexos Penais e as unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC); de submetidos à medida de segurança e/ou com doenças infectocontagiosas ou psiquiátricas (Centro de Apoio Médico e Pericial); em regime aberto (Casas do albergado); e mulheres gestantes ou com filhos pequenos (Centro de Referência da Gestante privada de liberdade). Porém, é importante ressaltar que na prática, por causa do crescimento excessivo da população carcerária em relação ao número de vagas disponíveis, a natureza das unidades não é totalmente respeitada. Durante a realização da pesquisa visitaram-se estabelecimentos de todos os tipos conforme esse primeiro critério. A Tabela 1 mostra como foi feita a distribuição percentual das pessoas entrevistadas segundo o tipo de estabelecimento onde se encontravam reclusas.

Tipo de estabelecimento	Sexo da população que alberga	Percentual na capacidade total	Percentual na amostra masculina	Percentual na amostra feminina
APAC	Masculino e feminino	2,00	7,25	3,42
Casa do Albergado	Masculino e feminino	0,43	1,10	0,00
Centro de Apoio Medico e Pericial	Masculino	0,40	1,54	0,00
Centro de Referencia da Gestante Privada de Liberdade	Feminino	0,36	0,00	15,21
CERESP	Masculino	13,29	13,63	0,00
Complexo penitenciário	Masculino e feminino	20,16	21,54	52,09
Penitenciária	Masculino e feminino	12,02	9,89	0,00
Presídio	Masculino e feminino	51,34	45,05	29,28
Total	--	100,00 (n≈25000)	100,00 (n=455)	100,00 (n=263)

Tabela 1 – Distribuição da amostra da população carcerária da Região Metropolitana de Belo Horizonte segundo o tipo de estabelecimentos penitenciário

Vale a pena ressaltar que, inicialmente, considerou-se uma amostra de 400 pessoas distribuídas proporcionalmente segundo a composição por sexo da população carcerária informada pelo Infopen (2013), isto é: 94% homens e 6% mulheres, no caso da amostra isto se traduziria em 376 homens e 24 mulheres. Esta amostra de 400 pessoas garantiria um erro amostra tolerável de 5% e permitiria fazer uma extrapolação

para a população prisional da RMBH como um todo.

Porém, sem deixar de lado esta amostragem com 400 pessoas considerou-se que para efeitos de comparação do encarceramento paterno e do encarceramento materno era necessário expandir a amostra de mulheres. Assim, no final entrevistaram-se 455 homens e 263 mulheres, quantidade da qual facilmente pode-se tirar uma sub-amostra de 400 pessoas com as características mencionadas acima, e, ao mesmo tempo, permite realizar uma comparação segundo o sexo.

2.1 Instrumentos de pesquisa

O principal instrumento para coletar as informações foi um questionário com perguntas fechadas e abertas. Não obstante, foram incorporados instrumentos etnográficos: diário de campo; e, observações, que surgiram no decorrer da aplicação do *survey*, sendo coletadas e registradas pelos pesquisadores de forma simultânea com este último. A pesquisa ficou em campo no período de abril a julho de 2014, contou com 7 entrevistadores todos alunos do Programa de Pós Graduação em Demografia do CEDEPLAR. As entrevistas tiveram duração de cerca de 30 minutos, a seguir se descreve o conteúdo delas.

O questionário possui duas versões, uma para homens e outra para mulheres. As duas versões são compostas de 6 partes: A) Características sócio-demográficas básicas da pessoa encarcerada, da sua família e seu de domicílio, tais como ; B) Fecundidade e situação dos filhos; C) Histórico de encarceramento pessoal; D) Encarceramento intrafamiliar e situações de risco de encarceramento; E) Economia familiar; F) Saúde física e mental.

A parte A) perguntou sobre lugar de moradia, escolaridade, religião, ocupação, idade, raça, estado civil, e número de irmãos e irmãs nascidos do mesmo pai e mãe da pessoa encarcerada. Também perguntou sobre alguns eventos importantes na trajetória de vida: parentesco com a pessoa encarregada do seu cuidado durante a sua própria infância; experiência de divórcio e de mortalidade parental durante a infância; e a idade de saída da casa dos pais. Nessa parte, há também questões sobre características dos parentes mais próximos: raça dos pais e do(a) cônjuge ou parceiro(a); escolaridade do(a) cônjuge ou parceiro(a); sobrevivência, estado civil atual e número de total de filho(as) do pai e da mãe. Além disso, investigou algumas características do domicílio no que a pessoa morava imediatamente antes de ser encarcerada: parentesco do chefe do domicílio; e, quantidade de moradores, seu parentesco e idade atual.

A parte B) indagou sobre o número de filhos(as) biológicos(as) e adotivos(as) ou enteados(as) das pessoas encarceradas, bem como sobre suas características individuais: idade; ocupação dos filhos maiores de 5 anos; grau escolar atual, rendimento e experiência de evasão escolar dos filhos que estão estudando; experiência de conflito com a lei e de reclusão dos filhos maiores de 12 anos; experiência de discriminação

por encarceramento parental; e, lugar de moradia atual. Ademais, esta parte tem perguntas sobre o número de parceiros(as) com os que a pessoa encarcerada teve filhos, sobre o número de divórcios que experimentou, e sobre se espera encontrar os filhos depois de sair da prisão. Além disso, questionou-se sobre o parentesco do(s) cuidador(es) alternativo(s) ou provisório(s) dos filhos menores de idade.

Vale ressaltar que a parte B) da versão do questionário utilizado para entrevistar as mulheres tem três perguntas que não aparecem na versão utilizada com os homens: 1) Algum dos seus filhos ou filhas alguma vez ficaram com você dentro do presídio?; 2) Quais são as idades atuais desses filhos?; e, 3) No momento, você está grávida?. As duas primeiras não foram usadas no questionário para os homens devido à Lei de Execução Penal, bem como às limitações ao exercício da paternidade do sistema carcerário; e, a terceira pergunta, por razões óbvias, foi substituída pelo questionamento: No momento, seu cônjuge ou namorada está grávida?. Vale a pena dizer que as únicas diferenças substanciais entre as duas versões do *survey* estão nestas três perguntas.

Na parte C), o questionário foca na(s) experiência(s) de encarceramento, questionando sobre o número de vezes que a pessoa já foi encarcerada, bem como, as datas de entrada e saída destes encarceramentos. Aqui, pergunta-se também sobre o delito ou infração pela qual a pessoa encontra-se encarcerada, se a pessoa já foi julgada por essa infração, e quantos anos de condenação tomou no julgamento.

Já na parte D), inquiriu-se se o pai ou a mãe já foi preso alguma vez, se estes encarceramentos aconteceram durante a infância da pessoa entrevistada, e se esta última foi discriminada pela experiência de encarceramento parental. Avaliou-se também se o(a) cônjuge ou o(a) parceiro(a) atual e/ou outros parentes já foram encarcerados. A respeito deste últimos pergunta-se o parentesco e a linhagem (materna ou paterna). Examinou-se também, quantas pessoas próximas à pessoa encarcerada -amigos, vizinhos, ou conhecidos- já foram presos; se ela tem parentes com doenças mentais ou que usem drogas, bem como o parentesco e a linhagem desses parentes. Finalmente, perguntou-se se a pessoa foi influenciada por familiares, ou por amigos, para cometer delitos, e se o encarceramento enfraqueceu os laços afetivos na sua família.

A parte E) indagou a respeito de alguns aspectos econômicos individuais e familiares: se a pessoa trabalha dentro do estabelecimento penal, se esse trabalho é para alguma empresa, se recebe remuneração em dinheiro por esse trabalho, quanto recebe e como gasta esse dinheiro; se recebe auxílio reclusão e quem são os beneficiários do auxílio; se tem parentes que recebam algum benefício econômico do governo, e em caso tal, qual o parentesco desses parentes.

Finalmente a parte F) abordou o tema da saúde e bem-estar das pessoas entrevistadas perguntando se recebem visitas dos filhos, e/ou visita íntima; se utilizam contraceptivos durante a visita íntima e que tipo de contraceptivos; se atualmente usam medicamentos e quais medicamentos; se usavam drogas antes de serem

encarceradas e que tipo de drogas; se foram maltratadas fisicamente na infância; e por último, se pensaram em suicidar-se.

As principais limitações foram:

Em primeiro lugar a seleção dos estabelecimentos penais. A Suapi-MG (Subsecretaria de Administração Prisional de Minas Gerais), autorizou o ingresso da equipe apenas nos estabelecimentos onde haviam disponíveis tanto a estrutura quanto o pessoal de segurança necessários para a realização das entrevistas, o que a princípio pode parecer positivo para o andamento da pesquisa. Contudo, aqueles estabelecimentos com estrutura mais precária e possivelmente com maiores índices de superlotação não foram visitados, razão pela qual, se existir um perfil diferente de pessoas reclusas nestas unidades, esse perfil ficou sub-representado ou ausente na análise.

Além disso, mesmo com o objetivo de se obter aleatoriedade na seleção das pessoas entrevistadas isso não foi o que se teve. Já que não conseguimos realizar um sorteio, foram os agentes de segurança que escolheram os entrevistados, e estes últimos participavam de forma voluntária por meio do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Assim, vale a pena assinalar que as pessoas que se recusaram abertamente a participar, ou aquelas que simplesmente foram desconsideradas pelos agentes devido ao fato de estarem ao fundo das celas coletivas mostrando pouca vontade de sair para participar da pesquisa, possivelmente eram pessoas com um perfil peculiar com relação ao impacto psicológico causado pelo encarceramento. Além disso, foram descartados dois questionários devido a notórios problemas de saúde mental que refletiam inconsistências evidentes nas respostas. Desta forma, provavelmente de algum modo uma parcela de perfis psicológicos, talvez relacionados com o impacto do encarceramento, ou mesmo relacionados ao motivo pelo qual foram encarcerados, não tenham entrado na análise.

Ademais, existem vieses relacionados com os informantes. Por um lado, no que tange às informações sobre a família e os filhos, já que pela condição de isolamento, as pessoas encarceradas têm pouco contato com seus parentes, razão pela qual podem existir vieses de memória e até de desconhecimento da realidade atual dos membros das suas famílias. Por outro lado, nas perguntas sobre encarceramento intrafamiliar, a influência de familiares e amigos para cometer delitos, e sobre parentes que usam drogas, pode existir um sub-registro devido à tendência de ocultar esse tipo de informações por causa do tabu, estigma, preconceito, ou mesmo pela condição de ilegalidade envolvida nessas questões, e até pelo sentimento de lealdade e provimento de proteção à integridade dos membros da família.

Da mesma forma, podem também existir certos tipos de vieses relacionados a informações pessoais, como o tipo de delito pelo qual a pessoa encontra-se encarcerada, principalmente quando as pessoas ainda não foram julgadas ou no caso dos delitos chamados de “hediondos”. No primeiro caso, as pessoas estariam sempre respondendo sobre o delito que elas acham que é o motivo pelo qual estão presas,

e no segundo caso o delito pode ser ocultado por causa de constrangimentos. Este último fato também pode acontecer com as respostas sobre uso de drogas e até de medicamentos psiquiátricos ou para doenças transmitidas sexualmente.

Existem também erros de memória quanto ao número de filhos –principalmente quando as pessoas têm muitos filhos e, no caso de alguns homens, que não têm certeza da quantidade dos filhos que têm. Os erros de memória também podem existir quanto à confirmação das idades ao sair da casa dos pais, e quanto à lembrança das datas de entrada e saída da prisão nos diferentes eventos de encarceramento, principalmente relativos àquelas pessoas com altas taxas de reincidência.

Finalmente, em alguns casos o conceito “filho enteado ou adotivo” foi interpretado como afilhado ou sobrinho, mas é difícil saber até que ponto este seria um erro ou se nestes casos realmente os sobrinhos ou afilhados poderiam ser simultânea, e literalmente, considerados filhos adotivos ou enteados.

3 | RESULTADOS INICIAIS

Nesta seção, as características sócio-demográficas descritas da amostra são lugar de procedência, sexo, escolaridade, raça, idade, estado civil e fecundidade.

As pessoas entrevistadas, em sua maioria, declararam morar em Minas Gerais imediatamente antes de serem encarceradas (95,8%). Ademais, 4,2% declararam que moravam em outros Estados, e o 0,14% declarou que morava fora do Brasil. Entre as pessoas que declararam morar em Minas Gerais, 34,3% afirmaram que morava em Belo Horizonte e 40,8% declararam vir de outros municípios que compõem a sua região metropolitana: Contagem (7,7%), Santa Luzia (7,1%), Betim (3,92%), Lagoa Santa (4,1%), Sabará (4,1%), Ibirité (2,6%), Nova Lima (3,5%), Ribeirão das Neves (2,3%), Vespasiano (1,6%) e municípios restantes da RMBH (3,9%). Além disso, 9,3% declararam que eram de Sete Lagoas, 1,9% de Itaúna e 13,7% de outros municípios mineiros.

Por outro lado, considerou-se que as pessoas encarceradas em instituições penais para homens eram do sexo masculino e as pessoas encarceradas em instituições penais, ou pavilhões, para mulheres eram do sexo feminino. Dessa maneira, a amostra foi composta por 455 homens (63,4%) e 263 mulheres (36,6%). Contudo, entre os homens, observou-se o caso de um indivíduo que se declarou em condição de transgênero, identificando-se como mulher. Já entre as mulheres, 11 declararam ter relações homoafetivas (4,2% da mostra de mulheres) e uma delas se declarou em condição de transgênero, identificando-se como homem. Nenhum homem declarou-se abertamente estar envolvido em relações homoafetivas, o que não significa que essas relações não aconteçam entre os homens encarcerados.

Com relação à escolaridade, as respostas foram agrupadas em quatro categorias: 1) Nível de escolaridade “muito baixo”, que agrupa as pessoas sem educação formal

e as que não completaram o Ensino Fundamental (50,2% das mulheres e 61,5% dos homens). 2) Nível de escolaridade “baixo”, que se refere às pessoas com Ensino Fundamental completo e as que não completaram o Ensino Médio (28,9% e 24,4% respectivamente). 3) Nível de escolaridade “médio”, ou seja, pessoas com Ensino Médio completo ou com Ensino Superior incompleto (20,5% e 13,2%). 4) Nível de escolaridade alto, isto é, com Ensino Superior completo (0,4% e 0,9%).

No que se refere à composição racial, entre as mulheres, a proporção que se pode considerar como mulheres negras é 73,8%, das quais 31,4% se declararam pretas e 68,56% pardas. Por outro lado, 21,3% afirmaram ser da cor/raça branca, 2,7% da indígena, 1,9% da amarela e um 0,4% declarou não saber sua raça nem sua cor. No caso dos homens, pode-se considerar que 78,7% são negros, dos quais 26,3% se declararam pretos e 73,7% pardos. 19,8% dos homens entrevistados afirmaram ser brancos, 1,1% indígenas, 0,2% amarelos e 0,2% declarou não saber sua raça nem sua cor. Estes dados coletados sobre a identidade racial, confirmam uma sobre-representação das pessoas negras dentro do sistema carcerário mineiro em comparação com as da sociedade em geral.

A amostra tem uma idade média de 30 anos, com uma amplitude entre os 18 e os 74 anos (o desvio padrão é 9,4). A amostra da população feminina é um pouco mais velha do que a masculina, pois a idade média das mulheres é 30,5 (amplitude de 18 a 67 e D.P 9,0), enquanto a idade média dos homens é 29,7 (amplitude de 18 a 74 e D.P 9,6).

No que tange ao Estado Civil, é importante ressaltar que tanto mulheres quanto homens declararam ser principalmente solteiras e solteiros, 52,1% e 50,3%, respectivamente. A segunda categoria de estado civil com maior representatividade é a de união consensual, na qual encontram-se 28,9% das mulheres e 30,8% dos homens. Dessa forma, menos de um quinto da amostra feminina, bem como da masculina, ficou distribuída nas categorias casada(o), divorciada(o) ou separada(o) e viúva(o). Nessas três últimas categorias, há diferenças por sexo que valem a pena ser explicitadas. A primeira é que há uma maior proporção de homens casados em comparação com as mulheres (13% para 7,2%). Além disso, as mulheres declararam, em maior proporção, estarem divorciadas, separadas ou viúvas (11,7%) do que os homens (5,9%).

Desta maneira, os homens, comparativamente com as mulheres, encontram-se em maior proporção num relacionamento estável – seja através do matrimônio ou da união consensual –, isto é, 43,7% dos homens para 36,1% das mulheres. Por sua vez, as mulheres ficam mais concentradas, em comparação com os homens, nas categorias atreladas à ausência de relacionamento estável, ou seja, solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas (63,8% das mulheres estão distribuídas nessas categorias, em comparação com 56,2% dos homens).

Os dados coletados através do *survey* confirmaram que, efetivamente, na sua maioria, as pessoas encarceradas são pais ou mães: 67,9% dos homens e 81,8% das mulheres que foram entrevistados declararam que já tiveram filhos nascidos

vivos. Além disso, 13,9% dos homens e 11,8% das mulheres declararam ter filhos, enteados ou adotivos. E, como se viu anteriormente, trata-se de uma fecundidade principalmente não marital. A média de filhos biológicos nascidos vivos é de 1,6 para os homens e de 2,1 para as mulheres, e de filhos enteados ou adotivos é de 0,29 e 0,24, respectivamente. No que tange às pessoas sem filhos, entre os homens esse grupo corresponde a 27,0%, e, entre as mulheres, a 14,8% (ver Tabela 2).

Variável	Mulheres (n=263)	Homens (n=455)
Percentual de pessoas que declararam que já tiveram filhos(as) nascidos(as) vivos(as)	81,8	67,9
Média de filhos(as) nascidos(as) vivos(as) (D.P)	2,1 (1,8)	1,6 (1,9)
Percentual de pessoas que declararam ter filhos(as) enteados(as) ou adotivos(as)	11,8	13,9
Média de filhos(as) enteados(as) ou adotivos(as) (D.P)	0,2 (0,7)	0,3 (0,8)
Percentual de pessoas sem filhos biológicos nem enteados ou adotivos	14,8	27,0

Tabela 2 - Declaração de ter filhos(as) nascidos(as) vivos(as); média de filhos(as) nascidos(as) vivos (as); declaração de ter filhos(as) enteados(as); e média de filhos(as) enteados(as) ou adotivos(as), segundo o sexo das pessoas entrevistadas

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

No total, foram contabilizados 1.425 filhos biológicos e adotivos – ainda vivos na data da pesquisa –, além de 20 que já haviam falecido. Dos 1.425, 50,5% são mulheres e 49,5% são homens, sendo que 81,1% são menores de 18 anos.

Observa-se também que mais de 50%, tanto das mulheres quanto dos homens com filhos, relataram que já tinham experimentado um ou mais divórcios ao longo da vida. A tendência em experimentar o divórcio ou a separação em um relacionamento estável é mais frequente entre as mulheres do que entre os homens. 57,3% das mulheres declararam ter experimentado pelo menos um divórcio ou separação e 16,0% reportaram ter experimentado três ou mais. No entanto, entre os homens, 51,5% apresentaram um ou mais divórcios/separações e 7,3% três ou mais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as características e experiência dos pais são importantes para o desenvolvimento e resultados dos filhos. Se a literatura evidencia que o encarceramento parental é uma experiência que afeta a vida dos filhos no curto e no longo prazo, então, no primeiro momento é importante analisar as características dos genitores encarcerados.

Sendo que no Brasil as informações sobre a população carcerária são precárias, e os filhos e as famílias dos presos são praticamente invisíveis nas estatísticas oficiais, este trabalho objetivou a coleta de informações sociodemográficas, através de um *survey*, sobre as pessoas encarceradas na RMBH e seus parentes mais próximos. Expuseram-se aqui os principais detalhes do trabalho de campo e as limitações dos dados. Sobressai que a pesquisa *survey* é uma ferramenta importante para suprir a escassez de dados sobre as famílias das pessoas encarceradas. Este tipo de pesquisa permite extrair informações *cross section* e retrospectivas sobre o curso de vida dos detentos e as suas famílias. No entanto, as principais limitações das informações obtidas são os erros de memória e aqueles que vem da falta de contato com os familiares, ou bem, de tabus relacionados às situações jurídicas, penais ou de saúde dos detentos e os seus parentes. Além disso, na operacionalização da pesquisa *survey* no sistema prisional é fundamental a autorização dos órgãos encarregados da administração desse sistema. Ademais, resulta importante considerar que devido ao contexto das prisões, nem sempre é possível conseguir uma amostra aleatória e representativa.

As informações coletadas mostraram que, segundo a amostra, a grande maioria da população carcerária da RMBH tem filhos (82% das mulheres e 68% dos homens). Também, descreveu-se o perfil dos pais e mães encarcerados(as): no geral, pessoas pertencentes às classes sociais mais pobres, de baixa escolaridade, negras, jovens, e com cerca de 2 filhos na média, -ademais uma boa porcentagem tem filhos enteados ou adotivos-.

A pesquisa sugere, então, que os filhos desses pais e mães encarcerados estão experimentando um acúmulo de desvantagens na experiência da infância, pois ao analisar seu *background* familiar, pode-se pensar em que além de experimentar a desigualdade de classe, e/ou da discriminação racial, esses filhos estão crescendo com a experiência de ter um ou ambos os genitores presos. Dessa forma, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre parentalidade encarcerada e suas influências nos resultados dos filhos, em especial, na própria reprodução da criminalidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. & AGA, F. **Pesquisa: Sistema Prisional e Lei de Acesso à Informação**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo**. CNJ, 2014. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 23 Jan. 2015.

DALLAIRE, D. H. Incarcerated mothers and fathers: A comparison of risks for children and families. **Family relations**, v. 56, n. 5, p. 440-453, 2007.

DEPEN. **Mulheres Presas - Dados Gerais**. Comissão Especial Projeto Mulheres. 2011. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depem>>. Acesso em: 7 Ago. 2012.

FOSTER, H.; HAGAN, J. The mass incarceration of parents in America: Issues of race/ethnicity, collateral damage to children, and prisoner reentry. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 623, n. 1, p. 179-194, 2009.

GELLER, A. *et al.* Beyond absenteeism: Father incarceration and child development. **Demography**, v. 49, n. 1, p. 49-76, 2012.

GELLER, A.; GARFINKEL, I.; WESTERN, B. Paternal incarceration and support for children in fragile families. **Demography**, v. 48, n. 1, p. 25-47, 2011.

GUIMARÃES, C. A. G. O caso Minas Gerais: da atrofia do Estado Social à maximização do Estado Penal. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas. RECJ**, v. 3, n. 06, 2006. Disponível Em: <<http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigos2006/OCasoMinasGerai.RECJ.03.03-06.pdf>>. Acesso em: 12 Abr. 2014.

MUSUMECI, L., SOARES, B. M., BORGES, D., DE PESQUISA, A., DE SÁ, M. S., & DE FARIA SILVA, A. **Raça e gênero no Sistema de Justiça Criminal brasileiro: perfil dos operadores e da população carcerária**. 2004. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Raça-e-genero-no-SJC3_11.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2012.

ORMEÑO, G. R. **Histórico Familiar de Mulheres Encarceradas: Fatores de Risco e Proteção para os Filhos**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/28/TDE-2013-08-01T080906Z-5445/Publico/5304.pdf>. Acesso em: 3 Mai. 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2015.

POSADA, R. A. U. **Questões associadas ao encarceramento parental: uma análise das características da população de pais e mães encarcerados e da situação de seus filhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2014**. Dissertação de mestrado em demografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SEDS. **Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, Web Site**. <http://www.seds.mg.gov.br/> Acesso em: 22 Abr. 2016.

WESTERN, B.; WILDEMAN, C. The black family and mass incarceration. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 621, n. 1, p. 221-242, 2009.

WILDEMAN, C. Parental imprisonment, the prison boom, and the concentration of childhood disadvantage. **Demography**, v. 46, n. 2, p. 265-280, 2009.

WILDEMAN, C.; WAKEFIELD, S. Long Arm of the Law: The Concentration of Incarceration in Families in the Era of Mass Incarceration, The. **J. Gender Race & Just.**, v. 17, p. 367, 2014.

Bases de dados e documentos estatísticos

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen)**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 21 Out. 2014.

ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA

Daniel de Albuquerque Ribeiro

Salvador, Bahia

RESUMO: Este ensaio busca levantar reflexões acerca do que seria a arché geográfica. Para tal, foi dividido em três partes. A primeira com uma análise sobre o entendimento de espaço geográfico. A segunda faz um resgate sobre o conceito de arché para então combinar ao entendimento de espaço geográfico, com a finalidade de delinear o que seria a arché geográfica ou arché-geo. Na terceira e última parte, esse trabalho aponta um caminho para se entender a arché-geo através da arché geográfica do lugar. Nesse sentido se buscou indícios sobre o que poderia ser a Arché-geo Soteropolitana.

PALAVRAS-CHAVE: Arché Geográfica; Salvador; Espaço, Técnica

ABSTRACT: This essay seeks to raise reflections about what would be the geographic arché. To this it was divided into three parts. The first with an analysis of the understanding of geographic space. The second part is a rescue on the concept of arché to then combine with the understanding Geographic Space in order to outline what would be the geographic arché or arché-geo. In the third and last part, this work points a way to understand the arché-geo by

geographic arché of place. In that sense we attempted to point out some clues about what could be the Soteropolitana Arché-geo.

KEY-WORDS: Geographic Arché, Salvador, Space, Technique

1 | INTRODUÇÃO

A arché para os pré-socráticos seria o princípio presente em todos os momentos na existência de tudo. Este ensaio tem por objetivo iniciar as reflexões sobre a possibilidade de se relacionar o conceito de arché com o de espaço geográfico e para tal, tomará como ponto de partida a cidade de Salvador da Bahia.

Será trabalhado o conceito de espaço na visão de alguns geógrafos, para após isso explicar a ideia de arché geográfica ou arché-geo. Em muitos aspectos os dois conceitos podem se confundir, mas a priori pode-se afirmar que toda a arché geográfica está no espaço geográfico cuja totalidade não está na arché geográfica.

2 | DESENVOLVIMENTO

Espaço, tempo e escala são três categorias relacionadas e indissociáveis. Isso significa que a questão do espaço também é temporal e a

do tempo é espacial, por fim, a questão da escala é espacial-temporal. Seguindo a mesma lógica, a arché geográfica se relaciona tanto com o espaço quanto com o tempo, e a depender da escala de análise é mutável nessas duas categorias. Devido a isso, antes de abordar especificamente sobre a arché-geo, faz-se necessário uma breve explanação sobre o conceito de espaço e sua relação com o tempo e a escala.

Inicialmente é importante distinguir a escala geográfica da cartográfica. É comum, encontrar em diversas referências, tais como, Duarte (2006), Nogueira (2006), Florenzano (2007), Fitz (2008), menção à escala com o conceito matemático. Este destaque é justificável pelo fato de que apesar dessas produções tratarem temas relacionados ao geoprocessamento e sensoriamento remoto, onde geógrafos também atuam, parte-se do princípio que o conceito precisa ser apresentado com precisão. Em contraponto, se faz um destaque, ao livro de Joly (1990), que trabalhando a Cartografia, utiliza com precisão o termo escala cartográfica ao usar uma definição matemática para conceituar a mesma. Esse problema conceitual fica claro no Dicionário de Geografia Aplicada e Profissional. Nele o termo escala aparece 320 vezes em diferentes aplicações, sendo evocada para diversos fenômenos. Contudo, no momento de definir o que é escala, a conceituação fica no sentido estritamente cartesiano:

Relación que existe entre las magnitudes de los elementos representados en el mapa y las que éstos mismos tienen en la realidad. Define la reducción a la que debemos someter a la superficie terrestre para poder representarla en un documento, en un mapa, cuyo tamaño es mucho menor. La representación de la escala en un mapa puede ser gráfica o numérica. (JOLLY, 1982; Robinson, 1998 in TRIGAL et al, 2015, p.220)

Ainda sobre a escala, Castro (1995) alerta para a diferença do sentido cartográfico em relação ao geográfico, sendo o primeiro como um recurso de medidas, e o segundo onde a análise dos fenômenos implica na análise dos espaços onde são percebidos e por fim chama atenção para o fato de que a escala conferirá visibilidade aos mesmos. A autora também denuncia a confusão na utilização do conceito e aponta a importância de pensar a escalar geográfica no momento de intercambiar diferentes fenômenos em escalas distintas. Em 1985, Lacoste já apontava a importância de transitar pelas instâncias espaciais, ao afirmar que é “indispensável que nos coloquemos em outros níveis de análise, levando em consideração outros espaços”. (LACOSTE, 2012, p.75)

Essa premissa, cada vez mais, se faz coerente na medida em que a relação lugar-mundo se intensifica. No entanto essa necessidade de análise em diferentes escalas não é uma exclusividade dos tempos atuais. Partindo desta noção, adotamos o entendimento de Santos (2008) que considera a questão da escala não somente como sendo espacial, mas também como temporal, uma vez que para o autor, tempo e espaço também são indissociáveis.

Em Espaço, um Conceito-Chave da Geografia, Corrêa (1995) comenta a respeito do uso vago da expressão Espaço Geográfico. Segundo o autor, o termo espaço, na Geografia Tradicional, foi empregado em diferentes sentidos, como o de Área (Hartshorne, 1939), ou o espaço vital de Ratzel. No entanto, para Corrêa o espaço

só aparece como conceito chave da disciplina na década de 1950 com a Geografia teórico quantitativa. O autor comenta sobre as correntes marxistas que tratam a questão espacial em conjunto com a temporal e ao fim de sua análise trás a geografia humanista e cultural com as questões da subjetividade e do espaço vivido. Após tratar sobre o conceito de espaço nas diferentes correntes, ele define o que entende como práticas espaciais.

No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. [...] um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. (CORRÊA, 1995, p.35)

Debatendo o espaço em diversas obras, identificamos que em 1988 ao escrever *Metamorfose do Espaço Habitado*, Santos (2007) já trás os conceitos de período técnico científico e a ideia de fixos e fluxos. No livro *Pensando o Espaço do Homem* (2002) escrito em 1982, ele aborda a relação do espaço com o tempo ao afirmar, já em sua epigrafe, que “o espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2002, p.9)

Em 1979 no livro *Economia Espacial*, Santos (2003) também traçou a relação do espaço e suas categorias de análise, fazendo um grande destaque para a forma, que segundo ele é “um instrumento para promover a introdução do capital tecnológico estrangeiro numa economia subdesenvolvida e para ajudar o processo de superacumulação, cuja contrapartida é a superexploração.” (SANTOS, 2003, p.198) O autor também aborda sobre a relação entre tempo e escala como fatores fundamentais para a compreensão da totalidade retomando na sequência a importância das categorias internas.

O estudo da totalidade conduz a uma escolha de categorias analíticas que devem refletir o movimento real da totalidade. Devemos levar em consideração, além das categorias tempo e escala que funcionam externamente, as categorias internas estrutura, função e forma. (SANTOS, 2003, p.199)

Em 1996 em *A Natureza do Espaço*, Santos (2008) toma “como ponto de partida” a noção de espaço “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p.20). Publicado em 1994, *Técnica Espaço Tempo* (SANTOS, 1997), ainda não continha agregado a essa definição o termo indissolúvel, mas a ideia da relação entre o sistema de objetos e o de ações, já se fazia presente. Para o autor o tempo e o espaço são mutuamente conversíveis.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2008, P.54)

O tempo é perceptível no espaço por suas marcas impressas na paisagem. Essas marcas ficam registradas no lugar pelas técnicas distintas que denunciam os diferentes períodos em que se imprimiram, fazendo indissolúvel a relação entre essas categorias (espaço e tempo). “É o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.” (SANTOS, 2008, p.58). Ao tratar da relação entre espaço, lugar, tempo e técnica, chegamos ao segundo ponto deste ensaio, que é abordar especificamente sobre o que se entende por arché geográfica.

2.1 Arché, Espaço e Técnica

No livro, Os Filósofos Pré-Socráticos, Bornheim (1998), nos trás os fragmentos conhecidos dos primeiros filósofos gregos, bem como as doxografias a respeito dos temas tratados por eles. Parte considerável desses pensadores trataram sobre a arché. A arché para os pré-socráticos estaria presente em todas as coisas no seu início, meio e fim, estaria no princípio, mas não se resumiria a isso.

Para os pré-socráticos, arché não está submetida a um conceito de tempo linear (pelo qual se pensa um começo e um fim), mas de tempo cíclico. Deste ponto de vista, arché não seria sinônimo de começo, mas designa procedência no tempo. Por ser, todavia, palavra ancestral, designa igualmente poder ou soberania, como lei ou comando que, inerente ao Cháos, força-o continuamente a constituir-se num Cósmos. (SPINELLI, 2002, p.72)

De acordo com Spinelli, Aristóteles se referiu à Tales de Mileto como *archégòs philosophías* e teria iniciado a filosofia com a ideia da água sendo a origem de todas as coisas, a arché. Segundo Nietzsche essa questão apesar de absurda deveria ser levada a sério “por três razões: primeiro, porque a proposição asserve algo acerca da origem das coisas; em segundo lugar, porque faz isso sem imagens e fábulas; e, finalmente, porque contém, embora em estado de crisálida, a idéia de que “tudo é um”. (NIETZSCHE, 1987, p.27). Spinelli destaca que a atribuição à Tales de pai da arché não é consensual entre os filósofos, havendo referências à Anaximandro e a Teofrasto. Dentre os fragmentos dos filósofos sobre a Arché, trazemos o de Diógenes nascido na segunda metade do século V a.C..

A minha maneira de ver, para tudo resumir, é que todas as coisas são as diferenciações de uma mesma coisa e são a mesma coisa. E isto é evidente. Porque se as coisas que são agora neste mundo – terra, água, ar e fogo e as outras coisas que se manifestam neste mundo -, se alguma destas coisas fosse diferente de qualquer outra, diferente em sua natureza própria, e se não permanecesse a mesma coisa em suas muitas mudanças e diferenciações, então não poderiam as coisas, de nenhuma maneira, misturar-se umas às outras, nem fazer bem ou mal umas às outras, nem a planta poderia brotar da terra, nem um animal ou qualquer outra coisa vir à existência, se todas as coisas não fossem comportas de modo a serem as mesmas. (DIÓGENES, V a.C. *apud* BORNHEIM, 1998, p.99)

Quanto à água ser a Arché, mesmo discordando de Tales de Mileto, quase todos os outros pré-socráticos buscaram na materialidade a arché. Desse modo, para

Anaximenes de Mileto, no ar estaria o início de todas as coisas, para Xenófanos de Cólofon a terra, Heráclito de Éfeso o fogo, para Empédocles de Agrigento os quatro elementos, para Anaxágoras de Clazomena as homeomerias, para Pitágoras de Samos o número e para Demócrito os átomos. Spinelli chama a atenção, para o fato de que os princípios explicativos de índole material, não são os únicos desenvolvidos pelos primeiros filósofos, como deixa subentendido o próprio Aristóteles.

[...] ao afirmar que “os primeiros filósofos acreditaram que os únicos princípios são de índole material”, Aristóteles, cuidadosamente, não inclui “todos” os primeiros filósofos, mas a “maioria”, ficando subentendido que alguns (tal como Anaximandro ou Parmênides) manifestaram uma opinião diferente (a do segundo tipo). (SPINELLI, 2002, p.77)

Spinelli trás outra relação entre kósmos, arché e phýsis, onde concebidos de modo relacionado, “expressam quase a mesma coisa: kósmos designa a ordem ou a harmonia estabelecida, e arché, um princípio ordenador do qual a phýsis é a sua explicitação.” O autor explica que enquanto Parmênides atribuiu a compreensão de imobilidade à arché e à physis, Heráclito os conferiu a ideia de movimento. Ressaltando que ao invés de se contrapor, esses conceitos se complementam.

É no sentido do movimento que trabalhamos a arché-geo, não como movimento puro, mas na direção complementar entre as suas alterações e continuações. Esse movimento entre os contrários é o que definiria os processos. A ação de uma força em oposição a outra, mas ao mesmo tempo complementar.

Em Bornheim (1998, p.27) vemos que para Anaximandro o movimento é eterno e a explicação da gênese não está pela mudança do elemento primordial, mas pela separação dos contrários em consequência do movimento eterno. (SIMPL. PHYS., 24, 13, apud, BORNHEIM, 1998, p.27) Assim como na arché filosófica, a arché geográfica se cria e se recria conservando-se nesse processo de recriação. Sua essência configura-se nesse movimento, mas também permanência de forças que se opõem ao tempo que se complementam.

A arché geográfica se confunde com o próprio espaço geográfico, pois está na origem dele e nele permanece, mas não é o espaço da mesma forma que: “O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim.” (SANTOS, 2008, p.104). Há arché geográfica em todo espaço e por ela é possível se percorrer o mesmo. Na essência da técnica, há a presença da arché geográfica, na do lugar encontra-se a arché geográfica do lugar, na sua materialidade registra-se o tempo no espaço. “É o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.” (SANTOS, 2008, p.58). Assim temos nas técnicas o elo entre lugares e mundos, e por consequência, da arché geográfica em seus desdobramentos pelo tempo.

Em Pensando o Espaço do Homem, Santos (2002), menciona que Ptolomeu,

em sua Geografia, nos aconselhava “a meditar no que representa o presente e no que representa o passado, bem como a decidir o que é crível e aquilo que não é.” (SANTOS, 2002, p.13) Em outro fragmento, faz uma menção à questão do momento passado que permanece no presente, se aproximando da ideia de arché geográfica.

Por isso, o momento passado está morto como tempo, não, porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. (SANTOS, 2002, P.1)

Podemos afirmar que apreensão do passado no presente está na essência da técnica, mas é importante, avançar na ideia de que técnica não se resume a objetos. Ela se manifesta tanto no plano material como no imaterial. No sentido espacial, ela pode ser observada na paisagem, mas a sua percepção parte do lugar. O lugar, por sua vez tem a capacidade de formar e redefinir a técnica.

Os lugares, já vimos, redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Os respectivos “tempos” das técnicas “industriais” e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. (SANTOS, 2008, p.59)

Para Heidegger (1997, p.11), “A técnica não é igual à essência da técnica” e “a essência da técnica não é, de forma alguma, nada técnico”. Segundo esse filósofo através dela pode-se desencobrir o que está escondido, e assim chegar ao desencobrimento das coisas, e por meio desse des-encobrimento que é também deixar-viger, podemos alcançar a verdade. “Técnica é uma forma de desencobrimento. A técnica vige e vigora no âmbito onde se dá descobrimento e des-encobrimento onde acontece, ἀλήθεια verdade.” (HEIDEGGER, 1997, p.18) Se tomarmos por base que a essência da técnica pode ser um parâmetro integrador das diferentes escalas de análise espacial e temporal, e se levarmos em conta a afirmação de que através de seu desencobrir podemos chegar à verdade, poderá o estudo da técnica contribuir para o entendimento/des-cobrimento do espaço geográfico, ou seja, sua arché geográfica. A arché-geográfica é o espaço geográfico desencoberto.

Em a natureza do espaço, Santos (2008) trata no primeiro capítulo a questão da técnica e sua relação com o tempo e o espaço. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2008, p.29). Com a presença cada vez maior da tecnologia no cotidiano dos indivíduos, ocorre o fenômeno da “Compressão Tempo-Espaço” (HARVEY, 2014, p.257). A relação do homem com a técnica se altera, o que leva alguns pensadores, a exemplo de Heidegger (1997) a distinguir a técnica, da técnica moderna. Leão (2000), afirma que a presença cada vez maior da técnica levaria a Terra se tornar mundo.

A TERRA é mais antiga do que o homem e a história. Por isso a terra não pode ter nem lugar, nem data, nem certidão de nascimento. O homem é mais antigo do que o mundo e a técnica. O mundo e a técnica têm lugar e data marcada, possuem certidão de nascimento. Por isso a técnica pretende submeter o homem com a

tecnologia, dirigindo a história e substituindo a terra pelo mundo. (LEÃO, 2000, p.106)

Para esse autor, “Terra evoca a proteção de que necessita o mundo para se construir em meio a dependências.” (LEÃO, 2000, p.107). No entanto, ele considera o mundo como “a conjuntura limpa dos homens, das coisas e relações, oriunda e sustentada pela técnica e sua tecnologia.” (LEÃO, 2000, p.107) Em síntese, o autor explica que quanto mais o homem se distancia da Terra, mais será controlado pela técnica. Nesse sentido, a presença da técnica é o indicador da ação do homem em transformar Terra em mundo. É a técnica que funciona como fio condutor do caminho que podemos percorrer pela arché geográfica, presente no espaço, pois não é a Terra em si que demarca a arché geográfica, mas a presença da técnica é o registro da humanidade no processo de transformação da Terra em mundo e do espaço em espaço geográfico. Não é a técnica que define o espaço geográfico, mas é o seu uso que pode tornar o homem cada vez mais próximo da Terra ou mundo.

2.2 Em busca da Arché Geográfica Soteropolitana

Do mesmo modo que partindo de qualquer lugar do mundo, podemos chegar à arché geográfica do mundo, cada lugar terá a sua arché geográfica específica. Essa arché geográfica do Lugar será o marco (um) para o futuro e para o passado. O antes e o depois de sua existência, ela pode ser o caminho metodológico para a arché geográfica do mundo. Pois da arché geográfica de Salvador, podemos chegar a Lisboa o que leva a questão seguinte, qual a arché geográfica de Lisboa? De qualquer lugar do mundo, pode-se chegar à arché-geo do próprio mundo.

A formação da arché geográfica é caracterizada por ser um evento, ou seja, uma sucessão de momentos. Espacialmente ela não é um objeto, nem estritamente um lugar, mas o lugar e as relações estabelecidas pelo mesmo com seu entorno e com o mundo, dentro de um intervalo de tempo que se considera o evento de sua formação, desenvolvimento e afirmação enquanto unidade espacial. Neste ensaio, sobre a Arché Geográfica Soteropolitana, tomaremos emprestado o conceito de Vasconcelos (2002) que define o período de formação da cidade de Salvador como: a implantação da Cabeça da Ponte que vai de 1549 a 1650.

No final do período, a “Cabeça da Ponte” estava consolidada. Dividida em duas partes, a cidade ocupava todo o primeiro platô na parte alta, a partir da implantação de um traçado em quadrícula, adaptado às dificuldades do terreno. A parte baixa, ainda bastante estreita, era composta por apenas uma longa rua. (VASCONCELOS, 2002, p.70)

Do mesmo modo que a ideia de arché não se limita a origem, a Arché Geográfica Soteropolitana, não se resume a Implantação da Cabeça da Ponte. Ela continua existindo, nos tempos que a sucedem e se desdobrando em novos espaços. A origem da cidade, no entendimento geográfico, é somente o marco (um) temporal, bem como o centro de referência espacial, mas a nível escalar, ela se relaciona com o seu entorno

e o mundo nos diferentes desdobramentos temporais que percorre até os tempos atuais e consequentemente até o futuro. (Figura 01)

Pensar na *archê* geográfica soteropolitana, leva ao entendimento de que, trata-se do núcleo inicial da cidade (Centro Histórico), englobando sua área imediatamente ligada, mas, em posição relativamente periférica (Periferia Histórica), associado à região que corresponde à sua *hinterland* – (Região Geográfica Histórica) e conectado aos pontos do planeta com que estabelecia relações (Rede Geográfica Histórica). (RIBEIRO, 2011, pp. 36-37)

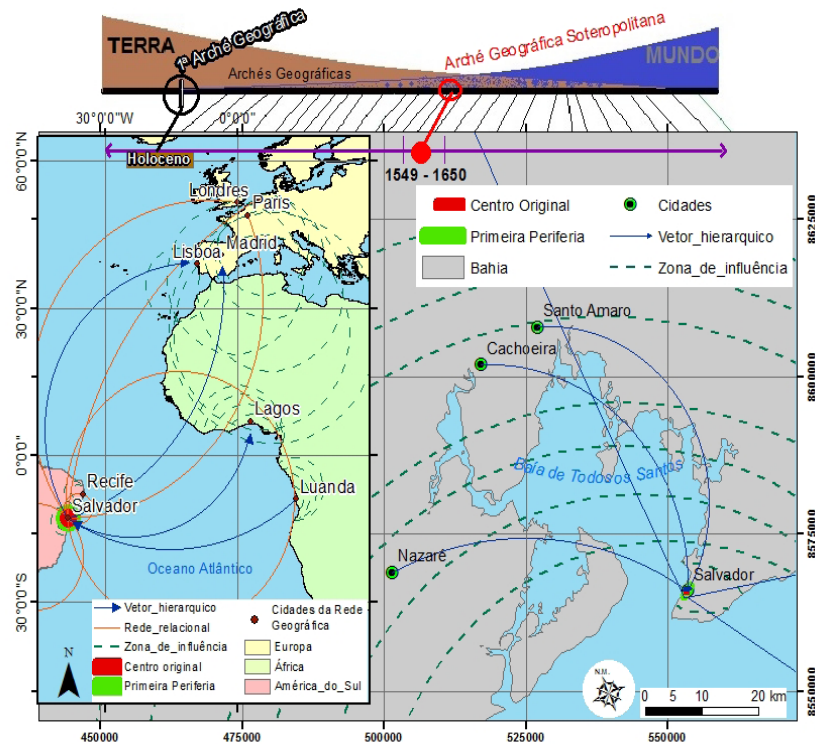


Figura 01 – Representação Espaço/Tempo da Archê Geográfica Soteropolitana.

Fonte dos dados: RIBEIRO (2011), Google Earth (2011), acessado em Janeiro de 2011

Elaboração: RIBEIRO, 2015

Se o zero é a ausência de tudo, o momento anterior ao um. O (um) define o início. Para chegar do zero até o (um), encontramos uma infinidade de frações, cada uma delas é um momento entre o nada e o algo, que somados formam um evento. Esse evento (um) se desdobra em todos os outros, ele é composto por uma fração de momentos. O evento (um) estará, presente no todo que o suceder, pois é ele quem rege. Sendo assim, não há 14 ou 28 em um, mas há (um) em ambos.

Na transmutação do espaço no tempo, a *archê* geográfica permanece. Mesmo que mude a forma, função e estrutura, o processo que resulta em algo novo, conserva sua *archê* espacial. A Salvador metropolitana de hoje, contém em sua essência sua *archê*-geo e por consequência a *archê*-geo do mundo. Nesse sentido, a *archê*-geo dos lugares não é o que os diferencia, mas o que os une.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que este ensaio tem por objetivo iniciar o debate sobre o conceito de arché geográfica, mais importante que concluir o assunto é levantar indagações. Como ponto de partida buscou-se pensar o que poderia ser a Arché Geográfica Soteropolitana, primeiro pela necessidade de um exemplo concreto. Depois porque a teoria em questão é que de qualquer arché geográfica de um lugar, é possível voltar para a arché geográfica do lugar que a antecedeu/originou e nesse caminho podemos chegar a Arché-geo do mundo. Se adotarmos isso como procedimento, mais do que teoria, essa ideia pode consistir em uma metodologia.

Para ser entendida, a arché geográfica precisa ser relacionada com o espaço e o tempo além da percepção dos fenômenos em diversas escalas. A chave para sua compreensão pode estar no estudo da técnica tal como elemento que permite assimilar a relação espacial/temporal, sendo a técnica – o registro no espaço do tempo. Parte-se do princípio que a técnica é tanto material, quanto imaterial. Dessa forma, o carro, o edifício, o uso do rio para navegação, bem como a escrita e a música, estão material e imaterialmente situados no entendimento de técnica. As técnicas se aprimoram e se modificam, mas conservam a sua essência. No teclado que se digitou este texto, tem o princípio da máquina de datilografar, bem como do papiro e por fim o da comunicação por sinais presente nos primórdios da humanidade. A busca pela arché geográfica, não é a negação do mundo, mas o resgate da conexão do homem com a sua essência, diretamente ligada à Terra.

Ficam as seguintes questões: o que há da Arché Geográfica Soteropolitana na Salvador do século XXI? O que há no Espaço Geográfico do que é a arché geográfica? Quanto mais nos tornamos mundo, mais deixamos de ser Terra? É possível resgatar no mundo a Terra? Como a técnica pode contribuir para isso? A importância de responder essas questões é mais que um exercício acadêmico, mas faz da busca pela arché geográfica uma reflexão espacial sobre o que é a humanidade; do que fomos ao que somos e do que seremos ao que podemos ser.

REFERÊNCIAS

BORNHEIM, Gerd A., **Os filósofos Pré-Socráticos**, São Paulo, CULTRIX, 1998.

CASTRO, Iná Elias de, **O problema da escala**, In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORREA, Roberto Lobato (Org.), **Geografia Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, (pp.117 a 140).

CORRÊA, Roberto Lobato, **Espaço**: um conceito-chave da Geografia, In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORREA, Roberto Lobato (Org.), **Geografia Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, (pp.15 a 48).

DUARTE, Paulo Araújo, **Fundamentos de Cartografia**, Florianópolis: UFSC, 2006.

- FITZ, Paulo Roberto, **Geoprocessamento sem complicação**, São Paulo, Oficina de Textos, 2008.
- FLORENZANO, Teresa Gallotti, **Iniciação em Sensoriamento Remoto**, São Paulo, Oficina de Textos, 2007.
- HARVEY, David, **Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 2014, Título original: *The condition of postmodernity*, 1989.
- HEIDEGGER, Martin, **Pensamento Humano** - Ensaio e conferências, Petrópolis, Editora Vozes, 5º ed., 2008. Título original: *Vorträge und Aufsätze*.
- JOLY, Fernand, **A Cartografia**, Campinas, Papyrus, 2007, 9ª ed. Título original: *La cartographie*, 1985. Tradução Tânia Pellegrini.
- LACOSTE, Yves, **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, Editora Papyrus, 2012.
- LEÃO, Emannuel Carneiro, **Aprendendo a pensar**, Volume II, 2ª Ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- NIETZSCHE, F. **A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos**. Lisboa, Edições 70, 1987.
- NOGUEIRA, E. Ruth, **Cartografia, representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis, UFSC, 2008.
- RIBEIRO, Daniel de Albuquerque, **Gentrification no Parque Histórico do Pelourinho**, Salvador - Bahia, Dissertação (Geografia) Salvador: UFBA, 2011.
- SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção, 4º ed. São Paulo, Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton, **Economia Espacial**, Críticas e Alternativas, S. Paulo, Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton, **Metamorfoses do Espaço Habitado**, Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia, São Paulo, Edusp, 2007.
- SANTOS, Milton, **Pensando o Espaço do Homem**, São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton, **Técnica Espaço Tempo**, Globalização e meio técnico-científico informacional, São Paulo, HUCITEC, 1997.
- SPINELLI, Miguel, **A noção de Arché no Contexto da Filosofia dos Pré-Socráticos**, São Paulo: HYPNOS, 2002.
- TRIGAL, Lorenzo Lopes et al, **Diccionario de Geografía aplicada y profesional**, *Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio*, León, Universidad de León, 2015.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida, **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

José Sobreiro Filho

- Professor Doutor do programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal do Pará. Contato sobreirounesp@gmail.com. Esta pesquisa foi financiada pela FAPESP como parte do projeto de pesquisa de doutorado intitulado “Os movimentos e as redes: da articulação em redes às redes sociais online nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil e na Argentina”.

RESUMO: Temos observado um processo crescente de articulação dos movimentos socioterritoriais em rede e também o uso de redes sociais online pelos movimentos socioespaciais como uma importante via para organização de manifestações e difusão de informações em escala local-global. Diante deste horizonte de uso e articulação em redes visamos analisar sob o enfoque geográfico a atualidade da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses no Brasil e na Argentina desde 1988 e dos movimentos socioespaciais urbanos que tem se destacado na atualidade com a finalidade de compreender as formas de uso e mostrar como as redes sociais online tem alterado e criado uma nova dinâmica nas lutas dos movimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos socioespaciais; movimentos socioterritoriais; redes

ABSTRACT: Increasingly, socio-territorial movements have been organizing themselves in the form of networks, and the use of online social networks by socio-spatial movements is fast becoming an ever more important means for organizing demonstrations and information dissemination on a local and global scale. In light of these trends, we aim to analyze, with a geographic focus, the socio-territorial struggle of peasant movements in Brazil and Argentina since 1988 and the growing socio-spatial urban movement that has emerged in both countries. In particular, we will explore the ways in which online social networks are currently being used in the two countries by socio-spatial and socio-territorial movements and examine the way in which these networks and their use have changed over time, now representing a new and important dynamic in the struggles of movements

KEY-WORDS: Socio-espatial movements; Socio-territorial movements; Networks

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui em um breve ensaio sobre Movimentos socioespaciais, Movimentos socioterritoriais e Redes. Apresentamos algumas reflexões sobre o uso das redes sociais e o processo de

articulação dos movimentos em redes com a finalidade de suscitar o debate sobre a contemporaneidade da luta dos movimentos e suas respectivas práticas e processo de produção e transformação do espaço e território. O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos uma definição conceitual sobre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Na segunda, realizaremos uma leitura sobre as novas formas de atuações que os diferentes usos das redes sociais têm permitido aos movimentos e como este uso tem possibilitado uma nova dinâmica em suas ações. Na terceira parte, realizamos uma breve leitura sobre a articulação dos movimentos socioterritoriais camponeses através da relação entre movimentos do Brasil e a Argentina. Nossa preocupação ao estudar os movimentos deve-se ao fato de que as redes têm possibilitado uma nova dinâmica tanto no processo democrático quanto na lógica de produção e transformação do espaço e do território.

2 | MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: A IMPRESCINDIBILIDADE DO OLHAR GEOGRÁFICO

Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais são conceitos que visam não somente trabalhar a Geografia a partir de suas próprias referências e objeto de estudo (Espaço), mas também tomar como ponto de partida as relações, a indissociabilidade e o reconhecer o homem como e enquanto espaço. Portanto, diferentemente de muitas outras ciências, não visamos compreender os movimentos somente ou prioritariamente a partir da ação social e coletiva e do fato social, mas do espaço. Deste modo, nossa principal preocupação ao eleger o Espaço e, portanto, os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, é ir para além destas compreensões e buscar preencher uma lacuna que os principais paradigmas e teorias sobre movimentos sociais deixaram sobre o espaço (GOHN, 2011)¹. Parcela desta proposta de contribuição à construção conceitual tem também suas bases no fato de que as demais teorias sobre movimentos sociais, com exceção a poucos autores que trabalham a perspectiva territorial na América Latina, não se atém ao espaço e território como elementos essenciais aos movimentos. Ademais, esta opção abre também um amplo leque para com os demais elementos, especificidades, categorias e conceitos geográficos.

Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais são conceitos propostos primeiramente por Martin (1997) e Fernandes (2005) e, de fato, expressam uma perspectiva essencialmente geográfica, ou seja, de acordo com a estrutura epistemológica da Geografia. Pedon (2009) contribui apresentando uma releitura sobre o uso do conceito de movimentos sociais na Geografia e o potencial do uso dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Nesse sentido, Sobreiro Filho (2013) reforça a imprescindibilidade de se fazer uma leitura

1. Podemos identificar também nas obras de Tilly (2010), Tarrow (2009), Hobsbaum (1982), etc.

eminentemente geográfica, as diferenças e limitações para com o conceito de movimentos sociais. Estes esforços para com a leitura geográfica sobre movimentos apresentam contribuições para a construção conceitual. Assim, quatro ponderações são importantes para se compreender esta proposição conceitual: 1-) as diferenças em relação ao conceito de movimento social da sociologia são epistemológicas (PEDON, 2009); 2-) ambos os conceitos são construídos tendo o espaço como ponto de partida e, portanto, dimensão fundamental em sua formação; 3-) todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é socioterritorial; 4-) mais que trunfo, o território é essencial para um movimento socioterritorial.

Assim, podemos compreender que um movimento socioespacial é aquele que promove a transformação ou resistência de determinada configuração, condição ou relação socioespacial e que lutam e, portanto, são produtores, transformadores diretos e/ou indiretos do espaço material e imaterial. Por outro lado, o movimento socioterritorial compreende o mesmo conjunto de elementos que caracteriza o movimento socioespacial, mas, dentre outros elementos, diferencia-se pelas relações de poder impressas no espaço. Assim, o movimento socioterritorial tem como trunfo/essência de sua existência a luta pela conquista, manutenção/resistência de determinado território e conseqüentemente sua própria produção e reprodução socioespacial.

Outra importante parcela desta proposição conceitual apresentada por Sobreiro Filho (2013) é de compreender os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no bojo da produção do espaço e do território. Esta perspectiva visa entender como os movimentos compreendem e como produzem espaço/território através de suas ações, estratégias, táticas, projetos político-ideológicos, etc., ou seja, como os mesmos produzem e transformam o espaço/território por meio de suas práticas e processos e como, dialeticamente, estão inseridos e se relacionam com as demais práticas e processos socioespaciais e socioterritoriais. Conseqüentemente, tal perspectiva nos permite compreender a lógica-racionalidade espaço-temporal² dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais tanto em suas respectivas ações, apinhadas de intencionalidades, quanto também na relação com as demais ações (coletivas, individuais, setoriais, naturais, eventos, etc.) e objetos que compreendem a totalidade.

3 | OS MOVIMENTOS NAS REDES

As insurreições políticas contemporâneas desvelam uma emaranhada trama pouco conhecida sobre a atualidade dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais em redor do globo. As estruturas de circulações de informações, as redes sociais e as conexões de interface compreendem importantes elementos constitutivos desta nova dinâmica das ações socioespaciais coletivas. Ao remontarmos a última década, observaremos um crescimento do uso das redes sociais tanto para

2. Sobre este debate Procurar Sobreiro Filho (2016).

a organização de manifestações por movimentos socioespaciais, quanto para a circulação de informações realizadas nas manifestações em diferentes países, dentre eles: na Espanha, Portugal, Islândia, Itália e Grécia, as revoltas que compuseram a primavera Árabe, Occupy Wall Street (CASTELLS, 2012), as manifestações realizadas em Junho e Julho de 2013 no Brasil (MARICATO et al., 2013; HARVEY et al., 2012), sobretudo, referentes à elevação da taxa de tarifa de ônibus, as manifestações durante o período Pré e durante a Copa do Mundo, e a atualidade da dinâmica dos movimentos que lutam no Brasil.

Tal processo denota que cada vez mais as redes sociais têm sido importantes para a articulação dos movimentos sociais em diferentes ocasiões e lugares do globo. Tais fatos destacam a importância do uso das redes sociais em diversas conjunturas críticas de crises econômicas e políticas, etc. Além do mais, vale destacar que parcela significativa das insurreições políticas estão atreladas ao uso das redes sociais por movimentos populares que tem se apropriado destas ferramentas para promoverem e amplificarem as contendas e formação política tanto nos “*ciberespaços*” quanto nos espaços públicos (ruas, praças, estádios, etc.). Conseqüentemente esta nova dinâmica combativa caracteriza-se como uma contradição para com as prerrogativas da globalização perversa promovida pela lógica metabólica socioespacial do capitalismo, pois estes sujeitos políticos dão um novo uso às mesmas redes que que fomentam o metabolismo socioespacial do capital³.

Conforme Sobreiro Filho (2013), em alguns casos o uso das redes sociais tivera significativa importância tanto para a difusão de informações visando articulação e formação política, quanto também visando o próprio processo de massificação das manifestações. A Primavera Árabe caracterizou-se como um caso emblemático, pois ao mesmo tempo em que as manifestações cresciam, simultaneamente os governos passaram a ter mais cuidado com a internet, chegando ao ponto de bloquear o acesso e algumas redes sociais como forma de conter as ações (SOBREIRO FILHO, 2013). O caso do Movimento Kefaya (egípcio) exemplifica tanto uma clara relação de falta de acesso às redes sociais quanto também o protagonismo na circulação de informações realizada por ativista de outros países, dentre eles: Estados Unidos da América, França e Espanha (Fig. 1).

3. [...] Facebook é uma grande empresa e uma empresa que ganha com publicidade com venda de processos e nesse sentido a gente não tem nenhuma esperança de que isso vá servir efetivamente aos povos, mas a gente usar essa maravilhosa arte da subversão que a gente tem de pegar aquela ferramenta que é feita para ganhar dinheiro pra lucrar e transformar em uma ferramenta de emancipação dos povos, de elevação de consciência e de debate político bem avançado. (Entrevista realizada com liderança do Comitê Popular da Copa do Distrito Federal – 23/06/2014)

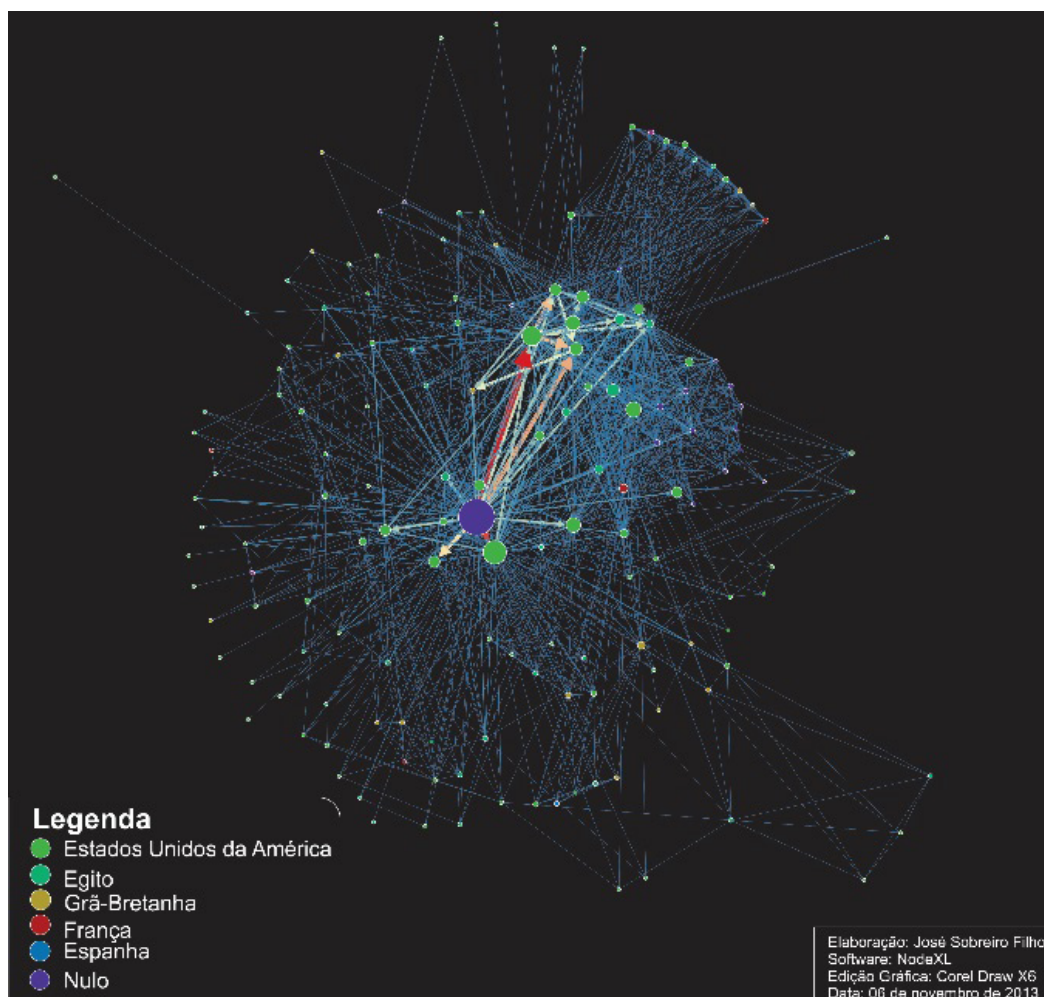


Figura 1 - Movimento Kefaya – difusão de informações baseadas nas curtidas e comentários dos usuários – 01/06/2011 a 01/09/2011

Ademais, quando destacamos que as manifestações contemporâneas têm apresentado uma nova dinâmica, não ignoramos que as práticas antigas ainda façam parte deste processo. Pelo contrário, afirmamos a coexistência e o aperfeiçoamento do processo de articulação e de massificação das informações e ações socioespaciais coletivas. Ao remontarmos Tilly (2010) e Hobsbawm (1982) observaremos que as práticas de organização de ações coletivas e formas de disseminação de informações desde o século XVIII estavam atreladas a aproximação e presença física dos indivíduos. O mesmo valia para o conjunto de ações realizadas em diferentes pontos do globo ainda no século XX, tais como: o Movimento Rural na Argentina; as Comunidades Eclesiais de Base; a formação do MST no Brasil (FERNANDES, 2000); Chiapas no México (ORNELAS, 2005); etc. Contudo, ao contrastarmos com a atualidade, observamos que muitos elementos e práticas são importantes heranças do passado, mas a nova dinâmica dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e também a amplificação de suas respectivas práticas tem relações com, dentre outras, dois fatores importantes: primeiro, a potencialização das ações e uma significativa mudança na dinâmica dos movimentos tem parcela de sua base no avanço da circulação de informações. Para compreender esse processo, um bom caminho é remontar tanto à evolução das estruturas e formas de transporte e, portanto, circulação

de informações (carta, estradas, navios, telefonia etc.), quanto à complexificação das estruturas virtuais desde a ARPANET até a atualidade da internet, blogs, sites, e-mails e das redes sociais (CASTELLS, 2012, 2003); e segundo, elemento importante a ser considerado, sobretudo no caso brasileiro, é popularização/massificação das mídias locativas e do acesso/consumo das redes sociais (SANTAELLA, 2008) associado ao avanço do processo democrático em redor do mundo (TILLY, 2010).

Com a apropriação e assimilação destes elementos e a lida destes processos pelos movimentos, novas possibilidades de ação e articulação tornaram-se possíveis. O trabalho de base e disseminação de informações ganham assim novas possibilidades de atuação e circulação, sobretudo para se promover a conscientização e socialização política, ou seja, as redes sociais passam a compreender o conjunto de táticas e estratégias de ações dos movimentos, tal como podemos ver nesta entrevista “*As redes sociais são uma ferramenta de comunicação com as pessoas. É uma das ferramentas de comunicação que o movimento usa. Ela é importante sim para chamar a galera pro ato, para fazer esse negócio de emitir a informação e pra galera vim colar com a gente no ato*”⁴. Deste modo, a circulação de informações que secularmente fora realizada face-a-face ou virtualmente, de acordo com as respectivas possibilidades de circulação de informações, passa a lidar e assimilar a noção de “*tempo-real*” e, portanto, possibilitando não somente a conexão entre diferentes tempos e escalas (local-global e *vice-versa*), mas também compreendendo os mesmos elementos que são dispostos para o metabolismo socioespacial do capital, tal como a “compressão tempo-espacial”. Tais transformações caracterizam uma significativa mudança e coexistência entre formas de organizações tradicionais e as contemporâneas veiculadas pelas redes sociais. No entanto, ao contrário das cartas, panfletos, etc., as redes sociais permitem também tanto o alteamento das informações da escala local para a global⁵, a partir de algumas *twittadas*, *posts*, compartilhamentos, etc., quanto também as interações espaciais em redor do globo, tal como podemos observar com as ações do *Occupy Wall Street* que se estendeu por diferentes continentes (SOBREIRO FILHO, 2013).

Assim, é fato que a instantaneidade e a massificação, sobretudo do acesso e interação, adentram a lógica dos movimentos e das ações socioespaciais coletivas. Tais possibilidades conectam não somente as pessoas em si, mas também os espaços de luta e de ação, permitindo que os indivíduos tanto se somem aos sujeitos políticos e suas lutas coletivas, quanto também que interajam e gerem informações sobre a realidade das respectivas ações por meio da interação física e/ou virtual alteando informações às demais escalas e espaços⁶. Tal concepção pode ser vista ao tomarmos o MPL – Movimento Passe Livre como exemplo (figura 2).

4. Entrevista realizada com liderança do MPL, 19/06/2014.

5. Ver também Maricato et al. (2013) e Harvey et al. (2012),

6. A Mídia NINJA ocupou importante papel na produção e transmissão de informações alternativas em tempo real para links online e em redes sociais como o Youtube, Facebook e Twitter a partir de conexões 3G e Smartphones (SOBREIRO FILHO, 2013).

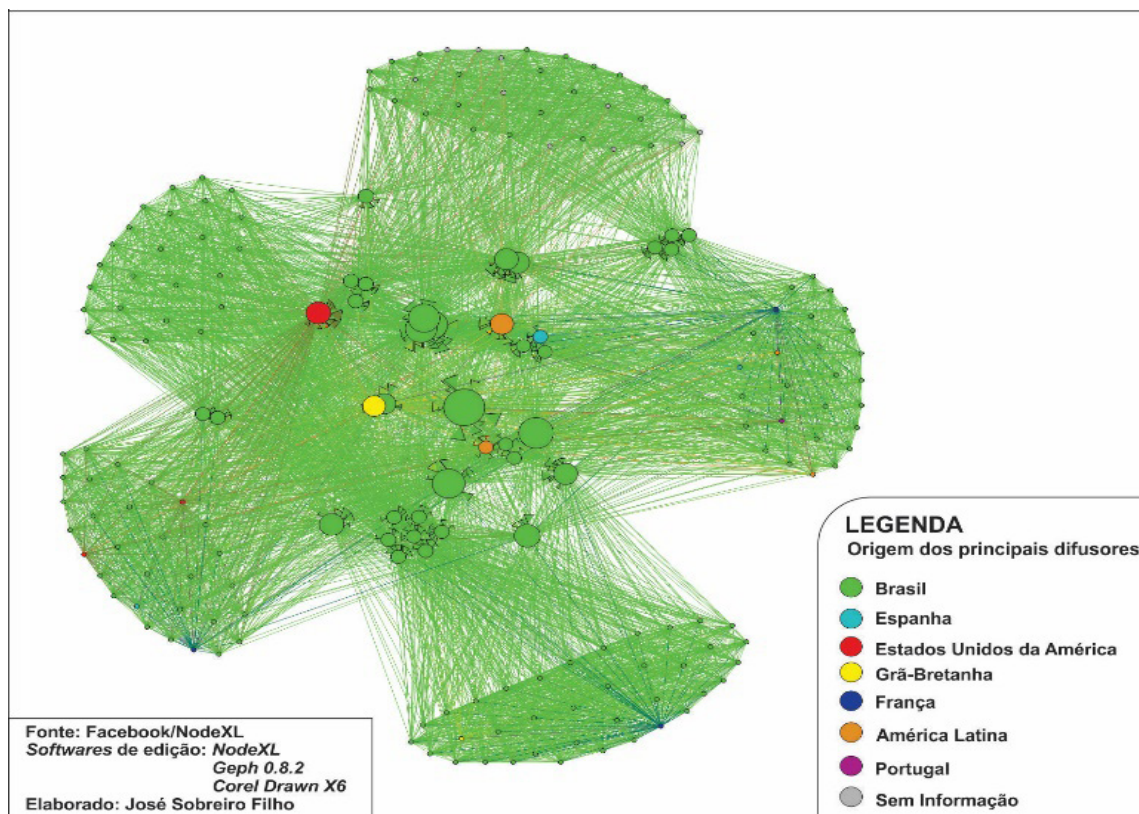


Figura 2 – Movimento Passe Livre – São Paulo – Facebook – Curtidas do dia 20/06/2013 baseado nos usuários.

Outro elemento importante a ser considerado é a criação de eventos pelos movimentos com a finalidade de massificar as ações socioespaciais coletivas e que compõe esta complexa dinâmica atual. Assim, surgem diversos outros processos e também a aproximação com outros tipos de grupos ativistas, especializados tanto em dar suporte para as ações quanto produzir material/informação qualificada sobre estes, com a finalidade de amplificar as ações coletivas, tal como denota-se na entrevista em plena ação do MPL durante a Copa do Mundo:

“A rede social foi o fator principal disso tudo que está acontecendo, se iniciou pela rede social e a rede social está se organizando através desse movimento de horizontalização das organizações. Os poderes eles estão se horizontalizando as pessoas já estão tomando forma e vontade de sair pra rua sem precisar de uma organização exterior, isso provoca ao mesmo tempo a gente via que tinha uma desorganização isso tudo, porque por ser muito independente o caos acontecia e as pessoas não se reestruturavam, não tinham suporte seja de socorrista, seja de advogado daquilo que acontecia.” (Entrevista realizada com advogado do coletivo Advogados Ativistas em 19/06/2014)

Ao pensarmos o caso brasileiro nos últimos anos é fundamental destacar que o manejo das mídias e redes sociais no processo das ações combativas complexificou não somente o uso das redes, mas também as estruturas que dão suporte às ações, tal como destacamos anteriormente. A espacialização das ações foi uma significativa consequência deste processo. Podemos observar mais nitidamente ao destacar as manifestações de junho e julho no ano de 2013 com a soma de 62 eventos realizados em diversos países do mundo e 162 no Brasil.

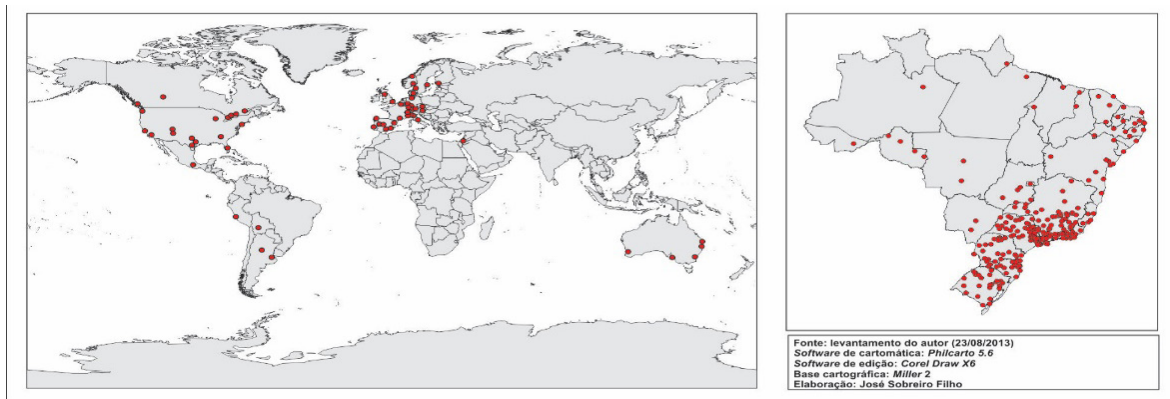


Figura 3 – Manifestações de Junho e Julho de 2013 organizadas pelo Facebook

Tais elementos evidenciam um amplo uso das redes sociais para articulação e organização das manifestações. No entanto, vale destacar que na atualidade parcela significativa da agenda pública dos movimentos também são publicizadas nas redes sociais, dentre eles destacam: o MST; MTST; MPL; e coletivos. Por fim, é fundamental destacar dois pontos: o primeiro é que os conflitos e repressões que se dão nos espaços materiais também são veiculadas pelas redes sociais; e segundo que mesmo com os riscos e os movimentos seguem fazendo uso das redes sociais para o seu próprio interesse e geração de informações:

Hoje é um dia de ato aqui no DF e meu Facebook tá bloqueado, eu não consigo mandar mensagem para ninguém e esse tipo de coisa acontece mas eles não conseguem barrar quando o processo é massificado, é viralizado. E a gente conseguiu viralizar as violações da copa, a gente conseguiu viralizar o questionamento de Copa para quem, pra quem ela serve, à quem ela defende e quem se beneficia com ela e a gente consegue viralizar a partir disso e nós queremos uma sociedade diferente. (Entrevista realizada com liderança do Comitê Popular da Copa do Distrito Federal – 23/06/2014)

E:

O Facebook e o Twitter são redes sociais que você tem oportunidade de fazer seu próprio jornalismo, então elas foram fundamentais em junho porque quando a rede globo, a Record falavam que eram os manifestantes que provocavam violência, os próprios manifestantes filmavam com o apoio do fórum, a Mídia Ninja mostrando que a violência partia da polícia, partia do Estado. (Entrevista com militante do Coletivo Juntos do Distrito Federal – 23/06/2014)

4 | REDES DE MOVIMENTO CAMPONESES: BRASIL E ARGENTINA

A articulação em redes é fundamental para se compreender a atualidade dos movimentos socioterritoriais camponeses na América Latina. Tendo em vista uma questão agrária apinhada de conflitos que vão desde expropriação, extermínio/massacres, escravidão e exploração (CHONCHOL, 1994), até o avanço do capitalismo moderno, não soa estranho compreender que cada vez mais a América Latina tem se tornado expressivo espaço de lutas e ações coletivas pela reivindicação de territórios, reconhecimento e direitos tradicionais, preservação ambiental, acesso a água, questões

de gênero, colonialidade etc. Ao longo das décadas que compõem os últimos séculos houveram inúmeras insurreições e organizações políticas. Contudo, recentemente que se tem construído uma pauta mais ampla e embasada nos interesses populares e mediada por relações de construção de um projeto político internacional. Assim, tanto a Via Campesina quanto a CLOC - Cordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo – cumprem importante papel neste contexto de articulação de movimentos⁷.

No bojo desta articulação destacamos como estudo de caso a relação entre os movimentos brasileiros e os movimentos argentinos. Além do fato de que ambos os movimentos compartilham de uma história e da atualidade agrária com proximidades, os movimentos socioterritoriais camponeses também são reconhecidos pela expressão internacional de suas lutas. Dentre os movimentos que compõem os quadros da Via Campesina e da CLOC, destacamos MST pela sua forte relação com os movimentos argentinos e dos movimentos argentinos o MNCI - Movimiento Nacional Campesino Indigena - por ser composto por outros dois movimentos relevantes na história Argentina, sendo eles: MOCASE - Movimiento Campesino de Santiago del Estero -; e UST - Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra.

As relações entre ambos os movimentos dão-se intensamente no marco da CLOC e da Via Campesina, no entanto destacamos que os intercâmbios e a efetividade destas construções populares articuladas tornam-se mais vivas para com a sociedade em dois momentos principais que se complementam e são tomados como substrato para o fortalecimento das lutas pelo espaço e reforçam os territórios já conquistados e/ou tradicionais, sendo eles: primeiramente os espaços de formação e socialização política internacionais (escolas de formação política); e a segunda as ações socioespaciais e socioterritoriais coletivas. Destacamos a importância das experiências de formação política realizadas pelas e nas escolas⁸ partindo da ideia destacada pelo MNCI de que *“la formación es indispensable a todos los movimientos”*. Tais experiências apresentam significativos ganhos tanto em termos de construção e fortalecimento das relações entre os movimentos como também no intercâmbio de conhecimentos camponeses e indígenas:

De hecho, compartimos de formación, mayormente estamos vinculados desde el principio con el MST, después, a través de la Via Campesina fomos nos vinculando con todos los otros movimientos. El MPA, el MAB, la MMC y los distintos movimientos. Una relación bastante buena. Lo que tenemos de bueno, por ejemplo, compartimos como Via Campesina y CLOC, la escuela de formación. Este espacio de intercambio donde tenemos talleres productivos, escuelas de agroecología y distintos aspectos. Bueno, hay movimientos que se desarrollan más en una temática y que eso permiten compartir con otro movimiento eso que hay demás desarrollado y ver como se puede mejorar. [...] nuestras relaciones con el movimiento brasileño es de óptimas condiciones y digamos que esto nos va favorecer en el día de

7. Criada em 1993 como uma rede de movimentos em todo o mundo a Via Campesina atualmente é composta por 164 organizações em 79 países e a CLOC, criada em 1994 no Perú, foi criada com a finalidade de ter uma atuação continental e passou a ser parte integrante da Via Campesina também. (DESMARAI, 2007)

8. As escolas de formação trabalhadas na entrevistas foram a Escola Nacional Florestan Fernandes, a UNICAM – Universidad Camepsina de Santiago del Estero - e a Escuela de Agroecologia da UST.

mañana a seguir desarrollando nuestra lucha contra el capitalismo y el imperio. No es solo la lucha por la tierra y contra el saqueo, es mucho más que eso [...] Si no estamos articulando con otros movimientos no podremos saber que estas desforestando miles de hectáreas en Brasil [...] y ya estar preparado a recibir este tipo de amenaza. (Entrevista realizada com Liderança do MOCASE e MNCI em 04/12/2014)

E:

El papel de las escuelas. Es fundamental la formación en nuestro movimiento. Sin formación no hay conocimiento del derecho y sin conocimiento del derecho tampoco podremos nos defender de los atropellos porque no sabemos cual son nuestros derechos y como hacer valer nuestros derechos. Por otro lado, por el objetivo tecnológico. [...] la tecnología campesina. En eso colabora mucho las escuelas, en especial la de agroecología por relacionar el todo de la Via Campesina. [...] las escuelas en los movimientos sociales nos ayudan a transmitir valores que ayudan a defender la vida, que no son los mismos valores de la escuela capitalista. (Entrevista realizada com Liderança do MOCASE e MNCI em 04/12/2014)

Por fim, é fundamental destacar que dentre os diversos ganhos proporcionados pelas escolas, a própria complexificação das estruturas organizacionais e formas de ações também são importantes para os próprios movimentos que passam a ser articular. Ademais, a partir destes intercâmbios que surgem as ações socioespaciais coletivas.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Redes de indignación y esperanza**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2012

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários en América Latina**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DESMARAIS, Annette. **La Via Campesina**. Fernwood Publishing: Halifax, 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola. 2011. 391 p.

HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012

HOBBSAWM, E. J. E. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. USA: Blackwell Publishing, 1991.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTIN, J. Y. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

SANTAELLA, L. **Mídias locativas: a internet móvel de lugares e coisas**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 35, p. 95-101, abril, 2008.

ORNELAS, R. **A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. Hegemonias e emancipações no século XXI**. CECEÑA, A. E. CLACSO. Julio 2005

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2009.

SOBREIRO FILHO, José. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP**. GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2015, vol. 6, nº 73, p. 1-29.

SOBREIRO FILHO, J. **Os movimentos nas redes e em redes: das manifestações internacionais ao Movimento Prudente**. 99f. Monografia (Graduação)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. & WOOD, L. J. **Los movimientos sociales, 1768-2008**. Barcelona: Crítica, 2010.

O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA

Natália Carolina de Oliveira Vaz

UFPR, Programa de Pós-graduação em Geografia

Curitiba/PR

Sylvio Fausto Gil Filho

UFPR, Programa de Pós-graduação em Geografia

Curitiba/PR

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de demonstrar a interrelação e conexão religiosa dos municípios catarinenses de Nova Trento e Imbituba construindo um olhar pela fenomenologia. Para que seja possível fazer apontamentos ao observar a influência dos milagres de Santa Paulina na transformação do espaço por meio da fenomenologia. Destaca-se que o recorte dos municípios catarinenses tem relação direta com a Santa Paulina, por ter vivido em Nova Trento/SC e por seu primeiro milagre reconhecido pela Igreja Católica Romana ter ocorrido em Imbituba/SC. Para tanto, inicialmente foi necessária a aplicação do método bibliográfico, por meio da abordagem qualitativa. O presente artigo é parte integrante da pesquisa que está sendo desenvolvida pelos autores no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, na qual pretende-se proporcionar novos conhecimentos no campo da geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Paulina; Interrelação e Conexão; Nova Trento/SC;

Imbituba/SC; Fenomenologia.

ABSTRACT: The present paper aims to show the interrelation and religious connection between the cities of Nova Trento and Imbituba, in the state of Santa Catarina, observing the influence of the miracles of Santa Paulina in the transformation of the space through phenomenology. It is noteworthy that Santa Catarina municipalities have a direct relationship with Santa Paulina because she lived in the city of Nova Trento (SC), and also her first miracle recognized by the Roman Catholic Church was in Imbituba (SC). Initially, it was applied the bibliographic method using a qualitative approach. This article is part of research being developed by the authors in the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Paraná, in which it is intended to contribute with new knowledge in the field of Geography.

KEYWORDS: Santa Paulina; Interrelation and Connection; Nova Trento/SC; Imbituba/SC; Phenomenology.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente Santa Paulina é um dos símbolos do catolicismo no Estado de Santa

Catarina, teve grande repercussão os dois milagres considerados pela Igreja Católica Romana que ocorreram em território brasileiro. O seu legado conta com milhares de fiéis, devotos e peregrinos. Ela também ficou conhecida como Madre Paulina ou Irmã Paulina do Coração Agonizante de Jesus. O nome de Santa Paulina era Amábile Lúcia Visintainer.

É importante ressaltar inicialmente o fato de que Santa Paulina viveu em território catarinense - viveu parte de sua vida em Nova Trento/SC - entre outros lugares - e o seu primeiro milagre reconhecido pela Igreja Católica Romana ocorreu em Imbituba/SC. O presente texto tem como meta demonstrar a interrelação das espacialidades religiosas de Nova Trento e Imbituba a partir de um olhar fenomenológico.

No município de Nova Trento está localizado o Santuário de Santa Paulina e em Imbituba está sendo construído um complexo turístico religioso em homenagem a Santa Paulina, com previsão para a inauguração no ano de 2018. A partir desse contexto é possível observar as transformações ensejadas pela institucionalidade do carisma de Santa Paulina a partir de uma fenomenologia e da prática religiosa.

A utilização da metodologia qualitativa ocorreu devido a complexidade, vez que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” (PRODANOV; DE FREITAS, 2013, p. 70). Conforme Minayo (2004) a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”(p.21). O presente trabalho justifica-se pela relevância da religião e suas práticas como tessitura das diversas espacialidades religiosas vivenciadas no Santuário de Santa Paulina.

2 | INTERRELAÇÃO DAS ESPACIALIDADES RELIGIOSAS DE NOVA TRENTO E IMBITUBA

Ao descrever o significado de interrelação, Vieira (2003, p.388) conceitua que ela “é a relação mútua entre duas ou mais consciências e /ou coisas, objetos inanimados, fatos, fenômenos, realidades e assuntos, nesta ou em várias dimensões consciências[...]”. Fundamentando a afirmação aduz que é “porque existe o elo de causalidade real entre alguns dos elementos ou porque dependem de causas comuns” (VIEIRA, 2003, p. 338).

No caso específico da espacialidade religiosa no âmbito da devoção à Santa Paulina pode-se concluir que a interrelação entre os municípios de Nova Trento e Imbituba é motivado por: (i) o fenômeno religiosos considerando a experiência de vida de Santa Paulina em Nova Trento/SC e a primeira atribuição milagrosa reconhecida pela Igreja Católica Romana em Imbituba/SC; e, (ii) a edificação do Santuário Santa Paulina em Nova Trento/SC e Monumento à Santa Paulina que está em Imbituba/SC.

Os milagres provenientes das figuras de Santos são expressões de fé específicas da igreja católica. Existe uma devoção direcionada para estas figuras, decorrentes de

sua história de vida, da expressividade de sua resiliência, da caridade, da pobreza da castidade. Construído a partir da representação simbólica que se constitui na devoção. No caso de Santa Paulina, a grandiosidade de sua obra e o seu exemplo de vida conduzem a fé, a oração e os pedidos de graça. Os primeiros devotos acreditavam, e os seguidores atuais ainda creem, que a Santa Paulina é capaz de realizar milagres, pois está em um plano elevado, em contato com Deus e outros mitos de influência espiritual elevada.

Nenhuma prática social é redutível unicamente aos seus elementos físicos e materiais. É necessário que esta se realize numa rede de sentidos e que ultrapasse a segmentação dos gestos individuais. Nessa perspectiva, o mito construído ou em construção, expressa uma experiência cotidiana, um imaginário vivido, coletivamente, além de ressaltar o modo pelo qual as relações sociais se estabelecem (ANSART, 1978. Apud: OLIVEIRA, 2010, p.135).

Oliveira (2010) explica que as pessoas realizam peregrinações, caminham em direções de santuários, buscam refúgios e espaços sagrados sempre em busca de algum tipo de milagre. “As bênçãos, a proteção, os milagres correm de boca em boca, alongando a fila de novos adeptos. Contar a proteção recebida em tal circunstância fica sendo a maneira de pregar e de propagar a vida dos santos” (OLIVEIRA, 2010, p.135).

A conexão da casualidade dos fenômenos tem relação direta com o símbolo religioso. Diz-se que Santa Paulina é um símbolo religioso em decorrência de sua representação, um exemplo de conexão é a peregrinação.

Oliveira (2010) explica que as pessoas realizam peregrinações, caminham em direções de santuários, buscam refúgios e espaços sagrados sempre em busca de algum tipo de milagre. Nesse sentido ainda aduz que “As bênçãos, a proteção, os milagres correm de boca em boca, alongando a fila de novos adeptos. Contar a proteção recebida em tal circunstância fica sendo a maneira de pregar e de propagar a vida dos santos” (OLIVEIRA, 2010, p.135).

Em Imbituba/SC, conforme relataram Oliveira e Zotz (2003) ocorreu o primeiro milagre atribuído a Paulina, em setembro de 1966. Uma moça chamada Eluíza Rosa de Souza, grávida de sete meses de gravidez, descobre que tem um feto já morto em seu ventre há meses. Removida as pressas para o centro cirúrgico para extração do natimorto, ocorre a revisão do útero, seguida de uma intensa hemorragia e choque, quadro clínico considerado pela medicina como irreversível.

De acordo com Oliveira e Zotz (2003) As enfermeiras iniciam uma corrente de oração e colocam uma imagem de Madre Paulina sobre a cama de paciente. Milagrosamente Eluíza sobrevive e se cura de todos os males físicos de seu corpo. As autoras relatam que no ano de 2002, aos 59 anos de idade e gozando de perfeita saúde, a devota comemora a canonização de Santa Paulina, rezando e lhe rendendo louvores.

A seguir poderemos observar uma síntese da cronológica dos fatos e expressões de fé em Santa Paulina – após a beatificação - que demonstram a interrelação e a

conexão entre os municípios catarinenses de Nova Trento e Imbituba.

No ano 1991 posteriormente a Beatificação de Madre Paulina o turismo e a busca religiosa no município de Nova Trento/SC foi intensificada. Em 19 de março de 1997 Dom Eusébio Oscar Sheid, à época arcebispo metropolitano, assinou o Decreto para que a Capela de Nossa Senhora de Lourdes, da Paróquia de São Virgílio ficasse os cuidados da Congregação das irmãs da Imaculada Conceição em Nova Trento/SC, mencionando no referido decreto o fluxo crescente de peregrinos que buscavam a região onde Amabile Lúcia Visintainer iniciou a sua obra viveu - Registrado na Chancelaria por Pe. Henrique Hernesto Cervi, Chanceler, reg. sob o nº 046/97 L. Prot. nº 16. (DECRETO BISPADO nº 046/97).

Em 7 de novembro de 1997 foi publicada e assinada a Lei Estadual nº 10.568/97 reconhecendo o município de Nova Trento como “Estância Turístico-Religiosa” no Estado de Santa Catarina, pelo Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira. (SANTA CATARINA, 1997).

Levando em consideração o fluxo de fieis, a declaração do Município de Nova Trento como “Estância Turístico-Religiosa”, perspectivas de crescimento religioso e desenvolvimento local. No ano de 1998 houve a criação e construção do Santuário Madre Paulina, foi decretada por Dom Eusébio Oscar Sheid – Decreto Registrado na Chancelaria por Dr. Enio de Oliveira Matos, Vice-Chanceler, reg. sob o nº 152/98 L. Prot. nº 17 (DECRETO BISPADO nº 152/98). O Decreto Bispado também promoveu outras determinações em relação à organização e atribuições para o Santuário Madre Paulina.

No ano de 2002 houve a canonização de Madre Paulina pela Igreja Católica Apostólica Romana que deu reconhecimento global de seus santificados e dos seus milagres – e que ocorreram no Brasil (o primeiro milagre ocorreu no Estado de Santa Catarina e o segundo milagre ocorreu no Estado do Acre) - aumentando consideravelmente a busca pelo turismo religioso e por peregrinos religiosos em Nova Trento/SC (BESSEN, 2016).

No ano de 2003, iniciaram-se as obras do Templo de Santa Paulina no município de Nova Trento/SC, as quais perduraram por 926 dias. Em 22 de janeiro de 2006, o Templo é inaugurado, transformando-se primeiramente em um local onde se professa a fé católica diante do símbolo mítico de Paulina, mas também um centro turístico referência em nível nacional e internacional (SANTOS, PERES-NETO, 2016).

No ano de 2010 houve alteração da Lei Estadual nº 10.568/97, alterando o artigo 1º “Reconhece o município de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso”, para “Fica o Município de Nova Trento reconhecido como a Capital Catarinense do Turismo Religioso”, conforme a Lei Estadual 15.184/10. (SANTA CATARINA, 2010).

Em 2015 foram consolidadas as leis que conferiam denominação adjetiva aos Municípios catarinenses onde o município de Nova Trento passou a cumular duas adjetivações de cunho religioso, conforme a Lei Estadual nº 16.722/15, sendo I)

“Estância turístico-religiosa” (Lei Estadual nº 10.568/97) e II) “Capital Catarinense do Turismo Religioso” (Lei Estadual nº 15.184/10), conforme seu anexo I (SANTA CATARINA, 2015).

O município de Nova Trento/SC acumula adjetivações religiosas, quais sejam “Estância turístico-religiosa” e “Capital Catarinense do Turismo Religioso” por conta da expressão de fé e praticas em devoção imateriais em seu território. Muitas são as formas materiais de representação de fé em seu território.

Já município de Imbituba/SC pretende entrar na rota do turismo religioso (GIOVANAZ, 2016), entretanto até o presente momento ainda não possui nenhuma adjetivação religiosas conferida pelo Estado de Santa Catarina. No município de Imbituba/SC ocorreu o primeiro milagre reconhecido de Santa Paulina. Isso porque o município de Imbituba/SC está construindo um monumento de Santa Paulina em seu território com a pretensão de incluir o município na rota do turismo religioso.

O monumento em forma de estátua terá 46,5 metros de altura - maior que o Cristo Redentor do Rio de Janeiro - ficará localizado no topo do morro Mirim que tem aproximadamente 280 metros de altura. O lançamento do projeto ocorreu em abril de 2014, o referido projeto prevê também a construção de um grande complexo turístico que contará com cerca 17.000 m² e nele haverá um museu que demonstrará a trajetória da Santa Paulina(GIOVANAZ, 2016).

De acordo com Aviz (2016) o espaço será arborizado e terá 4 mil metros quadrados, destacando ainda que

Dentro dele serão colocados murais com a história de Santa Paulina,escrito em quatro idiomas. O monumento poderá ser visto em um raio de 15 quilômetros. O local também terá um mirante com uma vista panorâmica de toda a cidade. Todo o projeto do Complexo Turístico Religioso deve ficar concluído em até cinco anos e terá cerca de 17 mil metros quadrados de área.

A previsão de abertura para a visitação do complexo turístico ocorrerá no ano de 2018. Quando concluído o monumento de Santa Paulina será um dos maiores monumentos religiosos do Brasil.

3 | FENOMENOLOGIA: CONSIDERAÇÕES AO SANTUÁRIO SANTA PAULINA E AO MONUMENTO DA SANTA PAULINA

A compreensão da realidade fenomênica da religião é reconhecida na constituição do Santuário de Santa Paulina. Nesse sentido (Gil; Gil Filho, 2010) afirmam que:

A constituição do Santuário de Santa Paulina, além de suas repercussões óbvias de caráter político e econômico, referenda a própria estrutura em que a forma simbólica de religião conforma a realidade fenomênica da religião. (p. 121)

Por meio do fenômeno religioso todas as estruturas serão consideráveis. Segundo

Gil Filho (2016, p. 65) “O fenômeno religioso reserva segredos específicos que necessitam de chaves teórico-metodológicas especiais para abri-los”. A relação direta da pesquisa tem aporte nas práticas religiosas católicas romanas institucionalizadas que estão ligada à experiência de criação e de peregrinar entre lugares sagrados.



FIGURA1: Fotografia do Santuário Santa Paulina

Fonte: Fotografado pela autora em 18/09/2017 às 08:16.

Para (Gil; Gil Filho, 2010, p. 121) “[...] o Santuário não é somente um local sagrado, mas parte de uma totalidade estrutural que é o espaço sagrado plasmado pela religião”. Sendo assim, conclui que:

Amabile Lúcia Visintainer é incorporada, sob unção eclesiástica, como Santa Paulina e assim resinificada diante da comunidade dos fiéis. A despeito da geopolítica religiosa que tal processo encerra, existe a devoção sincera do crente na qual Santa Paulina é parte indelével das representações religiosas que edificam o universo de vida do ser religioso em suas práticas cotidianas. (Gil; Gil Filho, 2010, p. 122)

De acordo com Gil Filho (2016, p.66) “De certo modo o mundo plasmado simbolicamente remete também a estrutura do pensamento religioso”. Sendo assim, o mundo contem expressões humanas materializadas pela expressão de fé – que nem sempre são planejados antes da sua materialização. Porém algumas materializações exigem prévio planejamento e projetos específicos. Um exemplo desta materialização é o Santuário Santa Paulina – que já se encontra consolidado – e o outro exemplo é o Monumento à Santa Paulina que está em fase de construção.



FIGURA 2: Projeto da construção do Monumento à Santa Paulina

Fonte: Município de Imbituba/SC. Prefeitura Municipal de Imbituba/SC. Disponível em: <<http://static.fecam.com.br/uploads/645/imagens/1546128.jpg>>. Acessado em 18 de abril de 2017.

O trajeto da Peregrinação entre os municípios catarinenses de Nova Trento à Imbituba é anual – iniciou-se no ano de 2006, ocorre todo o mês de setembro em data aproximada ao acontecimento do primeiro milagre de Santa Paulina. O trajeto da peregrinação de Imbituba à Nova Trento também é anual e ocorre no mês de abril próximo à Páscoa – esta peregrinação ocorre desde o ano de 2002. No ano de 2017 a autora acompanhou os peregrinos da 11ª caminhada a terra do primeiro milagre de Santa Paulina, pelos seus 210 km.

A peregrinação passa alguns municípios catarinenses, partindo de Nova Trento, passando por São João Batista, Major Gercino, Angelina, Rancho Queimado, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Vargem do Cedro, São Luís, Imaruí, até chegar em Imbituba. Os peregrinos fazem camisetas para a peregrinação.

Não obstante, cada dia da peregrinação além de seu trajeto específico com símbolos e lugares sagrados, também tem gestos, canções e evangelhos específicos. Tudo previamente estabelecido pela “Cartilha da 11ª CAMINHADA À TERRA DO 1º MILAGRE DE SANTA PAULINA”. Os evangelhos estão assim divididos sendo eles: no primeiro dia de peregrinação proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas 7,11-10; no segundo dia da peregrinação a proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo São Lucas 7,1-17; no terceiro dia proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo São Lucas 7,30-35; no quarto dia proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus 9,9-13; no quinto dia proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo São Lucas 8,1-3; no sexto dia proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo São Lucas 8,4-15; e, por fim, no último dia, proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus 20,1-16a.

Uma observação que merece ser relatada é a grande quantidade de símbolos religiosos existentes no percurso. Durante o trajeto os peregrinos passam por diversas grutas, cruzes de via sacra, imagens religiosas e outros símbolos religiosos da igreja católica. Além disso, o trajeto inclui locais sagrados, tais como: santuários, conventos, seminários, capelas, igrejas e etc.

Outra observação mencionada foi oriunda da experiência da autora em acompanhar os peregrinos durante a peregrinação entre os municípios catarinenses de Nova Trento à Imbituba em setembro de 2017. É possível pensar em futuramente fazer um mapeamento geográfico pontual dos elementos simbólicos religiosos e locais sagrados – dentro daquele conjunto de crenças - que compõe o trajeto da peregrinação.

Na camisa da peregrinação do ano de 2017 podemos notar a imagem de Santa Paulina, Beata Albertina, Gruta de Santa Paulina, futuro monumento de Santa Paulina e a rota da peregrinação. Conforme:

PEREGRINOS

11ª CAMINHADA À

TERRA DO 1º MILAGRE

210 KM - 18 a 24 de Setembro de 2017



Interceda por nós

IMBITUBA

SANTA CATARINA - BRASIL

FIGURA 3 – Logo da Camiseta dos Peregrinos da 11ª Caminhada à Terra do 1º Milagre – De Nova Trento à Imbituba/SC

Fonte: Peregrinos – Logo da camisa dos peregrinos da 11ª CAMINHADA À TERRA DO 1º MILAGRE DE SANTA PAULINA (NOVA TRENTO / IMBITUBA – 18 a 24 SET 2017)

Nesse caso a razão dos lugares sagrados e das peregrinações não ocorreu apenas em razão dos reconhecimentos dos milagres de Santa Paulina, mas também por razões de fé dos fiéis. A ligação que possibilita traçar a linha imaginária dos territórios, entre o município que ela viveu (Nova Trento/SC – onde está localizado o Santuário de Santa Paulina) – como já visto anteriormente, e o onde ocorreu o primeiro milagre reconhecido pela igreja (Imbituba/SC – onde está sendo construído um complexo turístico religioso que erguerá o monumento para homenagear Santa Paulina).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado da apropriação do carisma de Santa Paulina na institucionalização do Santuário seria a base de articulação de espacialidades religiosas que transformam a região de Nova Trento/SC e Imbituba/SC. Assim como, a repercussão dos milagres de Santa Paulina do local ao global.

É importante ressaltar o fato de Santa Paulina foi a única santa a viver em território brasileiro e que a pessoa que recebeu o seu primeiro milagre reconhecido pela Igreja Católica Romana está viva e mora em Imbituba/SC. É necessário ter acutelado ao tratar de fenomenologia, com um olhar sensível e criterioso dos fenômenos que ocorrem no espaço. É possível dizer que os milagres de Santa Paulina teriam influenciado e continuam a influenciar na transformação do espaço do estado de Santa Catarina.

Diante do exposto podemos notar a interrelação entre os municípios de Nova Trento e Imbituba na espacialidade religiosa no âmbito da devoção à Santa Paulina levando em consideração: (i) o fenômeno religioso considerando a experiência de vida de Santa Paulina em Nova Trento/SC e a primeira atribuição milagrosa reconhecida pela Igreja Católica Romana em Imbituba/SC; e, (ii) a edificação do Santuário Santa Paulina em Nova Trento/SC e Monumento à Santa Paulina que está sendo construído em Imbituba/SC. Já conexão entre Nova Trento e Imbituba é oriunda da casualidade dos fenômenos e tem relação direta com o símbolo religioso de Santa Paulina de representação e expressão de fé.

Até hoje o Santuário de Santa Paulina tem grande representação territorial e continua produzindo transformações no espaço. A interrelação e a conexão gerada por Santa Paulina e pelo reconhecimento dos milagres contribuíram para as transformações espaciais no Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

AVIZ, Emanuelle Querino Alves de. **Monumento à Santa Paulina Lançamento da obra é esta semana**. Município de Imbituba. Prefeitura Municipal de Imbituba/SC. Disponível em <<http://www.imbituba.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16434/codNoticia/402783>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

BESSEN, J.A. **Santa Paulina: Uma surpresa de Deus**. 4 ed. São Paulo: Mundo e Missão, 2016.

CEZAR, J. **Nova Trento comemora projeto de construção de estátua de Santa Paulina, em Imbituba**. Tijucas: Rádio Vale, 2015. Disponível em <<http://www.radiovaje.com.br/noticias/detalhe/nova-trento-comemora-projeto-de-construcao-de-estatua-de-santa-paulina-em-imituba>>. Acesso em 14 de março de 2017.

CIPRO NETO, Pasquale. **Dicionário de língua portuguesa comentado pelo professor Pasquale**. Barueri/SP: Gold Editora, 2009.

DECRETO BISPADO, por Dom Eusébio Oscar Sheid. Registrado na Chancelaria por Pe. Henrique Hernesto Cervi, Chanceler, **reg. sob o nº 046/97 L. Prot. nº 16**.

DECRETO BISPADO, por Dom Eusébio Oscar Sheid. Registrado na Chancelaria por Dr. Enio de Oliveira Matos, Vice-Chanceler, **reg. sob o nº 152/98 L. Prot. nº 17**.

FRAGA, L. **O Primeiro Milagre. Imbituba: Rádio 89FM, 2016**. Disponível em: <<http://www.radio89fm.com.br/noticia.php?id=322>>. Acesso em 14 de março de 2017.

GIL FILHO, Sylvio Fausto et al. **O SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA EM NOVA TRENTO (SANTA CATARINA–BRASIL): FORMAS SIMBÓLICAS E INSTITUCIONALIDADE DO CARISMA DE AMABILE LÚCIA VISINTAINER**. Raega- O Espaço Geográfico em Análise, v. 20, 2010. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/16035>>. Acesso em 14 de junho de 2017.

GIL FILHO, Sylvio Fausto . **RELIGIÃO COMO FORMA SIMBOLICA E A FENOMENOLOGIA EM ERNET CASSIRER**. In LIBERDADE E RELIGIÃO: o espaço do sagrado no século XXI. Sylvio Fausto Gil Filho (Org.) Curitiba/PR: EDITORA CRV, 2016.

GIOVANAZ, D. P. **Prefeitura em SC constrói estátua religiosa maior que o Cristo Redentor**. Florianópolis: UOL notícias Cotidiano, 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/03/santa-catarina-constroi-estatua-religiosa-maior-que-o-cristo-redentor.htm>>. Acesso em 14 de março de 2017.

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R.. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, M. C. S. (Org.). 30 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MOTTA, Mário. **Mário Motta: Imbituba lança projeto para homenagear Santa Paulina**. Hora de Santa Catarina. Notícias, Religião, 2015. Disponível em <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/03/mario-motta-imituba-lanca-projeto-para-homenagear-santa-paulina-4721210.html>>. Acesso em 14 de março de 2017.

OLIVEIRA, S.R. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 7, mai. 2010

OLIVEIRA, B. ZOTZ, W. **Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus: a primeira Santa do Brasil**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2003.

PEIXE, Marcia. **Representantes do Turismo Religioso participam de evento em Imbituba. Nova Trento: Assessoria de Imprensa** – Prefeitura Municipal de Nova Trento, 2015. Disponível em: <<http://www.novatreto.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/33857/codNoticia/281836/contraste/desativar#.WBz0VPkrLIU>> . Acesso em 10 de março de 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 Ed. Novo Hamburgo/RS: Editora Feevale, 2013.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 10.568, de 07 de novembro de 1997**. “Reconhece o município

de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso.”. DO. 15.798 de 07/11/97, Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em <http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1997/10568_1997_lei.html>. Acesso em 10 de abril de 2017.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 15.184, de 01 de junho de 2010.** “Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 10.568, de 07 de novembro de 1997, passam ter a seguinte redação: “Reconhece o município de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso”. DO: 18.859 de 01/06/10, Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em <http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2010/15184_2010_Lei.html> . Acesso em 10 de abril de 2017.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 16.722, de 8 de setembro de 2015.** “Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses”. DOE.: 20.162 de 13/10/2015, Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em <http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2015/16722_2015_Lei_promulgada.html>. Acessado em 10 de abril de 2017.

SANTOS, M.N. PERES-NETO, L.P. **Comunicação, consumo e religião.** São Paulo: Associação Cultural, 2016.

Vieira, Waldo; **Homo Sapiens Reurbanisatus.** Foz do Iguaçu/PR: CEAEC Editora, 2003.

O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA

Denis Rilk Malaquias

Universidade Federal de Goiás, IESA
Goiânia – Goiás

RESUMO: É habitual alguém ouvir o som de uma viola ponteando e sua imaginação se remeter instantaneamente a imagens do campo em sua mente, especialmente para aqueles que tiverem alguma vivência rural. E, não por acaso, o lugar vivenciado pelo caipira sempre foi memorado com certo afeto nas suas canções. Para tentarmos entender esse apreço do cancionista caipira pelo seu sertão, utilizaremos ferramentas baseadas numa perspectiva geográfica para analisar essa afeição do caipira pelo seu lugar, esse sentimento é denominado por Tuan (1980) como topofilia. Mesmo entre aqueles personagens urbanos que de uma forma ou de outra se encantaram com o som da viola e tomaram o instrumento como bandeira, o sentimento topofílico caipira desses violeiros pode ser percebido na vida e obra dos mesmos, nas variadas narrativas acompanhadas ao som da viola.

PALAVRAS-CHAVE: Música Caipira; Viola Caipira; Sentimento Topofílico.

ABSTRACT: It is customary for someone to hear the sound of a brazilian ten guitar playing and his imagination instantly relate to the field

in his mind, especially for those who have some rural experience. And, not by chance, the place experienced by the caipira was always remembered with a certain affection in his songs. In order to try to understand this appreciation of the caipira cancionista by its backlands, we will use tools based on a geographic perspective to analyze this affection of the caipira by its place, that feeling is denominated by Tuan (1980) like topophilia. Even among those urban characters who, in one way or another, were enchanted by the sound of the brazilian ten guitar and took the instrument as a flag, the feeling of these violeiros can be perceived in their life and work, in the varied narratives accompanied to the sound of the brazilian ten guitar.

KEYWORDS: Caipira Music; Brazilian Ten Guitar; Topophilic Sentiment.

1 | INTRODUÇÃO

Não é incomum entre alguns grupos sociais, até mesmo em meio aqueles de áreas que possuem certa dificuldade de sobrevivência, os indivíduos residentes adquirirem certa afeição pelo lugar da sua naturalidade e ou convivência, moradia e etc. No âmbito caipira, essa afeição é explicitamente declarada, sejam nas suas obras, exposições verbais, manifestações artísticas, festas e tradições folclóricas onde a

temática do seu lugar é venerada. Enfim, as manifestações culturais do caipira, de uma forma ou de outra, generalizadamente, sempre acaba apontando para algum apreço para com o seu lugar vivenciado e todas as práticas desse contexto. Na sua música, não podia ser diferente. Segundo Pimentel (1997, p. 209):

Os elementos principais de que se constitui o imaginário da música caipira estão relacionados a um *lugar* determinado, como a cena principal em que se desenvolve toda a ação. [...] Desse modo, a vida social do caipira está centrada sobre a família e sobre o lugar em que fixa residência. Em torno desse núcleo é que vão sendo apresentados os demais elementos que, em conjunto, constituirão o imaginário do [...] caipira: o terreiro da casa com seus pequenos animais e aves, o monjolo, a biquinha, o rego d'água, o cavalo selado para as pequenas viagens ali mesmo nas redondezas do seu bairro rural, a igrejinha e seu sino, a viola, a catira, a folia de reis [...].

São várias as temáticas de composições na música caipira que aludem a esse elo afetivo com o lugar. Em muitos dos casos algo é usado para representar simbolicamente o referencial do lugar. Algo que vem à tona quando se lembra do lugar, que tem uma importância pra sua vida, por ter ocorrido algum fato importante da sua vida frente aquele “objeto” e que o faz refletir, sentir saudades, algo que faz aflorar a paixão desse caipira por algum lugar, pelo seu modo de vida presente ou abandonado por força maior. Talvez a canção caipira que melhor representa e enfatiza o apreço do caipira pelo seu lugar, e com versos que ficaram impregnados na mente do povo, seja a canção *Saudade da Minha Terra* composta por Goiá.

De que me adianta viver na cidade
Se a felicidade não me acompanhar
Adeus, paulistinha do meu coração
Lá pro meu sertão, eu quero voltar
Ver a madrugada, quando a passarada
Fazendo alvorada, começa a cantar
Com satisfação, arreio o burrão
Cortando estradão, saio a galopar
E vou escutando o gado berrando
Sabiá cantando no jequitibá

O personagem narrado na letra dessa música é o próprio compositor, Gerson Coutinho da Silva, o Goiá. Nascido em Coromandel - MG, ainda jovem mudou-se de sua terra natal para Goiânia para tentar investir na sua carreira artística. Goiá sempre foi ligado afetivamente na sua terra natal, mas, foi quando partiu para São Paulo em busca de melhores oportunidades para carreira artística que o sentimento de saudade do seu lugar foi agravado. Goiá sempre escrevia para sua mãe, a que inclusive seria a personagem correspondente descrita nos versos da canção. A mãe acompanhava a

carreira do filho e sempre atenta às suas aparições no rádio.

Os dois primeiros versos da canção talvez sejam os mais presentes na memória dos fãs: o *dia qualquer* de 1953 em que Goiá foi à busca do sonho: *ser um artista*. O apoio materno e sua determinação de enfrentar o sofrimento que era saber que sua mãe chorava quando ouvia cantar nos programas de rádio são um ponto comum na lembrança de quem cultua a memória do artista. A saudade da mãe foi tema de outros sucessos: *Meu natal, sem mamãe* e *Saudade da minha terra (Tô aqui cantando, de longe escutando, / alguém está chorando com o rádio ligado)* (BRITO, 2009, p. 33-34).

Poderíamos até pensar que é um tipo de sentimento presente em outros tempos e fases da música caipira, que no mundo contemporâneo esse elo afetivo do caipira com o lugar estaria defasado e as canções não expressariam esse tipo de sentimento. Contudo, apesar das gravações modernas do chamado sertanejo serem mais focadas no consumo em massa, no comércio, do que a música caipira raiz, até nesse segmento, e na atualidade podemos notar músicas que retratam essa temática. Como é o caso da canção *Deus e Eu no Sertão* composição de Victor Chaves e lançada em 2009 pela dupla Victor & Leo como trilha sonora para a novela Paraíso. Os primeiros versos da canção, “Nunca vi ninguém viver tão feliz / Como eu no sertão”, além de representar bem o elo afetivo com o lugar, o sertão, a música ficou impregnada na mente dos brasileiros e foi o “sucesso” da dupla na ocasião.

2 | TOPOFILIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

Antes de aprofundarmos no assunto, e tentarmos entender esse apreço do cancionista caipira pelo seu sertão, utilizaremos ferramentas baseadas numa perspectiva geográfica para essa análise sobre o que pode ser entendido nessa afeição pelo lugar. Vale ressaltar que desde cedo, a palavra “sertão” foi usada pelos compositores de música caipira como apenas mais uma forma de referir-se ao que estava fora da cidade (PIMENTEL, 1997, p. 219). Como ponto de partida tomaremos a consideração de Castrogiovanni (2007, p. 41), onde o mesmo alega que:

O estudo do espaço geográfico deve considerar as noções e os conceitos, já construídos, que envolvam a espacialidade e valorizar a formação da consciência territorial - o sentimento de pertencer ao lugar, tão comumente adormecido em países como o Brasil. Deve interpretar as territorialidades dentro da complexidade e conhecer não apenas os elementos objetivos que compõem o espaço, mas valorizar as subjetividades e tentar entendê-las.

Em se tratando de afeição pelo “lugar”, um conceito que tem sido discutido em trabalhos, especialmente geográficos, – grande parte desses abordam questões culturais – e que naturalmente vem à tona como essencial para esse tipo de análise, é o conceito de topofilia. “Em português diríamos topofilia, resultado da contração da palavra grega *topos* que exprime o lugar, e filia do grego *phílos* que indica noções de afeição, gosto ou amizade” (BORGES, 2013, p.105). Segundo Tuan (1980, p. 107):

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido

amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero, prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

O pioneiro na utilização do termo foi o filósofo e poeta francês Gaston Bachelard no livro *La poétique de l'espace* em 1957. Esse trabalho que serviu de referência para vários outros autores, inclusive o geógrafo Yi-Fu Tuan, que hoje é uma grande referência no tema. Bachelard (2008, p.19) apresenta o termo já no prólogo de seu livro e elucida:

Nosso campo de exame tem a vantagem de ser bem delimitado. Isso porque pretendemos examinar imagens bem simples, as imagens do *espaço feliz*. Nessa perspectiva, nossas investigações mereceriam o nome de *topofilia*. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados. Por razões não raro muito diversas e com as diferenças que as nuances poéticas comportam, são espaços *louvados*. [...] É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação. Em especial, quase sempre ele atrai. (BACHELARD, 2008, p. 19)

O singular é que esse tipo de espaço percebido pela imaginação do qual refere Bachelard nesse trecho, se assemelha muito com os das narrativas das canções caipiras. Nem sempre é algo mensurável e ou “palpável”, relatam do vivido, do experienciado, do real reminescente de alguma ocasião da vida dos protagonistas das narrativas dessas canções. Mas que também pode ocorrer de fazer uma alusão a elementos presentes no contexto de um espaço imaginário idealizado. Contudo, mesmo se tratando de uma textura fictícia de uma canção, é possível perceber nessas, ênfase a elementos do ambiente que evidenciam a afeição pelo lugar. Tuan dialoga com esse autor quando aponta que

Certos ambientes naturais têm figurado de maneira proeminente nos sonhos da humanidade de um mundo ideal: a floresta, a praia, o vale e a ilha. A construção do mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real. A geografia fornece necessariamente o conteúdo do sentimento topofílico. Os paraísos têm uma certa semelhança familiar porque os excessos da geografia (muito quente ou muito frio, muito úmido ou muito seco) são removidos. Em todos eles abundam as plantas e animais úteis e amigos do homem. Os paraísos também diferem em suas respectivas excelências: alguns são abundantes, outros são florestas mágicas, ilhas perfumadas ou montanhas (TUAN, 1980, p. 286).

Esse modelo de paraíso descrito por Tuan, e se considerarmos também os expostos de Bachelard, notaremos que o que ele desencadeia na imaginação e emoção não pode ser medido, mas é um espaço que atrai por conta de suas particularidades. Incita um sentimento onde tudo ali é na medida e organizado dentro desse espaço específico. Isso pode ser notado nos versos da canção *Jeitão de Caboclo* composta por Valdemar Reis e Liu. Esse ambiente do qual o narrador faz uma retrospectiva nostálgica, é de uma completude singular. Acrescendo ou retirando algo,

desarmonizaria esse ciclo perfeito de eventos no cotidiano do paraíso. As águas do ribeirão além de cristalinas e marcantes, também têm seu proveito no trabalho diário de beneficiamento de alimentos. A fauna do lugar é marcante, e os seus integrantes até parecem interagirem de forma orquestrada, onde cada naipe de animais tem um lugar definido no palco, e seria esse sítio/paraíso esse palco. Elementos da flora também podem ser marcantes, uma simples planta pode fazer o indivíduo reascender o lugar na sua memória. Algo corriqueiro como sentir o cheiro de uma flor pode remeter suas lembranças ao lugar, reascendendo o sentimento de apego.

Se eu pudesse voltar, ao meu tempo de criança.

Reviver a juventude, com muita perseverança

Morar de novo no sítio, na casa de alvenaria.

Ver passarinhos cantando, quando vem rompendo o dia.

Eu voltaria rever, o pé de manjerição.

A corroira cantando, lá no oco do mourão.

Os bezerras no piquete, e as nossas vacas leiteiras.

E papai tirando leite, bem cedinho na mangueira.

Eu voltaria rever, o ribeirão taquari.

Com suas águas bem claras, onde pesquei lambari.

O velho carro de boi, o monjolo e a moenda.

As vacas Maria preta, a tirolesa e a prenda.

Na varanda taboa grande cheia de queijo curado.

E mamãe assando pão, no forno de lenha ao lado.

Nossa reserva de mato, linda floresta fechada.

A trilha funda do gado, retaliando a invernada.

Iria rever o sol, com seus raios fluorescentes.

Escondendo atrás da serra, levando o dia da gente.

O pé de dama da noite, junto ao mastro de são João.

Que até hoje perfuma, a minha imaginação.

O caso é que eu não posso fazer o tempo voltar.

Sou um carro sem chumaço, que já não pode cantar.

Vou vivendo na cidade, perdendo as forças aos poucos.

Mais não consigo perder, o meu jeitão de caboclo.

Todo um espaço-tempo não mais existente é rememorado na letra da canção: afazeres, festas, construções, utensílios, animais. O cancionista caipira, apesar de possuir canções com narrativas de eventos tristes e ou trágicos, lamúria por um desamor e etc. em sua maioria, quando faz menção a reminiscências de um lugar vivido, tende a expor uma visão mais positiva do mesmo, dando ênfase a elementos que, sem um olhar poético, talvez não se desse tamanha importância.

Este quadro talvez possa explicar o fato desse tipo de temática ter maior ênfase e presença nas canções caipiras que tiveram maior predomínio antes da década de 1970. Este é o período em que o país se urbaniza, em que Rio de Janeiro e São Paulo e outras cidades se tornam metrópoles, em que Brasília é construída e cresce num movimento que se confronta mais ainda com o interior do país. Antes do chamado “sertanejo romântico” invadir de forma massiva no espaço que antes prevalecia o caipira, e, ainda extrapolar esse espaço conquistando um novo público, agora, talvez um pouco mais ligada a ambientes mais urbanizados. Práticas culturais em que outrora com o caipira tinha maior ligação com o cotidiano do campo, agora mudariam a temática e estaria lamentando nos bares os desamores ocorridos nas periferias da cidade com o novo sertanejo. “As imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder” (TUAN, 1980, p.137).

Em relação ao conceito de “lugar”, se levarmos em consideração as ponderações de Tuan, poderíamos entender o mesmo como um “recinto” provedor, dotado de funcionalidades. “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 2013, p. 12)”. Todas essas “provisões” são notadamente encontradas pelo caipira em seu recinto de vivência, especialmente aquele que ainda reside no campo e retira do pedaço de terra elementos essenciais para subsistência como água (usada para o plantio, criação de gado e consumo próprio) e alimentos obtidos através do plantio e colheita e a criação de animais. “O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como um processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar” (Ibidem, p. 219). Justificando a aplicabilidade para análise dessas relações de lugar no contexto musical, podemos citar Dozena (2016, p. 377), onde o mesmo alega que:

Musicalidade pode ser trazida ancestralmente pelas coletividades, atendendo não somente às vontades de reprodução material e às necessidades de sobrevivência, mas também expressando muitas especificidades culturais que efetivamente mobilizam e animam os agrupamentos sociais [...]. As músicas contribuem para a criação de uma ligação emotiva e humana com os lugares, além de demarcarem corporeidades, territorialidades e relações socioespaciais; sendo produzidas a partir de estímulos colocados pelos lugares e por isso mesmo evidenciando o sentido desses lugares.

Parece existir também certa subjetividade na ideia de lugar, os valores, que nesse caso seriam simbólicos, possuem representações diferentes, na medida em que é vivenciado por indivíduos de diferentes formas. Através da experiência com o

lugar, cada indivíduo interage com as funcionalidades que lhe são mais convenientes. Essas diferentes interações produzem diferentes acepções de valores em relação ao lugar, estes que nem sempre são possíveis de ter descrições concretas. Essa noção de valor do lugar também tende a se manifestar quando há uma ameaça a algum tipo de “patrimônio” existente no local.

3 | OS NEOVIOLEIROS E A AFEIÇÃO PELO TERRITÓRIO CAIPIRA

É habitual alguém ouvir o som da viola ponteando e sua imaginação se remeter instantaneamente a imagens do campo em sua mente, especialmente para aqueles que tiverem alguma vivência rural. O mesmo pode acontecer com quem tem o conhecimento da cultura caipira e da identidade sonora que esse instrumento enfatiza, pois, apesar dele estar presente em outras culturas, ligar o som da viola ao contexto caipira não é algo inusitado. Assim como o elo afetivo do caipira com seu pedaço de terra ou ambiente de convívio e vivência no campo. O que podemos designar aqui baseado nas reflexões de Tuan (1980) de sentimento topofílico caipira. Esse sentimento, no âmbito da música caipira, não é algo exclusivo somente das letras de canções. Em declarações pessoais de artistas caipiras, sobretudo violeiros, fica bastante evidenciado também um entusiasmo pela área geográfica onde predomina sua cultura.

O violeiro Almir Sater, além de cantor e compositor é um exímio instrumentista, e tem sido inspirações pra inúmeros violeiros. A afeição de Sater pelo campo e seu lugar é vastamente declarada e difundida nos meios de comunicação. Não havendo necessidade então, nesse caso, fazer esse tipo de análise baseado nas letras de suas canções. Sater, que nasceu em Campo Grande – MS, em 14 de novembro de 1956, quando ali ainda era estado do Mato Grosso, declara constantemente sua paixão pelo seu lugar, mais especificamente pelo Pantanal.

Eu conheço o Pantanal desde menino, sempre tive essa ligação muito forte com a natureza, sempre gostei de mato. Desde menino sempre quis morar em fazenda. Meu pai nunca gostou muito de mato, ele era ligado à bossa nova, barzinho, banquinho e violão e eu gostava de escutar moda de viola e ir para o meio do mato. [...] Eu conheci o Pantanal quando eu tinha mais ou menos 9 anos de idade, me apaixonei e sempre pensei em morar naquela região. Quando pude comprei meu pedaço de terra no Pantanal e fiz minha casa lá (SATER, 2010, p.06).

Em 1977, principiam no universo violeirístico, dois rapazes que se tornariam adiante dois grandes nomes da música de viola, Paulo Freire e Roberto Corrêa. Freire, natural de São Paulo - SP, antes violonista erudito. Mas, após ler *Grande Sertão: Veredas* foi contagiado pela “magia” enaltecida do sertão presente nos textos de Guimarães Rosa. A partir daí, Paulo Freire resolveu abandonar tudo, inclusive o curso de Jornalismo qual cursara a época, para estudar viola e conhecer de perto esse sertão. Lá, durante o dia, tinha a lida nos campos com seus mentores e a noite tinha as instruções de viola com eles. Morava e vivenciava em tempo integral com os mesmos

a sua cultura. Segundo Tuan (2013, p. 225):

Um homem pode se apaixonar à primeira vista por um lugar como também por uma mulher. [...] Uma experiência breve, mas intensa é capaz de anular o passado, de modo que estamos dispostos a abandonar o lar pela terra prometida. Ainda mais curioso é o fato de que as pessoas podem desenvolver uma paixão por um tipo de meio ambiente sem terem tido contato direto com ele.

Assim como outros violeiros que trabalham com músicas instrumentais, e que, apesar de não ter narrativas em letras de canções devido ao formato composicional de suas obras, essas declarações podem ser observadas em entrevistas, livros e etc. Roberto Corrêa, nascido em Campina Verde – MG, tem sua trajetória musical iniciada ao mudar para Brasília. Roberto Corrêa desenvolveu um grande afeto por essa cidade, tanto que se sente às vezes até meio desnortado quando fica certo tempo distante do seu ambiente de convívio. Relata:

Em 1987, resolvi tirar férias: fui passar 15 dias numa pousada no litoral do Nordeste. Como não levei viola, comecei a escrever poesia (não fazia letra de música até então). Mas não aguentei. Depois de nove dias, voltei, louco de vontade de caminhar na água mineral. Foi muita felicidade ao chegar lá. Pensei: esse aqui é o meu lugar, essa é a minha região (CORRÊA apud SÁ, 2006, p. 77-78).

Dentre esses escritos produzidos por Roberto Corrêa nessa ocasião, podemos destacar o poema *Pacto*, que foi incluído no disco *Temperança*, recitado acompanhado ao som da viola. Nos versos do mesmo fica bastante evidenciado o afeto e o sentimento de pertencimento ao seu território de convívio:

Encerrado que eu era
No errado do existir
Livre, livre me tornei
Cerrado, cerrado meu
Quando em ti me transformei
O meu corpo é o teu chão
Tuas pedras, tuas águas
E Minh' alma teus caminhos
Tua fauna, tua flora
Em ti minha vida está
Cerrado, cerrado meu
E em mim teu encanto mora
Eu, cerrado encordado
Renascido e libertado
Pleno, vasto enfim, vivo agora.

Usaremos como ponto de partida para essa análise a afirmação de Taubkin (2008, p. 21), onde a mesma alega que “é difícil desvincular o instrumento do tocador, assim como separar sua música do universo onde ele vive. E que talvez por isso a gente sinta que a viola tem o dom particular de exprimir os sons do homem junto à natureza”. Embasando nisso, analisaremos a relação desses dois violeiros com o espaço de referência onde seus trabalhos e obras se desenvolvem, e ainda a ligação pessoal e afetiva dos mesmos com esses lugares.

Apesar de tanto Paulo Freire e Roberto Corrêa não terem suas naturalidades em Urucuia – MG e em Brasília – DF, respectivamente, ambos criaram um laço afetivo com esses lugares através da vivência e experientiação nos mesmos. Nos breves relatos desses violeiros aqui expostos, ficou bastante evidenciado um sentimento topofílico. Paulo Freire, uma vez que abandonou o curso de Jornalismo após ler e se encantar pelos “sertões” de Guimarães Rosa, deixou a entender que nesse momento se identificara com o mesmo. É bem visível que nessa ocasião houve um sentimento de pertencimento a cultura caipira da sua parte. Mesmo distante desse contexto sociocultural, resolveu abandonar tudo para vivenciá-lo. “Viveu rituais, crenças, lendas e festas que giram em torno do instrumento” (NEPOMUCENO, 1999, p. 38). Brota aí também um intenso sentimento de pertencimento a esse “sertão”, o qual fez com que deixasse tudo que havia vivido antes para ir conhecer e viver o “sertão” com qual tanto se identificara. Conforme Gómez (2001, p. 20-21) “relação de pertencimento ou apropriação não se refere somente a vínculos de propriedade, mas aqueles laços subjetivos de identidade e afeto existentes entre o sujeito e seu território”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentimento topofílico desses violeiros pode ser percebido na forma de vida dos mesmos, nos seus escritos, pois além da música, possuem trabalhos literários, poesias, causos e outras narrativas acompanhadas ao som da viola, além de relatos em entrevistas. Quando Paulo Freire declara que “é só ler Guimarães Rosa que dá vontade de ir pra Urucuia” (TAUBKIN, 2008, p. 78), dá ainda mais ênfase a esse sentimento topofílico, o seu afeto pelo lugar. Já com Roberto Corrêa, além do sentimento topofílico que ficou evidenciado em sua narrativa, uma vez que chega a enfatizar que seu território vive através da sua música, da sua viola, quando descreve em seu poema: Eu, / Cerrado encordado / Renascido e libertado / Pleno, vasto enfim / Vivo agora. Ficou evidenciado também em seu relato, um sentimento negativo a outro território com características distintas do seu. Sentimento esse que alguns autores denominam de topofobia. Segundo Relph (apud CIRQUEIRA, p. 40) definição de Topofobia está diretamente ligada a uma oposição ao conceito de topofilia, como “experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão”.

Considerando que, topofilia, se dá em relação ao ambiente e também ao lugar, no

caso dos violeiros neocaipiras, o afeto pode ocorrer pelo lugar de nascimento e ou de vivência, e, ainda em relação àqueles ligados ao meio urbano, mais especificamente das regiões metropolitanas, que se identificaram com esses lugares e ou ambientes mais rurais em algum momento de sua trajetória de vida, em ambos os casos, essa afeição pelo lugar dos violeiros em questão não ultrapassa os limites de uma área geografia específica, ou seja, mais especificamente, é manifestado em relação a uma propriedade rural, pequenas cidades, a uma paisagem de uma bioma específico – como é o caso de Roberto Corrêa em relação ao cerrado do planalto central, de Paulo Freire com os Sertões de Urucuia, e Almir Sater pelo pantanal sul-mato-grossense – que tende a não ultrapassar os limites do centro-sul do Brasil, com mais ênfase nas regiões interioranas.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. (1957). **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 2. ed. 242p.
- BORGES, T. **Topofilia**. Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica. Nº 04 (2013).
- BRITO, D. S. **Negociações de um Sedutor: trajetória e obra do compositor Goiás no meio artístico sertanejo (1954-1981)**. 2009. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia. 2009.
- CASTROGIOVANNI, A. C. **Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de Geografia na pós-modernidade**. In: _ REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, A. C; KAERCHER, N. A. (Org.) **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 35-48.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010.
- DOZENA, A. **O Papel da Corporeidade na Mediação entre a Música e o Território**. In: DOZENA, A. (Org.). **Geografia e Música: Diálogos**. 1. Ed. NATAL: EDUFRN, 2016. 399p.
- GÓMEZ, G. M. **Razón y pasión del espacio y el territorio**. In: _____. Et. Al. (Orgs.) **Espacio y territorios: Razón, pasión y imaginarios**. Bogotá: Unobiblos, 2001. P, 15-32.
- NEPOMUCENO, R. **Música caipira: da roça ao rodeio**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PIMENTEL, S. V. **O chão é o limite: a festa de peão boiadeiro e a domesticação do sertão**. Goiânia: Editora da UFG, 1997. 308p.
- SÁ, S. de. **Roberto Corrêa: caipira extremo**. Brasília: Ed. do Autor, 2006. 120p.
- SATER, A. **Almir Sater cidadão do mato**. [Editorial]. Revista Viverde Natureza, Edição 16, Ano 4, jun./jul., 2010.
- TAUBKIN, Myriam. **Violeiros do Brasil**. São Paulo: Ed. Myriam Taubkin, 2008.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: EdUEL, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

SOBRE A ORGANIZADORA

INGRID APARECIDA GOMES Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Atualmente é Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi professora colaborada na UEPG, lecionando para os cursos de Geografia, Engenharia Civil, Agronomia, Biologia e Química Tecnológica. Também atuou como docente no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), lecionando para os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Participou de projetos de pesquisas nestas duas instituições e orientou diversos trabalhos de conclusão de curso. Possui experiência na área de Geociências com ênfase em Geoprocessamento, Geotecnologia, Geologia, Topografia e Hidrologia.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-79-6

